Vinicius Marino Carvalho

Os Reis de Connacht e a Coroa Inglesa, 1189-1274

Uma Abordagem Jogo-Teórica

Dissertação apresentada para a obtenção
do título de mestre em história pelo
Programa de Pós-Graduação em História
Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientador: Marcelo Cândido da Silva

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M332 r Marino Carvalho, Vinicius
Os Reis de Connacht e a Coroa Inglesa, 1189-1224:
Uma Abordagem Jogo-Teórica / Vinicius Marino Carvalho
; orientador Marcelo Cândido da Silva. - São Paulo,
2016.
264 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. HISTÓRIA MEDIEVAL. 2. TEORIA DOS JOGOS. 3.
IRLANDESES. I. Cândido da Silva, Marcelo, orient. II.
Título.

“The great philosophical value of game theory is in its power to reveal its own incompleteness.”

(Anatol Rapoport)

“No single theory explains any history in toto. But there is a general theory that explains each action and reaction along the way, and that theory is rational choice – the theory that people faced with a choice of action do what they hope will succeed.”

(Rod Aya)

Resumo

Essa pesquisa explora as interações entre a Coroa inglesa e os reis irlandeses de Connacht no século XIII sob a perspectiva da teoria dos jogos. Suas balizas temporais são o início do reinado de Cathal Crobhderg Ó Conchobhair (1189-1224) e o final do reinado de seu neto, Áed “na nGall” Ó Conchobhair (1265-1274). A partir da análise dos anais irlandeses e dos documentos produzidos pela administração central inglesa, busquei sistematizar, com o auxílio de um modelo jogo-teórico, como pressões externas e a necessidade de preservar a governabilidade entre seus súditos influenciaram ou inibiram a cooperação entre chefes gaélicos e a Coroa inglesa. Concluo que, no decurso do século XIII, houve uma transição entre uma conjuntura, na qual a cooperação entre estes atores era uma estratégia favorável, e outra, em que alianças começaram a se mostrar como empecilhos. Embora as hostilidades resultantes tenham culminado em guerras, quebras dinásticas e devastação material, estas decisões não parecem ter constituído crises de governabilidade. Pelo contrário, o padrão de ação de atores irlandeses e ingleses parece sugerir que o antagonismo entre eles foi um curso de ação necessária para preservar o apoio de vassallos dentro do clã e do reino, respectivamente.

Palavras-chave: Senhorio da Irlanda, Teoria dos Jogos, História Política, Governança, Governabilidade.

Abstract

This research explores the interactions between the English Crown and the Irish kings of Connacht from the perspective of game theory. Its temporal boundaries are the beginning of the reign of Cathal Crobhderg Ó Conchobhair (1189-1224) and the end of the reign of Áed “na nGall” Ó Conchobhair (1265-1274). Through an analysis of the Irish annals and the rolls of the English central administration, I sought to systematize, with the aid of a game-theoretic model, how external pressures and the need to preserve the governability towards their subjects inticed or hindered cooperation between Gaelic chieftains and the English Crown. I conclude that, during the 13th century, a transition was set in motion between a state of affairs in which cooperation between the two categories of actors was a generally favorable strategy to another, in which alliances started to become burdens. Although the ensuing hostilities culminated in wars, dinastic breaks and material devastation, these decisions do not seem to have been governability crises. On the contrary, the pattern of actions of Irish and English actors seem to suggest that antagonism between them was a necessary course of action to preserve vassal support within the clan and kingdom, respectively.

Keywords: Lordship of Ireland, Game Theory, Political History, Governance, Governability.

Essa pesquisa foi realizada com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

N. de processo: 2013/26092-9

Agradecimentos

Ao meu orientador, professor Marcelo Cândido da Silva, por nunca ter me poupado de suas críticas e sempre me encorajado a dar o meu melhor.

Aos professores Fabiano Fernandes e Glauco Peres da Silva, membros de minha banca de qualificação, pelas correções, comentários e incentivos que fizeram dessa dissertação o que ela é hoje.

Ao professor Robin Frame, pela prestatividade e gentileza de me enviar artigos seus ainda no prelo.

Ao professor Brendan Smith, pela leitura e feedback de meu projeto de pesquisa.

Ao professor Michael Hicks, pelos comentários sobre uma das primeiras comunicações oriundas desse projeto.

Ao colega Wesley Correa, por me enviar fontes raras da Biblioteca Bodleiana.

A meus colegas do LEME Bruna Bengozi, Karen Torres da Rosa, Edward Dettman Loss, Marcelo Ferrassin, Renato Viana Boy, Victor Sobreira e Verônica Silveira, por toda a camaradagem, apoio e alegria ao longo desses anos.

Aos meus queridos amigos Caio Zanini, Eduardo Polidori e Rafael Andrade, fiéis companheiros durante todo esse percurso.

À Vivian Pereira, minha eterna companheira, por estar ao meu lado em todos os momentos.

E, finalmente, a meus pais, professores Filomena Marino Carvalho e Jesus Paula Carvalho, que me encorajaram a seguir o caminho da ciência e nunca permitiram que eu desviasse.

Sumário

Figuras e Tabelas.....	9
Introdução.....	11
Capítulo 1: O Senhorio da Irlanda e Suas Interpretações	16
1. Introdução	16
2. Historiografia	17
3. <i>Justiciars</i> e Chefes Gaélicos	27
4. O Reino de Connacht e a Expansão Inglesa	30
5. Para Além da “Conquista Imperfeita”	38
Capítulo 2: Teoria e Conceitos.....	43
1. Governança e governabilidade.....	43
2. A Teoria dos Jogos.....	48
Capítulo 3: Os Reis de Connacht e a Coroa Inglesa, 1189-1274.....	84
1. Introdução	84
2. A História de Connacht e Suas Fontes.....	86
3. Os Atores em Jogo	96
4. O Jogo de Apoio	104
5. As Utilidades dos Atores	105
6. Modelo	125
Capítulo 4: O Jogo de Apoio em Ação	128
1. A Expedição do Rei João à Irlanda, 1210.....	128
2. A Defecção de Áed mac Cathal Ó Conchobhair, 1226	146
3. Henrique III e Feidhlim Ó Conchobhair 1254-55.....	162
Conclusão e Discussão	191
Bibliografia.....	197
Apêndice 1: Transcrições Originais dos Resumos do <i>Calendar of Documents Relating to Ireland</i>	211
Apêndice 2: Interações Reportadas nos Anais, 1224-1274	232

Figuras e Tabelas

Figura 1: Reinos da Irlanda em meados de 1169	32
Figura 2: Reinos gaélicos e províncias inglesas em meados de 1210	33
Figura 3: Províncias anglo-irlandesas em meados de 1297	34
Figura 4: Províncias anglo-irlandesas em meados de 1460	35
Figura 5: O dilema do prisioneiro	54
Figura 6: O jogo de <i>chicken</i>	55
Figura 7: Jogo do maestro com estratégias dominadas	58
Figura 8: Jogo do maestro simplificado	59
Figura 9: Jogo das produtoras.....	60
Figura 10: A batalha dos sexos.....	66
Figura 11: A caça ao cervo	68
Figura 12: O jogo de Mireille e Hugo na forma extensiva.....	72
Figura 13: Jogo simplificado após a indução das preferências de Hugo.....	73
Figura 14: Negociação entre rebeldes e Coroa.....	75
Figura 15: Negociação entre rebeldes e Coroa (expandida).....	77
Figura 16: Representação algébrica do fator de desconto	82
Figura 17: Transmissão manuscrita dos Anais de Connacht e de Loch Cé	93
Figura 18: Estratégias e <i>outcomes</i> das relações entre ingleses e irlandeses	105
Figura 19: O jogo de apoio	125
Figura 20: O itinerário de João na Irlanda, 1210.....	132
Figura 21: Utilidades de Cathal Crobhderg e <i>outcomes</i> do jogo de apoio	135
Figura 22: Os jogos de Cathal em 1210	139
Figura 23: Os jogos de Ó Neill em 1210.....	143
Figura 24: Jogo 3. Áed e a Coroa Inglesa em 1226.....	148
Figura 25: Os King's Cantreds na década de 1270.....	174
Figura 26: Os jogos de Feidhlim e Henrique III em 1255.....	180
 Tabela 1: Episódios mencionados nos relatos da expedição real de 1210	 131
Tabela 2: Interações reportadas nos anais, 1224-1274.....	171

Introdução

“Desordem” foi uma das noções-chave que moldou a trajetória da historiografia sobre o Senhorio inglês da Irlanda (1171-1541). A semi-independência de reis gaélicos diante da Coroa da Inglaterra, a propensão de colonos em adotar costumes nativos e o funcionamento errático das instituições levaram a interpretações calcadas em uma crise de governança. A partir dos anos 1970, o foco destas interpretações passou a ser drasticamente alterado. Da “desordem” como um sintoma de entropia social, Robin Frame identificou a “desordem” como uma forma, ela própria, de ordem.¹ Com apoio interminente da Coroa e recursos limitados, em um contexto anterior ao ordenamento institucional contemporâneo – e incapaz, portanto, de prover a estabilidade política esperada do Estado moderno – práticas como a extorsão, o suborno ou mesmo a guerra declarada se provaram a governadores como uma forma eficiente de governança sem (ou para além do) governo. Muitos dos fenômenos observados encontram eco no trabalho de especialistas sobre relações internacionais na era contemporânea.² Analisando a fragmentação da ordem global após o fim da Guerra Fria, estes autores encontraram crescente participação de atores não-estatais (como corporações multinacionais, ONGs, igrejas e máfias) na gerência de assuntos públicos.

Apesar de suas inovações temáticas, a historiografia sobre o Senhorio da Irlanda enfrentou dificuldades para romper com certas convenções. O percurso da conquista inglesa no final do século XII, de um incipiente processo de colonização no século XIII e de um subsequente declínio a partir do XIV cristalizou-se como uma narrativa ubíqua – e suspeitamente coesa – em grande parte da literatura. Na maioria das vezes, as complicações para se “romper o molde” das interpretações clássicas da historiografia podem ser traçadas às fontes nas quais ela se assenta. De um lado, devido a sua abundância numérica e linguagem formulaica, as cartas, decretos, certificados e recibos produzidos pela administração central inglesa induzem pesquisadores a interpretá-los

¹ FRAME, R. English Officials and Irish Chiefs in Medieval Ireland. *In*: _____. **Ireland and Britain, 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, pp. 249-278

² Ex.: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E.O. (Eds.) **Governance Without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992; BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. Nova York: Palgrave, 2002; FRIEDRICHS, J. The Neomedieval Renaissance: Global Governance and International Law in the New Middle Ages. *In*: DEKKER, I.F.; WERNER, W.G. (Eds.) **Governance and International Legal Theory**. Berlim: Springer, 2004, pp. 3-36. Estes e outros autores serão apresentados a fundo no Capítulo 2.

como neutros, preterindo seus elementos discursivos e eventuais omissões.³ De outro, a riqueza narrativa dos anais irlandeses e a escassez de fontes alternativas para boa parte do período os levou a se firmarem como base fundamental para a maioria dos análises sobre o senhorio, a despeito de terem sido compostos *a posteriori* e de ostentarem deliberadas liberdades retóricas. O risco, como aponta Thomas Finan, é de se tomar os anais como “esqueletos de eventos” a serem complementados com documentos anciliares, sejam eles rolos administrativos, crônicas ou fontes arqueológicas.⁴

Nas últimas décadas, importantes esforços foram feitos para contornar essas armadilhas. A análise da história irlandesa dentro de um contexto transregional proposto pela “Perspectiva Britânica” contribuiu para desafiar consensos e reinterpretar momentos-chave da cronologia do senhorio.

Do ponto de vista formal, a historiografia conta também com tentativas incipientes de reinventar sua narrativa. Thomas Finan, em particular, defende uma mudança de perspectiva: de uma história primordialmente política e militar a uma visão atenta a uma compreensão geral de estratégia. Por ‘estratégia’, Finan entende “a dialética de duas vontades opostas, cada qual utilizando força para lidar com uma disputa”, definição que empresta de militar francês André Beaufre⁵. Finan defende a necessidade de uma exploração mais aprofundada das estratégias empregadas por atores sociais na Irlanda, tal como uma avaliação mais criteriosa das motivações de personagens históricas presentes em narrativas.⁶ Para ele, muitas das explicações usuais sobre as ações de chefes gaélicos e magnatas ingleses peca por uma ênfase desmesurada na agência pessoal ou, pelo contrário, por presumir que suas decisões correspondiam às inclinações de seus respectivos grupos identitários (“gaélicos” ou “anglo-normandos”).⁷ Conquanto este apelo à sistematização não envolva diretamente o recurso a modelos formais, Finan fez uso dos

³ FRAME, R. Rediscovering Medieval Ireland: Irish Chancery Rolls and the Historian. **Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archaeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature**, v. 113C, 2013, p. 197. Frame fala dos rolos da administração inglesa na Irlanda, mas seus comentários são igualmente válidos para seus semelhantes expedidos na Inglaterra.

⁴ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 160

⁵ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 160

⁶ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 159

⁷ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, pp. 159, 162

mesmos em seus trabalhos arqueológicos, nos quais empregou estatística e reconstruções virtuais em seu estudo das fortificações na região irlandesa de Roscommon.⁸

Ao mesmo tempo, Finan defende o empréstimo – conceitual e metodológico – de trabalhos produzidos sobre outros contextos. No seu próprio caso, com as obras de Theodore Tsakiris e Edward Luttack sobre a adoção de estratégias na Guerra do Peloponeso, na Roma Antiga e Bizâncio.⁹ A abertura de Finan a referências externas não é uma excentricidade. Se o empréstimo de modelos tal como utilizados nas ciências sociais pode ser traçado às reflexões de Fernand Braudel, nos anos 1950, as últimas décadas testemunharam uma profusão de tentativas de extrapolar a tradicional narrativa histórica.¹⁰ Nos seus casos mais notáveis, estes esforços incluem a análise de redes sociais, o recuro a GIS (*geographic information systems*) e os métodos quantitativos empregados pela *Social Science History* americana.¹¹

Nesse trabalho, proponho realizar uma contribuição a essa tendência embrionária. A partir dos documentos da administração real inglesa e dos Anais de Connacht e de Loch Cé, analisarei as relações entre os reis gaélicos de Connacht e a Coroa inglesa fazendo uso de um método formal: a teoria dos jogos. Com base na sugestão de Finan de que as ações dos chefes irlandeses apresentam uma coerência sistematizável no longo prazo, desenvolverei um modelo para sintetizar as estratégias e preferências destes atores nas suas interações políticas. A seguir, aplicarei este modelo para a análise de suas ações em três episódios específicos. A teoria dos jogos é uma metodologia para o estudo da tomada de decisão, particularmente relevante para o estudo de relações na qual a disposição de um ator social para com outro se mostra incerta. Em outras disciplinas, a teoria encontrou terreno fértil no campo de relações internacionais e em trabalhos sobre a possibilidade de emergência de cooperação na ausência de meios regulatórios que a condicionem.

⁸ FINAN, T. Moated Sites in Country Roscommon: A Statistical Approach. In: ETTEL, P.; FLAMBART HÉRICHER, A-M.; O'CONOR, K. (Eds.) **Château et frontière. Actes du colloque international d'Aabenraa (Danemark, 24-31 août 2012)**. Caen: Publications du CRAHM, 2014, pp. 177-180; _____. 3D Castle Reconstruction as Interpretive Modelling: The Medieval Lough Cé Project. In: ETTEL, P.; FLAMBART HÉRICHER, A-M.; O'CONOR, K. (Eds.) **L'origine du château médiéval, actes du colloque de Rindern, Allemagne (2010)** Caen: Caen: Publications du CRAHM, 2012, pp. 45-49

⁹ FINAN, T. O'Conor "Grand Strategy" and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 161

¹⁰ BRAUDEL, F. Histoire et Sciences Sociales: La Longue Durée. **Annales ESC**, v.13, n.4, 1958, pp. 725-53

¹¹ ERICKSON, B.H. Social Networks and History: a Review Essay. **Historical Methods**, v. 30, n. 3, 1997, pp. 149-57; KNOWLES, A.K. **Placing History: How Maps, Spatial Data and GIS are Changing Historical Scholarship**. New York: Esri Press, 2008; THOMAS III, W. G. Computing and the Historical Imagination. In: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J.(Eds.) **A Companion to the Digital Humanities**. Malden: Blackwell, 2004, pp. 56-68

O Senhorio da Irlanda é um objeto de pesquisa relativamente pouco explorado, sobre o qual a produção acadêmica ainda apresenta uma clara demarcação nacional. Com algumas exceções, a historiografia sobre o tema está em larga parte circunscrita a universidades irlandesas, britânicas ou (em alguns casos) americanas. No Brasil, a atenção científica à Irlanda se debruçou predominantemente sobre os primeiros séculos do período medieval, em especial sua tradição monástica.¹² Como resultado, os debates sobre a Irlanda pós-Conquista são raramente citadas na historiografia brasileira. De maneira a introduzir estas perspectivas, farei no Capítulo 1 uma apresentação sobre o Senhorio da Irlanda e suas interpretações. Ela incluirá suas características gerais, conceitos-chave e debates clássicos cujo legado continuam a influenciar o estado da arte da pesquisa.

No Capítulo 2, introduzirei as duas bases teóricas das quais farei uso na investigação. Do ponto de vista temático, a discussão sobre governança e governabilidade, seu desenvolvimento no campo de relações internacionais e sua pertinência para o estudo da Irlanda do século XIII. Do ponto de vista operacional, a teoria dos jogos, que será diretamente empregada para explicar as interações entre a Coroa Inglesa e os reis de Connacht.

O Capítulo 3 está dividido em duas partes. Na primeira, farei uma exposição e análise dos anais irlandeses e dos documentos da administração central inglesa, incluindo uma reflexão sobre seu contexto de produção, especificidades estilísticas e apontamentos epistemológicos concernentes ao seu uso na pesquisa histórica. Na segunda, levarei a cabo uma leitura panorâmica das fontes referentes ao intervalo 1189 a 1274 de maneira a elencar as utilidades de chefes gaélicos e da Coroa – no vocabulário da teoria dos jogos, o conjunto de fatores descritos (ou inferíveis) como essenciais nas decisões destes atores sociais para estabelecerem (ou romperem) alianças entre si. Formalizarei a síntese destes apontamentos em um modelo estratégico: o jogo de apoio.

No Capítulo 4, mobilizarei o jogo especificado anteriormente para a análise de três episódios históricos. O primeiro é a expedição real liderada por João da Inglaterra à Irlanda em 1210, na qual negociações para uma cooperação a princípio vantajosa entre a Coroa e dois reis irlandeses resultaram, não obstante, em hostilidades. O segundo, a revogação das terras de Áed Ó Conchobhair em 1224, quando os interesses do

¹² Vide, p. ex.: SANTOS, D.V.C. **Patrick: The making of a saint**. 2012. 242 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.; FARRELL, E. P. 'Serviço Pastoral e Dependentes Ecclesiásticos na Irlanda na Alta Idade Média'. **Brathair**, v. 11 n. 2, 2011, pp. 3-15;

governador-chefe durante um período de minoridade real parecem ter contribuído para o rompimento de uma aliança de longa data entre a Coroa e os reis de Connacht. O terceiro concerne as negociações entre Henrique III, seu filho Eduardo, seu cunhado Godofredo de Lusignan e o rei Feidhlim Ó Conchobhair a respeito das posse das terras de Connacht entre 1254 e 1255.

Capítulo 1

O Senhorio da Irlanda e suas Interpretações

1. Introdução

Em 1612, o político e escritor Sir John Davies publicou o sugestivamente intitulado *Uma Descoberta das Causas pelas quais a Irlanda Nunca foi Inteiramente Subjugada nem Forçada à Obediência pela Coroa da Inglaterra*¹³. O volume, baseado em suas experiências como *attorney general* à serviço da Coroa na ilha, traçou uma das chaves interpretativas que se provaria das mais longevas na historiografia. Para Davies, a Irlanda teria sido, do momento de sua subjugação à Coroa inglesa, um país imperfeitamente conquistado.

A observação diz respeito a dois fenômenos interligados. Em um nível pontual, à série de campanhas, entre 1167 e 1170, que culminaram na elevação de um *earl* inglês a rei da província irlandesa de Leinster e na consequente submissão da ilha à autoridade da Coroa inglesa. Em um nível mais amplo, à transformação de um espaço político fragmentário a um Senhorio do rei da Inglaterra, ao qual instituições e práticas políticas inglesas foram exportadas, com maior ou menor sucesso. De uma coleção de reinos independentes, intermitentemente associados sob o mando comum de um alto-rei, a Irlanda se verteu a uma colônia inglesa¹⁴, eventualmente dotada de órgãos administrativos e parlamentos próprios, sujeita a um vigoroso processo de encastelamento e assentada por

¹³ DAVIES, J. **A Discoverie of the True Causes why Ireland was Neuer Entirely Subdued: Nor Brought Vnder Obedience of the Crowne of England, Vntill the Beginning of His Maiesties Happie Raigne**. Londres: A. Millar, 1747

¹⁴ O uso do termo ‘colônia’ para designar a Irlanda não faz referência ao fenômeno do Colonialismo moderno. Antes, ele denota apenas a existência de um núcleo geográfico marcado por assentamento estrangeiro (DAVIES, R.R. *Lordship or Colony? In: LYDON, J. (Ed.) The English in Medieval Ireland*. Dublin: Royal Irish Academy, 1984, pp. 142-60.) Esta ênfase levou alguns autores a utilizar os termos *colonist* e *settler* como intercambiáveis. (SMITH, B. **Colonisation and Conquest in in Medieval Ireland: The English in Louth, 1170-1330**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 5.) Outros trabalhos que fazem referência ao conceito incluem FRAME, R. **Colonial Ireland, 1169-1369**. Dublin: Four Courts, 2012 e BARRY, T.B.;FRAME, R.;SIMMS, K. (Eds.) **Colony and Frontier in Medieval Ireland: Essays Presented to J.F. Lydon**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995.

uma aristocracia fundiária com vínculos com a Inglaterra, Gasconha e Normandia. Este período é designado como a era do Senhorio da Irlanda, assim chamado em razão do título, desfrutado pelo rei da Inglaterra (ou, em raros casos, seus herdeiros) de senhor da Irlanda (*dominus hiberniae*).

A demarcação temporal é comumente utilizada para caracterizar o intervalo entre a submissão formal à Coroa pós-conquista, em 1171, e a elevação da Irlanda à categoria de reino por Henrique VIII em 1541, na sequência do rompimento de suas relações com o papado. Os limites destes processos transformadores, as hipóteses sobre a lógicas política que os norteava e as discrepâncias entre as instituições da colônia e os modelos ingleses que emprestara – em suma, quão profunda ou “completa” foi de fato a “conquista” – são questões centrais que pautaram o entendimento do período.

2. Historiografia

2.1 O debate sobre a ‘Conquista Normanda’

Primário ao debate são as explicações sobre o que, exatamente, teria propiciado a invasão normanda e até que ponto ela pode ser designada como tal. Neste sentido, uma das discussões mais importantes concerne a *Laudabiliter*, bula expedida pelo papa inglês Adriano IV em 1155. O texto, interpretado como fruto da repercussão da hagiografia de Malaquias de Armagh escrita por Bernardo de Claraval e da influência de João de Salisbury na corte papal ¹⁵, retrata a Irlanda como uma terra imoral e anti-cristã e sanciona uma invasão inglesa da ilha para que fosse reformada sob a autoridade do monarca inglês. Que a produção da bula tenha antecedido a expedição real à Irlanda em quase vinte anos não dissuadiu os partidários de uma correlação entre os episódios. Goddard Orpen argumentou que o desejo de expandir à Irlanda já estava presente nos planos de Henrique II, motivado por um histórico de auxílio irlandês a galeses nas guerras cambro-inglesas e apoio a rebeldes normandos. ¹⁶ Orpen salienta o interesse de Henrique na *Laudabiliter* e aponta a oposição de sua mãe, a imperatriz Matilda do Sacro Império Romano Germânico, como fator de dissuasão. ¹⁷ Em sua contribuição ao manual *A New History of*

¹⁵ O argumento é exposto (e, em seguida, refutado) em WATT, J.A. **The Church and the Two Nations in Medieval Ireland**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, pp. 35-36

¹⁶ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans, vol. 1**. Oxford: Clarendon Press, 1911, pp. 81-82

¹⁷ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans, vol. 1**. Oxford: Clarendon Press, 1911, p. 82

Ireland, F.X. Martin subscreve a uma ideia similar ao argumentar que, do ponto de vista institucional, a administração papal apresentava enorme continuidade, e que “o que havia sido adotado como política papal em 1155-6 continuaria como política papal em 1172-3”¹⁸

A importância da *Laudabiliter* é salientada pela sua interpretação, conquanto *a posteriori*, como um marco fundamental da relação entre a Coroa da Inglaterra e a Irlanda. A justificativa do mando inglês como um instrumento da vontade papal tornou-se forte o suficiente para ser mencionada por um irlandês, o rei de Tir Eóghain Domhnall Ó Néill, no famoso *Protesto dos Chefes Irlandeses* declamado ao Papado em 1317.¹⁹ O documento se inscreve no contexto da Guerra Bruce, conflito advindo da invasão da Irlanda pelo irmão do rei da Escócia, Eduardo Bruce, e subsequente aderência de atores rebeldes. Ó Néill, partidário de Bruce, solicitava que o nobre escocês fosse nomeado rei da Irlanda, pois teria condições de cumprir os termos da *Laudabiliter* melhor do que os monarcas ingleses, cujos esforços, pelo contrário, haviam sido deletérios. Uma cópia da bula de 1155 chegou a ser anexada junto à carta, a qual, todavia, não logrou resultado.²⁰

O primeiro entrave para a explicação da conquista como resultado primordial de ambições internacionais é o fato de que o agente essencial em sua realização foi um líder irlandês, imerso em uma conjuntura de contendas decididamente domésticas. Diarmait Mac Murchadha, rei da província oriental de Leinster, solicitou auxílio a Henrique II após perder suas terras ao então alto-rei, Ruaidhri Ó Conchobair, com quem se desgraçara. Henrique não atendeu o chamado de pronto, mas vários entre seus vassalos – em sua maioria, oriundos de uma pequena aristocracia, com poucas perspectivas de ascensão em terras inglesas – embarcaram à Irlanda. O principal entre os aventureiros, Ricardo “Strongbow” Fitzgilbert, *earl* de Striguil, aceitou ceder suas forças em troca da mão de Aoife, filha de Diarmait, e consequente reconhecimento como herdeiro do rei irlandês. O matrimônio acarretou em sua tomada de posse como sucessor de Diarmait após sua morte em 1171. Após repelir uma campanha retaliatória do alto-rei Ruaidhri, Strongbow

¹⁸ MARTIN, F.X. Diarmait Mac Murchadha and the Coming of the Anglo-Normans. In: COSGROVE, A. (Ed.) **A New History of Ireland II: Medieval Ireland 1169-1534**. Oxford: Oxford University Press, 1993, p. 59

¹⁹ DOMHNAILL Ó NEILL. *REMONSTRANCE OF THE IRISH CHIEFS TO POPE JOHN XXII (A.D. 1317)*. CURTIS, E.; MCDOWELL, R.B. (Eds.) **Irish Historical Documents 1172-1922**. Londres/Nova York: Barnes & Noble, 1243, pp. 38-46. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T310000-001/index.html>> (Acesso em 23/04/2016)

²⁰ Para uma discussão do episódio, vide WATT, J.A. **The Church and the Two Nations in Medieval Ireland**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, pp. 183-89

recepcionou uma expedição de Henrique II, na qual cedeu ao monarca suas terras na Irlanda em troca do título de *earl* de Leinster.

Essa sequência de acontecimentos, em suas diversas versões, serviu de alicerce para a maior parte das explicações sobre a conquista centradas na curta duração. Para historiadores nacionalistas, a intervenção foi retrospectivamente interpretada como a primeira de uma série de tentativas de controle por parte dos ingleses – e repudiada, como tal, com furor projetado a partir de disputas contemporâneas.²¹ Assim, P.S. O’Hegarty compara os aventureiros normandos com a *Jameson Raid* organizada por Leander Starr Jameson e Cecil Rhodes contra a República do Transvaal, em 1895-96.²² Mary Hayden, por sua vez, afirma que as cessões especulativas de terra feitas por Henrique II a seus vassallos foram “incentivos a uma guerra geral de extermínio”²³ e que a disparidade entre noções nativas e estrangeiras de propriedade, introduzidas pelo monarca, estavam na raiz dos conflitos atuais entre as duas nações.²⁴ Sob esta visão, o sentido da conquista da Irlanda teria sido o estabelecimento de sistemas de controle seculares, cuja brutalidade só seria completamente desnudada com as campanhas de Cromwell no século XVII e com a Grande Fome entre 1845 e 1852. No exemplo talvez mais explícito desta perspectiva, Michael Davitt batizou sua história da *Irish National Land League* – organização anti-latifundiária fundada em 1878 – de *A Queda do Feudalismo na Irlanda*.²⁵

Do lado oposto da contenda, a “conquista” da Irlanda – ou, mais especificamente, leituras historiográficas a seu respeito produzidas na própria Idade Média – providenciou elementos à interpretação do domínio inglês como um processo em última medida positivo, a despeito de suas motivações originais e custos sociais e humanos. A visão deve sua influência ao longo legado intelectual de Geraldo de Barri, historiador escolhido para acompanhar o filho de Henrique II, João, em sua expedição à Irlanda, em 1185. John Gillingham credits suas duas obras sobre a Irlanda, *Topographia Hibernica* e *Expugnatio Hibernica*, com a disseminação de um retrato depreciativo dos irlandeses e a defesa da

²¹ Uma das obras mais ilustrativas dessa visão talvez seja GREEN, A.S. **The Making of Ireland and its Undoing 1200-1600**. Londres: Macmillan & Co., 1909

²² O’HEGARTY, P.S. **The Indestructable Nation: A Survey of Irish History From the English Invasion**. Dublin/Londres: Maunsell & Co., 1918, p.4

²³ HAYDEN, M.T. **A Short Story of the Irish People from the Earliest Times to 1920**. Londres: Longmans, Green & Co., 1922, p. 121

²⁴ HAYDEN, M.T. **A Short Story of the Irish People from the Earliest Times to 1920**. Londres: Longmans, Green & Co., 1922, p. 120

²⁵ DAVITT, M. **The Fall of Feudalism in Ireland or the Story of the Land League Revolution**. Londres: Harper & Brothers, 1904

superioridade inglesa frente ao “barbarismo” gaélico.²⁶ Segundo ele, a dependência de historiógrafos do final da Idade Média e da Idade Moderna nos livros de Geraldo contribuiu para que seus julgamentos se enraizassem, culminando no ode de Goddard Orpen à ordem, paz e “manifesto progresso e prosperidade” que a Irlanda teria experimentado sob o jugo da Coroa inglesa.²⁷ Para Gillingham, a difusão excepcional da posição de Geraldo assinalou não apenas um enviesamento interpretativo, mas “uma das mais fundamentais viradas ideológicas da história das Ilhas Britânicas”.²⁸

O balanço dos malefícios e benefícios da incursão inglesa não foi a única chave interpretativa a que o episódio foi sujeitado. Para historiadores interessados no surgimento do Senhorio, a trajetória de Diarmait e Strongbow convidou ainda a comparações opostas com o precedente inglês no século anterior. Autores como Orpen, Curtis, Dolley e Othway-Ruthven solidificaram a interpretação dos eventos de 1169 a 1171 como uma “conquista” ou “invasão”, em paralelismo com a chegada e assentamento de Guilherme o Conquistador na Inglaterra, em 1066.²⁹ Oponentes desta visão argumentaram em favor das diferenças entre ambos os processos. Enquanto que a invasão da Inglaterra fora uma iniciativa planejada de grandes proporções, a “chegada” dos normandos à Irlanda teria se efetivado pela iniciativa de magnatas particulares, com interesse apenas secundário da Coroa.³⁰ Esta tese foi nuançada, e a existência de um projeto de conquista de Henrique II voltou a ser defendida nas últimas décadas, sem que as especificidades da invasão da Irlanda fossem desprezadas.³¹ Destas, duas exigem menção especial.

²⁶ GILLINGHAM, J. **The English in the Twelfth Century: Imperialism, National Identity and Political Values**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2000, p. 145

²⁷ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans, vol. 1**. Oxford: Clarendon Press, 1911, p. 7

²⁸ GILLINGHAM, J. **The English in the Twelfth Century: Imperialism, National Identity and Political Values**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2000, p. 145

²⁹ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans, vol. 1**. Oxford: Clarendon Press, 1911; CURTIS, E. **A History of Ireland from Earliest Times to 1922**. Londres/Nova York: Routledge, 2000, pp. 41-50; DOLLEY, M. **Anglo-Norman Ireland**. Dublin: Gill & Macmillan, 1972; OTWAY-RUTHVEN, A.J. **A History of Medieval Ireland**. Nova York: Barnes & Noble, 1980, pp. 35-65

³⁰ MARTIN, F.X. *No Hero in the House: Diarmaid Mac Murchadha and the Coming of the Normans to Ireland. O Donnell Lecture*, xix, Dublin: National University of Ireland, 1978. J.A. Watt chega a afirmar que a invasão corresponde a um padrão familiar aos processos de colonialismo mundo afora: nativos destituídos buscam a ajuda de soldados de fortuna, cujo envolvimento em tempo exige uma intervenção de seu soberano. Vide WATT, J.A. **The Church and the Two Nations in Medieval Ireland**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970, p.37

³¹ FLANAGAN, M.T. **Irish Society, Anglo-Norman Settlers, Angevin Kingship: Interactions in Ireland in the Late Twelfth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1990; FRAME, R. *England and Ireland, 1171-1399. In: _____, Ireland and Britain 1170-1450*. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998

A primeira foi uma conjuntura de instabilidade política e beligerância interdinástica que teria imperado ao longo do século precedente.³² Quando Brian Boru, um ator secundário nos jogos de poder no sul da Irlanda, reivindicou o título de de alto-rei, as ambições de outros chefes foram avivadas. Ao morrer sem deixar uma dinastia forte a colher os louros de sua influência, a posição de rei da ilha foi posta a prêmio. Diarmait Mac Murchadha teria sido apenas o último de uma série de pretendentes derrotados – e eventualmente, movidos a buscar auxílio no estrangeiro. Se por um lado este cenário balcanizado mostrava-se pouco defensável, por outro fazia do prospecto de criar uma segunda Inglaterra impossível. Sem um governo central a ser tomado, o tipo de “conquista” concebido por Sir John Davies e historiadores da administração estaria condenado ao fracasso desde o início.³³

O segundo fator teria sido a existência de um estrato de pequenos nobres com chances escassas de se estabelecer na Inglaterra, dispostos a se envolver como aventureiros nas guerras irlandesas. Séan Duffy leva o argumento a fundo ao afirmar que a intervenção inglesa na Irlanda não passou de um episódio das relações anglo-galesas.³⁴ Após o fracasso de uma expedição real ao País de Gales em 1165, diversos barões estabelecidos nas marcas galesas teriam se sentido desamparados com o rei e avaliado a oportunidade irlandesa como fortuita. Em uma linha ainda mais holística, Michael Richter diz que a vinda dos ingleses teve mais em comum com a conquista normanda da Sicília no século XI do que com a da Inglaterra em 1066. Richter interpreta o caso irlandês como um exemplo da “expansão disseminada dos maiores Estados europeus nos séculos XII e XIII”.³⁵

As diferentes interpretações sobre a conquista inglesa não derivam apenas de querelas acadêmicas. Antes, elas são o legado de tensões políticas oriundas das guerras, secessão política e terrorismo que afligiram a Irlanda no século XX. Entender este contexto é essencial para compreender a historiografia sobre o Senhorio e as teleologias e vieses que amiúde foram projetados sobre seu entendimento.

³² LYDON, J. **The Lordship of Ireland in the Middle Ages**. Dublin: Four Courts, 2003, pp. 11-29

³³ RICHTER, M. **Medieval Ireland: The Enduring Tradition**. Dublin, Gill & Macmillan, 2005, cap. 10. Ireland from the Reign of John to the Statutes of Kilkenny, The English Intervention in Ireland, para 13

³⁴ DUFFY, S. Henry II and England's Insular Neighbours. In: HARPER-BILL, C.; VINCENT, N. (Eds.) **Henry II: New Interpretations**. Woodbridge: Boydell Press, 2007, p. 137

³⁵ Esta visão pan-europeia aparecerá em termos similares em BARTLETT, R. **The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change 950–1350**. Londres: Penguin, 2003. Vide discussão abaixo.

2.2. A academia irlandesa e a política, 1916-1998

A trajetória contemporânea da historiografia sobre o Senhorio da Irlanda pode ser dividida em três momentos. O primeiro constitui um desdobramento acadêmico das disputas entre unionistas e separatistas que culminou no Levante da Páscoa (1916), na Guerra de Independência Irlandesa (1919-1921) e na Guerra Civil Irlandesa (1922-1923). Seu marco inicial é a publicação da obra *Ireland under the Normans* por Goddard Orpen, entre 1911 e 1920.³⁶ Sob uma perspectiva unionista, Orpen defende a conquista e ocupação normanda como uma transformação civilizatória entre uma conjuntura anárquica – a Irlanda tribal pré-normanda – e uma sociedade institucionalizada e moderadamente estável, páreo aos avanços contemporâneos observados na Inglaterra e no Continente.³⁷ Sua análise, pautada por uma forte influência da Interpretação Liberal da História tipificada por Herbert Butterfield³⁸, defende a tese de uma lógica evolutiva do desenvolvimento histórico mediante a qual sistemas de governo menos eficientes seriam substituídos por outros mais adaptados. Desta forma, os tradicionais clãs irlandeses, com seu poder fragmentário, linhas de sucessão confusas e violência endêmica provar-se-iam demasiadamente instáveis para resistir ao teste dos tempos. Já seu sucessor, o feudalismo normando, apresentaria os requisitos para formas de organização modernas como o Estado Nacional e mesmo – em um golpe de ironia – o próprio movimento nacionalista separatista.³⁹

O mais célebre contraponto a Orpen veio da pena do revolucionário Eoin MacNeill. Contra o retrato de uma Irlanda caracterizada pela violência atávica proposto pelo primeiro, MacNeill argumenta a favor da existência de uma concepção de ordem pública no sistema gaélico. Mais do que isso, ele critica Orpen por transpor à Idade Média uma noção de estabilidade contemporânea que não encontraria referentes sequer na Inglaterra do mesmo período. Os Plantagenetas, avança MacNeill, apresentam um histórico não menos sangrento de rixas dinásticas e guerras civis.⁴⁰ O autor se opõe ainda ao que identifica como uma tendência de Orpen de glorificação à centralização administrativa. MacNeill não ataca apenas a pertinência da lógica ao contexto medieval,

³⁶ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans**. Oxford: Clarendon Press, 1911-1920

³⁷ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans**, vol. 1. Oxford: Clarendon Press, 1911 p. 7

³⁸ BUTTERFIELD, H. **The Whig Interpretation of History**. Nova York/ Londres: Norton, 1965

³⁹ ORPEN, G. The effects of Norman rule in Ireland, 1169-1333. **The American Historical Review**. v.19 n.2, 1914, p. 255

⁴⁰ MACNEILL, E. **Phases of Irish History**. Dublin: McGill & Son, 1920, p. 312

mas a superioridade da ideia de centralização em si própria. Os danos humanos decorrentes da atrofia da vida provincial em países urbanizados e o advento da Primeira Guerra Mundial são por ele citados como exemplos contra a desejabilidade da centralidade como *telos* de uma evolução política.⁴¹ Por fim, MacNeill reage ainda à tese de que a nação irlandesa teria tido sua origem nos invasores normandos. Pelo contrário, argumenta que a diversidade identitária dos colonos estrangeiros agia contra qualquer sentimento de pertencimento nacional.⁴² Este, pelo contrário, teria surgido na ilha a partir da revoltas sistemáticas da população gaélica a partir do final do século XIII, fenômeno que batizou de agrupamento irlandês (*Irish Rally*).⁴³

Orpen e MacNeill esposam visões rivais preponderantes na Irlanda dos anos 1920. Não obstante, ambos foram contestados por uma terceira voz. Contra o que interpretou como uma dicotomia injustificada, Edmund Curtis propôs uma via média à interpretação do Senhorio, mudando o foco da agressão à colaboração entre ingleses e irlandeses. Curtis propôs que a ocupação inglesa legou um grupo de “ingleses da Irlanda” identitariamente distintos tanto dos nativos gaélicos quanto dos “ingleses da Inglaterra”. A origem do nacionalismo irlandês, portanto, estaria no *locus* onde estes atores puderam se organizar politicamente: as sessões de parlamento convocadas pelo representante da Coroa em solo irlandês. A despeito de suas objeções a Orpen e MacNeill, Curtis se mantém não menos leal à hipótese da origem medieval da nação irlandesa. Pelo contrário, o autor chega a traçar um vínculo causal direto entre os parlamentos medievais e o partido da Home Rule, iniciativa que visou a uma independência administrativa da Irlanda no final do século XIX.⁴⁴

O segundo momento de debate historiográfico se caracterizou pelo desejo de romper com tais ideários nacionalistas. Seu marco inicial é a criação do período *Irish Historical Studies* (IHS) em 1938, uma iniciativa conjunta da *Irish Historical Society*, em Dublin, e da *Ulster Society for Irish Historical Studies*, em Belfast. O peso simbólico de veículo acadêmico comum para as recém separadas República da Irlanda e Irlanda do Norte não foi uma coincidência. Antes, ele se mostrou como uma reação acadêmica à Guerra Civil Irlandesa, durante a qual os arquivos nacionais foram incendiados em um

⁴¹ MACNEILL, E. **Phases of Irish History**. Dublin: McGill & Son, 1920, p. 302

⁴² MACNEILL, E. **Phases of Irish History**. Dublin: McGill & Son, 1920, p. 307

⁴³ MACNEILL, E. **Phases of Irish History**. Dublin: McGill & Son, 1920, pp. 323-356

⁴⁴ CURTIS, E. **A History of Ireland from Earliest Times to 1922**. Londres/Nova York: Routledge, 2000, p. 95

confronto entre o IRA e as forças do Estado Livre.⁴⁵ A IHS, e o movimento intelectual do qual foi pivô, propunha-se a libertar a história da “servidão do mito” nacionalista e edificar uma disciplina profissional, científica e “livre de valores”.⁴⁶ Este posteriormente batizado movimento revisionista visava a não apenas despolitizar a historiografia, mas servir de ponto focal para uma história pública emancipatória. Tais ambições ganharam momento quando as *Troubles* na Irlanda do Norte atiçaram o interesse público sobre os excessos do nacionalismo e culminaram com a publicação do manual *A New History of Ireland*, concebido como uma nova “história oficial” avessa à teleologia nacionalista das décadas passadas. Não obstante, a tradição revisionista foi ela própria alvo de críticas, acusada de subestimar episódios de sectarismo, ignorar categorias inteiras de fontes e praticar uma “ideologia de profissionalismo” sob a qual vieses políticos passavam despercebidos.⁴⁷

De um modo geral, a crítica foi direcionada com maior ênfase contra a historiografia produzida sobre épocas mais recentes. Na sanha de ‘neutralizar’ a história de polarizações políticas, a era contemporânea (1900 ao presente) foi quase de todo ignorada, e tópicos caros ao nacionalismo – como a rebelião de Wolfe Tone ou a Grande Fome de 1845-1852– mereceram revisões controversas. A história medieval, em contrapartida, apresentou um contraste salutar. Peter Crooks questiona a relevância do revisionismo da IHS para o campo, identificando já em Edmund Curtis o prenúncio de uma “história científica”.⁴⁸ O desenvolvimento de tais ideias, entretanto, foi levado a cabo por uma de suas alunas, A.J. Othway-Ruthven, e pelos medievalistas britânicos H. G. Richardson e G.O Sayles.⁴⁹ Juntos, estes autores legaram uma produção significativa

⁴⁵ “Destruction of the Irish Chancery Rolls (1304-1922)”. In: CROOKS, P. (Ed.) **Circle: A Calendar of Irish Chancery Letters c. 1244-1509**. Disponível em: < <https://chancery.tcd.ie/content/destruction-irish-chancery-rolls-1304-1922> > (Acesso em 26/04/2016)

⁴⁶ CURTIN, N. J. “Varieties of Irishness”: Historical Revisionism, Irish Style. **Journal of British Studies**, v.35, n.2, 1996, p. 195

⁴⁷ Para uma discussão mais aprofundada, vide BRADSHAW, B. Nationalism and Historical Scholarship in Modern Ireland. **Irish Historical Studies**, v. 26, n. 104, 1989, pp. 329-51; DALY, M.E. Recent Writings on Modern Irish History: The Interaction between Past and Present. **The Journal of Modern History**, v.69, n.3, 1997, pp.512-533; FITZPATRICK, D.; BOURGUIGNON, H. Une histoire très catholique? Révisionnisme et orthodoxie dans l'historiographie irlandaise. **Vingtième Siècle. Revue d'Histoire**, n.94, 2007, pp. 121-133; CANNY, N. Revising the Revisionist. **Irish Historical Studies**, v.30, n. 118, 1996, pp.242-55; BRADY, C. **Interpreting Irish History: The Debate on Historical Revisionism 1938-1994**. Dublin: Irish Academic Press, 1999

⁴⁸ CROOKS, P. Introduction: The Lecky Professors. In: _____. (Ed.) **Government, War and Society in Medieval Ireland. Essays by Edmund Curtis, A.J. Otway-Ruthven and James Lydon**. Dublin: Four Courts, 2008, “E.C.” para. 1.

⁴⁹ OTWAY-RUTHVEN, A.J. Anglo-Irish Shire Government in the Thirteenth Century. **Irish Historical Studies**. Vol. 5, No. 17 (Mar., 1946), pp. 1-28; _____. The Native Irish and English Law in Medieval Ireland. **Irish Historical Studies**. Vol. 7, No. 25 (Mar., 1950), pp. 1-16; RICHARDSON, H.G. English

sobre o então pouco explorado tópico das instituições inglesas na Irlanda, em especial sua criação, difusão e funcionamento. Concomitantemente, outro historiador, James Lydon, popularizou vieses investigativos que afastaram a história medieval irlandesa da polarização ideológica observável entre modernistas e contemporaneístas. Igualmente adepto da história administrativa, Lydon não obstante distoou de seus pares ao ceder atenção à Irlanda gaélica, em especial à poesia bárdica. Ademais, o autor ensaiou uma precoce virada internacional do campo ao aplicar à Irlanda do Senhorio o conceito de sociedade de fronteira de Frederick J. Turner.⁵⁰

O terceiro momento de debate historiográfico tornou-se conhecido sob o nome de Perspectiva Britânica. O termo surgiu pela primeira vez no manual *A Companion to Britain in the Middle Ages*, ele próprio um argumento a favor de uma visão holística da história da Irlanda, Inglaterra, Escócia e País de Gales. Para o criador do termo, Séan Duffy, a virada representa uma tentativa de abandonar o paradigma – introduzido, segundo ele, pelo historiador vitoriano F.W. Maitland – de uma separação entre um núcleo inglês envolto por uma “borda celta” (*celtic fringe*).⁵¹ No que toca aos fenômenos históricos observados, tal divisão não possui para Duffy valor interpretativo: da incidência da violência a formas comuns de organização do espaço, exercício do poder e estratégias de ocupação, o “centro” e a “periferia” apresentariam mais similaridades do que diferenças. A perspectiva britânica ganhou destaque nos anos 2000, na forma de uma série de trabalhos engajados em preterir abordagens demasiadamente localistas e mapear influências de fatores mais amplos.⁵² Do ponto de vista institucional, ela é contemporânea de um rearranjo no contexto de produção acadêmica que resultou no estabelecimento de

Institutions in Medieval Ireland. **Irish Historical Studies**. Vol. 1, No. 4 (Set., 1939), pp. 382-392; QUINN, D.B. Anglo-Irish Local Government, 1485-1534. **Irish Historical Studies**. Vol. 1, No. 4 (Set., 1939), pp. 354-381

⁵⁰ LYDON, J. The Problem of the Frontier in Medieval Ireland. **Topic: A Journal of the Liberal Arts**, XIII, v. VII p. 1, 1967, pp. 5-22

⁵¹ DUFFY, S. The British Perspective. In: RIGBY, S.H. **A Companion to Britain in the Middle Ages**. Oxford/Malden: Blackwell, 2003, p. 165

⁵² Exemplos incluem artigos na *Irish Historical Studies* no ano 2000: BRAND, P. Irish Law Students and Lawyers in Late Medieval England. **Irish Historical Studies**. Vol. 32, No. 126 (Nov., 2000), pp. 161-173; BOLTON, J.L. Irish Migration to England in the Late Middle Ages: The Evidence of 1394 and 1440. **Irish Historical Studies**. Vol. 32, No. 125 (Maio, 2000), pp. 1-21 e DAVIS, V. Irish Clergy in Late Medieval England. **Irish Historical Studies**. Vol. 32, No. 126 (Nov., 2000), pp. 145-160; e volumes maiores, como FRAME, R. **Ireland and Britain, 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998; SMITH, B. **Britain and Ireland, 900-1300: Insular Responses to Medieval Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999; _____. (ed.) **Ireland and the English World in the Middle Ages**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009; PRICE, H.; WATTS, J. **Power and Identity in the Middle Ages. Essays in Memory of Rees Davies**. Oxford: Oxford University Press, 2007 e RIGBY, S.H. **A Companion to Britain in the Middle Ages**. Oxford/Malden: Blackwell, 2003

medievalistas irlandeses em posições professorais na Inglaterra.⁵³ Do ponto de vista político, ela admitem explicitamente a inspiração em uma virada pan-europeia de estudos medievais que visa a enquadrar o ocidente medieval como uma unidade interpretativa. Na literatura anglófona – e nas bibliografias de proponentes da Perspectiva Britânica – essa virada é geralmente associada ao livro de Robert Bartlett, *The Making of Europe*, o qual defende a existência de processos de expansão, choque cultural e colonização comuns a todo o ocidente medieval.⁵⁴

Esses desenvolvimentos não se limitam à dimensão política da historiografia medievalista irlandesa. Eles contextualizam, também, uma série de predileções que pautaram a evolução conceitual e teórica do campo, em alguns casos até os dias de hoje. Três desenvolvimentos requerem menção especial. Em primeiro lugar, John Gillingham ressalta que o próprio discurso de uma invasão “normanda” – em vez de “inglesa”, em respeito aos qualificativos encontráveis nas fontes – deveu-se ao intuito de afastar a historiografia de acusações de dívida histórica recorrentes nas décadas pré-independência. Sanitarizar o discurso historiográfico de termos remetentes ao conflito entre separatistas e unionistas teria sido uma forma de torná-lo politicamente inerte. O resultado, no entanto, foi a proliferação de descritores – normando, anglo-normando, cambro-normandos – sem qualquer respaldo na documentação e que roubam a atenção a um falso problema identitário.⁵⁵ Em segundo lugar, o conceito de sociedade de fronteira introduzido por Lydon tornou-se uma constante no debate historiográfico, seja em sua forma original, seja (mais recentemente), em formulações derivadas, como “borda” ou “margem”.⁵⁶ Mais importante, no entanto, se mostrou a reavaliação da dicotomia entre desordem irlandesa e ordem inglesa que norteou a Perspectiva Britânica. Esta reavaliação abriu espaço para novas teorias de governança que alteraram sensivelmente o campo. Em sua dimensão mais extrema, ela propôs a incorporações de tais teorias ao próprio conceito de “senhorio”, tanto em sua dimensão específica – a experiência inglesa na Irlanda – como

⁵³ Notavelmente Robin Frame (Durham University), Brendan Smith (University of Bristol) e Peter Crooks (University of East Anglia).

⁵⁴ BARTLETT, R. **The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change 950–1350**. Londres: Penguin, 2003.

⁵⁵ GILLINGHAM, J. Normanizing the English Invasion of Ireland. In: PRICE, H.; WATTS, J. **Power and Identity in the Middle Ages. Essays in Memory of Rees Davies**. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 85-97

⁵⁶ Vide, p. ex. BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995; FRAME, R. Ireland after 1169: Barriers to Acculturation on an ‘English’ Edge. In: STRINGER, K.J.; JOTISCHKY, A. (Ed.) **Norman Expansion: Connections, Continuities and Contrasts**. Farham: Ashgate, 2013, pp. 115-142

em seu sentido mais amplo – como sinônimos do latim *dominium*, do francês *seigneurie* e do alemão *herrschaft*.⁵⁷

3. *Justiciars* e Chefes Gaélicos

Discutir as relações entre a Coroa inglesa e a Irlanda implica, obrigatoriamente, em analisar os atores sociais que intermediavam o exercício de autoridade. No que tange à administração central, este intermédio era protagonizado pelos governadores chefe.

Tais representantes são chamados de *justiciars* até meados do século XIV e, mais frequentemente, de *lieutenants* no fim do período medieval. Suas origens provavelmente remontam a um cargo análogo existente na Inglaterra até o século XIII. Para William Stubbs, o *justiciar*, posto hereditário criado após a conquista da Inglaterra, seria uma derivação do senescal normando⁵⁸, e sua implementação teria sido feita para prevenir o surgimento de uma liderança hereditária na ausência do rei.⁵⁹ Tratar-se-ia, para isso, de um “representante do rei em todas as capacidades”, análogo a um primeiro ministro em assuntos legais, financeiros e militares.⁶⁰ Em um dos únicos estudos aprofundados sobre a posição, Francis West segue por linhas similares, tipificando-o como um “alter-ego” do rei utilizado como instrumento administrativo na sua ausência.⁶¹ H.G. Richardson e G.O. Sayles fazem uso da mesma expressão, atribuindo sua necessidade à precocidade do sistema jurídico angevino em relação à administração da justiça no restante da Europa.⁶²

Na Irlanda, Herbert Wood, em 1923, foi um dos primeiros a se debruçar sobre as competências e limites definidores do cargo. Segundo ele, a nomenclatura diversa referente aos governadores (*justiciar*, *lieutenant* e também *custos* e *deputy*) sugeriam na verdade não uma, mas uma gama de funções distintas de atribuições precisas,

⁵⁷ DAVIES, R.R. The Medieval State: The Tyranny of a Concept? *Journal of Sociological History*, v. 16, n. 2, 2003, p. 295

⁵⁸ STUBBS, W. *The Constitutional History of England*, Vol.1. Oxford: Clarendon Press, 1926 (1a Edição 1891), p. 375

⁵⁹ STUBBS, W. *The Constitutional History of England*, Vol.1. Oxford: Clarendon Press, 1926 (1a Edição 1891) p. 379

⁶⁰ STUBBS, W. *The Constitutional History of England*, Vol.1. Oxford: Clarendon Press, 1926 (1a Edição 1891) p. 380

⁶¹ WEST, F. *The Justiciarship in England : 1066-1232*. Nova York: Cambridge University Press, 1966, p. ix

⁶² RICHARDSON, H.G.; SAYLES, G.O. *The Irish Parliament in the Middle Ages*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1952, p. 20

hierarquicamente dispostas uma em relação à outra. Desta forma, *justiciars*, por exemplo, teriam possuído poderes mais restritos, muitas vezes como subordinados de *lieutenants*.⁶³

Já para Otway-Ruthven, não haveria diferenças significativas na documentação para interpretar os termos como cargos fundamentalmente distintos. Para a autora, funções definitivas só aparecem na documentação a partir do apontamento de William de Windsor como *Lieutenant* (1369), mas os poderes atribuídos a ele sem dúvida já eram praticados por governadores precedentes. Entre eles estavam conceder a paz a rebeldes ingleses e irlandeses e admiti-los como súditos do rei, prover justiça, supervisionar, demitir e admitir ministros da Coroa.⁶⁴ Junto a tais minitros, a autora conclui, sua atuação envolvia todos os poderes do governo exceto os expressamente reservados ao rei.⁶⁵ Em linhas semelhantes, H.G. Richardson e G. O. Sayles descrevem os *justiciars* como os “administradores e juízes supremos”, além de responsáveis pelas finanças.⁶⁶ No entanto, o desenvolvimento do corpo ministerial que constituiria seu conselho e de órgãos especializados para a atividade administrativa observaram-se paulatinamente, em especial após o reinado do rei João (1199-1216).

Ponto capital nessas perspectivas é a centralidade que conferem à dimensão institucional do governo. Para esses autores, as disparidades entre os registros oficiais produzidos pelo governo e a prática da ação política são explicadas como imperfeições das instituições em si, adaptadas à Irlanda de forma incompleta e problemática.⁶⁷ Em 1975, uma avaliação de Robin Frame alterou substancialmente os termos do debate. Segundo o autor, os governadores desempenhavam tanto um papel de árbitro entre os grandes senhores quanto, no tocante à administração e segurança de Leinster, (província oriental da Irlanda onde se situa Dublin), agiam eles próprios como grandes senhores.⁶⁸ O autor tipifica – como já o haviam feito Richarson e Sayles – a atuação dos

⁶³ WOOD, H. The Chief Governor of Ireland, 1172-1509. **Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature.** Vol. 36, 1921-1924, pp. 206-238

⁶⁴ OTWAY-RUTHVEN, A.J. The Chief Governors of Mediaeval Ireland. **The Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland.** Vol. 95, N. ½, Papers in Honor of Liam Price, 1965, pp. 229-230

⁶⁵ OTWAY-RUTHVEN, A.J. The Chief Governors of Mediaeval Ireland. **The Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland.** Vol. 95, N. ½, Papers in Honor of Liam Price, 1965, p.236

⁶⁶ RICHARDSON, H.G.; SAYLES, G.O. **The Irish Parliament in the Middle Ages.** Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1952, p. 21

⁶⁷ Cf. OTWAY-RUTHVEN, A.J. The Chief Governors of Mediaeval Ireland. **The Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland.** Vol. 95, N. ½, Papers in Honor of Liam Price, 1965, pp. 227-236; RICHARDSON, H.G.; SAYLES, G.O. **The Irish Parliament in the Middle Ages.** Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1952

⁶⁸ FRAME, R. English Officials and Irish Chiefs in Medieval Ireland. In: _____. **Ireland and Britain, 1170-1450.** Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, pp. 249-250

representantes como definidas por uma grande medida de improvisação e assimilação de lógicas diplomáticas e militares nativas, uma vez que eram forçados a agir com recursos insuficientes e pouco amparo da Coroa.⁶⁹ Frame vai mais longe, afirmando que se apresentavam aos irlandeses de forma análoga ao antigo alto-rei do período pré-normando: uma figura de autoridade sem controle territorial sobre seus súditos, dependente de saques, captura de reféns e extorsões de tributos para garantir sua supremacia.⁷⁰ O autor foi um dos pioneiros a mobilizar os princípios e objetos caros à clássica História administrativa dentro do panorama mais amplo – e mais flexível – das práticas do poder político. Sua tese fundamentalmente advoga que a aparente desordem da colônia irlandesa constituía, em si, uma espécie de ordem, e indaga não como a Irlanda falhou em tornar-se uma segunda Inglaterra, e sim como o senhorio conseguiu manter-se de pé por quase quatro séculos.

Um caso ilustrativo é o das relações travadas entre *justiciars* e os tradicionais chefes irlandeses. Por razões que serão explicada em detalhes nos capítulos seguintes, o assentamento inglês na Irlanda não intentou (ou, em certos casos, não conseguiu) substituir as antigas lideranças por uma aristocracia fundiária estrangeira. Uma característica definidora da época do Senhorio, portanto, é a coexistência, nem sempre harmoniosa, entre colonos ingleses e irlandeses semi ou completamente independentes do mando da Coroa. Estes chefes eram os líderes de linhagens gaélicas, outrossim conhecidos como reis (*rí*, em gaélico irlandês) na Irlanda pré-normanda. As linhagens, comumente referidas pela historiografia como clãs (do gaélico escocês *clann*, “progênie”), apresentam no período o nome de *sliocht* (i.e. “divisão”), anglicizado como *sept*.⁷¹ Segundo Kenneth Nicholls, constituem não estruturas familiares per se, mas “grupos de descendência patrilinear que formavam uma entidade corporativa definida com funções políticas e legais.”⁷² Tratavam-se, para o autor, de unidades apenas em sentido legal e político, desprovidos dos vínculos de solidariedade interna esperados de agrupamentos familiares.⁷³

⁶⁹ FRAME, R. English Officials and Irish Chiefs in Medieval Ireland. In: _____. **Ireland and Britain, 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998,

⁷⁰ FRAME, R. English Officials and Irish Chiefs in Medieval Ireland. In: _____. **Ireland and Britain, 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, P. 260

⁷¹ NICHOLLS, K.W. **Gaelic and Gaelicized Ireland in the Middle Ages**. Dublin: Liliput Press, 1972, Cap. 1, Ireland a Lineage Society para 1.

⁷² NICHOLLS, K.W. **Gaelic and Gaelicized Ireland in the Middle Ages**. Dublin: Liliput Press, 1972, Cap. 1, Ireland a Lineage Society para 1.

⁷³ NICHOLLS, K.W. **Gaelic and Gaelicized Ireland in the Middle Ages**. Dublin: Liliput Press, 1972, Cap. 1, Ireland a Lineage Society para 3.

Sob essa perspectiva, a primeira década do século XIII merece atenção especial. O intervalo entre os primeiros assentamentos ingleses e o início de processos que culminariam em uma suposta retração e crise do Senhorio, a partir de 1270, apresenta características peculiares. Notavelmente, trata-se do período de expansão máxima do domínio estrangeiro na ilha, marcado por uma estabilidade relativa⁷⁴ na qual as maiores ameaças ao poder real vieram não de reis irlandeses, mas de rivais políticos dentro do próprio mundo inglês.⁷⁵ Para Robin Frame, esta singularidade chegou inclusive a suscitar desinteresse acadêmico no período, eclipsado de um lado pelas reviravoltas da conquista em 1171; de outro pelas décadas de guerra aberta entre ingleses e irlandeses, um tema mais caro a críticos do domínio britânico no século XX.⁷⁶ O início do século XIII, em contraste, apresenta uma panorama diverso de relações anglo-irlandesas, com exemplos de alianças, acordos não-oficiais, declarações de amizade e ofertas de submissão intercalados a conjunturas de conflito e rebeldia. Um dos exemplos mais ilustrativos e bem documentados desta dinâmica é a relação entre os representantes da Coroa e os reis da província ocidental de Connacht.

4. O Reino de Connacht e a Expansão Inglesa

O reino de Connacht é um cenário praticamente inexplorado pela academia brasileira, e será útil, antes de mais nada, delinear algumas de suas características principais. A Irlanda do século XII era caracterizada por uma pluralidade de reis locais, ora em conflito aberto uns com os outros, ora subordinados a líderes mais poderosos. Os chefes de determinadas províncias desfrutaram de grande poder durante as primeiras décadas do Senhorio e se mostraram capazes, em diversas ocasiões, de mobilizar o apoio de dinastias menores. Localizado a oeste do rio Shannon, o reino de Connacht sob o clã Uí Conchobhair exerceu um predomínio ímpar na Irlanda ocidental, diversas vezes estendendo sua influência até a cidade de Limerick, ao sul, e as províncias de Breifne e Meath, a leste (Fig. 1). Após a conquista (Fig. 2), a costa leste da Irlanda viu intenso assentamento inglês e o estabelecimento de condados e *liberties* (províncias

⁷⁴ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, p. 32

⁷⁵ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, p. 32

⁷⁶ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, pp.32-33

administrativamente autônomas). Connacht, entretanto, manteve-se um reino independente sob a autoridade nominal do rei da Inglaterra. Embora a pretensão de colonos ingleses sobre suas terras tenha sido uma ameaça perene, o território só começou a ser realmente dilapidado a partir da década de 1220, quando do início de um longo processo de declínio que culminaria com a virtual extinção do reino no final do século (Fig. 3). Esta conjuntura, no entanto, não se manteria indefinidamente: O domínio inglês foi erodido gradualmente ao longo do séculos XIV e XV. No final do período medieval, a autoridade régia no Senhorio limitava-se *de facto* à costa leste e às cercanias de Limerick e Kerry. (Fig. 4)

*Figura 1: Reinos da Irlanda em meados de 1169*⁷⁷

⁷⁷ Adaptado de BYRNE, F.J. Political Divisions, c. 1169 In: MOODY, T.W.; MARTIN, F.X.; BYRNE, F.J. (Eds.) **A New History of Ireland IX: Maps, Genealogies, Lists: A Companion to Irish History, Part II**. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 29

Figura 2: Reinos gaélicos e províncias inglesas em meados de 1210⁷⁸

⁷⁸ Adaptado de MCNEILL, T. **Castles in Ireland: Feudal Power in a Gaelic World**. Londres/Nova York: Routledge, 1997, p. 18

*Figura 3: Províncias anglo-irlandesas em meados de 1297*⁷⁹

⁷⁹ Adaptado de NICHOLL, K.W. Counties and Liberties, 1297. In: MOODY, T.W.; MARTIN, F.X.; BYRNE, F.J. (Eds.) **A New History of Ireland IX: Maps, Genealogies, Lists: A Companion to Irish History, Part II**. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 42

Figura 4: Províncias anglo-irlandesas em meados de 1460 ⁸⁰

A proeminência de Connacht na história da expansão inglesa na Irlanda se deve à trajetória de seus líderes, os chefes do clã Uí Conchobhair. Durante a maior parte do

⁸⁰ Adaptado de NICHOLLS, K.W. Counties and Liberties, 1460. In: MOODY, T.W.; MARTIN, F.X.; BYRNE, F.J. (Eds.) **A New History of Ireland IX: Maps, Genealogies, Lists: A Companion to Irish History, Part II.** Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 42

século XII, dois de seus reis foram elevados a alto-rei (*ard-rí*) da Irlanda. A posição estipulava um domínio sobre os reis da ilha de maneira análoga ao exercido pelos mesmos sobre seus chefes locais, muito embora sua natureza exata tenha sido motivo de contenda ao longo da história da historiografia. Eoin MacNeill tipificou a instituição como uma monarquia arbitrando sobre os chefes regionais,⁸¹ e genealogias gaélicas traçam detentores do título até o início da era cristã.⁸² Em uma posição mais recente e diametralmente oposta, Donncha Ó Corráin argumenta que o título de *ard-rí* não é encontrado nos tratados de lei irlandeses do século VIII e que a perspectiva de um domínio sobre toda a ilha não fizera parte do horizonte de decisões de reis irlandeses antes do século X⁸³.

A mudança teria tido início, primeiramente, na expansão dos Uí Neill e no estabelecimento da influência do clã sobre o norte e leste da Irlanda – o que Ó Corráin chamou de “hegemonia Uí Neill”.⁸⁴ Em um segundo – e principal – momento, na ascensão de Brian Boru, oriundo de uma dinastia obscura de Munster, ao posto de rival dos Uí Neill e auto-intitulado rei da Irlanda no início do século XI.⁸⁵ Para Ó Corráin, o posto de alto-rei não implicou na criação de novas instituições ou na observância de tradições antigas – pelo contrário, apenas na difusão da ideia de que o domínio sobre a ilha seria uma possibilidade alcançável e, por consequência, de que todo chefe suficientemente estaria apto a disputar o posto.⁸⁶ Tais ambições teriam sido projetadas do presente ao passado por autores do século XI interessados em favorecer dinastias que, após o sucesso de Brian Boru, passaram a almejar, elas próprias, um poder similar.⁸⁷

A ascensão de dois Uí Conchobair ao título de alto-rei no início do século XII, portanto, atesta para a pujança do clã no período imediatamente anterior à conquista. Que a influência da dinastia não fosse alicerçada por algum tipo de tradição legal ou mesmo reconhecida por todos os reis não altera a sua posição de destaque no período. Mesmo Orpen, comumente depreciativo diante dos reis irlandeses, concluiu que Ruaidhri Ó Conchobair, o segundo e último dos alto-reis do clã, “chegou mais perto de forçar seu mando sobre o todo da Irlanda do que qualquer rei provinciano (...) desde os dias de Brian

⁸¹ MACNEILL, E. **Phases of Irish History**. Dublin: McGill & Son, 1920, p.101

⁸² MACNEILL, E. **Phases of Irish History**. Dublin: McGill & Son, 1920, p. 115

⁸³ Ó CORRÁIN, D. **Ireland Before the Normans**. Dublin: Gill and Macmillan, 1972, p. 28

⁸⁴ Ó CORRÁIN, D. **Ireland Before the Normans**. Dublin: Gill and Macmillan, 1972, p. 14-23

⁸⁵ Ó CORRÁIN, D. **Ireland Before the Normans**. Dublin: Gill and Macmillan, 1972, p. 120

⁸⁶ Ó CORRÁIN, D. **Ireland Before the Normans**. Dublin: Gill and Macmillan, 1972, p. 125

⁸⁷ Ó CORRÁIN, D. **Ireland Before the Normans**. Dublin: Gill and Macmillan, 1972, p. 125

[Boru]”.⁸⁸ As dimensões de seu poder podem ser vislumbradas pelo seu tratamento nas fontes inglesas. Em 1175, no chamado Tratado de Windsor, o monarca inglês Henrique II aceitou Ruaidhri como “homem do rei” e lhe cedeu controle sobre parte da Irlanda em troca de obediência e tributo.⁸⁹ Embora Ruaidhrí seja invocado apenas como rei de Connacht (*rex Connaciae*), as atribuições a ele cedidas deixam claro que Henrique acreditava na sua capacidade de exercer autoridade fora dos limites de seu reino. Já Geraldo de Barri, em seu *Expugnatio Hibernica* – escrito com base em suas experiências na expedição real de 1185 – dissuade o rei a invadir o reino de Connacht, sugerindo em vez disso o encastelamento da margem oriental do rio Shannon como uma defesa contra os Uí Conchobhair⁹⁰. Mesmo após o rompimento dos termos do tratado de Windsor e da

⁸⁸ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans, v. 2.** Oxford: Clarendon Press, 1911, p. 182

⁸⁹ “*Hic est Finis & Concordia, que facta fuit apud Windeshoveres, in octavis Sancti Michael, anno ab incarnatione Domini MCLXXV, inter Dominum Regem Angliae, H. Filium Matillis Imperatricis, & Rodericum Regem Connactensem, per Catholicum Archiepiscopum Tuamensem & Cantordem Abbatem Sancti Brandani, & Magistrum Laurentium Cancellarium Regis Connactensis. Scilicet: Quod H. Rex Angliae concessit praedicto Roderico, Ligio homini suo, Regi Connactae, quamdiu ei fideliter serviet, quod sit Rex sub eo paratus ad servitium suum, sicut homo suus. Et quod terram suam ita teneat bene & in pace, sicut tenuit antequam Dominus Rex Angliae intraret Hiberniae, reddendo ei tributum. Et totam aliam terram & habitatores terrae habeat sub se, & justiciet ut tributum Reg. Angl. Integre persolvant, & per manum ejus, & sua jura sibi conservent. Et illi qui modo tenent, teneant in pace quamdiu permanserint in fidelitate Regis Angliae, & ei fideliter, & integre persolverint tributum, & alia jura sua, quae ei debent, per manum Regis Connacti; salvo in omnibus jure & honore Domini Regi Angliae & suo. Et, si quis ex eis Regi Angliae & ei rebelles fuerint, & tributum, & alia jura Reg. Angl. Per manum suam solvere noluerint, & a fidelitate Regis Angliae recesserint, ipse eos justiciet & amoveat. Et, si eos per se justiciare non poterit, Constabularius Regis Angliae, & familia sua de terra illa juvabunt eum ad hoc faciendum, cum ab ipso fuerint requisiti, & ipsi viderint quod necesse fuerit. Et propter hunc finem reddet praedictus Rex Connact. Domino Regi Angliae tributum singulis annis; scilicet, de singulis 10 animalibus unum Corium, placabile Mercatoribus, tam de tota terra sua, quam de alia: Excepto quod de terre illis, quas Dominus Rex Angliae retinuit in Dominio suo, & in Dominio Baronum suorum, nichil se intromittet: Scilicet, Duvelina cum omnibus pertinentiis suis: Et Raida cum omnibus pertinentiis suis, sicut unquam Murchat Vamailethachlin eam melius & plenius tenuit, aut aliqui qui de eo eam tenuerunt: Et excepta Vesefordia cum omnibus pertinentiis suis, scil. cum tota Lagenia: Et excepta Waterfordia, cum tota terra illa quae est a Vaterford usque ad Duncarvan; ita quod Duncarvan sit cum omnibus pertinentiis suis infra terram illam. Et, si Hibernenses, qui aufugerunt, redire voluerint ad terram Baronum Regis Angliae, redeant in pace, reddendo tributum praedictum sicut ali reddunt, vel faciendo antiqua servitia, quae facere solebant, pro terris suis; & hoc sit in arbitrio & voluntate Dominorum suorum. Et, si aliqui redire noluerint, & Domini eorum requisierint Regem Connactae, ipse cogat eos redire ad terram suam, ut ibi remaneant & pacem habeant. Et Rex Connactae accipiat obsides ad omnibus, quos ei commisit Dominus Rex Angliae, ad voluntatem Domini Regis & suam. Et ipse dabit obsides, ad voluntatem Domini Regis Angliae, illos vel alios; & ipsi servient Domino Regi de canibus suis & avibus singulis annis de praefentiis suis. Et nullum omnino, de quacunque terra Domini Regis sit, retinebunt contra voluntatem Domini Regis & mandatum Domini Regis. Testibus hiis, Ricard. Episcopo Winton, Gaufr. Episcopo Eliensi, Laurentio Duveliensi Archiepiscopo, Gafr & Nichol & Rog. Capellanis Regis, Will, Com, Excessae, & Ric. De Luci, Gaufr. De Pertico, Reginaldo de Curteneia.” **TRATADO DE WINDSOR.** RYMER, T.; SANDERSON, R.(Eds.) **Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque Generis Acta Publica (...).** George Holmes, 1745, p. 13-14*

⁹⁰ “*Praetera pars terrae citerior, usque ad Sinmeni fluvium, qui très insulae partes orientales a quarta et occidentali separat et secernit, crebra castrorum constructione stabiliatur et muniatur. Ulterior vero, quae Connacciam simul et partem Momoniae trans Sinnenum, praeter urbem Limericensem, quae modis*

sucessiva erosão do poder do clã, os reis de Connacht se mostraram poderosos o bastante para subjugar clãs menores, tecer alianças interregionais e, em casos extremos, dismantelar a ferro e fogo as malhas do senhorio.

5. Para Além da “Conquista Imperfeita”

O que está em jogo, em essência, é uma revisão da chave interpretativa segundo a qual o assentamento inglês na Irlanda se caracteriza como uma conquista imperfeita. Tanto a ideia de “conquista” prova-se insuficiente para contemplar as facetas multilaterais e contingentes do nascimento do Senhorio, como a determinação de um cenário ótimo de realização dos objetivos da Coroa se mostra infactível. Para Beth Hartland, a principal deficiência da ideia é a premissa de que sua “perfeição”, independente de como a qualificarmos, teria constituído um objetivo consistente ao longo dos quatrocentos anos de Senhorio. Pelo contrário, a autora argumenta que a própria noção de uma política real consistente era inconcebível no período medieval – não por falta de interesse, mas porque a própria malha de interesses pessoais e conflitos entre o rei e seus vassallos tornava tal prospecto irrealizável.⁹¹ Na prática, o *modus operandi*, tanto na Irlanda quanto no restante do mundo inglês, era de decisões conjunturais a respeito de objetivos de curto a médio prazo.

Colocações como essas nem sempre foram aceitas sem controvérsia. Pelo contrário, a existência de laços, conluíus e conflitos para além das estruturas esperadas do sistema colecionou uma sucessão de discórdias ao longo da história da historiografia sobre as Ilhas Britânicas. Um dos primeiros – e mais célebres – ataques foi sem dúvida a cunhagem, em 1885, do termo ‘Feudalismo Bastardo’ por Charles Plummer, no intuito de criticar as relações egoístas e socialmente entrópicas que julgava preponderar na Inglaterra tardo-medieval. Seu lamento, baseado em observações sobre a sociedade inglesa na época da Guerra das Rosas, identificava já no reinado de Eduardo III (1327-

omnibus expugnanda est iterum et approprianda, annuis auri tributis interim arceatur. Satius enim est, et longe satius, paulatim primo locis idoneis castra conserere, et quasi pedentem in eorundem constructione procedere, quam intervalis distantia magnis, variis passim locis, multa construere, nec invitem sibi vel cohaerentia, vel necessitatis articulis opitulantia.”. GERALDO DE GALES. *EXPUGNATIO HIBERNICA*. DIMOCK, J.F (Ed.) **Giraldus Cambrensis: Opera**, v.5. Londres: Longman, 1867. p. 397. Reparem que Geraldo também aconselha que o reino de Connacht não seja diretamente ocupado, apenas que seus líderes paguem tributo à Coroa.

⁹¹ HARTLAND, B. Policies, Priorities and Principles: The King, the Anglo-Irish and English Justiciars in the Fourteenth Century. In: SMITH, B. (Ed.) **Ireland and the English World in the Late Middle Ages**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009, p. 133

1377) um manto de “pseudo-cavalaria” sobre um desprezo aos direitos dos excluídos dos círculos privilegiados.⁹² O termo ganhou longevidade sob a expressão *livery and maintenance*. O primeiro termo se refere à proliferação de súditos contratuais (*retainers*) em detrimento dos antigos laços feudo-vassálicos, e à prática de nobres de cedê-los uniformes (*liveries*) que supostamente funcionariam como uma ‘carta branca’ para o cometimento de crimes. O segundo, à interferência de terceiros não autorizados em procedimentos judiciais, em especial no uso de influência política para dar credência a alguma das partes, cujos interesses no litígio diziam respeito ao nobre em questão.⁹³

Para as sensibilidades historiográficas do final do século XIX, focadas no desenvolvimento das instituições ao longo dos séculos, as evidências de vínculos contratuais facilmente quebráveis, súditos extraordinários não ligados diretamente à casa nobre e interferência de poderes locais nos tribunais sem dúvida pareciam contraproducentes, sobretudo em contraste com uma ordem feudal embasada em laços vitalícios, cessão de terras e fortalecimento dos tribunais reais. Uma reavaliação séria viria nos anos 1940 com Kenneth MacFarlane⁹⁴, o qual reorientou a noção de feudalismo bastardo do campo do abuso da ordem para o da ordem em si. Os fenômenos observados por Plummer, iniciados, segundo ele, durante a Guerra dos Cem Anos, representariam uma mudança nos mecanismos de obtenção de poder e dependência pessoal, na qual o pagamento de anuidades teria obtido preponderância sobre o parcelamento de terras na obtenção de serviço de súditos pelos senhores. A principal inovação, do ponto de vista documental, estaria em contratos chamados *indentures*⁹⁵. Críticas ao caráter entrópico desta nova configuração, no entanto, mantiveram-se presentes em leituras como a de Peter Coss, que enfatiza a intrusão de nobres no sistema de tribunais públicos e defende que as denúncias contemporâneas contra a *livery & maintenance* não devem ser subestimadas⁹⁶. Michael Hicks, por sua vez, nuança a centralidade das *indentures*, e estende a operacionalidade do conceito, identificando pagamentos de anuidades desde a conquista normanda, e o legado de elementos do sistema até o século XVII.⁹⁷

⁹² PLUMMER, C. (Ed.) **The Governance of England: Otherwise Called the Difference an Absolute and a Limited Monarchy**. Oxford: Clarendon Press, 1885, p.15

⁹³ STUBBS, W. **The Constitutional History of England in its Origin and Development**. v.2. Oxford: Clarendon Press, 1865, p. 485

⁹⁴ MCFARLANE, K. Bastard Feudalism. In: _____. **England in the Fifteenth Century**. Londres: Hambledon Press, 1981, pp. 23-44

⁹⁵ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 89

⁹⁶ COSS, P. Bastard Feudalism Revised. **Past and Present**. n. 125, 1989, pp. 55-58

⁹⁷ HICKS, M. **Bastard Feudalism**. Londres/Nova York: Routledge, 1995

A comparação com o contexto inglês (e britânico, de uma maneira geral) foi um dos principais responsáveis por impulsionar as mudanças de paradigmas nos estudos sobre a Irlanda medieval. O ganho mais expressivo desta perspectiva não está apenas nas suas proposições, mas em seu incentivo a uma abertura conceitual e teórica. Sua principal lição é de que a Irlanda não constituía um cenário hermeticamente fechado; pelo contrário, apresentava problemas suficientemente familiares para que comparações frutíferas sejam traçadas com outros contextos.

Um exemplo prático deste desenvolvimento pode ser observado em uma generalização da obra de Robin Frame feita por Rees Davies. Evocando a invectiva de Elizabeth Brown contra o modelo de feudalismo, Davies critica uma desmesurada reverência de medievalistas ao conceito de Estado, a qual em seu extremo “mitiga [suas] sensibilidades cronológicas e contextuais”.⁹⁸ Para Davies, a defesa da sofisticação política das sociedades medievais – em resposta à condescendência com que foram tratadas por historiadores modernos⁹⁹ – provocou uma atenção indevida ao conceito de Estado e à figura interpretada como seu centro (o rei) em detrimento dos “nodos alternativos de poder (...) que trazem à tona e demonstram os limites e a natureza do poder real”.¹⁰⁰ Partindo das colocações de Frame sobre o contexto irlandês, Davies argumenta a favor de um estudo de poder atento aos núcleos de poder local, às malhas de interesses aristocráticos e às influências da fronteira, de processos de aculturação e fenômenos comparáveis.¹⁰¹ Tal estudo demandaria uma reorientação, advogada pelo autor, de nosso entendimento de autoridade, de um foco em instituições e aparatos de governo a um conjunto de processos, práticas e redes.¹⁰²

Neste trabalho, pretendo contribuir ao debate trazendo ao estudo do Senhorio perspectivas concebidas para um contexto temporalmente distante, porém conformes aos tipos de fenômenos observados no período medieval: o campo das relações internacionais na era contemporânea. Nas últimas décadas, o advento de entidades sociais desprovidas de coesão identitária, a preponderância de atores transnacionais não-estatais ou supra-

⁹⁸ DAVIES, R.R. The Medieval State: The Tyranny of a Concept? **Journal of Sociological History**, v. 16, n. 2, 2003, p. 294

⁹⁹ DAVIES, R.R. The Medieval State: The Tyranny of a Concept? **Journal of Sociological History**, v. 16, n. 2, 2003, p. 281

¹⁰⁰ DAVIES, R.R. The Medieval State: The Tyranny of a Concept? **Journal of Sociological History**, v. 16, n. 2, 2003, p. 290

¹⁰¹ DAVIES, R.R. The Medieval State: The Tyranny of a Concept? **Journal of Sociological History**, v. 16, n. 2, 2003, p. 291

¹⁰² DAVIES, R.R. The Medieval State: The Tyranny of a Concept? **Journal of Sociological History**, v. 16, n. 2, 2003, p. 291

estatais e seu subsequente recurso a *soft laws* e outros métodos horizontais de coerção motivou um câmbio de conceitos e diretrizes teóricas. Mais precisamente, observa-se uma virada de um modelo analítico focado no exercício de autoridade formal para mecanismos informais e multilaterais de garantia de *compliance* – a propensão a aderir a regras estabelecidas. Se potencialmente inéditos para pesquisadores do contemporâneo, para medievalistas tais problemas sublinham tópicos clássicos de investigação, presentes, algumas vezes, desde as origens do próprio campo. Realizar pontes entre estes dois mundos, portanto, oferece não apenas uma possibilidade de enriquecimento dos estudos medievais, como o potencial de agregar à discussão conceitual questões específicas da medievalística, nem sempre abordadas pela ciência política contemporânea.

Todavia, a peculiaridade das relações internacionais em relação à história vai além de seus objetos de estudo. Em razão da grande quantidade de informação com que precisam lidar, tal como a necessidade de produzir generalizações e previsões, vários ramos das ciências sociais fizeram usos de métodos matemáticos – ou, ao menos, matematizáveis – para modelar suas ideias. Tal como a análise de rede social, oriunda da sociologia, promoveu uma revitalização de estudos prosopográficos,¹⁰³ estudiosos interessados nas interações estratégicas entre atores sociais por vezes fizeram uso da teoria dos jogos.¹⁰⁴ Estes métodos diferem dos modelos explicativos tradicionais de historiadores em razão de sua abstração e seu foco em propriedades generalizáveis. Entretanto, eles também fornecem novas formas de visualizar e relacionar informações, e produziram um arcabouço teórico inovador que já se provou útil mesmo em abordagens informais.

Tendo em vista as preocupações em comum entre a historiografia contemporânea sobre o Senhorio da Irlanda e esses outros ramos das ciências sociais, pretendo aliar à análise do Senhorio dois elementos oriundos desse debate externo. De um lado, os

¹⁰³ DÜRING, M.; STARK, M. Historical Network Analysis. In: BARNETT, G.A. (Ed.) **Encyclopedia of Social Networks**. Londres: Sage Publishing, 2011; ERICKSON, B.H. Social Networks and History: A Review Essay. **Historical Methods**, v.30, n.3, 1997, pp. 149-57; GOULD, R.V. Uses of Network Tools in Comparative Historical Research'. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.) **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 241-69; ROSÉ, I. 'Reconstitution, représentation graphique et analyses des réseaux de pouvoir au haut Moyen Âge. Approche des pratiques sociales de l'aristocratie à partir de l'exemple d'Odon de Cluny (†942)' **REDES**, v. 21, 2011

¹⁰⁴ ZAGARE, F.C. **The Games of July: Explaining the Great War**. Ann Arbor: **The University of Michigan Press**, 2011; MONGIN, P. Retour à Waterloo. Histoire Militaire et Théorie des Jeux. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 63e année, 2008, pp. 39-69; BRAMS, S.J. **Game Theory and the Humanities: Bridging Two Worlds**. Cambridge/London: The MIT Press, 2011; AXELROD, R. The Live-and-let-Live system in Trench Warfare in World War I. In: **The Evolution of Cooperation**. Nova York: Basic Books, 1981; BATES, H.R.; GREIF, A.; LEVI, M.; ROSENTHAL, J.-L.; WEINGAST, B.R. **Analytic Narratives**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

conceitos inter-relacionados de governança e governabilidade, centrais para a expansão e reelaboração da ideia de “ator social” que pautou as relações internacionais após o fim da Guerra Fria. De outro, o paradigma explanatório conhecido como teoria dos jogos, um método formal para a análise de interações estratégicas – situações em que as decisões dos agentes são tomadas com base nas ações um do outro. Embora à primeira vista antitéticos à natureza da investigação histórica, no próximo capítulo demonstrarei que os objetivos desta perspectiva não apenas vão ao encontro dos interesses de historiadores, como traduzem uma lógica defendida a longa data na disciplina.

Capítulo 2

Teoria e Conceitos

1. Governança e governabilidade

Governança e governabilidade são dois conceitos que ganharam popularidade a partir dos anos 1990, como parte do câmbio maior nos estudos de ciência política aplicados às relações internacionais após o colapso da União Soviética. Sua ubiquidade se deve, em grande parte, à influência da obra de James Rosenau, em especial *Governance Without Government*, de 1992. O autor trabalhou para tipificar uma conjuntura de interações entre agentes nacionais e transnacionais deficiente de uma ordem governamental superior. Seu foco em governança, portanto, é justificado pela ênfase em “atividades respaldadas por objetivos comuns que podem ou não derivar de responsabilidades formal ou legalmente prescritas e podem ou não depender de poderes de polícia para (...) obter *compliance*.”¹⁰⁵

O termo “governança”, evidentemente, é bastante polissêmico, e pode se mostrar ambíguo uma vez que apresenta proximidade com dois conceitos distintos trabalhados pela literatura anglófona. De um lado, o termo *governing* – literalmente, o “governar”, embora a palavra, como substantivo, soe estranha à língua portuguesa¹⁰⁶. Segundo Jan Kooiman, o termo diz respeito ao conjunto de atividades de atores que constituem “esforços propositais para guiar, manobrar, controlar ou gerenciar (setores ou facetas das) sociedades.”¹⁰⁷ Trata-se de um conceito amplo, fundamentado na ideia de poder como uma forma de gerência – social, política e/ou administrativa – e aplicável a uma vasta gama de sistemas e contextos humanos. Em contrapartida, *governance*, palavra que compartilha com governança sua raiz latina, denota os padrões – tanto as consequências

¹⁰⁵ ROSENAU, J. N. Governance, Order, and Change in World Politics. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E.O. (Eds.) **Governance Without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 4

¹⁰⁶ Para evitar confusões, ele será a partir desse ponto utilizado no inglês original.

¹⁰⁷ KOOIMAN, J. Social-Political Governance: Introduction. In: _____. (Ed.) **Modern Governance: New Government – Society Interactions**. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi: Sage Publications, 1993, p. 2

quanto as arcabouços maiores de práticas – que emergem das atividades de *governing* de atores.¹⁰⁸

O conceito é versátil, e não é de espantar que tenha sido aplicado aos mais diversos domínios. ‘Governança’ foi empregada para caracterizar formas de *governing* na escala transnacional que transcendem o alcance do governo formal, de iniciativas fluidas de cooperação interestatal a “sistemas de regras (...) que sustentam mecanismos concebidos para garantir a segurança, prosperidade, coerência, estabilidade e continuidade”.¹⁰⁹ Em outros contextos, foi relacionada à “boa gerência” de uma sociedade ou unidade, à capacidade de “auto-governo” de atores sociais abaixo do domínio estatal, a medidas de monitoramento da livre concorrência e outras “regras do jogo” em interações de mercado e ao papel regulador exercido por redes de atores independentes.¹¹⁰ Essencial a todas as usagens é o “foco em mecanismos de *governing* que não dependam do recurso à autoridade e as sanções de governo.”¹¹¹ Neste sentido, ‘governança’ é um conceito mais amplo do que ‘governo’ e mais sistemático do que o simples ato de governar. Complementando-o, ‘governabilidade’, também na conceituação de Kooiman, diz respeito ao “processo de equilíbrio” entre as necessidades e capacidades de *governing*.¹¹² Ou, em uma definição ainda mais sucinta, a “capacidade geral de governança de qualquer entidade social ou sistema.”¹¹³ Uma dada unidade opera em governança se apresenta mecanismos de resolução de problemas e estratégias para sustentá-los que não sejam de todo dependentes de uma autoridade superior. Nas palavras de Rosenau, ela constitui, portanto, ordem somada à intencionalidade, no sentido de que é insustentável sem o consenso da maior dos atores que a compõem.¹¹⁴ Tal sociedade, por conseguinte, é

¹⁰⁸ KOOIMAN, J. Social-Political Governance: Introduction. In: _____. (Ed.) **Modern Governance: New Government – Society Interactions**. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi: Sage Publications, 1993, p. 2

¹⁰⁹ ROSENAU, J. N. Change, Complexity and governance in governing space. In: PIERRE, J. (Ed.) **Debating Governance: Authority, Steering and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 171

¹¹⁰ VAN KERSBERGEN, K.; VAN WAARDEN, F. ‘Governance’ as a bridge between discipline: Cross-disciplinary inspiration regarding shifts in governance and problems of governability, accountability and legitimacy. **European Journal of Political Research**. v. 43, 2004, pp. 143-148

¹¹¹ STOKER, G. Governance as Theory: Five Propositions. **International Social Science Journal**, v. 50 n. 155, 1998, p. 18b

¹¹² KOOIMAN, J. Social-Political Governance: Introduction. In: _____. (Ed.) **Modern Governance: New Government – Society Interactions**. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi: Sage Publications, 1993, p. 2

¹¹³ KOOIMAN, J. et al. Interactive Governance and Governability: An Introduction. **The Journal of Transdisciplinary Environmental Studies**, v. 7, n. 1, 2008, p. 3

¹¹⁴ ROSENAU, J. N. Governance, Order, and Change in World Politics. In: ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (Eds.) **Governance Without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, pp. 4-5

governável na medida em que é aberta às condições que permitam que estes mecanismos emerjam, persistam e se reinventem.

A escolha por “governança” sobre “governo” é um câmbio conceitual similar ao observado entre os termos “norma” e “lei” nos estudos sobre a justiça.¹¹⁵ Em sua face mais propositiva e otimista, a governança global, esta mudança visou a endereçar novos desenvolvimentos (em especial, o fim da Guerra Fria e a globalização) para os quais a Escola Realista de relações internacionais, com seu foco no Estado como ator predominante, se mostrava limitada.¹¹⁶ Curiosamente, uma das principais sugestões a marcar o início do debate pretendeu que a política global evoluía para um ordenamento similar ao observável na Europa durante a Idade Média. Chamada de Neo-Medievalismo, esta perspectiva pode ser traçada à obra de Hedley Bull, o qual a projeta como um dos cenários possíveis após um eventual enfraquecimento do sistema estatal. Bull define o paradigma medieval como um “sistema de autoridades sobrepostas e lealdades múltiplas”, no qual a soberania de uma unidade política é corroída até perder força.¹¹⁷ De um ponto de vista interno, esta soberania teria sido minada pelo compartilhamento do poder com vassalos. De um ponto de vista externo, pela obediência ao Papado ou ao Império.¹¹⁸

Escrevendo em 1977, ainda sob o espectro da Guerra Fria, Bull vê na emergência de atores não-estatais sinais de que uma conjuntura análoga voltasse a se estabelecer nas próximas décadas. Tais indícios seriam a integração regional de Estados – nos modelos da Comunidade Econômica Europeia – a desintegração de Estados decorrentes de movimentos separatistas, o recurso à violência privada em nível internacional – por grupos terroristas ou mercenários – a influência de organizações transnacionais – sejam corporações multinacionais, partidos políticos ou mesmo a Igreja Católica – e a unificação tecnológica do globo.¹¹⁹ Malgrado seu diagnóstico, Bull afirmou não encontrar

¹¹⁵ Vide, p. ex. POSNER, E.A. **Law and Social Norms**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2000; HIDÉN, H.; SVENSSON, M. The Concept of Norms in Sociology of Law. **Scandinavian Studies in Law**, v.53, 2008, pp. 15-32. Para um exemplo de aplicação da teoria no contexto inglês medieval, vide WORMALD, P. **The Making of English Law: King Alfred to the Twelfth Century, v. 1: Legislation and its Limits**. Oxford: Blackwell, 1999

¹¹⁶ KACOWITZ, A.M. Global Governance, International Order, and World Order. In: LEVI-FAUR, D. (Ed.) **Oxford Handbook of Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 687-88

¹¹⁷ BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. Nova York: Palgrave, 2002, p. 245

¹¹⁸ BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. Nova York: Palgrave, 2002, p. 245

¹¹⁹ BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. Nova York: Palgrave, 2002, p. 255-63

evidências claras para o advento iminente do Neo-Medievalismo.¹²⁰ Ademais, ele relativizou seus méritos, afirmando ser possível que tal conjuntura trouxesse “violência e insegurança mais contínuas e ubíquas” do que o atual *statu quo*.¹²¹

A despeito de suas reticências, a previsão do autor passou a ser enxergada com otimismo após o colapso da União Soviética. Anthony Clark Arend se posicionou a favor de uma futura conjuntura neomedieval, argumentado que os sinais elencados por Bull se mostravam ainda mais prevalentes nos anos 1990 do que quando de sua concepção original. Arend argumenta que as expectativas da população passaram a superar aquilo que o Estado é capaz de suprir, e que outras entidades – corporações, empresas de segurança privada ou mesmo organizações criminosas – começaram a prover serviços outrora inconcebíveis fora da esfera estatal.¹²² Ao mesmo tempo, o autor pondera que a tradição vestfaliana de Estado nunca imperou em algumas partes do globo (sobretudo na África) e que dependera, no século XX, do poderio americano ou soviético para se sustentar nestes lugares. Com o fim da Guerra Fria e o decréscimo desta modalidade de intervenção, novas desintegrações seriam prováveis.¹²³

Jörg Friedrichs, em contrapartida, manifestou ressalvas à conceituação de Bull, não porque discordasse da plausibilidade do novo paradigma, mas porque a considerava vaga. Para ele, a definição de Neo Medievalismo como um mero “sistema de autoridades sobrepostas e lealdades múltiplas” enfatiza sobremaneira a ideia de fragmentação, ignorando o senso de hierarquia e o universalismo cristão que haviam contribuído para sua sobrevivência por mais de mil anos.¹²⁴ Friedrichs assim acrescenta à formulação de Bull, afirmando ser necessário que tal sistema seja “mantido coeso por uma dualidade de reivindicações universalistas em competição.”¹²⁵ No caso medieval, tais reivindicações teriam sido as esferas do *sacerdotium* e do *imperium*. No caso contemporâneo, os modos

¹²⁰ BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. Nova York: Palgrave, 2002, p. 265

¹²¹ BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. Nova York: Palgrave, 2002, p. 246

¹²² AREND, A. C. **Legal Rules and International Society**. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 181-82

¹²³ AREND, A. C. **Legal Rules and International Society**. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 181

¹²⁴ FRIEDRICHS, J. The Neomedieval Renaissance: Global Governance and International Law in the New Middle Ages. In: DEKKER, I.F.; WERNER, W.G. (Eds.) **Governance and International Legal Theory**. Berlim: Springer, 2004, p.10

¹²⁵ FRIEDRICHS, J. The Neomedieval Renaissance: Global Governance and International Law in the New Middle Ages. In: DEKKER, I.F.; WERNER, W.G. (Eds.) **Governance and International Legal Theory**. Berlim: Springer, 2004, p. 16

organizacionais da política internacionais e da economia transnacional.¹²⁶ Uma ordem neomedieval, portanto, seria aquela na qual atores de projeção variada, oriundos das esferas da política, economia e sociedade, interagiriam em uma cooperação estável – porém antagônica – sob estes dois modos.¹²⁷

Contextualizar as correntes de pensamento na qual esses conceitos se inserem é importante para salientar seus limites explicativos. Como Friedrichs enfatiza, governança global não é um diagnóstico neutro sobre a atual conjuntura política internacional, mas um verdadeiro projeto político, tentativa de “preencher a lacuna regulatória” aberta pela globalização e pelo titubeio do sistema estatal identificado por Hedley Bull e outros.¹²⁸ O potencial de um sistema político de atingir uma alta governabilidade não significa que ela necessariamente venha a surgir, nem que a manutenção da governança entre um determinado conjunto de atores seja necessariamente benéfica a todos os afetados – em especial em circunstâncias de disparidades culturais ou tecnológicas acirradas. Ao fazer uso desses conceitos para analisar um dado contexto histórico – acima de tudo, um contexto distinto da comunidade internacional contemporânea, para o qual foram pensados – é imprescindível ter em mente que “governança” e “governabilidade” não são categorias infalseáveis. Se a existência de comunidades de atores sociais que se regulam sem a recorrência a uma mediação superior não é *stritu sensu* impossível, a todo caso de cooperação bem sucedida é possível levantar um contra-exemplo de não-cooperação. A conclusão de que um dado sistema tenha se mostrado ingovernável – e que isto não implica, como visto no capítulo precedente, em um “fracasso” do Senhorio da Irlanda – deve ser sempre uma possibilidade.

Como, no entanto, distinguir uma situação de desordem a ações pouco ortodoxas de manutenção da ordem, como os exemplos levantados por Robin Frame? E como avaliar uma unidade social em que atores cooperativos coexistem com outros atores interessados na ruptura, e iniciativas de governança disputam espaço com cisões, discórdias e empecilhos gerais à *compliance*? No que diz respeito ao Senhorio da Irlanda no século XIII, estas dificuldades são avivadas por um agravante. Embora coabitassem

¹²⁶ FRIEDRICHS, J. The Neomedieval Renaissance: Global Governance and International Law in the New Middle Ages. In: DEKKER, I.F.; WERNER, W.G. (Eds.) **Governance and International Legal Theory**. Berlin: Springer, 2004, p. 20

¹²⁷ FRIEDRICHS, J. The Neomedieval Renaissance: Global Governance and International Law in the New Middle Ages. In: DEKKER, I.F.; WERNER, W.G. (Eds.) **Governance and International Legal Theory**. Berlin: Springer, 2004, p. 24

¹²⁸ FRIEDRICHS, J. The Neomedieval Renaissance: Global Governance and International Law in the New Middle Ages. In: DEKKER, I.F.; WERNER, W.G. (Eds.) **Governance and International Legal Theory**. Berlin: Springer, 2004, p. 13

amiúde uma mesma unidade política, chefes gaélicos, magnatas ingleses e a Coroa pertenciam, concomitantemente, a esferas de atuação distintas – e nem sempre comunicantes.¹²⁹ Nem todos os reis irlandeses se inseriram nas malhas do Senhorio, e os que o fizeram não se integraram completamente. Durante todo o período medieval, preterir o vínculo com a Coroa a alianças locais foi uma possibilidade existente e por vezes necessária para apaziguar atores radicais dentro do clã e preservar sua governabilidade. Da mesma forma, magnatas ingleses possuíam expectativas e obrigações muito diferentes em relação à Coroa do que seus súditos intermitentes do mundo gaélico. O dever do monarca de recompensar seus homens pelo seu serviço – a chamada *royal patronage* – podia, associada a uma conjuntura de escassez de terras ou recursos, implicar entre uma escolha entre as boas relações com um chefe gaélico e a satisfação de um vassalo inglês ou continental.¹³⁰ O que a primeira vista pode ser interpretado como uma perda de governabilidade se mostra, na verdade, como uma medida para preservá-la. Como corolário, mecanismos de governança e o fator dissuasivo da perda de governabilidade podiam, dependendo da situação, tanto contribuir como comprometer um estado de cooperação entre a Coroa e as lideranças irlandesas.

Para abordar tais problemas, será necessário um método que atente para a desordem e *non compliance* tanto quanto para estados de aparente cooperação. Ademais, que contemple as motivações e processos decisórios dos atores sociais, e não apenas os subsuma a partir de critérios *a posteriori*. Aqui, a teoria dos jogos se mostra como um caminho promissor.

2. A Teoria dos Jogos

2.1 Características gerais

A teoria dos jogos é um método formal para o estudo de problemas sociais estratégicos. Por “formal”, entende-se a teoria que se vale de recursos como as abstrações matemáticas para garantir um maior rigor semântico e sintático. Por “estratégia” diz-se

¹²⁹ FRAME, R. Ireland after 1169: Barriers to Acculturation on an ‘English’ Edge. In: STRINGER, K.J.; JOTISCHKY, A. (Ed.) **Norman Expansion: Connections, Continuities and Contrasts**. Farham: Ashgate, 2013, pp. 138-39

¹³⁰ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, pp. 31-57

uma decisão interdependente de um determinado agente social, cujo sentido e eficácia estão relacionados com as ações dos demais atores envolvidos no problema.

Na sua formulação mais completa, o surgimento da teoria é atribuído à publicação do livro *Teoria dos Jogos e Comportamento Econômico*, de John Von Neumann e Oskar Morgenstern em 1944.¹³¹ O pós-Segunda Guerra e os anos 1950 se mostraram terreno fértil para o desenvolvimento de seus princípios sob uma conjuntura de revigorada preocupação com segurança internacional e conflitos militares. Em especial, a proposição de John Nash sobre equilíbrio não-cooperativo – ou equilíbrio Nash, como viria a ser chamado – desempenhou um divisor de águas nos estudos estratégicos.¹³² A partir da generalização de um estudo do matemático Antoine Cournot, publicado mais de cem anos antes, Nash propôs que todo problema social possui ao menos um ponto em que os atores sociais desempenham melhores respostas mútuas às ações uns dos outros – em outras palavras, um ponto onde é impossível para um agente aumentar seus ganhos modificando independentemente sua conduta. O estudo angariou entusiasmo para abordagens estratégicas nas áreas de matemática, economia e ciências sociais, influenciando estudos sobre autoregulação, disparidade entre interesse coletivo e individual e relações internacionais. A partir dos anos 1960 e 1970, a teoria expandiu seu escopo de aplicação, encontrando novos nichos em sociologia e ciência política, mas também em áreas como biologia, filosofia e ciência da computação.

A característica mais distintiva da teoria dos jogos é o uso de modelos formais de explicação. Na sua formulação mais simples, um modelo é nada mais do que “a representação de alguma coisa para propósitos de estudo”.¹³³ Ao contrário da usagem frequentemente atribuída às ciências naturais, modelos não são, em humanidades, representações de uma ordem anterior à atividade intelectual. Antes, são eles próprios ferramentas analíticas, seleções das variáveis e dinâmicas do objeto de estudo elencadas pelo pesquisador como as mais relevantes para as perguntas que pretende digirir a ele. Para o historiador, cuja produção geralmente toma a forma de monografias minuciosamente detalhistas, esta metodologia pode soar contraintuitiva, quando não mesmo anti-histórica. Afinal, como coloca Frank Zagare, a análise histórica é pormenorizada, enquanto que modelos não só primam pela simplicidade, como não

¹³¹ VON NEUMANN, John; MORGENSTERN, Oskar. *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press, 1944.

¹³² NASH, J. F. **Non-Cooperative Games**. [Tese de Doutorado], Universidade de Princeton, 1950

¹³³ MCCARTY, W. Modeling: A Study in Words and Meanings. In: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (Eds.) **A Companion to Digital Humanities**. Oxford: Blackwell, 2004, p. 255

funcionam se forem demasiado complexos.¹³⁴ Não obstante, a origem desta objeção pode estar menos em uma particularidade da história em relação às demais ciências sociais do que em um excesso de confiança, da parte dos historiadores, no que diz respeito ao seu próprio método. Para David Hackett Fischer, a desconfiança dos pesquisadores da disciplina por hipóteses e modelos têm como resultado trabalhos nos quais estes princípios aparecem de maneira implícita, muitas vezes guiando a argumentação sem que o próprio autor se dê conta.¹³⁵ Hackett Fischer, pelo contrário, vê no emprego de modelos o fundamento da tarefa do historiador. A escrita da história, para ele, é um exercício de explicação, de “tornar [algo] simples, claro e entendível”¹³⁶ Tal explicação é, por sua vez, operacionalizada por meio de um modelo: um conjunto de critérios que coordenam a formulação de questões e a seleção dos fatos que comporão suas respostas.¹³⁷ A narrativa histórica, portanto, não é uma alternativa aos modelos. Ela constitui, ela mesma, um tipo específico, informal, de modelo explicativo.¹³⁸

A principal diferença da teoria dos jogos à narrativa histórica convencional está, portanto, não suas pretensões explicativas em si, mas em seu recurso à linguagem formal. A função da formalidade não está em provar ou refutar teoria informais, mas em operacionalizá-las e estimar previsões a partir de seus fundamentos.¹³⁹ Nisto, o potencial de generalização cumpre papel decisivo. Grande parte dos problemas sociais podem ser descritos formalmente de maneira a contemplar todas as suas especificidades. No entanto, a utilidade do modelo resultante de tal exercício é disputável. Sua eficácia jaz precisamente na sua capacidade de abstração e em sua aplicabilidade em contextos similares, permitindo ao pesquisador comparar problemas sociais distintos e tecer juízos sobre suas especificidades e diferenças.

¹³⁴ ZAGARE, F.C. **The Games of July: Explaining the Great War**. Ann Arbor: **The University of Michigan Press**, 2011, p. 12

¹³⁵ HACKETT FISCHER, D. **Historians' Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought**. Nova York: Harper Perennial, 1970, p. 7

¹³⁶ HACKETT FISCHER, D. **Historians' Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought**. Nova York: Harper Perennial, 1970, p. 104

¹³⁷ HACKETT FISCHER, D. **Historians' Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought**. Nova York: Harper Perennial, 1970, p. 100

¹³⁸ “History is, in short, a problem-solving discipline. A historian is someone (anyone) who asks an open-ended question about past events and answers it with selected facts which are arranged in the form of an explanatory paradigm. These questions and answers are fitted to it other by a complex process of mutual adjustment. The resultant explanatory paradigm may take many different forms: a statistical generalization, or a narrative, or a causal model, or a motivational model, or a collectivized group-composition model, or a motivational model, or maybe an analogy. Most commonly it consists not in any one of these components but in a combination of them.” HACKETT FISCHER, D. **Historians' Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought**. Nova York: Harper Perennial, 1970, p. xv

¹³⁹ MORROW, J.D. **Game Theory for Political Scientists**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p.2

A elaboração de modelos formais pode complementar a narrativa histórica em três pontos essenciais. Primeiramente, ela força o pesquisador a operar inflexivelmente com conceitos, contribuindo à coerência do trabalho – nas palavras de Barry O'Neill, constituindo uma “polícia lógica” sobre a argumentação.¹⁴⁰ Em segundo lugar, ela requer a um só tempo a simplificação de variáveis e a atribuição de relações mais rígidas de causalidade, colocando em evidência as premissas do historiador e facilitando a análise da pertinência de cada variável. Em terceiro lugar, em razão de seu caráter sucinto e direto, ela evidencia as suposições estruturais do trabalho e o torna mais transparente ao escrutínio. Assim, um estudo formal traz o potencial de contribuir a um corpo de estudos informais sujeitando suas conclusões a um exame lógico mais criterioso. O modelo, neste sentido, tem seus parâmetros informados pelas hipóteses que o pesquisador busca testar. Tendo em vista a ênfase da teoria dos jogos sobre as preferências dos atores e o ponto de equilíbrio em problemas sociais, a estrutura formal lhe transforma em um método privilegiado para o estudo de motivações (individuais ou coletivas) e situações de conflito, em que as condições necessárias para a ordem parecem ter sido violadas.¹⁴¹

No que diz respeito especificamente à história da Irlanda medieval, o uso de modelos cumpre uma função adicional. A historiografia sobre a época é geralmente hermética em razão de seu detalhismo e de seu foco nas complexas disputas dinásticas que sobrepõem a história dos clãs gaélicos. Posto que a intervenção em tais conflitos constituía uma das mais recorrentes estratégias de governabilidade e domínio dos ingleses sobre as elites nativas, o exame cuidadoso dessas contendas é, na maioria das vezes, imprescindível. A aplicação de modelos estratégicos tem aqui o diferencial de fornecer explicações simples, claras e logicamente consistentes para as centenas de escaramuças, atentados, traições, acordos e campanhas militares a cuja existência anais e registros administrativos fazem referência. Por consequência, os modelos provêm o benefício adicional de proporcionar ao historiador não especialista – para quem a recorrente menção a locais e personagens de nomes exóticos é assustadora—uma linha mestra para compreender a base conceitual, inferências teóricas e conclusões gerais da historiografia,

¹⁴⁰ O'NEILL, B. Game Models of Peace and War: Some Recent Themes. In: Cf. AVENHAUS, R.; ZARTMAN, I.W. **Diplomatic Games: Formal Models and International Negotiations**. Berlin/Heidelberg: Springer Verlag, 2007, pp. 29-31

¹⁴¹ O'NEILL, B. Game Models of Peace and War: Some Recent Themes. In: Cf. AVENHAUS, R.; ZARTMAN, I.W. **Diplomatic Games: Formal Models and International Negotiations**. Berlin/Heidelberg: Springer Verlag, 2007, p. 32

cujas visualizações em trabalhos narrativos convencionais é mais difícil – e, por consequência, menos aberta ao escrutínio.

Antes de apresentar as diretrizes específicas da teoria dos jogos, gostaria de fazer um último adendo. Este trabalho não abandonará, de todo, a narrativa histórica tradicional. Antes, como mencionado acima, a intenção é complementar os recursos habituais da disciplina com uma nova base teórica. Muito embora farei recurso a modelos formais para ilustrar certas colocações, meu interesse maior jaz com o potencial formalizável das proposições mais do que com sua dimensão algébrica. Na linha de Osbourne e Rubinstein, tomo a teoria dos jogos como um ramo das ciências sociais e não inerentemente da matemática.¹⁴² A transparência de suas premissas, o rigor que impõe ao vocabulário e, acima de tudo, sua ênfase nos fatores que influenciam a tomada de decisões em interações sociais são os fatores que motivam minha escolha. Trabalhar com a teoria dos jogos exige do pesquisador que formule questões muito específicas, que historiadores de outras vertentes provavelmente não formulariam. Essa dissertação não apresentará um distanciamento total das principais diretrizes da atual historiografia sobre o Senhorio da Irlanda – antes, ela subscreve a muitas de suas ideias e conclusões. Sua diferença está na observação de elementos, fenômenos e fatores diferentes (ou enxergados de maneira diferente), cuja importância nos episódios estudados nem sempre é reconhecida por outros modelos de explicação.

2.2 Atores, estratégias e utilidades

Como seu próprio nome já indica, a teoria dos jogos opera interpretando problemas sociais como jogos nos quais um número de atores participam. Um “jogo” é constituído obrigatoriamente por três elementos: jogadores, estratégias e *payoffs*. Jogadores, como o nome do modelo já nos indica, são os atores sociais participantes na interação. Eles podem ser – e comumente são – indivíduos ou entidades conduzidas por agentes individuais, mas não exclusivamente. Com a popularização da teoria dos jogos em diversas áreas do conhecimento, observou-se a tipificação de jogadores dos mais diversos, de organismos unicelulares a estados, instituições e mesmas populações

¹⁴² OSBOURNE, M.J.; RUBINSTEIN, A. **A Course in Game Theory**. Cambridge: MIT Press, 1998, p. 1

inteiras.¹⁴³ O fundamental na categoria é a capacidade de optar pelas ações a serem tomadas e cujas motivações e desenlaces o pesquisador deseja analisar.

Estratégias, por sua vez, são planos contingentes de ação feitos pelos jogadores em função das atitudes uns dos outros. Em casos de jogos simples – como muitos dos que serão explorados abaixo – uma estratégia consiste apenas em uma única ação. Em outros, mais complexos, estratégias geralmente consistem em uma combinação de diversas ações. Atividades lúdicas como o xadrez ou o go, caso formalizadas como jogos segundo a teoria, apresentariam uma quantidade expressiva – para não dizer infindável – de estratégias, em função das inúmeras possibilidades de movimento em cada etapa interativa. Não há limites para jogadores ou estratégias em um jogo. O modelo pode abranger de dois a infinitos atores, com um número igualmente variável de ações. O tamanho e complexidade dos jogos influencia os tipos de explicação que deles podemos extrair, tal como na aplicabilidade de alguns conceitos específicos da teoria. Para todos os fins, no entanto, os jogos que serão trabalhados nessa dissertação serão relativamente simples, com não mais de dois jogadores e uma quantidade limitada de estratégias.

Por fim, *payoffs*, o terceiro elemento constitutivo de um jogo, são mais perniciosos de se definir, e mais propensos, como conceito, a levantar a suspeita de historiadores. Decisões produzem resultados – ou *outcomes* – os quais podem ser mais ou menos preferíveis aos jogadores envolvidos. Na linguagem formal, esta ordem de preferência é representada numericamente, em uma disposição na qual cada número é chamado de utilidade. Um *payoff* é, basicamente, um número (utilidade) atribuído a um *outcome* específico do jogo.¹⁴⁴ Em termos gerais, portanto, ele é uma medida da preferência dos atores sociais em relação aos desfechos esperados da interação. Evidentemente, tal definição apresenta certas ambiguidades as quais, por sua vez, exigem a clareza e melhor julgamento do pesquisador. Para demonstrá-las, é útil recorrermos a um exemplo prático. Considere-se, por exemplo, o seguinte jogo. Trata-se de um modelo ubíquo na literatura em função de sua generalidade, conhecido como dilema do prisioneiro. (Fig. 5)

¹⁴³ Para alguns balanços, cf., nas relações internacionais, AVENHAUS, R.; ZARTMAN, I.W (Eds.). **Diplomatic Games: Formal Models and International Negotiations**. Berlin/Heidelberg: Springer Verlag, 2007, pp. 25-44; na sociologia, SWEDBERG, R. *Sociology and Game Theory: Contemporary and Historical Perspectives*. **Theory and Society**, v.30, 2001, pp. 301-335; nos estudos literários, BRAMS, S. **Game Theory and the Humanities: Bridging Two Worlds**. Cambridge/Londres: MIT Press, 2011, p.6

¹⁴⁴ MORROW, J.D. **Game Theory for Political Scientists**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 55

		Prisioneiro 1	
		Calar-se	Delatar
Prisioneiro 2	Calar-se	-1,-1	-10,0
	Delatar	0,-10	-5,-5

Figura 5: O dilema do prisioneiro

O exemplo representa uma situação hipotética na qual dois suspeitos de um mesmo crime são interrogados, sem chances de se comunicar um com o outro. As autoridades lhes ofereceram a oportunidade de andar em liberdade caso apontem quem foi o culpado. Suas estratégias possíveis são calar-se – recusando, portanto, a oferta – ou delatar o companheiro. Se um dos prisioneiros delatar o comparsa, o informante será solto e o acusado cumprirá a pena mais severa (10 anos). No entanto, se ambos se delatarem mutuamente, as autoridades prenderão os dois, conquanto sob pena reduzida (5 anos). Se, por sua vez, nenhum dos prisioneiros aceitar a oferta, os detalhes do crime não serão conhecidos. As autoridades os manterão na cadeia por um curto período (1 ano) após o qual serão soltos.

Nesse exemplo, a definição de *payoff* é bastante direta e se relaciona com uma consequência real mensurável. Quanto maior a pena, menos desejável é o *outcome* para os jogadores e, por consequência, menor a utilidade. 0, portanto, denota a liberdade, ao passo que -1,-5 e -10 representam os respectivos anos que cada prisioneiro pode passar atrás das grades. Essa categoria de *payoff* é chamada de utilidade cardinal.¹⁴⁵ Sua aplicabilidade, entretanto, é deveras limitada. A maior parte dos problemas históricos envolve casos em que os ganhos dos jogadores são desconhecidos, multifacetados ou – o que é ainda pior – impossíveis de serem traduzidos diretamente em números. Um conflito militar entre duas facções, por exemplo, pode ter seus *outcomes* mensurados em critérios formais como baixas humanas e perda de território, mas de modo algum o impacto de uma guerra pode ser reduzido a termos tão austeros. Fatores como custos monetários, opinião doméstica e externa, códigos de conduta ou mesmo valores espirituais podem interferir na preferência de jogadores. Para que o modelo possua uma capacidade de

¹⁴⁵ MORROW, J.D. **Game Theory for Political Scientists**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 20

explicação, é necessário que encontre meios para formalizar estes fatores. Tomemos como contra-exemplo, aqui, o modelo conhecido como *chicken* (Fig. 6)

		Potência 1	
		Atacar	Não atacar
Potência 2	Atacar	1,1	4,2
	Não atacar	2,4	3,3

Figura 6: O jogo de chicken

Chicken é usado para representar a perspectiva de conflito entre duas potências rivais. Cada jogador tem a opção de atacar, iniciando um conflito, ou não atacar, optando pelo *statu quo*. Uma investida militar sobre um rival hesitante garantirá uma vitória fácil, tornando este o melhor cenário para qualquer uma das potências. Porém, caso ambos optem pelo conflito, o resultado será o pior possível para ambos – pior até que o *statu quo* ou mesmo uma rendição unilateral. Interações modeladas desta maneira geralmente dizem respeito a conflitos de custo potencial tão grande a ponto de tornar a perspectiva do combate desconvidativa. Por exemplo, um duelo entre estados com a chance de se transformar em uma guerra total, ou a destruição mútua de duas potências nucleares.

Reparem como nenhuma dessas preocupações está diretamente representada na utilidade dos jogadores. 1,2,3,4 representam meramente a preferência das potências pelos respectivos *outcomes* em relação aos demais, não seus valores específicos, sejam eles quais forem. A declaração mútua de hostilidade é ruim (1), pois traz consigo o risco de obliteração de ambos os jogadores. A rendição unilateral é menos ruim (2), pois ao menos conserva minimamente a integridade do país e/ou seus habitantes. O *statu quo* (3) é melhor, pois não implica nos custos de campanha nem no possível dano causado por uma invasão. O ataque sobre um oponente inativo (4) é, por sua vez, ainda mais vantajoso, pois implicará provavelmente numa vitória e na eliminação da potência rival. Essa configuração alternativa de utilidades é chamada de utilidade ordinal, e oferece mais versatilidade aos tipos de interação que o modelo é capaz de representar. As preferências dos jogadores não mais precisam ser contáveis para que sejam formalmente expressas: virtualmente qualquer motivação, valor, receio ou padrão de comportamento pode ser formalizado elencando adequadamente os *payoffs*.

Esse mecanismo, todavia, não responde por si só a uma questão crucial: como elencar os diversos *payoffs*? O problema é de relevância particular para cenários em que os jogadores orientam suas escolhas mediante critérios obscuros ou quando as informações sobre as interações são deficientes – duas propriedades quase sempre observáveis no contexto medieval. Como estipular a utilidade de um ator que deliberadamente vai de encontro aos caminhos que o beneficiariam? Como explicar a ação de um ator social ao se engajar em um conflito por questões de honra, muito embora saiba que não poderá vencer? Ou um líder que recuse uma aliança crucial pelo respeito às tradições? Ignorar o peso decisório de bens imateriais e dos motivos que levam agentes a optar por consequências desfavoráveis empobrece de maneira inaceitável a explicação dos episódios. No pior caso, a omissão nos leva a supor um *homo politicus* que age exclusivamente em função de ganhos concretos, ou o que é pior – e mais provável, dadas as peculiaridades do método histórico – um *homo historicus*, o qual age mediante juízos *ex post facto* das situações em que está envolvido. Para solucionar estas questões, é necessário discutir um conceito fundamental na teoria dos jogos: a racionalidade.

2.3 Escolha racional

Em razão de sua popularidade no campo da economia, a teoria dos jogos é comumente associada – não sem alguma reprovação – a um imperativo de maximização de ganhos mediante critérios contemporâneos. Embora o método se preze a essa modalidade de análise, ele não está de maneira alguma preso a ela. Pelo contrário, jogos são modelos suficientemente versáteis para que preferências bastante distintas possam ser formalizadas sem prejuízos explicativos. James Morrow define racionalidade como a capacidade de “escolher os melhores meios disponíveis para obter um conjunto pré-determinado de fins.”¹⁴⁶ Pressupor que um determinado ator aja racionalmente significa apenas que busca “criar *outcomes* mais desejados mais do que *outcomes* menos desejados.”¹⁴⁷ Nas palavras de Rod Aya, uma ação é racional quando os atores esperam

¹⁴⁶ MORROW, J.D. **Game Theory for Political Scientists**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p.17

¹⁴⁷ MORROW, J.D. **Game Theory for Political Scientists**. Princeton: Princeton University Press, 1994, p.17

(mas não obrigatoriamente saibam) que ela logre êxito e que resulte nas consequências que antecipam.¹⁴⁸

Escolhas racionais não são incompatíveis com sentimentos, construções retóricas, símbolos ou mesmo decisões tomadas no calor do momento.¹⁴⁹ Uma aplicação do princípio a situações marcadamente distintas dos estereótipos associados à pesquisa econômica pode ser vislumbrada na obra de Barry O'Neill. O autor faz um exercício sobre o papel desempenhado por fatores imateriais, como honra, prestígio e simbolismo, na decisão de atores sociais nas relações internacionais. Embora admita que Von Neumann e Morgenstein provavelmente se aproximassem do paradigma da “[maximização de] expectativas de uma maneira consciente e calculada”¹⁵⁰ quando conceberam a teoria dos jogos, o autor propõe uma definição mais flexível. Atores racionais, em seu modelo, são aqueles que “avaliam probabilidades (*likelihoods*) e sigam objetivos”, independente de quão altruísticos forem os últimos e quão absurdas forem suas avaliações das primeiras.¹⁵¹ Os termos são ainda mais moles dos que os da definição mínima empregada por Ferejohn e Pasquino, que caracterizam o ato racional como “[aquele] que foi escolhido porque está entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e seus desejos.”¹⁵² Estes autores são particularmente entusiastas do prospecto de se aplicar o conceito de racionalidade a textos históricos, muito embora o façam em relação a pensadores políticos, como Hobbes e Rousseau. Para eles, tal metodologia permitiria, de um lado, contribuir para um entendimento maior sobre estes pensadores e, de outro, “encontrar (...) ideias de racionalidade que tenham sido desconsideradas ou esquecidas no curso do desenvolvimento moderno.”¹⁵³

As considerações desses autores sublinham a importância de fatores imateriais nas decisões de atores e fornecem um espaço para a inclusão de fenômenos caros à antropologia a abordagens estratégicas. Em 1228, por exemplo, o *justiciar* é mencionado

¹⁴⁸ AYA, R. The Third Man; or, Agency in History; or Rationality in Revolution. **History and Theory**, v. 40, n. 4, Dossiê Temático 40: Agency After Postmodernism, 2001, p. 146

¹⁴⁹ Daniel Kahneman argumentou que mesmo ações intuitivas, tomadas com esforço mínimo de deliberação, são explicadas pela existência de preferências, embora não necessariamente as mesmas (nem da mesma forma) contempladas pelos axiomas da teoria normativa empregada por certos economistas. Vide KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics. **The American Economic Review**, v.93, n. 5, 2003, pp. 1449-1475 e discussão abaixo, na seção 2.4.

¹⁵⁰ O'NEILL, B. **Honors, Symbols, and War**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999, p. 270

¹⁵¹ O'NEILL, B. **Honors, Symbols, and War**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999, p. 270

¹⁵² FEREJOHN, J. PASQUINO, P. A Teoria da Ação Racional na Ciência Política: Conceitos de Racionalidade em Teoria Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16 n. 45, 2001, p.7b

¹⁵³ FEREJOHN, J. PASQUINO, P. A Teoria da Ação Racional na Ciência Política: Conceitos de Racionalidade em Teoria Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16 n. 45, 2001, p.7a

em um relato organizando uma assembleia entre ingleses e irlandeses para a escolha do próximo rei de Connacht. A importância da resolução pode não ter sido mais importante que sua forma – a mera iniciativa, por parte do representante da Coroa inglesa, de convocar os homens de Connacht para a discussão da política real. Da mesma forma, a transição entre o uso do qualificativo “rei” (*rex*) para designar chefes gaélicos, nos séculos XII e XIII, ao emprego dos termos “pequeno rei” (*regulus*) e “chefe de sua nação” (*capitaneus sue nacione*) pode ter carregado a intenção de afirmar, por meio da linguagem, a posição de submissão esperada dos líderes de clã. A proposição é particularmente relevante diante da hipótese de Katherine Simms de que a mudança de tratamento teria levado a uma alteração *de facto* na própria função do chefe gaélico, culminando no fim da instituição dos reis irlandeses no início da era moderna.¹⁵⁴

2.4 Dominância estratégica

A premissa de que atores agem racionalmente possibilita o emprego de certos métodos para explicar suas ações. Dentre eles, um dos mais simples e fundamentais é a identificação de estratégias dominantes e dominadas.

Uma estratégia é estritamente dominante se for mais vantajosa do que outra em todos os cenários, independente da estratégia escolhida pelos demais jogadores. Uma estratégia é fracamente dominante, por sua vez, se for tão *ou* mais vantajosa do que outra, mantidas as mesmas condições. Tomemos como exemplo o seguinte jogo (Fig. 7).

	Orquestra Jovem	Orquestra Profissional
Haydn	3,2	3,2
Beethoven	2,1	3,2
Rautavaara	1,0	2,2

Figura 7: Jogo do maestro com estratégias dominadas

¹⁵⁴ SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000, pp. 38-39

O jogo retrata o dilema de um maestro em escolher o repertório para um concerto em um festival. O evento contará tanto com orquestras jovens e profissionais, e o regente não saberá com quais músicos tocará até o dia do ensaio. Haydn é simples e pode ser corretamente interpretado por ambos os grupos. Beethoven soará bem com uma orquestra profissional, mas apresentará dificuldades a instrumentistas amadores. Rautavaara é pouco interpretado, e se mostrará um desafio tanto a jovens quanto (em menor medida) a profissionais.

Reparem como, independente da orquestra encontrada, decidir por Rautavaara resulta em *payoffs* inferiores ao maestro (1 vs 2 e 3 com a orquestra jovem; 2 vs 3 e 3 com a orquestra profissional). Ela é, portanto, uma estratégia estritamente dominada pelas demais. Supondo que o maestro esteja ciente dos empecilhos de suas peças, não haveria razão para escolher Rautavaara. Ele poderia, desta forma, excluí-lo sem hesitação em um momento inicial de planejamento, resultando no jogo da Fig.8.

	Orquestra Jovem	Orquestra Profissional
Haydn	3,2	3,2
Beethoven	2,1	3,2

Figura 8: Jogo do maestro simplificado

Notem, contudo, como as duas opções restantes também apresentam uma relação de dominância. Haydn terá um desempenho ótimo com ambas as orquestras (3). Beethoven, em contrapartida, resultará em uma performance inferior com a orquestra jovem (2). Haydn, portanto, se mostra uma opção tão ou mais vantajosa do que Beethoven em ambos os cenários. Em outras palavras, ele é fracamente dominante à outra peça. Caso esteja confiante na probabilidade de tocar com uma orquestra profissional, o maestro pode assim mesmo se arriscar e apresentar Beethoven. Caso, de outro modo, prefira a certeza de um concerto excelente, será tentado a escolher Haydn.

A identificação e eliminação de estratégias dominadas, como efetuado nos jogos das Figs. 7 e 8, é um procedimento muito utilizado para excluir opções redundantes e simplificar jogos a modelos mais verossímeis. Ao mesmo tempo, a dominância é uma ferramenta importante para explicar escolhas de atores sociais em determinadas

circunstâncias. Se a dominância de uma estratégia sobre outra for transparente, é provável que o agente decida tomá-la—ou, caso a estratégia pertença a seu oponente, ele pode dá-la por certa e fazer sua escolha sem maiores considerações à postura do outro.

No entanto, duas importantes ressalvas devem ser feitas. A mera existência de relações de dominância não é um métodos infalível para estimar um *outcome* provável. Pelo contrário, jogadores podem, dependendo das circunstâncias, escolher estratégias dominadas. A situação exemplificada na Fig. 9 expõe um destes cenários.

	Il-2 Sturmovik	Secret of Mana
Chrono Trigger	3,1	0,0
Earthworm Jim	2,2	2,2

Figura 9: Jogo das produtoras

O jogo 3 descreve a competição entre duas produtoras de videogame. Cada uma possui os direitos de uso de duas franquias clássicas que desejam relançar no mercado e querem planejar seu cronograma para que o produto concorrente não interfira com seu lançamento. *Chrono Trigger* e *Secret of Mana* são títulos do mesmo gênero e podem saturar o mercado se disponibilizados simultaneamente – o pior cenário para ambas as empresas. *Earthworm Jim*, *Il-2 Sturmovik* e *Secret of Mana* são diferentes o suficientes para que não prejudiquem o desempenho de vendas um do outro. Como resultado, legam o segundo melhor cenário (2,2) às produtoras caso lançados concomitantemente. *Chrono Trigger*, por sua vez, é um título muito mais prestigioso do que *Il-2 Sturmovik*, e muito provavelmente monopolizaria a atenção da imprensa e de consumidores caso lançado junto com o mesmo. Isto resultaria no melhor cenário para a Produtora A (3), mas o segundo pior para a Produtora B (1).

Tal como no exemplo do maestro na Fig. 7, é possível ver que, para a Produtora B, *Il-2 Sturmovik* é uma estratégia fracamente dominante sobre *Secret of Mana*. Se a Produtora A escolher *Earthworm Jim*, o *payoff* de ambas as estratégias será idêntico (2). Se, de outra forma, escolher *Chrono Trigger*, *Il-2 Sturmovik* lhe conferirá o segundo pior cenário (1) contra o pior cenário (0) obtido com *Secret of Mana*. Partindo da mesma lógica do exemplo anterior, seria tentador descartar *Secret of Mana* como uma estratégia

inverossímil. No entanto, notem como, a despeito disso, o *payoff* obtido pela Produtora B no *outcome* (*Earthworm Jim*, *Secret of Mana*) (2,2) é maior do que aquele do cenário (*Chrono Trigger*, *Il-2 Sturmovik*). (3,1). Muito embora *Secret of Mana* seja uma estratégia fracamente dominada, ela ainda tem o potencial de prover o maior *payoff* à jogadora dentre todas as opções. Dependendo de suas expectativas sobre o jogo e sua disposição a arriscar seu *outcome* de pior *payoff* (0,0), a Produtora B teria razões, mesmo assim, para escolher racionalmente *Secret of Mana*.

O exemplo mostra que estratégias fracamente dominantes não podem ser excluídas da mesma maneira que aquelas estritamente dominadas. Mesmo que um curso de ação se pareça pouco convidativo à primeira vista, é possível que ele apresente mesmo assim um atrativo ao ator social. Para se evitar conclusões inverossímeis, portanto, é imprescindível que jogos com relações de dominância fraca sejam analisados caso a caso.

Mesmo relações de dominância estrita, porém, não devem ser tomadas como garantias absolutas de comportamento. Daniel Kahneman demonstrou que atores podem espontaneamente se decidir por estratégias não apenas fraca, mas também estritamente dominadas. A razão é que relações de dominância nem sempre estão espessas de forma transparente e, mesmo quando estão, atenção dos atores pode ser desviada para outros fatores. Kahneman argumenta que seres humanos possuem dois sistemas complementares de cognição. O Sistema 1 é intuitivo e espontâneo.¹⁵⁵ Ele se assemelha à faculdade da percepção e se assenta em conteúdos mentais acessíveis, capazes de serem apreendidos sem grande esforço computacional.¹⁵⁶ Obviamente, a acessibilidade de uma informação dependerá do ator social. A associação de fogo com perigo é um sinal acessível a quase todos. Uma cláusula draconiana em um contrato, em contrapartida, pode ser acessível a um advogado experiente, mas não a um cidadão qualquer, que não será capaz de identificá-la em meio à redação hermética. Para se obter e julgar informações não acessíveis, é necessário recorrer ao Sistema 2. Ao contrário do Sistema 1, ele é deliberado, controlado, mais lento e dependente de esforço computacional.¹⁵⁷ Kahneman argumenta que, na vida cotidiana, indivíduos operam frequentemente no Sistema 1. Isto os faz prescindir uma análise alongada se suas opções em favor de associações rápidas, muitas

¹⁵⁵ KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics. **The American Economic Review**, v.93, n. 5, 2003, p. 1450a

¹⁵⁶ KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics. **The American Economic Review**, v.93, n. 5, 2003, p. 1452a

¹⁵⁷ KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics. **The American Economic Review**, v.93, n. 5, 2003, p. 1450

vezes influenciadas pela emoção. Junto a Amos Tversky, o autor demonstrou como a preferência de agentes por determinados cursos de ação podia ser mudada simplesmente alterando os termos por meio dos quais as opções lhes eram apresentadas. A inclinação psicológica para apreender perdas como negativas e ganhos como positivos fazia com que considerassem *outcomes* expressos em termos das primeiras (ex. 20% de chance de fracasso) inferiores aos expressos em termos das segundas (ex. 80% de chance de sucesso), muito embora fossem matematicamente idênticos.¹⁵⁸ Em muitos casos, isto os induzia a deliberadamente ignorar estratégias dominantes e escolher aquelas dominadas.¹⁵⁹

Kahneman e Tversky nuançam o papel da dominância em relações estratégicas, mas seus apontamentos não devem ser lidos, de maneira extrema, como evidência de que tais propriedades sejam irrelevantes diante da propensão humana à intuição. Em primeiro lugar, como Kahneman mesmo afirma, o Sistema 1 é uma ferramenta de aquisição de habilidade a longo prazo, aprimorada pelo treino e experiência e capaz, por vezes, de se mostrar mais eficiente do que o Sistema 2.¹⁶⁰ Bombeiros e paramédicos, por exemplo, operam majoritariamente com base em decisões intuitivas, pois sua longa experiência em campo, formalizada em protocolos de atuação bem estabelecidos, fornece uma resposta adequada a emergências sem exigir o recurso à deliberação. Em segundo lugar, no contexto específico da Irlanda do Senhorio, há razões para crer que as decisões da Coroa e dos chefes gaélicos eram amiúde tomadas após avaliações longas. Embora certamente influenciados por inclinações emocionais, culturais e contextualmente contingentes, atores ingleses e irlandeses não agiam sozinhos nem com base apenas em seus impulsos. Como será elaborado nos Capítulos 3 e 4, tanto a Coroa quanto os chefes de clã eram amparados – e dependentes – em um aparato conciliar e/ou burocrático. Líderes irlandeses contavam com uma assembleia composta por familiares e nobres subordinados e chegaram, em ocasião, a protelar negociações com a Coroa para consultar com os seus. O rei da Inglaterra, por sua vez, frequentemente solicitava a avaliação do *justiciar* em

¹⁵⁸ TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Rational Choices and the Framing of Decisions. **Journal of Business**, v.59, n.4, pt.2, 1986, p. S259

¹⁵⁹ TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Rational Choices and the Framing of Decisions. **Journal of Business**, v.59, n.4, pt.2, 1986, p. S272

¹⁶⁰ KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics. **The American Economic Review**, v.93, n. 5, 2003, p. 1469a

algumas de suas ordens a súditos na Irlanda. Ambos as atitudes são consistentes com a dúvida, um fenômeno, como Kahneman lembra, do Sistema 2 de raciocínio.¹⁶¹

2.5 Conceitos de solução e Equilíbrio Nash

O potencial de explicar uma dada interação estratégica a partir de suas propriedades leva a um elemento fundamental na interpretação de jogos: os conceitos de solução. Em sua formulação mais vaga, uma solução é uma “descrição sistemática dos *outcomes* que podem emergir em uma família de jogos.”¹⁶² Na prática, o termo é frequentemente utilizado para delinear possíveis regularidades na interação (instâncias individuais) de um mesmo jogo – a chamada interpretação *steady state* – ou como representação do potencial dedutivo dos atores em uma determinada interação – conhecida como interpretação dedutiva.¹⁶³ A identificação de relações de dominância e eliminação de estratégias dominadas é um conceito de solução, embora, como exposto acima, apresente certas restrições. Mais ostensivamente praticada na bibliografia acadêmica é a identificação de equilíbrios Nash. O conceito, proposto por John Nash nos anos 1950, é definido como um cenário no qual nenhum jogador é capaz de aumentar seu *payoff* mudando unilateralmente sua estratégia. Uma vez que os jogadores tomam decisões baseados em seus melhores interesses e escolhem suas ações baseados no que presumem ser as ações a serem tomadas por outros jogadores, o conceito propõe que em toda interação¹⁶⁴ há ao menos um ponto possível em que as ações dos atores constituam mútuas melhores respostas em relação umas as outras. A ideia, arcana a princípio, torna-se intuitiva quando vista em prática. Retornemos, pois, ao já mencionado dilema do prisioneiro:

		Prisioneiro 1	
		Calar-se	Delatar
Prisioneiro 2	Calar-se	-1,-1	-10,0
	Delatar	0,-10	-5,-5

¹⁶¹ KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics. **The American Economic Review**, v.93, n. 5, 2003, p. 1454b

¹⁶² OSBOURNE, M.J.; RUBINSTEIN, A. **A Course in Game Theory**. Cambridge: MIT Press, 1998, p. 2

¹⁶³ OSBOURNE, M.J.; RUBINSTEIN, A. **A Course in Game Theory**. Cambridge: MIT Press, 1998, p. 5

¹⁶⁴ Há alguns jogos que não apresentam equilíbrio. No entanto, eles são definidos por propriedades muito específicas e não encontram similaridade com nenhuma interação que será abordada aqui.

Nesse jogo, cada prisioneiro se encontra diante de dois cenários possíveis: seu comparsa pode optar por dedurá-lo ou honrar a cumplicidade e se calar. Caso ele suspeite de que o companheiro o delate, a melhor ação, tendo em vista seus interesses, é a de dedurá-lo também: uma delação unilateral de seu comparsa, afinal, lhe renderá 10 anos na cadeia, ao passo que uma delação mútua uma pena de apenas 5. Caso ele suspeite de que o companheiro decida se calar, entretanto, é *também* conforme aos seus interesses que ele o dedure: uma omissão mútua, afinal, não o salvará de passar um ano na prisão, ao passo que ao delatar seu companheiro ele anda em liberdade, deixando-o a cumprir sozinho a pena mais rígida. A mútua defecção (delatar, delatar) é, portanto, o *outcome* de equilíbrio deste jogo. Note-se que o equilíbrio não é o *outcome* mais vantajoso para o conjunto dos jogadores: o *payoff* da cooperação mútua (calar-se, calar-se) é maior que o *payoff* da defecção mútua ($-1 > -5$). Entretanto, calar-se só é uma decisão atraente se 1) o prisioneiro tiver certeza de que o companheiro também pretenda se calar e 2) se ele esperar algum tipo de represália futura pela traição. Em contrapartida, no caso do esquema acima – o qual exclui a possibilidade de comunicação e ignora desenvolvimentos futuros – não há escolha melhor que a delação. Mesmo que um prisioneiro saiba que o outro pretenda se calar, ele não tem motivos para não dedurá-lo. Afinal, a certeza de que o comparsa se recusará a trai-lo implica na convicção de que, caso o delate, ganhará a liberdade.

O equilíbrio Nash de qualquer jogo pode ser facilmente encontrado comparando as diferenças de *payoffs* obtidas pelos jogadores. Todos os *outcomes* em que nenhuma alteração unilateral de comportamento implique em um aumento de *payoff* é um equilíbrio. No caso do jogo acima, a propriedade se observa em $(-5, -5)$. Caso o Prisioneiro 1 mude de “dedurar” para “calar-se”, seu *payoff* diminua de -5 para -10. Posto que o jogo é simétrico, a mesma ação do Prisioneiro 2 implicará em perda idêntica. Em termos mais gerais, portanto, um equilíbrio é um conjunto de decisões mútuas que pode ser mantido exclusivamente pela vontade dos jogadores – em outras palavras, um cenário funcionalmente idêntico a um acordo auto-regulado entre eles.

Isso posto, que uso podemos fazer de um equilíbrio na investigação prática? A pergunta pode ser melhor respondida ao primeiramente listarmos o que o conceito *não* nos permite afirmar. Como já visto no exemplo do dilema do prisioneiro, equilíbrios não representam um cenário “ótimo” (ou eficiente) para o conjunto dos jogadores. Pelo contrário, em boa parte dos jogos equilíbrios são ineficientes, fazendo com que jogadores

tenham *payoffs* menores agindo em prol de seus próprios interesses do que caso se coordenassem para a obtenção do melhor ganho em nível coletivo. Esta propriedade é geralmente extrapolada para a observação de que a auto-regulação só é estável em circunstâncias específicas e que métodos de controle (sistemas de reputação, autoridades institucionais, normas de diversas naturezas) são necessários para a manutenção da maioria dos cenários de harmonia social.¹⁶⁵

Em segundo lugar, a identificação de um *outcome* de equilíbrio não significa que ele será o desenlace obrigatório de uma dada interação. Um ator social não necessariamente se comporta da mesma maneira em um mesmo contexto diante de atores distintos. É certo que, ao lidar com um jogador que presuma ser familiar com a situação e suas preferências ele estará predisposto a adotar estratégias que levem ao equilíbrio. Não obstante, caso se veja diante de um jogador que, por alguma razão, crê não agir racionalmente, ele pode ajustar seus planos e tomar decisões que outrora pareceriam inviáveis. Uma comparação lúdica aqui se faz pertinente. O mate pastor, no xadrez, é uma estratégia trivial que de forma alguma funcionaria em um torneio profissional. Diante de um iniciante, todavia, um enxadrista pode se ver tentado a empregá-la para uma vitória fácil. Em adição a isso, todas as razões já citadas que possam impedir um ator de buscar *outcomes* favoráveis (ausência de informação, fator de risco, equívoco sobre suas preferências) podem culminar para que um jogo não atinja seu equilíbrio.

Por outro lado, um equilíbrio indica que todos os jogadores agiram buscando os *outcomes* que lhes parecessem mais favoráveis, ou ao menos que mantiveram seu curso de ação caso tenham chegado a ele de maneira aleatória. Nas palavras de Frank Zagare, equilíbrios podem desta forma serem pensados como estados de estase de tomada de decisão, nos quais os atores dão continuidade às suas estratégias até que as características do jogo mudem.¹⁶⁶ Se certas áreas de aplicação encontram problemas em relação às incertezas futuras ou presentes, a investigação histórica tem à disposição os desenlaces conhecidos dos episódios que analisa. A identificação de um equilíbrio pode, neste caso, auxiliar na escolha de seus critérios explicativos. Caso possa ser demonstrado que as estratégias de um conjunto de jogadores converja a um cenário estável, é possível

¹⁶⁵ Equilíbrios ineficientes são conceitos particularmente importantes em contextos nos quais os objetivos individuais dos atores colocam em risco a própria coletividade. Esta categoria de situações sociais, conhecida como “tragédia dos comuns” deriva sua popularidade acadêmica – e seu nome de batismo – de HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, 1268, pp. 1243-1248

¹⁶⁶ ZAGARE, F.C. *The Games of July: Explaining the Great War*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2011, p. 30 nota 21

presumir que eles agiram racionalmente, ou que sustentaram um mesmo curso de ação após terem chegado a este cenário de alguma outra forma.

2.6. Pontos focais e comunicação

A discrepância em relação a dados empíricos não é a única circunstância possível capaz de limitar a utilidade explicativa do equilíbrio Nash. Certos jogos apresentam características específicas que demandam um refinamento dos conceitos empregados até agora. Dentre eles, uma categoria notável são os jogos que contém mais de um equilíbrio. Tomemos como exemplo o jogo conhecido como “batalha dos sexos” (Fig.10)

		Mireille	
		Cidade	Praia
Hugo	Cidade	1,2	0,0
	Praia	0,0	2,1

Figura 10: A batalha dos sexos

O jogo representa o dilema de um casal em combinar um programa em conjunto – no caso acima, seu destino durante um feriado. Um dos jogadores, Hugo, prefere viajar à praia, enquanto que outra, Mireille, prefere ficar na cidade. Acima de tudo, no entanto, os dois têm a intenção de permanecer juntos. Um desenlace em que cada um escolha o programa que mais lhe agrada não seria do interesse de ninguém. A melhor solução possível, portanto, requer que um dos jogadores ceda e aceite acompanhar o outro em seus planos. Este jogo é um exemplar da categoria conhecida como jogos de coordenação: para que maximizem seus *payoffs*, os jogadores precisam agir em conjunto. Notem, no entanto, que tanto *(cidade,cidade)* quanto *(praia,praia)* são equilíbrios Nash. Considerando que os atores ajam racionalmente, é fácil supor que suas decisões eventualmente convergirão para algum dos dois *outcomes*, mas não para qual dos dois. Esta é uma questão séria, problemática em jogos mais complexos dotados de vários equilíbrios possíveis e que pode reduzir ou mesmo anular o valor explicativo do conceito de equilíbrio. Felizmente, há uma série de recursos teóricos aos quais é possível recorrer.

O primeiro é a ideia de ponto focal. O conceito foi formulado por Thomas Schelling nos anos 1960, como uma solução a ser empregada em casos em que não há comunicação entre atores sociais, ou quando a credibilidade da mesma é por algum motivo posta em dúvida. Um ponto focal é um *outcome* que pareça de alguma forma mais provável aos jogadores e o qual imaginem que pareça mais provável para os outros jogadores também. A focalidade de um *outcome* pode ser dada por qualquer tipo de saliência: de um precedente ou inferência lógica até razões mais elementares, como uma analogia ou excentricidade.¹⁶⁷ Barry O'Neill a estende para a influência do simbolismo em interações estratégicas, e conjura uma categoria especial de símbolos – os quais nomeia símbolos focais – para designar comunicações simbólicas que não são exatamente mensagens (por não serem intencionais), mas que influenciem as decisões de jogadores para além de suas preferências e ganhos esperados.¹⁶⁸ O adoecimento de um líder interpretado como a fraqueza de um povo, ou um augúrio associado a uma carestia futura são dois exemplos de símbolos focais. Sua pluralidade é oriunda de sua própria natureza: como advertiu Schelling logo quando de sua inepção, pontos focais tratam-se, acima de tudo, de obras da imaginação.¹⁶⁹

Voltemos ao exemplo da batalha dos sexos apresentado acima. Suponham que Hugo e Mireille não tenham como se comunicar previamente, e devam decidir onde passar o feriado baseado no que suponham ser o local mais provável de ser escolhido por ambos. Se porventura a banda favorita de Mireille se apresentar na cidade, Hugo pode conjecturar que as chances da companheira de descer à costa sejam mínimas e decidir por encontrá-la em casa; Mireille, por sua vez, pode supor que Hugo entenderá o concerto como sinal de sua preferência pela cidade e esperá-lo lá. Da mesma forma, caso a previsão do tempo mostre dias ensolarados na praia durante todo o feriado, Mireille pode supor que a vontade de Hugo de viajar seja redobrada, e optar pela praia para acompanhá-lo.

A focalidade não implica, necessariamente, na escolha do *outcome* com maiores *payoffs* para os jogadores. Pelo contrário, ela oferece uma chave de explicação para casos em que os atores sociais caem em equilíbrios ruins a despeito da existência de cenários melhores. Isto faz pouco sentido em um modelo simétrico como a batalha dos sexos, mas

¹⁶⁷ SCHELLING, T.C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1960 , pp. 57-58

¹⁶⁸ O'NEILL, B. **Honors, Symbols, and War**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999, p.45

¹⁶⁹ SCHELLING, T.C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1960 p. 58

pode ser observado em jogos de coordenação com equilíbrios díspares, como a “caça ao cervo” (Fig. 11.)

		Cidadão	
Cidadão		Ir às ruas	Ficar em casa
	Ir às ruas	2,2	0,1
	Ficar em casa	1,0	1,1

Figura 11: A caça ao cervo

O exemplo original do jogo dizia respeito à colaboração entre caçadores, mas aqui ele é empregado para modelar um dilema entre cidadãos sobre um possível levante popular. Os jogadores são a população de uma unidade política, simplificados a dois indivíduos para fins de conveniência. Insatisfeitos com seus governantes, eles podem sair às ruas para demandar mudança ou permanecer em casa e se omitir do protesto. Caso uma parte significativa da população se erga em revolta ao mesmo tempo, o governo ficará intimidado e suas demandas serão ouvidas. Em contrapartida, se apenas poucos cidadãos aderirem ao protesto, seus esforços serão em vão: as pessoas que se omitiram manter-se-ão na normalidade, mas os rebelados, em pequeno número, correm o risco de sofrer represálias das autoridades. Caso a população decida se omitir em massa, o *statu quo* será mantido. Se tal cenário é pior do que o prospecto de mudança política, ao menos nenhum cidadão sofrerá retaliação por se erguer contra o governo.

Tal como na batalha do sexo, a caça ao cervo apresenta dois equilíbrios, (2,2) e (1,1). Ao contrário do exemplo precedente, um desses equilíbrios é superior ao outro. Em tese, nada impediria jogadores suficientemente informados de optar por ir às ruas, uma vez que o *outcome* lhes é claramente mais favorável. Todavia, caso fossem levados a duvidar da adesão popular ao conflito, o risco de represálias lhes faria titubear. Fenômenos como uma atmosfera geral de pessimismo (instigada quiçá pelo fracasso de protestos passados), a coincidência do horário da manifestação com um dia útil de trabalho ou uma demonstração entusiástica de apoio ao governante às vésperas do protesto poderiam elevar uma saliência em (1,1), tornando-o um ponto focal. Isto, em sequência, levaria os cidadãos a optar por um equilíbrio ruim, a despeito de seus melhores

interesses. O importante a se notar é que a focalidade não altera a utilidade dos jogadores. A mudança política continua sendo preferível ao status quo. São fatores externos, aliados à existência do risco, que incentivam os atores a alterar suas decisões.

Pontos focais são essenciais para a análise de decisões que poderiam comumente ser atribuídas a paixões, falta de bom senso ou acaso. Em 1199, por exemplo, o rei de Connacht Cathal Crobhderg realizou um ataque aparentemente não provocado contra os ingleses assentados nas cercanias de seu reino. Suas forças foram debandadas, e, num movimento que já foi interpretado como obra do desespero, ele se voltou de pronto contra seu antigo rival dinástico, Cathal Carrach, que lhe atribuiu uma segunda derrota. Arriscando uma explicação leviana, é possível que ambas as suas decisões tenham sido influenciadas por saliências. Em 1195, Cathal Crobhderg havia feito um ataque preventivo contra as terras inglesas em Munster, movido presumivelmente pela sugestão de que o magnata local, Guilherme de Burgh, planejava uma incursão contra seu reino. de Burgh havia recentemente recebido um cartulário especulativo da Coroa inglesa que lhe cedia terras em Connacht, e dois outros magnatas ingleses, de Lacy e de Courcy, haviam se reunido em Munster na mesma época. Em 1199, com a mobilização inglesa no *Bóithun* de Ath, na margem direita do rio Shannon, às portas do reino de Connacht, é provável que Cathal Crobhderg tenha considerado o episódio de 1195 como um precedente ilustrativo da nova situação. Quanto a seu rival, Cathal Carrach, muito embora sua obediência imediata estivesse garantida, sua possível sublevação não estava fora do horizonte de expectativa de Crobhderg. O rei irlandês pode ter julgado que sua derrota nas mãos dos ingleses seria interpretada como um símbolo de sua fraqueza, propiciando Carrach a tomar uma decisão que, em circunstâncias normais, acarretaria em seu prejuízo. Da mesma forma, a rápida submissão dos chefes gaélicos após a campanha real de 1394 pode ter motivado o monarca inglês Ricardo II a empreender uma segunda invasão às pressas em 1399, a despeito do despreparo de suas tropas e da situação de instabilidade que deixava para trás. O resultado foi uma perseguição fútil contra o rei de Leinster, Art Mac Murchadha, e um retorno à Inglaterra sucedido por sua deposição e aprisionamento nas mãos de seu rival, Henrique de Bolinbroke.

Útil como se demonstrem, pontos focais não são os únicos fatores a facilitar uma coordenação entre jogadores. A comunicação entre atores sociais continua a desempenhar o protagonismo mais evidente na tarefa. Hugo e Mireille não precisariam esquadriñar as notícias em busca de indícios da preferência um do outro caso simplesmente conversassem e decidissem o programa de feriado juntos. Da mesma forma, a existência

de canais massificados e participativos de comunicação, como as redes sociais da internet, permitem a cidadãos coordenarem esforços e vislumbrarem a estimativa de adesão dos protestos dos quais planejam participar. Evidentemente, tal como pontos focais, a comunicação não é uma garantia absoluta de que o *outcome* obtido será aquele ao qual foi chamada a atenção. Ainda mais do que saliências, canais comunicativos carregam, como já admoestava Schelling, uma media de incerteza, pois permitem a transmissão de informações errôneas ou mesmo o deliberado engodo.¹⁷⁰ O hábito de militantes virtuais de inflar a popularidade de protestos manifestando sua presença sem a intenção de comparecer pode levar alguns cidadãos ao *outcome* de vulnerabilidade previsto pela caça ao cervo (1,0). Da mesma forma, uma jura de cooperação feita em má fé por um suspeito no dilema do prisioneiro pode ludibriar o comparsa a pagar pelo crime de ambos. Mesmo estes usos ineficazes, entretanto, são de relevância para o pesquisador, pois o ajudam a compreender decisões inexplicáveis apenas pela análise austera das preferências dos jogadores.

A comunicação entre os atores difere dos pontos focais por ser oriunda dos participantes do jogo e por muitas vezes carregarem um elemento de intencionalidade. Ela pode ser dividida, grosso modo, em duas categorias. A primeira é por vezes chamada de “conversa barata” (*cheap talk*) e caracteriza-se por não impor nenhum custo aos jogadores, por não ser prontamente verificável e, por consequência, não ter influência direta nos *payoffs* dos atores em questão.¹⁷¹ Ela configura, desta maneira, uma forma de comunicação pré-jogo. Uma conversa entre Hugo e Mireille antes de viajarem no feriado, na batalha dos sexos, ou um acordo entre dois suspeitos travado antes do interrogatório, no dilema do prisioneiro, são exemplos desta categoria. Evidentemente, não há como ter certeza de que este diálogo provoque os resultados esperados, ou mesmo resultado algum. Admitir canais eficientes de comunicação implica em supor um linguagem comum aos atores, tal como relações de confiança que os levem a acreditar um ao outro.¹⁷² Dependendo da situação, sinais podem ser mal interpretados, ou mensagens podem ser tomadas como seu oposto. Marc Bloch, em sua *Apologia da História*, descreveu como o teor progandístico dos panfletos oficiais na Primeira Guerra Mundial levava os

¹⁷⁰ SCHELLING, T.C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1960 p.115

¹⁷¹ JOHNSON, J. Is Talk Really Cheap? Prompting Conversation Between Critical Theory and Rational Choice. **The American Political Science Review**, v. 87, n.1, 1993, p. 81a

¹⁷² JOHNSON, J. Is Talk Really Cheap? Prompting Conversation Between Critical Theory and Rational Choice. **The American Political Science Review**, v. 87, n.1, 1993, p.81b

soldados a assumir que a verdade era o oposto diametral da informada pelas notícias.¹⁷³ O descompasso de comunicação e a falta de credibilidade podem, assim, acarretar em mudanças drásticas na maneira como jogadores tomam decisões. Infelizmente, justamente em razão de seu caráter extra-jogo, a *cheap talk* não é facilmente formalizável, de maneira que os autores a levam em consideração sem contudo modelá-la como o fazem com outras variáveis estratégicas. Na ausência de tais recursos, esse se mostra um ponto rentável para o intercâmbio com outras metodologias que trabalham com a comunicação e a interação humana de uma forma geral.¹⁷⁴

Outras variedades de comunicação, no entanto, desempenham influência direta na utilidade dos jogadores. Ao contrário da *cheap talk*, elas não se dão fora do jogo, e sim dentro – por vezes, podem até ser formalizadas como ações. Pertencem à categoria, sobretudo, mensagens de compromissos – ameaças, promessas, incentivos – dos quais jogadores podem fazer uso para exercer influência sobre as decisões dos outros. Uma potência beligerante que receba uma ameaça de retaliação não necessariamente se comportará da mesma forma ao cogitar uma invasão. Em caso análogo, dois cidadãos que prometam um ao outro ir às ruas encararão o compromisso de maneira distinta à sua reação a um convite nominal. Compromissos nem sempre são necessários ou efetivos. Para analisá-los, no entanto, a matriz de *payoffs* usada até agora não é a forma de visualização mais eficiente. Uma outra forma de representação é mais útil. Ela é chamada árvore de jogos, ou jogo em forma extensiva.

2.7 Jogos em forma extensiva

Todos os exemplos vistos até agora operavam com decisões simultâneas, ou – o que é funcionalmente idêntico – decisões cegas às decisões dos outros jogadores. Um prisioneiro não tem como saber se seu comparsa o delatou até o fim do interrogatório de ambos. Um cidadão só constata se o protesto teve apoio popular disseminado ao sair às

¹⁷³ “Todos sabem o quanto esses quatro anos mostraram-se fecundos em notícias falsas. Sobre tudo entre os combatentes. (...) O papel da propaganda e da censura foi, à sua maneira, considerável. Mas exatamente o contrário do que os criadores dessas instituições esperavam delas. Como disse muito bem um humorista: “Prevalencia nas trincheiras a opinião de que tudo podia ser verdade à exceção do que se deixava imprimir.” Ninguém acreditava nos jornais; tampouco nas cartas; pois, além de chegarem irregularmente, eram consideradas muito vigiadas.” BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 107

¹⁷⁴ James Johnson chega a propor um diálogo com a teoria de ação comunicativa de Jurgen Habermas. Cf. JOHNSON, J. Is Talk Really Cheap? Prompting Conversation Between Critical Theory and Rational Choice. **The American Political Science Review**, v. 87, n.1, 1993, *passim*

ruas ele próprio. Na maior parte das situações, todavia, está não é uma propriedade verificada. Atores sociais muitas vezes estão cientes de outros atores, observam suas ações e têm suas ações observadas por outros. Há, portanto, uma ordem de jogo estabelecida.

A árvore de jogos é uma forma bastante intuitiva de se registrar tal ordem. A forma extensiva é composta de uma série de nódulos, cada qual contendo as opções de ação de um jogador. Cada movimento é representado por uma linha, a qual pode levar a um outro nódulo (no caso de uma decisão que demande uma resposta), ou ao fim do jogo. Como ilustração, observemos uma representação em forma extensiva de uma situação parecida à observada na batalha dos sexos (Fig. 12).

Figura 12: O jogo de Mireille e Hugo na forma extensiva

O contexto, a natureza das decisões e as preferências dos jogadores são exatamente as mesmas que no exemplo da forma estratégica. A diferença está no fato de que Mireille é a primeira a tomar uma ação e de que Hugo saberá de sua ação *antes* de realizar seu movimento. Isto requer a reavaliação de algumas noções expostas previamente, a começar pelo próprio conceito de “estratégia”. Posto que sua definição, como dito anteriormente, é um plano contingente de ações, ela inclui as ações esperadas para todos os cenários possíveis, mesmo aqueles que não se efetivarão, mas que podem ser presumidas pelos jogadores. Se Mireille escolher *praia*, Hugo jamais terá de tomar uma decisão sobre sua escolha de *cidade*, mas ele sabe que Mireille escolher *cidade* é uma possibilidade e tem uma ideia clara do que preferiria caso ela se concretizasse. Notem como as estratégias possíveis do segundo jogador passam, desta maneira, de duas

(*praia* e *cidade*) para quatro (*praia,praia*; *praia,cidade*; *cidade praia* e *cidade,cidade*). Em termos informais, o conjunto de estratégia pode ser lido da seguinte forma: se Mireille escolher *praia*, Hugo terá de escolha entre *praia* ou *cidade*; caso Mireille opte por *cidade*, Hugo também precisará decidir entre *praia* ou *cidade*.

A árvore de jogos possibilita um conceito de solução mais refinado do que o equilíbrio Nash. Para encontrá-lo, faz-se uso do método conhecido como indução retroativa. Em linhas gerais, o jogo é solucionado de trás para frente, prevendo a escolha dos jogadores nos últimos subjogos e elevando os resultados árvore acima, até a raiz. No caso acima, Hugo escolheria *praia* (2,1) no primeiro ponto de decisão e *cidade* (1,2) no segundo, uma vez que ambos lhe conferem *payoffs* maiores que a alternativa (0,0). Mireille, sabendo dos interesses de Hugo e estimando sua ação, precisará portanto escolher entre *praia* (1) e *cidade* (2) (Fig. 13).

Figura 13: Jogo simplificado após a indução das preferências de Hugo

Supondo a influência de nenhum fator estranho aos listados até aqui, Mireille escolherá *cidade*, ao qual Hugo responderá escolhendo *cidade* em sequência. Embora a situação similar abordada na batalha dos sexos tenha dois equilíbrios, uma vez que adicionemos uma ordem de jogo ao problema social, podemos concluir que o *outcome* (*cidade, cidade*) tem uma probabilidade maior de existir. Este conceito de estabilidade é um refinamento do equilíbrio Nash conhecido como equilíbrio de subjogo perfeito. Todo equilíbrio de subjogo perfeito é um equilíbrio Nash, mas um equilíbrio Nash só apresenta perfeição subjogo se representar o equilíbrio Nash de cada subjogo do jogo original. No caso acima, ele é grafado como $\langle \textit{cidade}; \textit{praia}, \textit{cidade} \rangle$ (Mireille opta por *cidade*; Hugo opta por *praia* no ponto 1 e por *cidade* no ponto 2).

Tal como a operação utilizada para obtê-lo, ele diz respeito à capacidade dos atores sociais de antecipar a consequência de suas ações e planejá-las com base em suas

expectativas. Naturalmente, ele só tem sentido explicativo em circunstâncias em que é possível provar que os jogadores conseguem antecipar os movimentos uns dos outros. Enquanto que participantes de interações estratégicas complexas, como o xadrez, go ou pôquer, são capazes de prever o curso do jogo com uma janela de vários turnos, isto não se observa na maior parte das situações sociais. Determinar o equilíbrio de subjogo perfeito de árvores muito longas que exigem a indução retroativa ao longo de variadas etapas geralmente produzirá *outcomes* que não ajudam a explicar a atuação dos jogadores. Em contrapartida, interações relativamente simples, como o jogo do casal exposto acima, com frequência representa ações dentro do horizonte de expectativa dos atores e podem contribuir para o entendimento de cenários, ubíquos nas ciências humanas, em que o receio ou apreensão diante de ações futuras influencia as ações dos agentes. O equilíbrio de subjogo perfeito, desta forma, nos explica não apenas *como* um determinado *outcome* pode ser obtido, mas quais as razões que provavelmente levaram os atores a escolher suas estratégias. Mireille escolhe *cidade* porque crê que Hugo a acompanhará em sua decisão. Um fiel temente a Deus hesita em matar por acreditar que Ele o punirá em sequência. Henrique II embarca à Irlanda em 1171 por temer que o aventureiro inglês e recém-nomeado herdeiro do reino de Leinster, Ricardo “Strongbow” FitzGilbert, responda à sua ausência criando um reino anglo-normando autônomo na ilha, a exemplo do que fizera Guilherme o Conquistador cem anos antes. Todas essas situações podem ser modeladas como jogos extensivos, no exemplo do diagrama acima.

Percebam que o dilema decisório da batalha dos sexos simplesmente não é observado aqui. Um jogo na forma extensiva com informação perfeita – isto é, em que há uma ordem de jogo e os jogadores enxergam as ações dos outros jogadores – elimina a possibilidade de desencontro “acidental” prevista pelo jogo de movimentos simultâneos.¹⁷⁵ Apesar de sua predileção por *praia*, Hugo sempre escolherá o mesmo que Mireille, pois deseja acima de tudo passar o feriado com ela. A própria iniciativa de se mover primeiro – considerando que fosse produto de uma escolha – age aqui como um sinal ao segundo jogador, eliminando cenários possíveis e forçando-o ao “ultimato” de uma escolha simples. Não obstante, como lembra Schelling, esta é uma propriedade

¹⁷⁵ Jogos de informação imperfeita (ou seja, de movimentos simultâneos ou desconhecidos) podem também ser representados em uma árvore de jogos. Neste caso, uma linha pontilhada é grafada entre os dois (ou mais) pontos de decisão do segundo jogador, para demonstrar que aquelas ações estão sendo tomadas sem o conhecimento da ação prévia do jogador 1. Este recurso permite registrar jogos como o dilema do prisioneiro em forma extensiva. No entanto, eles apresentam soluções específicas, fazendo o uso de definições alternativas de equilíbrio. Em razão de sua complexidade, elas não serão trabalhadas aqui.

exclusiva a jogos de coordenação. É relativamente fácil “forçar” uma decisão quando a ação conjunta é o único desfecho possível – de onde a eficácia de práticas como a partilha de equipamentos cruciais entre exploradores e a troca de reféns entre rivais políticos.¹⁷⁶ Já quando a coordenação não é desejada – ou mesmo possível – a situação torna-se complicada. Tomemos como exemplo o jogo da Fig. 14:

Figura 14: Negociação entre rebeldes e Coroa

O modelo representa uma tentativa de negociação após uma insurreição. Os rebeldes acabam de receber uma oferta de paz da Coroa. Eles podem negá-la e lutar até a morte, ou render-se e submeterem-se ao jugo real. A Coroa, por sua vez, tem a possibilidade de agir com magnanimidade e perdoá-los ou retaliar pelos danos sofridos durante a guerra. Os rebeldes preferem a paz sob perdão real, mas a perspectiva de retaliação lhe afugenta sobremaneira. Entre o risco de tortura, execuções públicas e assassinato de entes queridos, a morte em batalha lhes é mais sedutora. Da parte da Coroa, por sua vez, a retaliação constitui o melhor cenário, pois a revolta seria extinta de imediato e uma mensagem forte seria passada a futuros insurgentes. Pelo mesmo motivo, o perdão é menos interessante, pois há o temor de que a misericórdia possa incentivar outros rebeldes a tomarem em armas. Apesar disso, nada é menos vantajoso do que a luta, a qual exerceria um ônus adicional a tropas já fadigadas e a um reino devastado.

¹⁷⁶ SCHELLING, T.C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1960 p. 135

Uma rendição tratada com magnanimidade, portanto, é um *outcome* estritamente melhor do que o de uma luta até a morte, não apenas para os rebeldes, mas também para a Coroa (2,1 vs. 1,0). Mesmo assim, ao contrário do exemplo anterior, o primeiro jogador não tem como forçar o segundo a escolher o perdão: uma vez que se rendam, os insurgentes estarão à mercê da autoridade real. Na tentativa de evitar os custos de conflito, a Coroa pode prometer a anistia. Porém, mesmo que a oferta seja sincera, os rebeldes não têm como garantir que o ex-inimigo cumprirá sua palavra. A *cheap talk*, por si só, não é aqui suficiente para influenciar o outro jogador. Para convencer os rebeldes, é necessário que a Coroa adote algum tipo de medida que reduza sua utilidade no cenário de retaliação, tornando o desvio custoso – por exemplo, um juramento com testemunhas eclesásticas, cujo descumprimento compensaria os benefícios da intimidação com um dano ao prestígio e à reputação do monarca. Este juramento, ou medidas equivalentes, podem ser formalizados como uma redução no valor do *payoff* de *retaliação*, 2 para 0. Esta manobra faria de *<render-se; perdoar>* o novo equilíbrio de subjogo perfeito.

O mesmo princípio orienta a efetividade de ameaças. Ao contrário de promessas, ameaças exigem que o jogador seja o segundo se mover – que tenha, enfim, a capacidade de *reagir* a uma dada ação do outro.¹⁷⁷ O exemplo acima, na forma com a qual foi dado, é pobre para representar uma tal interação. Suponhamos, não obstante, que a rendição à Coroa não seja incondicional, e que os rebeldes mantenham poder de retomar hostilidades caso o tratamento que recebam lhes desagrade. O novo problema corresponde ao modelo da Fig. 15:

¹⁷⁷ SCHELLING, T.C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1960 p. 124-25

Figura 15: Negociação entre rebeldes e Coroa (expandida)

Os dados do jogo se mantêm os mesmos. A diferença está em um ponto de escolha adicional após a decisão da Coroa: caso decida retaliar, os rebeldes podem se resignar e aceitar a punição ou se erguer novamente em revolta e lutar até a morte. Percebam que, neste caso específico, *resignar-se* interessa à Coroa ($2 > 0$), mas não há vantagem para os rebeldes em escolher uma ação sobre a outra. A sede de vingança pelas humilhações impostas e a execução de familiares pode compeli-los a lutar. Por outro lado, a retaliação já foi executada, e evitá-la era o principal motivo que os compelia a lutar até a morte no primeiro nóculo. Muitos dos combatentes, traumatizados e exauridos pela guerra, podem preferir se resignar. Esta indeterminação coloca um problema à Coroa: na sanha de obter seu maior *payoff* possível (2), ela arrisca terminar com o pior (0). Não apenas as forças reais incorreriam em maiores custos de conflito, como sua autoridade sairia abalada, uma vez que o ato de punição perpetuou o levante que buscava encerrar.

E se a Coroa soubesse que os rebeldes estão predispostos a lutar? Por exemplo, ao assumir que a luta até a morte lhes seja mais desejável que a resignação (1 vs 0). Neste caso, ela assumiria que sua ação de retaliar acarretaria na retomada de hostilidades (1,0) e optaria por conceder perdão (2,1). Os rebeldes, antecipando a relutância da Coroa em prosseguir os conflitos, optariam pela rendição. O equilíbrio de subjogo perfeito, portanto, torna-se $\langle render-se, lutar; perdoar \rangle$. Os rebeldes optam pela rendição, mas lutarão caso a Coroa não cumpra sua palavra e retalie. Já a Coroa opta por perdoá-los.

Duas observações precisam ser feitas sobre a natureza do fator de ameaça. Em primeiro lugar, ele não depende de um ganho real de um dos atores. Como dito anteriormente, utilidades ordinais não são uma escala absoluta para a otimização de ganhos, mas uma relação subjetiva das preferências dos jogadores. Elas estão, portanto, sujeitas à influência de fatores “irreais” como o receio, o orgulho e o falso rumor. Mesmo que *lutar* não ofereça nenhuma vantagem sobre *resignar-se* – ou, ainda, que lhe seja uma ação pior – os rebeldes podem intimidar com sucesso a Coroa caso a convençam do contrário. Para tanto, tal como no caso de promessas, é necessário ou que tomem uma ação que exclua a possibilidade de resignação (por exemplo, reduzindo seu *payoff* de 0 para -1) ou que simplesmente passem a impressão de que a luta até a morte lhes é preferível.

Isto nos leva à segunda observação. Nas interações sociais, o conhecimento total do *payoff* dos jogadores é a exceção, não a regra.¹⁷⁸ A maior parte dos jogos é assimétrica: os atores geralmente conhecem suas preferências, mas devem estimar a preferência dos outros com base na informação que lhes é dada – e que pode, em dadas circunstâncias, ser terrivelmente escassa. Esta é uma das razões pela qual a *cheap talk*, conquanto externa aos modelos, não deve ser ignorada. A comunicação informal entre jogadores pode influenciar sobremaneira a crença dos agentes sobre as preferências de seus adversários. Mais do que isso, jogadores podem deliberadamente passar mensagens diretas ou simbólicas para manipular a seu favor uma situação cujo desenlace aparente não lhes é vantajoso.

Dois exemplos ilustrativos da influência da comunicação podem ser encontrados nos anais irlandeses. No primeiro caso, em 1264, Feidhlim e Áed, o rei de Connacht e seu herdeiro, respectivamente, comparecem a uma assembleia com o *justiciar* acompanhados de uma grande escolta militar. A demonstração de poder resulta em uma ameaça crível, que faz com que os ingleses aceitem travar a paz com os líderes irlandeses. O segundo exemplo, de 1270, ilustra uma situação em que a assimetria de informações promove um *outcome* desfavorável a um dos atores. Durante uma guerra particularmente custosa entre Áed e Walter de Burgh, o earl de Ulster, os ingleses sugerem um acordo de paz abalizado por uma entrega de reféns. Tão cedo a troca é efetuada, no entanto, Áed executa o refém inglês. de Burgh considerava o bem estar de seu homem próximo um fator suficiente de

¹⁷⁸ Schelling chega a afirmar que alguns elementos sobre preferências alheias são inerentemente desconhecíveis pelos atores. SCHELLING, T.C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1960 p.115

dissuasão, mas cometeu o erro de assumir que Áed tinha preferências comparáveis, o que se provou falso. O resultado foi a continuação dos conflitos, para a desvantagem de de Burgh.

2.8 Jogos repetidos

Antes de testar o modelo a partir da análise de casos específicos, uma última consideração deve ser feita. Muitas das expectativas dos jogadores no jogo acima contemplam o estabelecimento de um vínculo a longo prazo.

Parte significativa da utilidade dos atores, portanto, depende de quão confiáveis eles supõe que os outros jogadores sejam. Um princípio essencial neste ponto de vista é o conceito de reputação e suas noções análogas. Robert Ellickson vê como central na ideia o temor em ser futuramente julgado pelo resultado de seus atos. Este fator desencorajante pode, muitas vezes, se mostrar mais eficaz do que a aplicação de castigos formalizados. Segundo o autor, tais sistemas têm como pré-requisito uma malha de relações sociais entre um número de atores. Tal malha propicia, de um lado, o compartilhamento de dados sobre interações passadas que podem ser usados para adotar, abandonar ou aperfeiçoar normas, e de outro, a formação de uma rede de rumores para a circulação de informação sobre as ações específicas de um indivíduo.¹⁷⁹

No que diz respeito à teoria dos jogos, a reputação se tornou um objeto de estudo privilegiado em razão da sua ubiquidade – e frequente eficácia – em cenários de autoridade informal. Entretanto, ao contrário de outras disciplinas, proponentes da teoria geralmente a codificam de maneira utilitária, pensando na existência de bloqueios individuais e sistemas de *peer pressure* como manifestação de preferências e expectativas de ganhos pessoais. Axelrod define reputação como as expectativas de terceiros das estratégias que um jogador pode vir a usar.¹⁸⁰ No longo prazo, o prospecto de continuidade pode dar origem a fundamentos mais profundos para os comportamentos. O autor defende, por exemplo, que os altos *payoffs* de uma relação cooperativa podem criar uma “ética de colaboração”, em que ações de cooperação passem a ser vistas como

¹⁷⁹ ELLICKSON, R.C. **Order Without Law: How Neighbours Settle Disputes**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1991, p. 181

¹⁸⁰ AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Nova York: Basic Books, 1981, p. 150

moralmente corretas; alternativamente, eles criam “éticas de vingança” que valorizam a retaliação contra atitudes contrárias à norma.¹⁸¹

Independente dos termos e definições utilizados, jogos isolados são insuficientes para analisar a influência de tais fatores. Uma solução frequentemente aplicada consiste em tomar a relação a longo prazo dos jogadores como uma série de jogos iterados, ou como um longo jogo em uma série de estágios. Neste caso, o equilíbrio encontrado em cada iteração não é, necessariamente, o mesmo equilíbrio dentro da progressão: equilíbrios ineficientes (i.e. cenários melhores para os atores, mas inferiores ao ganho geral possível) tornam-se menos convidativos. Se em um jogo isolado a defeção unilateral pode conceder *payoffs* maiores, em um jogo iterado a situação é diferente. Um jogador que se visse traído teria poucos incentivos para continuar cooperando e cogitaria alguma retaliação. O ganho de uma defeção pontual seria ofuscado pelo que ele teria a usufruir caso se refreasse a romper o vínculo (a ameaça de outros atores fora do jogo, ou mesmo uma ação de hostilidade do ator contrariado).

Jogos infinitamente repetidos (i.e. que não tenham um número determinado de rodadas, mas que possam se estender indefinidamente) não apresentam um único equilíbrio. Pelo contrário, costumam exibir grandes conjuntos de cenários estáveis. Em termos formais, quase toda combinação de estratégias pode configurar um equilíbrio em um jogo repetido, desde que resulte em um *payoff* factível em relação ao jogo isolado e que seja fracamente superior ao ganho máximo obtível pelo jogador no caso de adversariedade total de seus oponentes – o chamado perfil *minimax*. Esta constatação, nas suas diversas formulações, é conhecida como teorema da factibilidade geral, ou *folk theorem*, em razão de já ter sido utilizada por matemáticos antes de ser oficialmente deduzida.¹⁸² Embora poucos atores tenham condições de realizar estes cálculos *a priori*, eles frequentemente chegam a estratégias estáveis no longo prazo, por meio da tentativa e erro. Robert Axelrod enumerou exemplos empíricos desse comportamento como prova de que a cooperação pode emergir mesmo em situações hobbesianas de “todos contra todos”. Em especial, ele menciona como esta evolução estratégica se desenvolveu na doutrina de *Live and Let Live* nas trincheiras do front ocidental da Primeira Grande Guerra. Mesmo em um contexto de completa adversariedade e sem contar com mecanismos eficientes de comunicação, os soldados perceberam que seus inimigos se

¹⁸¹ AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Nova York: Basic Books, 1981, p. 85

¹⁸² MYERSON, R.B. **Game Theory: Analysis of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1991, pp. 331-32

abstinham de atacá-los caso percebessem que eram tratados com a mesma misericórdia. O resultado foi um estado de deliberada não-agressão que teve seu ápice no natal de 1914, quando combatentes ignoraram seus superiores e abandonaram seus postos para confraternizar com os inimigos. Axelrod explica o fenômeno como um surgimento espontâneo de uma estratégia estável de cooperação.¹⁸³

Não obstante, as preferências de um ator por um determinado *outcome* não permanecem necessariamente as mesmas por tempo indeterminado. Em razão da incerteza – presente, em diferentes graus, em virtualmente todos os problemas sociais – os ganhos de um curso de ação podem se mostrar menos convidativos no longo prazo. Um líder de clã pode romper uma aliança se considerar que o aliado está disposto a trai-lo cedo ou tarde. Um mafioso pode cortar vínculos com uma gangue parceira se pressentir que ela está perto de ser investigada pela polícia. Um trabalhador pode preferir receber um salário mensal pequeno em vez de participar em lucros hipotéticos que só surgirão no final de cinco anos. Uma célula terrorista pode voltar à ativa se achar que as autoridades deixaram de acompanhar seus movimentos com a mesma diligência. Nos quatro casos, os termos do jogo continuam, objetivamente, os mesmos. Entretanto, em razão da desconfiança ou do prospecto de uma retaliação menos severa, os *payoffs* ou riscos futuros de determinadas estratégias parecem, subjetivamente, menores.

Na teoria dos jogos, esse fenômeno é representado como um fator de desconto (δ). O conceito é definido como a diferença de desejabilidade entre uma consequência imediata e uma consequência idêntica em algum momento do futuro. Uma série de fatores pode contribuir para tornar a expectativa de um ganho mais convidativa no curto prazo: o imediatismo dos atores, a natureza do ganho em questão e, principalmente, o pessimismo em relação ao futuro. Uma relação cooperativa pode legar, no longo prazo, frutos maiores do que os de uma defecção unilateral de um dos atores. Mesmo que um ator considere o rompimento de um vínculo vantajoso em um primeiro momento, é teoricamente possível que a longo prazo a manutenção da relação leve resultados que compensem o benefício de um ato hostil. Não obstante, caso o retorno venha muito lentamente, ou demande uma espera desmesurada, qualquer um dos atores pode preferir a vantagem imediata de uma defecção. Não há, afinal, sentido em esperar por um ganho no intervalo de uma década ou geração se há alguma suspeita de que a relação se quebrará até lá (ou que algum dos jogadores não esteja mais presente).

¹⁸³ AXELROD, R. *The Evolution of Cooperation*. Nova York: Basic Books, 1981, pp. 73-87

O fator de desconto é uma variável desenvolvida para explicar esta disparidade. Em termos informais, ele representa o quão *menos preferível* um *payoff* futuro é em relação a um *payoff* presente. Caso os jogadores acreditem que o laço pode ser a qualquer momento rompido, seus *payoffs* diminuirão. Caso, pelo contrário, que tenham fé na capacidade alheia de honrar o tratado, os *payoffs* aumentarão. Em termos formais, ele é geralmente representado como um número de 0 a 1 que diminui exponencialmente à medida que a relação prossegue. Quando maior o fator de desconto, mais comparável à preferência do *payoff* presente é a preferência do *payoff* futuro. Um fator de desconto de 1 significa que a preferência não muda com o passar do tempo – o *payoff* futuro é tão relevante para o jogador quanto o presente. Já um fator de 0,5 significa que o *payoff* da segunda rodada vale, aos olhos do ator, metade do *payoff* da primeira; o da terceira, um quarto, o da quarta, um dezesseis-avos, e assim por diante. A relação fica evidente se escrita na forma de uma somatória (Fig. 16):

$$\sum_{k=0}^{\infty} \delta^k P = \delta^0 P + \delta P + \delta^2 P + \delta^3 \dots + \infty$$

$P = \text{Payoff}$

$\delta = \text{fator de desconto}$

Figura 16: Representação algébrica do fator de desconto

A análise de jogos repetidos é uma ferramenta valiosa para o estudo da dinâmica de relações estratégicas. Entretanto, no que diz respeito à história, ela nem sempre é aplicável. Se é verdade que certos problemas sociais reincidentes podem ser representados como uma sequência de jogos, outros são por natureza isolados. Interações que terminem com a destruição de um dos atores ou com uma mudança drástica do *statu quo* preterem o recurso à evolução a longo prazo. Da mesma forma, eventos excepcionais – como a expedição de um rei da Inglaterra à Irlanda em 1210, repetida somente no século seguinte – introduzem novos agentes ou variáveis diante dos quais o recurso a estratégias passadas pode ser irrelevante. Em adição a isso, a análise de jogos repetidos demanda conhecimento das utilidades dos atores e das iterações que compõem a sequência – senão todas, ao menos o suficiente para deduzir padrões. No que diz respeito ao Senhorio da

Irlanda no século XIII, estas informações nem sempre estão disponíveis. Enquanto que certos eventos legaram um volume considerável de fontes (contemporâneas ou posteriores), a esmagadora maioria é induzida a partir de referências sucintas e/ou em documentos pouco confiáveis. Para contornar esta dificuldade, recorrei às propriedades fundamentais dos jogos repetidos circunstancialmente, na medida em que forem pertinentes. Todavia, não sujeitarei as possíveis sequências de ação a uma análise formal. Se isto reduz o potencial da teoria, ao menos evita o recurso a premissas sem bases nas fontes e as subsequentes distorções explicativas que tal emprego acarretaria.

Capítulo 3

Os Reis de Connacht e a Coroa Inglesa 1189-1274

1. Introdução

Os reis Uí Conchobhair da província de Connacht, no oeste da Irlanda, carregam a dupla distinção de serem um dos mais proeminentes clãs gaélicos no período pré-conquista e alguns dos atores de mais saliente interação com a Coroa inglesa após 1169. Dois de seus líderes, Toirrdelbach e Ruaidhri Ó Conchobhair, ocuparam sucessivamente a posição de alto-rei (*ard-rí*) entre os anos de 1106 e 1183. Conquanto decerto precedida por episódios de alianças *ad hoc*, a primeira grande instância de acordo entre Ruaidhri e Henrique II pode ser datada de 1175, ano da promulgação do Tratado de Windsor. O documento estipulava limites à autoridade de Henrique II na Irlanda e atribui regalias senhoriais ao antigo alto-rei. Ruaidhri seria um “homem do rei” enquanto se mantesse leal e disposto a servi-lo¹⁸⁴ e lhe cedesse tributo¹⁸⁵ e usufruiria de privilégios – como o acesso a agentes reais (*constabularius*) para auxiliá-lo em suas funções.¹⁸⁶ Em contrapartida, sua influência seria restrita a uma parte da ilha. A região de Leinster – incluindo sua capital, Dublin – e as outras cidades escandinavas da costa leste (como Waterford e Wexford) manter-se-iam sob autoridade do rei da Inglaterra.¹⁸⁷

¹⁸⁴ “*Quod H. Rex Angliae concessit praedicto Roderico, Ligio homini suo, Regi Connactae, quamdiu ei fideliter serviet, quod sit Rex sub eo paratus ad servitium suum, sicut homo suus.*” **TRATADO DE WINDSOR.** RYMER, T.; SANDERSON, R.(Eds.) **Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque Generis Acta Publica (...).** George Holmes, 1745, p. 13

¹⁸⁵ “*Et quod terram suam ita teneat bene & in pace, sicut tenuit antequam Dominus Rex Angliae intraret Hiberniae, reddendo ei tributum.*” **TRATADO DE WINDSOR.** RYMER, T.; SANDERSON, R.(Eds.) **Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque Generis Acta Publica (...).** George Holmes, 1745, p. 13

¹⁸⁶ “*Et, si eos per se justiciare non poterit, Constabularius Regis Angliae, & familia sua de terra illa juvabunt eum ad hoc faciendum, cum ab ipso fuerint requisiti, & ipsi viderint quod necesse fuerit.*” **TRATADO DE WINDSOR.** RYMER, T.; SANDERSON, R.(Eds.) **Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque Generis Acta Publica (...).** George Holmes, 1745, p. 13-14

¹⁸⁷ “*Excepto quod de terre illis, quas Dominus Rex Angliae retinuit in Dominio suo, & in Dominio Baronum suorum, nichil se intromittet: Scilicet, Duvelina cum omnibus pertinentiis suis: Et Raida cum omnibus pertinentiis suis, sicut unquam Murchat Vamailethachlin eam melius & plenius tenuit, aut aliqui qui de eo eam tenuerunt: Et excepta Vesefordia cum omnibus pertinentiis suis, scil. cum tota Lagenia: Et excepta Waterfordia, cum tota terra illa quae est a Vaterford usque ad Duncarvan; ita quod Duncarvan sit cum omnibus pertinentiis suis infra terram illam.*” **TRATADO DE WINDSOR.** RYMER, T.; SANDERSON, R.(Eds.) **Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque Generis Acta Publica (...).** George Holmes, 1745, p. 14

Não obstante, é difícil estimar com qual diligência os termos do acordo foram cumpridos. É notável que Geraldo de Barri, historiador que acompanhou o senhor da Irlanda e futuro rei da Inglaterra, João, em sua expedição à ilha em 1185, tenha omitido qualquer menção ao tratado na história da conquista que dedicou ao herdeiro.¹⁸⁸ Por um lado, a posição de rei provinciano e alto rei da Irlanda cedia a Ruaidhri menos autoridade para com a elite a ele subordinada do que o tratado parecia estimar, mesmo no que dizia respeito à sua própria linhagem em Connacht.¹⁸⁹ Por outro, Henrique II se mostrou incapaz – ou reticente – de coibir a ambição de seus próprios súditos na Irlanda. Violações começaram a surgir, e já em 1177 encontramos um magnata inglês, Milo de Cogan, acompanhando um dos filhos (e rivais) de Ruaidhri em uma campanha contra Connacht.¹⁹⁰ Mesmo assim, há quem tenha argumentado a favor de um legado do acordo nas décadas subsequentes. James Lydon acredita que o tratado se manteve, “em teoria” até a abdicação de Ruaidhri como rei de Connacht, em 1182.¹⁹¹ Já R. Dudley Edwards chegou a afirmar que seus princípios – se não em seus termos exatos—teriam sido observados até a morte do irmão de Ruaidhri e também rei de Connacht, Cathal Crobhderg Ó Conchobhair, em 1224.¹⁹²

Independentemente da influência real do Tratado de Windsor (se presente de todo), o reino de Connacht parece ter mantido alguma forma de autonomia – e uma subserviência volátil à Coroa– nas décadas subsequentes. O fato é confirmado pelas recorrentes – e frequentemente bem sucedidas – ações dos Uí Conchobhair contra invasores estrangeiros, o empenho da Coroa em inibir incursões independentes de magnatas ingleses e o longo histórico de cooperação entre a mesma e o rei Cathal Crobhderg Ó Conchobhair, pautado pela troca de correspondência, concessões legais e histórico de auxílio em campanhas militares.

¹⁸⁸ GERALDO DE GALES. *EXPUGNATIO HIBERNICA*. DIMOCK, J.F (Ed.) **Giraldus Cambrensis: Opera**, v.5. Londres: Longman, 1867

¹⁸⁹ Vide MARTIN, F.X. Overlord Becomes Feudal Lord, 1172-85. In: COSGROVE, A. (Ed.) **A New History of Ireland II: Medieval Ireland 1169-1534**. Oxford: Oxford University Press, 1987, pp. 108-09

¹⁹⁰ “Milid Gócan, cona rideribh, do breith do Muircertach mac Ruaidri h-I Conchobair co Ros Comáin, do milled Connacht, ar ulca ré nathair. Ro loisced umorro, Connachta fo cedóir. (...) Ro dhall, dono, Ruaidri O Conchobair a mac iarsin a n-digail an turuir sin.” *ANNALS OF LOCH CÉ*, 1177. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 154 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

¹⁹¹ LYDON, J. **The Lordship of Ireland in the Middle Ages**. Dublin: Four Courts, 2003, p.52

¹⁹² DUDLEY EDWARDS, R. Anglo-Irish Relations with Connacht, 1169-1224. **Irish Historical Studies** v.1 n.2 1938, p. 153

2. A História de Connacht e Suas Fontes

2.1 As fontes da administração inglesa

Muitos dos problemas e oportunidades que pontuam a história de Connacht no período advêm da natureza da documentação que nos foi legada. No que diz respeito às fontes inglesas, o século XIII se apresenta como um período de construção e formalização das instituições do Senhorio. Este processo resultou no estabelecimento de versões locais de órgãos administrativos ingleses e na expansão da séquito do *justiciar* a uma corte real comparável à do próprio monarca, capaz de mobilizar súditos da Coroa em suas próprias sessões de parlamento.¹⁹³ Não obstante, este foi um desenvolvimento paulativo, o qual não se efetivou até pelo menos o final do século. Ao nos debruçarmos sobre primeiras décadas do século, portanto, somos obrigados a fazer uso de documentos expedidos diretamente da Inglaterra e sobreviventes em rolos da administração real.

Tais documentos eram quase sempre redigidos em latim e foram emitidos em grandes quantidades durante todo o período medieval. Sua produção pode ser traçada a duas instituições essenciais à governança inglesa: o *exchequer* e a chancelaria. O primeiro, assim chamado pelo balcão quadriculado no qual as contas eram realizadas, desempenhava as tarefas fiscais do aparato administrativo. Presidido pelo tesoureiro, ele era composto de dois departamentos. O alto *exchequer* funcionava como ouvidoria e instância para disputas legais concernentes às finanças da Coroa. O baixo *exchequer*, por sua vez, encarregava-se do recebimento e expedição de pagamentos. Cada entrada de fundos no tesouro era registrada em um bastão de madeira chamado *tally*, o qual era posteriormente quebrado no momento da transação. Uma das partes tinha suas informações transcritas em pergaminho em compilações intituladas rolos de recibo. A segunda era mantida pelo indivíduo responsável pelo pagamento, a ser comparada com a metade do *exchequer* no momento da prestação de contas.¹⁹⁴ A instituição produzia ainda balanços anuais das prestações de conta – os *pipe rolls* – e dossiês de material de referência para procedimentos do alto *exchequer* – os rolos de *memoranda*.¹⁹⁵

¹⁹³ O mais completo balanço dessa evolução é RICHARDSON, H.G.; SAYLES, G.O. **The Irish Parliament in the Middle Ages**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1952

¹⁹⁴ CONNOLLY, P. **Medieval Record Sources**. Dublin: Four Courts, 2002, pp. 18-19

¹⁹⁵ CONNOLLY, P. **Medieval Record Sources**. Dublin: Four Courts, 2002, p. 22

A chancelaria, por sua vez, era responsável pela emissão de documentos assinados pelo rei. Seus registros podem ser divididos em duas categorias. Cartas patentes – lit. “abertas”, de maneira que seu selo não precisasse ser rompido para lê-las – constituíam mensagens destinadas a um beneficiário específico, porém dirigidas a um uso público.¹⁹⁶ Muito embora fossem amiúde chamadas de *cartae* ou *litterae*, Michael T. Clanchy prefere tipificá-las como “declarações produzidas por indivíduos” para que não sejam confundidas com “cartas” na acepção contemporânea. Este gênero de correspondência podia desempenhar várias funções, todas ligadas ao registro de algum acordo ou benefício visando a consultas, atestados ou resolução de disputas. Diplomas (*charters* no vocabulário legal inglês) eram registros de intitamentos a vários tipos de propriedade.¹⁹⁷ Dependendo das circunstâncias, das expectativas do atores envolvidos e da natureza da propriedade em questão, diplomas podiam ser sucintos ou detalhados.¹⁹⁸ Estes documentos remontam à administração saxônica, embora tenham adquirido um nível inigualável de disseminação e sistematização após a conquista normanda.¹⁹⁹ Quirógrafos – chamados no final da Idade Média de *indentures* – eram provas de acordos entre duas partes.²⁰⁰ Complementavam o *corpus* os decretos (em inglês, *writs*; em latim, *brevia*) e várias categorias de certificados, como testemunhos, memorandos e testamentos.

Em oposição às cartas patentes, cartas fechadas – seladas de maneira que seu lacre precisasse ser quebrado na leitura – visavam à comunicação confidencial entre duas partes. Elas se apresentam como o equivalente mais próximo à concepção atual de correspondência. No entanto, estas cartas não necessariamente constituíam a expressão de sentimentos pessoais ou opiniões não mediadas. Antes, elas frequentemente propunham-se apenas ao registro de informações.²⁰¹

¹⁹⁶ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, pp.91-92

¹⁹⁷ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 87

¹⁹⁸ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 88

CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 88, vide bibliografia c/ Fábio

²⁰⁰ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 89

²⁰¹ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p.92

Documentos administrativos podiam ainda ser agrupados em uma coleção editada conhecida como *registrum*.²⁰² Exemplos notáveis de *registri* incluem o Livro Vermelho e o Livro Negro do *exchequer* – compilações de registros fiscais organizadas nos anos 1230 – e todos os “rolos” da administração, assim chamados por serem compostos de documentos independentes costurados um ao outro na forma de longos pergaminhos.

No total, a complexidade e o volume de produção do aparato administrativo inglês passa a impressão de um governo altamente burocratizado. De fato, o sistema de produção documental não era apenas standardizado, mas apto a produzir certos tipos de registro em massa. A partir do reinado de Henrique II (1154-1189), funcionários da chancelaria já usavam precursores rudimentares da impressora de Gutenberg para escrever certas fórmulas, incluindo a assinatura do rei.²⁰³ O nível de sistematização e disseminação é tamanho que levou Clanchy a afirmar que a administração inglesa correspondia ao modelo weberiano de Estado Burocrático, promovendo a “rotinização do carisma” por meio da automação e despersonalização do exercício do poder.²⁰⁴ Não obstante, é preciso cuidado para não lançar a estas instituições uma expectativa contemporânea de eficiência. Embora registrasse e preservasse quantidades vultosas de documentos, a capacidade da administração de mobilizar este material era limitada. Como o próprio Clanchy afirma, os arquivos da chancelaria e do *exchequer* são mais acessíveis a historiadores contemporâneos do que eram aos funcionários que os organizaram (mesmo antes das ferramentas de *data-mining* legadas pela revolução digital).²⁰⁵

A complexidade e escala do aparato administrativo inglês aponta também para outro fato. Conquanto decretos, cartas e diplomas fossem assinados pelo rei e imbuídos de autoridade real, eles não podem ser considerados pronunciamentos pessoais. Embora convergentes, a instituição da Coroa era reconhecida como uma entidade distinta do monarca.²⁰⁶ Documentos expedidos pelo rei deviam ser atestados com o Grande Selo,

²⁰² CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 105

²⁰³ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 69

²⁰⁴ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 68

²⁰⁵ CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307**. Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013, p. 72

²⁰⁶ KANTOROWICZ, E. H. **The King's Two Bodies: A Study in Medieval Political Theology**. Princeton: Princeton University Press, 2016. Para as consequências constitucionais do argumento de Kantorowicz, superando a leitura foulcaultiana a que comumente foi submetido, vide JUSSEN, B. *The King's Two Bodies Today*. **Representations**, v.106, n.1, 2009, pp.102-117. Vide também HICKS, M. **Bastard Feudalism**. Londres/Nova York: Routledge, p. 101

cuja posse cabia ao chanceler, o presidente da chancelaria. Na eventualidade de períodos de regência (por exemplo, durante uma minoridade), certas ordens não podiam ser atestadas, diminuindo, por consequência, a agência real. Nestas mesmas circunstâncias, ações tomadas sob a autoridade da Coroa eram efetivamente protagonizadas pelo *justiciar* da Inglaterra. Em um dos três casos analisados no próximo capítulo, as decisões concernentes a Connacht, embora tomadas nominalmente pela Coroa, foram conduzidas pelo representante do rei, Humberto de Burgh.

O *corpus* administrativo inglês apresenta um número de vantagens a uma estudo estratégico. Em primeiro lugar, as fontes que o compõem são datadas com grande precisão, o que auxilia na determinação da ordem de eventos que de outra maneira pareceriam confusos. Em segundo lugar, a coleção é em sua maior parte contemporânea ao período. Salvo erros de paleografia, transcrição e/ou tradução, as distorções presentes nos textos são atuais à própria época, o que as torna mais previsíveis e passíveis, elas mesmas, de serem empregadas como dados.

Infelizmente, grande parte dessas fontes foi editada apenas em forma de *calendars*, resumos em inglês dos conteúdos dos registros feitos originalmente para auxiliar a pesquisa paleográfica. *Calendars* contêm a maior parte das informações expostas pelos originais, porém não são traduções literais. O plural majestático da comunicação real é adaptado à terceira pessoa, fórmulas são abreviadas e, nos piores casos, dados considerados não essenciais pelos editores são omitidos. No que diz respeito às atividades ingleses na Irlanda, uma das mais completas²⁰⁷ e utilizadas compilações é o *Calendar of Documents Relating to Ireland*, editado por H.S. Sweetman entre 1875 e 1886.²⁰⁸ A facilidade em se trabalhar com resumos traduzidos e a relativa fidelidade²⁰⁹ da obra de Sweetman levou gerações inteiras de historiadores a trabalhar com *calendars* como se fossem fontes primárias, preterindo a análise retórica dos documentos originais e dissuadindo a publicação de transcrições completas. No decorrer da dissertação, transcrições originais das fontes serão citadas sempre que possível. Para os casos em que os documentos não foram publicados, ou o foram exclusivamente em edições obscuras

²⁰⁷ DRYBURGH, P.; SMITH, B. (Eds.) **Handbook & Select Calendar of Sources for Medieval Ireland in the National Archives of the United Kingdom**. Dublin: Four Courts, 2004, p. 22

²⁰⁸ SWEETMAN, H.S. **Calendar of Documents Relating to Ireland 1171-1307**. Londres: Longman/Trubner, 1875-1886

²⁰⁹ Embora mais extenso do que a maioria dos *calendars*, a obra de Sweetman contém algumas omissões críticas. Vide, p. ex. HAND, G.J. Material Used in 'Calendar of Documents Relating to Ireland'. **Irish Historical Studies**, v.12, n.49, 1960, p. 99; CONNOLLY, P. **Medieval Record Sources**. Dublin: Four Courts, 2002, p. 19

de acesso restrito, a transcrição do *calendar* será suprida em seu lugar. Para que o leitor possa avaliar o grau de simplificação destes resumos, entradas do *calendar* e as respectivas transcrições integrais de seus documentos de origem (nos casos em que estes se encontram disponíveis) estão reproduzidas no Apêndice 1.

2.2. As fontes da Irlanda gaélica

Documentos da administração inglesa são particularmente úteis na determinação das preferências da Coroa e de magnatas ingleses, no que sua retórica por vezes hiperbólica constitui em si mesmo uma evidência valiosa. Por outro lado, tais registros são enxutos – quando não completamente silenciosos – às ações dos chefes irlandeses. Nas palavras de R.R. Davies, sua cobertura se limita aos intercâmbios passíveis de serem quantificados ou itemizados, e não é capaz, sozinha, de prover um quadro satisfatório dos acontecimentos, dos atores que os protagonizam e de seus contextos gerais.²¹⁰ O recurso às fontes gaélicas, portanto, é um complemento imprescindível.

Dentre esses documentos, os dois relatos mais detalhistas sobre a expansão normanda e as disputas dinásticas em Connacht no século XIII são os Anais de Loch Cé e os Anais de Connacht. Ao contrário das fontes anglo-normandas, escritas em sua maioria em latim, os anais foram regididos em gaélico irlandês clássico, com usos pontuais de expressões latinas. Embora seus textos constituam um tipo de *récita*, anais não são documentos estritamente narrativos.²¹¹ O gênero, oriundo de glosas em calendários litúrgicos ou tabelas monásticas de páscoa, é caracterizado por relações anuais de acontecimentos. As entradas são independentes: a lista de um determinado ano não necessariamente apresenta uma coesão cronológica. Muito embora a produção deste tipo de texto remonte ao início da era medieval, a prática foi mantida ao longo do período do Senhorio, e os manuscritos remanescentes são datados do início da época moderna (séculos XV ao XVII). Nisto se encontra a primeira dificuldade em utilizar fontes analísticas: a despeito da abundância de informações que oferecem, os relatos sobreviventes não são contemporâneos, e carregam obrigatoriamente as distorções de copistas posteriores.

²¹⁰ DAVIES, R.; SMITH, B. (Ed.) **Lords and Lordship in the British Isles in the Late Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 198

²¹¹ SIMMS, K. **Medieval Gaelic Sources**. Dublin: Four Courts, 2009 p.20

Katherine Simms identifica três causas para a redobrada atenção com a tradição analística no período moderno – e sob as quais suspeitas de vieses *a posteriori* devem ser analisados. A primeira foi o surgimento e difusão de uma aristocracia letrada, consequência, entre outras coisas, da invenção da impressora e do subsequente aumento do número de alfabetizados. A segunda foi uma reação a medidas de supressão de cultura irlandesa a partir da dinastia Tudor, em paralelo com intervenções progressivamente mais agressivas para submeter a Irlanda gaélica ao jugo da Coroa. A terceira foi uma tentativa católica de fazer frente às pressões decorrentes da ascensão do protestantismo como religião oficial da Inglaterra. Os anais irlandeses, em especial suas menções à tradição monástica e aos laços de irlandeses com a Igreja em Roma, podem assim ser lidos como uma faceta insular da Contrarreforma Católica.²¹²

Os Anais de Loch Cé se estendem de 1014 a 1577, com lacunas para os intervalos entre 1316 e 1413. Os Anais de Connacht, por sua vez, iniciam-se em 1224 e prosseguem até 1544. Embora os últimos apresentem um texto substancialmente mais desenvolvido, os registros são similares a ponto de sugerir uma fonte comum. Tão conformes são os documentos, na verdade, que William Hennessy utilizou excertos dos Anais de Connacht para suplantar a lacuna dos Anais de Loch Cé na sua edição da obra.²¹³ Quais fontes os teriam originado, e quão próximo é seu parentesco, todavia, são questões mais complicadas. Os Anais de Loch Cé sobrevivem em um manuscrito do século XVI; os de Connacht, em um ligeiramente mais antigo (O'Dwyer o estima cerca de 75 anos mais velho).²¹⁴ Se suas sessões correspondentes ao século XVI são consideradas contemporâneas aos episódios que narram, as porções medievais derivam de documentos anteriores. Gearóid Mac Niocaill identifica o escriba do manuscrito dos Anais de Loch Cé como Pilib Ballach Ó Duibhgeannáin, da escola dos Uí Duibhgeannáin de *seanchaidhe*, uma categoria de *aos ealadhan* – classes hereditárias de letrados associados às cortes de chefes gaélicos – dedicada à escrita de história.²¹⁵ A menção de assuntos de interesse à família em ambos os documentos é tomada por Mac Niocaill como sugestão de que ambos os anais tenham uma fonte em comum em uma produção da escola de historiógrafos. Ao mesmo tempo, a inclusão de material pertinente aos *seanchaidhe* Uí

²¹² SIMMS, K. **Medieval Gaelic Sources**. Dublin: Four Courts, 2009 p. 31

²¹³ HENNESSY, W. M. (Ed.) **The Annals of Loch Cé, RS 54, v.1**. Londres: Longman, 1871. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100010A/index.html> > (Acesso em 16/04/2015)

²¹⁴ O'DWYER, B.W. The Annals of Connacht and Loch Cé and the Monasteries of Boyle and Holy Trinity. **Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature**. v. 72, 1972, p.83

²¹⁵ SIMMS, K. **Medieval Gaelic Sources**. Dublin: Four Courts, 2009 p. 9

Maoilchonaire e as citações recorrentes a um poema aos reis de Connacht composto pela família indicam que tal fonte possa ter, por sua vez, derivado de uma obra compilado por estes profissionais letrados. O foco na trajetória dos reis Ua Conchobhair de Connacht corrobora esta visão, considerando o papel exercido pelos Ó Maoilchonaires como historiadores hereditários do clã.²¹⁶

Mac Niocaill identifica ainda evidências, na preferência por formas verbais, de que os dois anais triam sido produzidos na região de Boyle/Loch Cé, no norte de Connacht. (Fig. 17) Eles não são as únicas compilações documentais a terem o local como centro de produção especulado. Um outro conjunto é conhecido como Anais de Boyle, mais comumente chamado de Anais Cottonianos, por sobreviverem no manuscrito do século XIII Cotton Titus A.XXV. Este documento cobre do passado veterotestamentário ao ano de 1257, embora seu conteúdo seja lacunar para a maior parte de seu último século.

²¹⁶ MAC NIOCAILL, G. *The Medieval Irish Annals*. Dublin: Dublin Historical Association, 1975, pp. 33-34

Figura 17: Transmissão manuscrita dos Anais de Connacht e de Loch Cé²¹⁷

A riqueza dos anais sobre a trajetória dos reis de Connacht no século XIII sublinha, ao mesmo tempo, seu maior eixo de distorção. Os chefes da província são tratados em termos laudatórios, em especial na récita de seus feitos militares. Em certos casos – como nos obituários dos reis – isto pode ir ao encontro dos objetivos de uma análise estratégica, constituindo uma fonte para a delineação de rixas, favoritismos e preferências de atores irlandeses outrossim ausentes de documentos mais austeros, como os registros da administração inglesa. Em outros casos, porém, a glorificação pode implicar, na melhor

²¹⁷ Cp. MAC NIOCAILL, G. **The Medieval Irish Annals**. Dublin: Dublin Historical Association, 1975, p. 34

das hipóteses, em descrições redundantes e potencialmente enganadoras; na pior, na deliberada omissão ou reelaboração de fatos. Os episódios de batalhas e campanhas são descritos com particular – e suspeito – detalhismo, muito embora por vezes se mostrem pouco interessantes para a compreensão de seu contexto mais amplo. As entradas incluem também julgamentos *a posteriori* dos eventos narrados que devem ser manuseados com cautela, para que não convidem o leitor à atribuição de uma racionalidade implausível aos atores.

Essas distorções são explicáveis à luz da função desses documentos. Simms ressalta que os anais intentavam elevar o prestígio de uma dinastia glorificando seus antepassados, oferecendo exemplos virtuosos a reis e chefes contemporâneos e servindo de base para produções literárias deliberadamente panegirísticas.²¹⁸ Thomas Finan acredita que a crônica do norte de Connacht foi um documento historiográfico quase contemporâneo aos acontecimentos que narra, produzido em favor aos clãs Uí Conchobhair e MicDiarmata. Especificamente, a crônica seria parte de uma “grande estratégia” dos reis Uí Conchobhair para preservar seus domínios diante da pressão inglesa.²¹⁹ Para Finan, ao mesmo tempo em que faziam uso de alianças militares e jogos diplomáticos – muitos dos quais serão explorados abaixo – os Uí Conchobhair investiram em produção cultural e simbólica para arrefecer oposições dinásticas e manter sua legitimidade interna.²²⁰ Esta produção incluiria a redação de narrativas partidárias ao clã – porém ao mesmo tempo críticas ao que fosse percebido como erro ou falta de virtude – o batismo de filhos com o nome Áed, em referência ao herói mítico Áed Engach²²¹ e o patrocínio de um *corpus* de poesia bárdica sem igual na Irlanda.²²² Tais como as fontes administrativas inglesas, os anais serviriam de instrumentos para a efetivação das próprias ambições políticas neles registradas.

Não fosse o bastante, a datação dessa categoria de fontes pode ser imprecisa. Em razão de sua origem em tabelas de Páscoa, certos anais empregavam como referencial o dia da semana no qual caía o primeiro dia de Janeiro em vez da notação habitual de *anni dominum*. Outros iniciam cada ano a partir do dia 35 de março, segundo uma tradição

²¹⁸ SIMMS, K. **Medieval Gaelic Sources**. Dublin: Four Courts, 2009 p. 32

²¹⁹ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 160

²²⁰ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 171-74

²²¹ FINAN, T. Prophecies of the Expected Deliverer in Thirteenth- and Fourteenth-Century Irish Bardic Poetry. **New Hibernia Review/Iris Éireannach Nua**, v.6, n.3, 2002, pp. 113-124

²²² FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 174

inglesa medieval.²²³ Copistas mais recentes nem sempre traduziam adequadamente estas referências, em especial quando lidavam com fontes escritas em sistemas diferentes de datação. O ano específico associado a um determinado evento, portanto, não deve ser tomado como referência absoluta salvo a corroboração por algum outro tipo de fonte, como os registros administrativos. Por fim – e principalmente – dada a reticência dos documentos ingleses do período e a ausência de narrativas independentes em número significativo, uma boa parte dos episódios sobrevive em relatos inverificáveis. Se é pouco provável que um episódio inteiro tenha sido fabricado por um analista (ou um sucessão deles), as minúcias de cada entrada devem ser encaradas com grande suspeita. A mera menção nos anais não configura imediatamente uma garantia de precisão factual – muito embora o mesmo possa ser dito de qualquer outra categoria de fontes.

Contudo, a ocorrência de distorções e imprecisões não deve servir de base a uma leitura estritamente literária dos anais. Como Simms igualmente ressalta, ao mesmo tempo em que cumpriam um propósito que poderíamos chamar de “propagandístico”, estas fontes tinham uma função jurídica. *Seanchaidhe* podiam ser chamados como testemunhas em litígios envolvendo tributos, heranças e disputas territoriais. Desta maneira, embora possa parecer contraproducente ao seu viés laudatório, anais também deveriam zelar pela precisão de dados como óbitos de aristocratas, sucessões, datas e locais de batalhas e tratados.²²⁴

Fontes inglesas e gaélicas, desta maneira, se complementam. Embora ambos os conjuntos apresentem limitações por vezes incontornáveis, o contraste de um com o outro traz o potencial de minimizar certas distorções – ou mesmo, no melhor dos casos, de transformar a parcialidade uma fonte em um dado adicional para o escrutínio de outras. Como adverte Katherine Simms, mesmo que as fontes gaélicas pintem o retrato de uma “zona de conforto claustrofóbica” na qual apenas irlandeses recebem referências, é imprescindível lembrar que a sociedade em que viviam se caracterizava por um intercâmbio constante com ingleses e mesmo com estrangeiros para além da própria Irlanda.²²⁵ No decorrer do século XIII, com a penetração e assentamento anglo-normandos em territórios outrora ocupados apenas por irlandeses, a importância deste ponto não pode ser subestimada.

²²³ SIMMS, K. **Medieval Gaelic Sources**. Dublin: Four Courts, 2009 p. 35

²²⁴ SIMMS, K. **Medieval Gaelic Sources**. Dublin: Four Courts, 2009 p. 32

²²⁵ SIMMS, K. **Medieval Gaelic Sources**. Dublin: Four Courts, 2009 p. 108

3. Os Atores em Jogo

3.1 Connacht e a Coroa inglesa entre 1189 e 1274

Para proceder com uma análise estratégica desse contexto histórico, é necessário, primeiro, definir quais são os atores sociais em interação e quais são as características fundamentais de suas ações uns para com os outros. Para tanto, é útil começar por uma breve cronologia das relações entre os chefes gaélicos de Connacht e os ingleses no período, a começar por aquele que protagonizou o mais evidente período de cooperação: Cathal Crobhderg Ó Conchobhair.

A primeira menção a Cathal como rei de Connacht pode ser encontrada em 1190, após uma guerra dinástica que resultou no temporário exílio do ex-alto rei, Ruaidhri, e no assassinato de dois de seus filhos.²²⁶ O indício mais antigo de uma interação com a Coroa, no entanto, não se dá antes de 1195, ano em que os anais relatam um ataque a Munster seguido de um acordo – presumivelmente de trégua ou paz – com os ingleses no mesmo ano.²²⁷ À primeira vista, o episódio parece uma agressão não provocada, embora ele já tenha sido interpretado como uma resposta a obtenção de certas terras em Connacht pelo magnata inglês Guilherme de Burgh.²²⁸ Guilherme construiu paulatinamente uma base de poder no norte de Munster na década de 1190. Em 1193, segundo uma genealogia irlandesa, ele teria se casado com uma das filhas de Domhnall Mór Ó Briain, rei de Thomond, uma aliança cujos frutos pode ser observado na constante participação dos Ua Briain nas incursões dos de Burgh à Connacht na primeira metade do século XIII.²²⁹ Os anais irlandeses mencionam ainda a presença de outros dois magnatas irlandeses, de Courcy e de Lacy, em Munster no mesmo período, e Dudley Edwards encontra evidências

²²⁶ “*Long Cathail croibderg h-I Conchobair, rí Connacht, do bháthad ar Loch Ríbh*”. *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1190. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 182 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

²²⁷ “*Cathal Croibh Derg .H. Conchobair, rí Connacht, co socraitte Connacht, do dul isin Mumain, & ro mhillset caissléin & bailedha iomdha innte, & do ronsat crecha móra, & tangadar imshlán*.” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1195. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 190 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

²²⁸ Cf. ORPEN, G. **Ireland Under the Normans**, v.3. Oxford: Clarendon Press, 1911, p. 147

²²⁹ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans**, v.3. Oxford: Clarendon Press, 1920, p. 146; Vide *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1200, 1210, 1224. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 210, 244, 272. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

de uma negociação entre de Burgh e de Lacy acerca da divisão das terras de Connacht.²³⁰ Entre o fortalecimento de possíveis rivais irlandeses em Thomond e o espectro de uma invasão inglesa, é sensato supor que Cathal visse seu ataque como uma demonstração preventiva de força. Que os ingleses não fossem inocentes em relação às suas suposições é sugerido pela celeridade com que firmaram um acordo com o rei de Connacht²³¹ e pelos quatros anos sem intervenções que se seguiram.

Não obstante, novas incursões são registradas nos anos de 1199-1200. Ao contrário da razia de 1195, estes ataques parecem mais arbitrários, embora Helen Perros os interprete como uma iteração da mesma “política defensiva agressiva” de 1195.²³² A hipótese é difícil de ser provada, embora a potencial defecção não tenha, de qualquer maneira, impedido a Coroa de interceder em favor de Crobhderg na guerra dinástica que se seguiu. A menção ao *justiciar* Meiler FitzHenry em 1203 como árbitro das desavenças entre Cathal e outro membro de sua dinastia²³³ e as negociações dos termos de um diploma assegurando a custódia das terras de Connacht ao chefe irlandês²³⁴ marca o prosseguimento de seu favoritismo real. Um único episódio notável de atrito pode ser observado, decorrente da vinda do rei João à Irlanda, em 1210. Após a recusa de Cathal em trazer seu filho à sua presença, João teria invadido Connacht e tomado alguns de seu clã como reféns. Seja qual tenha sido o real motivo da contenda, ela não produziu um legado de rancor. Uma fonte isolada e pertencente a outro ramo da tradição manuscrita

²³⁰ “*Sloiged la h-Eóan na Cúirte, & la mac Ugá de Lací, do ghabáil neirt for ghalluib Laigen & Muman.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1195. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 190 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015); DUDLEY EDWARDS, R. Anglo-Norman Relations with Connacht: 1169-1224. **Irish Historical Studies**, v.1 n.2, 1938, p. 145

²³¹ “*Mórtinól Connacht la Cathal g-Croibh Derc co h-Áth Luain, dú irrabhadar dá ced dég uel amplius, co tánic Eoan na Cúirte, & mac Uga dé Lací, & maithi Gall na Coinne, co n-dernsat a síth.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1195 HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 190 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²³² PERROS, H. Crossing the Shannon Frontier: Connacht and the Anglo-Normans, 1170-1224. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland.** Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p. 128

²³³ “*Toirrdhealbach mac Ruaidri d' ionnarbad a Connachtuibh do Cathal Croib Derg, & a chur is in Midhe, & síth do dhenum ris a cedóir ar impide na n-Gall, .i. Máil Fer & Baldar.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1203. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 230 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²³⁴ SWEETMAN, H.S. **Calendar of Documents Relating to Ireland 1171-1251.** Londres: Longman/Trubner, 1875 n. 279 p. 43. A transcrição do texto se encontra à frente, quando será discutido em detalhes.

analística – os Anais de Clonmacnoise²³⁵—relatam um natal passado junto entre Cathal e o *justiciar* entre 1211-1212.²³⁶ A *carta* das terras de Connacht foi confirmada pela Coroa em 1215 e sua posse foi mantida, a despeito da possibilidade de cedê-la aos de Burgh.²³⁷ A troca de correspondências – e inclusive o envio de presentes em ao menos uma ocasião – é observada até sua morte, em 1224.²³⁸ Talvez mais do que qualquer outro laço entre chefes gaélicos e a Coroa, o de Cathal se apresenta como uma longa constante de cooperação.

²³⁵ Segundo Mac Niocaill, eles têm, todavia, uma fonte em comum com a crônica de Ó Maoilchonaire, da qual os Anais de Connacht e Loch Cé derivam. (vide Figura 5). Os Anais de Clonmacnoise também se destacam por sobreviverem apenas em uma tradução ao inglês do século XVII. O tradutor não se mostra neutro em relação ao conteúdo do texto e, muito embora externe seu julgamento em certas passagens, até que ponto os detalhes da rēcita são fieis ao original é motivo de especulação.

²³⁶ “*Cahall Crovdearg o’Connor went to the Deputies house to Dublin to keep Christmass with him and returned afterwards to his owen house.*” Anais de Clonmacnoise, 1211. MURPHY, D. (Ed.) **The Annals of Clonmacnoise Being Annals of Ireland from the Earliest Period to A.D. 1408**. Dublin: University Press, 1896, p. 225

²³⁷ “*J. Dei gratia Rex Angliae etc. Sciatis nos dedisse, concessisse et hac carta nostra confirmasse, Regi Kunnoc’ totam terram Kunnoc’ cum omnibus pertinentiis suis, habendam et tenendam sibi et heredibus suis de nobis et heredibus nostris quandiu nobis bene serverint, ita quod inde sine iudicum curie nostre non debeat dissaisiri, libere et quiete, pacifice et integre, plenarie et honorifice, in boscis et planis, in pratis, pascuis, et pasturis, in moris, muscis, et mariscis, et in omnibus locis et rebus, cum soc., et sac, et thol, et them’, infangenethief, utfangenethief, et cum omnibus libertatibus et libertis consuetudinibus ad eandem terram pertinentibus, reddendo inde nobis et heredibus nostris inperpetuum trescentum marcas ad Scaccarium nostrum Dublinem, ad tres terminos anni, scilicet, ad festum [Sancti] Michaelis centum marcas ad Purificatione Beate Marie centum marcas et ad Paschoam centum marcas per omni servicio, consuetudine, et exactione, salvis nobis placitis corone nostre, et salvo nobis castro de Atlon’ cum pertinentiis. Quare volumus etc. Testibus, H. Dublinensi archiepiscopo, G. de Marisco, Rogerio Pipardo, Waltero de Rudeford’, Eustachio de Rupe, Rad’ Parvo, Galfrido Lutterell. Data per manu magistri Ricardi de Marisco, cancellarii nostri, apud Dovorum, xij die Septembris, anno regni nostri septimo decimo.*” Charter Roll 17 John m.3, In: DUFFUS HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Chartarum in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1837, p.219a; “*J. Die gratia etc. Sciatis nos dedisse, et concedisse, et hac praesenti carta nostra confirmasse, Ricardo de Burgo, per homagio et servicio suo, totam terram Connaciae cum pertinentiis suis qua W. per suos de nobis tenuit, habendam et tenendam sibi et heredibus suis de nobis et heredibus nostris, reddendo inde ipse et heredes sui nobis et heredibus nostris trescentas marcas per annum .s. ad festam Sancti Michaelis C. et L. marcas, et ad Paschalam proximam sequentes CL marcas per omni servicio, salvo nobis et heredibus nostris castello de Adlon, cum cantreda in quo situs est, et salvo G. de Contentis cantreda quod dedimus ei in excambium per cantreda in quo situs; castrum nostrum de Adlon, ita tamen quod dictis G. et heredes sui faciant praedicto Ricardo et heredibus suis homagium et debita servicia quo pertinent ad dictum cantredum, salvo nobis et heredibus nostris donationibus crociarum ejusdem terre Connaciae. Quare volumus et firmiter praecipimus quod dictis R. et heredes sui habeant et teneant dictam terram Connaciae, cum omnibus pertinentiis suis, in perpetuum, de nobis et heredibus nostris, bene et in pace, liberte e quiete, integre et plenarie, cum omnibus libertatibus et liberis consuetudinibus ad dictam terram spectantibus, per praedictis trescentas marcas nobis et heredibus nostris reddendum, sicut praedictus est. T. domino H. Dublinensi archiepiscopo, P. Winton’, W. Wigorn’, W. Coventr’, episcopis, H. de Burgo justiciario nostro Angliae, Willio de Cyriton’, Archembaudo Flemingo, Johane Russello. Data per manu magistri Ricardi de Marisco cancellarii nostri, apud Dovorum, xij die Septembris, anno regni nostri septimo decimo.*” Charter Roll 17 John m.3, In: DUFFUS HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Chartarum in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1837, pp.218b-219a

²³⁸ SWEETMAN, H.S. **Calendar of Documents Relating to Ireland 1171-1251**. Londres: Longman/Trubner, 1875, nos. 810, 980, 1174 e 1184 pp. 121, 150, 178 e 180. Para as transcrições, vide o Apêndice 1

É justamente após seu falecimento e a ascensão de seu filho, Áed Ó Conchobhair, que se observa uma alteração do *statu quo* e um remanejamento da política da Coroa concernente a Connacht. De início, os ingleses parecem ter honrado a longa aliança, a ponto de terem cedido forças, lideradas pelo *justiciar*, ao auxílio de Áed durante uma guerra contra rivais dinásticos em 1225²³⁹. O episódio não se repetiria: em 1226, ainda durante a minoridade do rei Henrique III, Humberto de Burgh, *justiciar* da Inglaterra, expediu uma ordem de revogação das terras de Connacht, que detinha sob aprovação da Coroa, sob justificativa de uma desobediência à autoridade real.²⁴⁰ O ato culminou em sua morte, na cessão de parte de seu território ao sobrinho do *justiciar*, Ricardo de Burgh, e em uma sucessão de reinados breves e instáveis que terminaram por dilacerar o clã. Seu sucessor e irmão, Feidhlim Ó Conchobhair, tomaria medidas inéditas na tentativa de recuperar o reconhecimento desfrutado por seu pai, Cathal. Em seus quase trinta anos de reinado, ele efetiva uma visita ao rei na Inglaterra, uma participação em uma campanha real no País de Gales e ostenta uma robusta comunicação com a Coroa, com direito a cartas dirigidas ao rei e o envio de emissários à Inglaterra.²⁴¹ Não obstante, a aproximação foi infrutífera. A dilapidação do reino de Connacht prosseguiu, com a construção de castelos reais na região e a cessão de terras a colonos estrangeiros.²⁴² Seu filho e co-regente, Áed na nGall, adotou uma postura de hostilidade aos anglo-normandos mesmo antes de sucedê-lo e a sustentou com ainda mais intensidade após ganhar ele próprio o

²³⁹ “*Dala immorro Aeda meic Cathail Crobdeirg dochuaid i nn-ucht Gall, & doralá co sodanach do-som. Uair is ann batur Gaill Erenn for cuirt moir hoc Ath Luain & ba cara do-sam cech oen dib trena athair & tremeit fein. Ar ba hacmaingech tuarasdail & tindlaicti e-sim & a athair reme doib. Tuc-som leis tra in Iustis & Goill Erenn in neoch roba lor leis dib, & ro erig Dondchad Carprech h. Briain cona sochraiti leis & Ua Mailsechlainn cona sochraiti.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1225. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 274-76 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁴⁰ Patent Roll 10 Henry III m.4 *In: Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232.* Londres: HMSO, 1903, p. 48. O texto completo encontra-se transcrito nas próximas seções, quando o episódio será discutido.

²⁴¹ Para as menções nos anais, vide *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1240 e 1255. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 352, 406 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015); *ANNAIS DE CONNACHT*, 1240 e 1255. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 86 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015) Para evidências de comunicação nas fontes anglo-normandas, Cf. p. ex. SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, v.2.** Londres: Longman, Green, Longman e Roberts, 1866 p. 199; Close Roll 39 Henry III m. 8d. *In: Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1254-1256.* Nendeln: Kraus-Thomson, 1970, p. 213. Alguns documentos serão trabalhados em detalhe mais à frente.

²⁴² O impacto dos castelos será discutido abaixo. Sobre as cessões de terras em Connacht, Cf. FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. *In: _____ Ireland and Britain 1170-1450.* Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, pp. 49-51

trono. Que em 1274, ano de sua morte, o reino passasse brevemente pelas mãos de outros dois chefes, mortos em contendidas dinásticas, até que um candidato perene o assumisse ilustra a instabilidade e fragmentação ao qual o reino de Connacht se vertera.²⁴³

A mudança da posição real em relação a Áed, filho de Cathal Crobhderg (Áed mac Cathal, em futuras citações) é encarada, desta forma, como um momento seminal na história da Irlanda pós-conquista. Dudley Edwards chegou a caracterizá-la a como o fim de um milênio de reinado de uma mesma família sobre Connacht, o qual resistira, após a conquista normanda, a um só tempo como um polo de lealdade à Coroa e de resistência à agressão estrangeira.²⁴⁴ Helen Perros identifica uma tentativa desesperada – mas, em última medida, fracassada – de sustentar o poderio do clã adaptando-se a lógicas políticas e administrativas anglo-normandas. Em especial, cita a tentativa de Cathal Crobhderg de obter um diploma de terras a seu filho, Áed, de maneira a lhe assegurar uma vantagem sucessória em relação aos seus rivais dinásticos, os descendentes do ex-alto rei, Ruaidhri.²⁴⁵ Robin Frame, por sua vez, insiste no caráter inexorável do rompimento, sob o argumento de que os Uí Conchobhair estavam demasiado dissociados da malha de vínculos interpessoais dos reis e governadores ingleses para competir com seus rivais anglo-normandos, e que as instituições gaélicas não apresentavam os pré-requisitos para darem origem a regimes administrativamente ordenados nos moldes do senhorio feudal normando.²⁴⁶ Seja como for, para todas estas interpretações o reinado de Áed marcou o fim de uma conjuntura que não veio a se repetir.

Mais do que desfavores dinásticos, todavia, a sugestão é de que estamos diante do uso alternado de duas estratégias alternadas da parte da Coroa. De um lado, uma política de apoio, reconhecimento e eventual dependência nos reis de Connacht; de outro, o emprego recorrente de um *modus operandi* intervencionista, fundamentado na exploração de rivalidades dinásticas e no apoio a membros desfavorecidos, com o intuito de forçar a

²⁴³ “*Tadhg, mac Toirrdhelbaigh mic Aodha mic Cathail Croib Derg, do ríghad taréis Aodha mic Cathail isin mbliadain cedna. Acht chena, nír bhó bec in essbud aon bhliadna tri righ do ríghaibh Connacht do tuitim innte, .i. Aodh mac Fedhlim, & Eoghan mac Ruaidhri, & Aodh mac Cathail daill, ut supra diximus.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1274. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 476 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁴⁴ DUDLEY EDWARDS, R. Anglo-Norman Relations with Connacht: 1169-1224. **Irish Historical Studies**, v.1 n.2, 1938, p. 153

²⁴⁵ PERROS, H. Crossing the Shannon Frontier: Connacht and the Anglo-Normans, 1170-1224. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland.** Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p. 129

²⁴⁶ FRAME, R. Ireland after 1169: Barriers to Acculturation on an ‘English’ Edge. In: STRINGER, K.J.; JOTISCHKY, A. (Ed.) **Norman Expansion: Connections, Continuities and Contrasts.** Farham: Ashgate, 2013, p.138

eleição de reis mais enfraquecidos e dispostos a contribuir com os interesses ingleses. Assim, logo após a revogação das terras de Áed mac Cathal encontramos menções a Ricardo de Burgh e ao *justiciar* da Irlanda marchando ao lado de seus rivais dinásticos, os mesmos que, um ano antes, ingleses sob o comando do *justiciar* precedente haviam combatido.²⁴⁷ Tão cedo estes rivais se provaram insubordinados, contudo, os ingleses os baniram da província, elegendo em seu lugar o irmão de Áed, Feidhlim Ó Conchobhair.²⁴⁸ Há pouca margem para dúvidas de que a intenção de Humberto de Burgh, *justiciar* da Inglaterra, de favorecer os interesses de seu sobrinho Ricardo nas terras de Connacht foi uma das causas imediatas da manobra. As menções recorrentes ao último nos episódios, em especial após 1228, ano em que é nomeado *justiciar* da Irlanda, corrobora a hipótese.²⁴⁹ Entretanto, os fundamentos da estratégia não são novos ao momento. Pelo contrário, seus antecedentes abarcam um longo intervalo temporal, cuja exata dimensão varia a depender da amplitude de nossa descrição.

De um ponto de vista mais geral, tentativas de partilhar reinos rivais e favorecer reis fracos em detrimentos de reis fortes – ou mesmo impor lideranças externas ao clã – são observáveis nas contendidas gaélicas desde antes da conquista normanda. Longe de constituir uma inovação estrangeira, tais práticas tiveram particular proeminência no reinado do dois alto-reis Uí Conchobhair, Toirrdelbach e Ruaidhri.²⁵⁰ A dependência no apoio militar anglo-normando pode ser vista desde antes da invasão propriamente dita. Mais do que isso, há razões para se encarar a própria conquista como uma iteração de auxílio militar em troca de privilégios. No caso específico, entre Diarmait Mac

²⁴⁷ “*Morshluaiged la mac Uilliam i Connachta, & le h-Áed mac Ruaidhri mic Toirrdhelbhaigh moir, gur loiscesd Inis Medhoin, & gur airgsit in tir uile, & gur gabsad braighde. Shluaiged la Sefruidh Maireis & la Toirrdhelbhach mac Rúaidhri, h-i Mag Nae, co n-dernsat caislén a Rinn Dúin, & gur gabsat braigde Sil Muiredhaigh.*” *ANAL DE LOCH CÉ*, 1227. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 294 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁴⁸ “*Ar sin ro imtighedar Gaill ar na marach, & do fagbadar righe ag Feidlimm mac Cathal Croib Derg, & ro h-innarbuid Áed mac Ruaidhri a nucht Áeda h-I Neill.*” *ANAL DE LOCH CÉ*, 1230. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 304 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁴⁹ “*De justiciario Hyberníe et terra et castris – Rex archiepiscopis, episcopis, abbatibus, prioribus, comitibus, baronibus, militibus, liberis hominibus, et omnibus allis de Hyberníe, salutem. Sciatis quod commisit Ricardo de Burgo justiciariam nostram Hyberníe et terram nostram et castra nostra Hyberníe custodienda quamdiu nobis placuerit. Et ideo vobis mandamus quod ei tamquam justiciario nostro in omnibus que ad predictam justiciariam et terra predictam et castra predicta pertinent, intendentes sitis et respondentes. Teste ut supra.* Patent Roll 12 Henry III m.6 In: **Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232.** Nendeln: Kraus-Thomson, 1971, p. 178

²⁵⁰ Ó CORRÁIN, D. **Ireland Before the Normans.** Dublin: Gill and Macmillan, 1972, pp. 167-174

Murchadha, rei de Leinster e aspirante ao trono da Irlanda, e Ricardo “Strongbow” fitz Gilbert, o qual lhe teria cedido forças em troca da mão de sua filha Aoife em casamento.²⁵¹

Já de um ponto de vista mais específico, as breves alianças da Coroa ou de magnatas independentes a partidos específicos em contendadas dinásticas gaélicas é relatada com ubiquidade no período pós-conquista, e parece tornar-se mais evidente com o passar do tempo. Em 1177, como já foi mencionado, os Anais de Loch Cé relatam que o inglês Milo de Cogan “foi trazido por Muirchertach, filho de Ruaidhri Ó Conchobhair, a Roscommon para saquear Connacht por ódio a seu pai”.²⁵² Em 1188, a campanha de João de Courcy contra o rei Conchobair Maenmhaighe é acompanhada por um de seus irmãos, Conchobair Ua Diarmada.²⁵³ Já no que por sua vez é o caso mais extremo do qual temos registro, magnatas ingleses aparecem lutando contra si próprios em dois lados diferentes de uma mesma contendada. Após uma má sucedida incursão contra terras inglesas em 1200, o então rei Cathal Crobhderg orquestrou um ataque contra seu oponente dinástico, Cathal Carrach. Carrach angariou apoio de Guilherme de Burgh e de seus aliados, os Ua Brian de Thomond; Crobhderg, por sua vez, dirigiu-se para Ulster e obteve auxílio de João de Courcy.²⁵⁴ Em 1225, o rei Áed Mac Cathal solicita a ajuda de ingleses para lutar contra seus rivais Áed e Toirrdelbach Mac Ruaidhri.²⁵⁵ Em 1227, como

²⁵¹ A conquista da Irlanda e suas interpretações estão discutidas acima, no Capítulo 1.

²⁵² “*Milid Gócan, cona rideribh, do breith do Muircertach mac Ruaidri h-I Conchobair co Ros Comáin, do milled Connacht, ar ulca ré nathair. Ro loisced umorro, Connachta fo cedóir. (...) Ro dhall, dono, Ruaidri O Conchobair a mac iarsin a n-digail an turuir sin.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1177. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 154 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁵³ “*Shuaiged la Seon na Cúirti & la Galloib Erenn uile, a Connachta, maille re Conchobar .H. nDiarmada, & mac Ruaidri h-I Conchobair mur oen riú. Tinoilis rí Connacht, .i.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1188. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 180 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁵⁴ “*Iarsin cuiris Cathal Carrach techta co Luimnech, docum Uilliam Burc, & do berait mac Cathail Charraigh ina laimh a n-gill re tuarusdal na n-Gall. Iarsin ro thinóil Uilliam Burc sluag mór ó Ath Cliath, & ó Laighnib, & Gaill Luiminigh & Mumhan áirchena, & da .H. Briain, .i. Muircertach & Conchobar Ruadh, cona socraide, a b-fhóirithin Cathailcharraigh.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1200. “*Mórsluaiged la h-Eoain na Cúirti & la h-Uga og mac Uga de Láci, co socraide moir do ghallóib na Midhe Lais, maroen re Cathal Croib Derg, a Connachtaibh, do cosnum righe re Cathal Carrach.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1201. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 210-12; 218 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁵⁵ “*Dala immorro Aeda meic Cathail Crobdeirg dochuaid i nn-ucht Gall, & dorala co sodanach do-som. Uair is ann batur Gaill Erenn for cuirt moir hoc Ath Luain & ba cara do-sam cech oen dib trena athair & tremeit fein. Ar ba hacmaingech tuarasdail & tindlaicti e-sim & a athair reme doib. Tuc-som leis tra in Iustis & Goill Erenn in neoch roba lor leis dib, & ro erig Dondchad Carprech h. Briain cona sochraiti leis & Ua Mailsechlainn cona sochraiti.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1225. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The**

mencionado, eles aparecem ao lado dos mesmos rivais contra o rei.²⁵⁶ Em 1230, após Áed Mac Ruaidhri recusar-se a submeter-se à Coroa, os anglo-normandos marcham com Feidhlim, irmão de Áed Mac Cathal, o qual, como já visto, instituem rei de Connacht no mesmo ano.²⁵⁷

Até onde os registros analísticos nos permitem aferir, os chefes gaélicos, a Coroa e os magnatas anglo-normandos apresentavam uma visível propensão a cooperarem militarmente, tal como uma propensão quase tão grande a traírem seus aliados após intervalos bastante curtos. Todavia, é crucial lembrarmos que não estamos diante de uma paridade de forças. Em razão de uma série de motivos – alguns dos quais serão elaborados em detalhe abaixo – os anglo-normandos apresentavam uma capacidade privilegiada de erguer tropas maiores e de qualidade superior às forças gaélicas.²⁵⁸ Do ponto de vista dos chefes irlandeses, a disseminação de um *modus operandi* de apelo a ingleses poderia resultar em uma dependência perigosa em seus aliados circunstanciais. Não parece certo, ademais, que neste contexto específico a recíproca fosse verdadeira. Como colocou Orpen, pretendentes ao trono de reinos gaélicos encontravam-se em um duplo dilema. Por um lado, não tinham meios para derrotar seus rivais sem o auxílio de estrangeiros. Por outro, não eram eles próprios páreos a seus potenciais aliados.²⁵⁹ No que diz respeito à Connacht da primeira metade do século XIII, as circunstâncias nas quais os ingleses se encontravam eram, à primeira vista, muito mais flexíveis.

O dilema mais evidente está no fato de que esses episódios têm de diferente quase tanto quanto apresentam de comum. Seria incauto supor uma equivalência entre pedidos

Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1. Londres: Longman, 1871, pp. 274-76 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁵⁶ “*Morshluaigh la mac Uilliam i Connachta, & le h-Áed mac Ruaidhri mic Toirrdhelbhaigh moir, gur loiscesd Inis Medhoin, & gur airgsit in tir uile, & gur gabsad braighde. Shluaigh la Sefruidh Maireis & la Toirrdhelbhach mac Rúaidhri, h-i Mag Nae, co n-dernsat caislén a Rinn Dúin, & gur gabsat braigde Sil Muiredhaigh.*” **ANNAIS DE LOCH CÉ**, 1227. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 294 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁵⁷ “*Cidh tra acht ro tinoil mac Uilliam urmor Gall Eirenn, & Gaoidel imdha, & tainic i Connachta, & Feilim mac Cathail Croibh Derg leis, do tabairt ríge Connacht dó, & do innarbad Aodha mic Rúaidhri & cach Connachtuigh ro impó fair*” **ANNAIS DE LOCH CÉ**, 1230. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 298 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁵⁸ O ponto e suas objeções são discutidos em THERESE FLANAGAN, M. Irish and Anglo-Norman Warfare in Twelfth Century Ireland; FRAME, R. The Defence of the English Lordship, 1250-1450. In: BARTLETT, T.; JEFFERY, T. (Eds.) **A Military History of Ireland**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 52-75; 76-98

²⁵⁹ ORPEN, G. **Ireland Under the Normans**, v.3. Oxford: Clarendon Press, 1920, p. 160

de auxílio feitos por pretendentes exilados e reis em exercício do poder; entre o apoio de magnatas estabelecidos e colonos recém chegados visando a fazer sua marca; entre solicitações à Coroa ou a senhores locais, que operavam mediante agendas próprias. Ao mesmo tempo, nem todo pedido de auxílio foi atendido, nem toda intervenção inglesa resultou em um câmbio de poder e nem todos os chefes irlandeses se mostraram leais aos seus recentes aliados. A despeito destas particularidades – mas ainda sem desprezá-las – seria possível falar de elementos centrais aos episódios assinalados? Mais do que isso, de alguma lógica fundamental que explicasse quando eles aconteciam, quando davam vazão a interações alternativas e quais fatores os influenciavam, em um ou outro caso? Identificar tal lógica permitiria adotar um critério comum, generalizável, com o qual observar as interações de que temos registro.

4. O Jogo de Apoio

Para nos ajudar a comprovar o potencial de generalização dos princípios observados, o recurso a um modelo estratégico será útil. Delinearei, primeiramente, uma relação geral de atores e estratégias, para especificá-la e refiná-la com o auxílio da narrativa histórica. Nossos jogadores serão divididos em duas categorias. De um lado, irlandeses, tanto chefes de clã quanto co-regentes e pretendentes ao trono. De outro, ingleses, os quais podem incluir magnatas independentes ou a Coroa, seja via as ações de seus *justiciars* (na Irlanda ou na Inglaterra), seja diretamente por meio do rei, nas circunstâncias em que suas estratégias são diretamente observadas (como na vinda de João à Irlanda em 1210). A fim de destilar as interações a seus elementos comuns, suporei duas estratégias para cada jogador: manter a aliança ou rompê-la. Esta escolha visa a modelar aquela que aparenta ser a mais ubíqua diferença entre os episódios observados: a propensão dos atores de abandonar seus aliados *versus* sua diligência de sustentar o vínculo. Para reproduzir o ambiente de “névoa de guerra” sugerido pelo contexto de produção das fontes, as decisões serão simultâneas: os jogadores tomam suas decisões sem saber quando e de que maneira os outros jogadores tomam as suas. Trata-se, portanto, de um jogo de informação imperfeita. Por fim, o jogo pode ser jogado repetidas vezes pelos mesmos atores.

O modelo pode ser vislumbrado na Fig.18.

Ator Irlandês

Ator Inglês		Manter	Romper
	Manter	<i>Aliança é mantida.</i>	<i>Aliança é rompida. Ator inglês traído.</i>
	Romper	<i>Aliança é rompida. Ator irlandês traído.</i>	<i>Aliança é rompida. Mútua defecção</i>

Figura 18: Estratégias e outcomes das relações entre ingleses e irlandeses

Notem como o modelo ainda não contém *payoffs*. Desta forma, ele ainda não representa um jogo propriamente dito. Para que possamos completa-lo como tal, é preciso delinear quais motivos levavam membros das elites gáelica e anglo-normanda a sustentar uma cooperação e quais razões os moviam a rompê-la. Esta questão, embora simples, requer um exame detalhado das fontes apresentadas acima.

5. As Utilidades dos Atores

Da parte da Coroa, uma carta fechada ao *justiciar* concernente à negociação de uma diploma de terras a Cathal Crobhderg é um bom ponto de partida para a descrição de suas preferências:

O rei, etc, ao nosso amado e leal Meiler fitz Henry, *justiciar* da Irlanda, saudações.

Você nos aconselhou, por meio de suas cartas (*litteras vestras*) e nossos mensageiros, que o rei de Connacht aceitou nos ceder dois terços de Connacht, e que o último terço ele continuaria a ocupar hereditariamente em troca de 100 marcos a serem entregues anualmente a nós e aos nossos herdeiros.

Posto que esta [proposta] agradou a nós e ao nosso conselho, mandamos, se assim ela lhe bem parecer, que faça então essas coisas: que escolha para nosso uso as duas partes onde estejam as melhores cidades e portos, os locais mais adequados aos nossos interesses e onde

fortificações puderem ser erguidas. Que faça isso da maneira que lhe parecer mais apropriada, em nome da lealdade que tem por nós.

E tome do supradito rei [de Connacht] todos os reféns e garantias que puder, para que se mantenha leal a nós e para que permaneça com ele, pelo seu serviço, a terça parte de Connacht; que ele faça com que todos os *betaghes (nativi)*²⁶⁰ e fugitivos provenientes das duas partes que permanecerão conosco retornem com seus bens e sua comitiva; que castelos (*castella*) sejam fortificados em nossas partes; que cidades sejam construídas; que os tributos (*redditus*) sejam contabilizados; que nossos interesses (*commodum nostrum*) sejam atendidos da melhor forma que julgar.

E que para realizar isso ele colete, se a necessidade existir, os tributos e a renda dessas terras. Quando tiver procedido desta maneira, segundo o que nós ordenamos, daremos nosso diploma (*carta*) ao rei [de Connacht].²⁶¹

O documento salienta algumas preocupações comuns, corroboráveis com demandas reais a outros atores, tanto irlandeses como ingleses. A ordem para a construção e fortificação de castelos, em especial, era de importância crucial e estava no cerne das demais obrigações esperadas do chefe gaélico. Requisições importantes acompanhavam a cessão de terras para súditos ingleses, e diligência insatisfatória frequentemente era causa para a sua revogação.²⁶² Para além de seus propósitos estritamente militares,

²⁶⁰ Camponeses não livres de origem irlandesa (de onde os frequentes descritores *nativi* ou *hibernici*.) Comumente traduzidos como (e equiparamos aos) vilões de outras sociedades medievais.

²⁶¹ “*Rex, &c, dilecto et fideli suo Meilero filio Henrici, justiciario Hiberniae, salutem. Mandatis nobis per litteras vestras, & nuncios nostros & vestros, quod Rex Conaciae nobis quietas clamasset duas partes Conaciae, ita quod tertia pars ei remaneret tenendum hereditariè per centum marcas nobis & heredibus nostris inde reddendas annuatim. Et quia videtur nobis & consilio nostro hoc nobis expedire, si vobis ita videtur, vobis mandamus, quod hoc ita fieri faciatis, ita quod eligatis illas duas partes ad opus nostrum, sicut melius videritis expedire, in fide qua nobis tenemini; ubi, scilicet, meliores villae & portus fuerint, & loca competenciora ad commodum nostrum, & ad fortes domos firmandas. Et de praedicto Rege obsides, & quascunque poteritis securitates, capiat, quod fidelis nobis existet; & remaneat ei praedicta tertia pars Connaciae per praedictum servitium; & efficiatis quod omnes nativi & fugitivi, qui de duabus partibus, quae nobis remanserint, exierint, revertantur cum omnibus catellis, & sequela sua; & in eisdem partibus nostris castella firmetis, & villas constituatis, & redditus assideatis, & commodum nostrum, sicut melius expedire videritis, faciatis. Et ad hoc faciendum exitus ejusdem terrae, si opus fuerit, & redditus nostros capiat; et cum nobis manderitis quid inde feceritis, secundum quod nobis mandaveritis, eidem Regi cartam nostram faciemus.*” Close Roll 6 John, m.18. CLARKE, A.; CALEY, J.; HOLBROOKE, F.; CLARKE, J.W. (Eds.) **Rymer’s Foedera, 1066-1383**, v.1 parte 1. Londres: Record Commission, 1816-1869, p.91

²⁶² Um exemplo se encontra em ordem de 1228 ao justiciar Ricardo de Burgh: “*Hibernia. De marchiis firmandis.—Mandatum est Ricardo de Burgo, justiciario Hibernie, quod scire faciat omnibus illis qui terras habent in marchiis Hibernie, quod in terris suis finueat a Pascha anno etc. xij in unum annum. Et nisi fecerint, ipse terras illas capiat in manum doniini regis et salvo custodiat donec dominus rex aliud inde preceperit. Teste ut .supra.*” Close Roll 12 Henry III m.11. In: **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1227-1231**. Londres: HMSO, 1902, p. 27. Vide também COULSON, C.H.L. **Castles in Medieval Society: Fortresses in England, France, and Ireland in the Central Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 226 e fontes lá citadas.

castelos funcionavam como ponta de lança para formas de ocupação mais intensiva e como garantia para a provisão dos recursos esperados do Senhorio. McNeill vê nos castelos centros fixos de poder para o recebimento de súditos, aliados e a administração da justiça, além de polos a partir dos quais a terra podia ser organizada mediante uma hierarquia de *estates* e *tenancies*.²⁶³ A ênfase, na carta real, à fortificação de castelos próximos às “melhores cidades e portos” e no exercício de tarefas como a coleção de tributos e a o estipêndio anual à Coroa delineia esse propósito. Outras formas de colaboração podem, decerto, ser observadas. Cathal Crobhderg teria participado da campanha real de 1210 contra Hugo de Lacy – serviço que seus emissários fariam questão de mencionar ao solicitar a proteção do rei em 1222.²⁶⁴ Segundo os anais irlandeses, os reis Ua Briain de Thomond numerosas vezes marcharam ao lado dos de Burgh em suas campanhas em Connacht.²⁶⁵ Em 1244, vários reis irlandeses, incluindo Feidhlim Ó Conchobhair de Connacht, foram convocados para uma campanha real à Escócia, a qual,

²⁶³ MCNEILL, T. **Castles in Ireland: Feudal Power in a Gaelic World**. Londres/Nova York: Routledge, 1997 p. 79

²⁶⁴ “*Carissimo domino Henrico , Dei gratia regi Angliae, domino Hiberniae, duci Normannie et Aquitanniae, et comiti Andegaviae, suus fidelis K., rex Connactiae, salutem et fidele obsequium. Vestram majestatem non latet qualiter inimicus vester et patris vestri et noster, nimirum quem dominus pater vester ipsum, cum jam ei rebellis exstiterat, de Hibernia per consilium nostrum ejecit, videlicet H[ugo] de Lascy, vobis inconsultis ad partes Hiberniae pervenit; qui quantum ni ipso est regnum vestrum in Hibernia confundere molitur. Contra cujus adventum, licet antea in obsequio vestro stabiles fueramus, nunc tamen, sicut Dublinensi archiepiscopo Hiberniae justiciario satis notum est, in fidelitate vestra erga vos stabiliores et constantiores existimus. Et quanto minus de servitio vestro nos retrahere videmur et dinoscimur, tanto magis ab illis qui fidelitatem erga vos praetendunt, et contra praedictum hostem vestrum vobis, sicut justiciarius vester satis novit, effronite defecerunt, crebis vexationibus et injuriis aggravamur. Et ita inter praedictum vestrum inimicum H[ugonem] de Lascy, qui propter odium vestrum et nostrum nobis inimicatur, ex una parte, et praedictos qui se fideles vobis esse simulant ex altera, in magna angustia fuerimus constituti. Quapropter vestram dignitatem obnixe rogamus et exhortamur, quatenus, nisi tranquillitatem vestram in Hibernia, quod absit, per praedicatum disturbatorem, et propter defectum quorundam nostrorum praesit confundi, ad ejus insolentiam comprescendam validam manum indilate ad partes Hiberniae transmittere velites. Valete.*” Chapter House Miscellania. SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, v.1**. Londres: Longman, Green, Longman e Roberts, 1862, pp. 183-84

²⁶⁵ Exemplos de menções aos Ua Briain como aliados militares de estrangeiros podem ser encontrados em *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1200, 1202, 1210, 1224 e 1225. HENNESSY, W. M. (Ed.) **The Annals of Loch Cé, RS 54, v.1**. Londres: Longman, 1871, pp. 213, 225, 245, 271, 277. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

no entanto, nunca ocorreu.²⁶⁶ Por fim, como já mencionado, Feidhlim se uniu à Coroa em uma expedição ao País de Gales em 1245.²⁶⁷

Não obstante, o auxílio militar em expedições estrangeiras não parece ter sido central aos interesses da Coroa na Irlanda. Pelo contrário, o atrativo dos chefes gaélicos parece ter residido em seu potencial de antagonizar e inibir outros súditos ingleses – por meio da força, se necessário. Peter Crooks ressalta que o faccionalismo era uma das mais importantes ferramentas da Coroa para assegurar a governabilidade. Muitos dos aventureiros que se estabeleceram na Irlanda tinham bases de poder em vários territórios ingleses e influência política para antagonizar a autoridade real. Nos piores casos – como o foram a Primeira (1215-1217) e Segunda (1264-1272) Guerra dos Barões – nobres contrariados podiam fazer o reino irromper em conflito, quando não impor limites à agência do rei. Impedido de cruzar o mar em razão de ameaças domésticas e continentais, balcanizar os nobres se mostrava uma estratégia eficiente para manter atores sociais em cheque.²⁶⁸ O faccionalismo era atizado favorecendo rivais destituídos contra pares favorecidos, geralmente por meio de concessões de províncias em territórios disputados.²⁶⁹ Em alguns casos, a Coroa chegou a ceder a mesma terra a nobres diferentes

²⁶⁶ “*Hybernia – Rex M. Douenald’ regi Turchunill, salutem. Cum provocante nos injuria regis Scocie jam nos preparaverimus insurgere in ipsum pro pluribus transgressionibus quas nobis fecit ulciscendis, nisi ipsas gratis nobis emendare voluerit, de dilectione vestra confidentes quod in hac expeditione mostra auxillium vestrum nobis denegare non velitis, vobis mandamus rogantes quatinus una cum justiciario nostro Hybernie et aliis fidelibus nostris Hybernie qui in proximo ad partes Scocie venturi sunt ad inimicos nostros ibidem gravandos, talem et tam potentem succursum nobis impendere velitis, personaliter veniendo cum ipsis bona gente muniti, quod in necessitate vestra ad nos confidencius confugere debeatis, nosque pro succursu vestro ad preces vobis impendendo gratiam quam a nobis petieritis, libencius vobis teneamur impertiri cum speciali gratiarum actione. Teste rege apud Staunford’, vij. die Julii. Feluimo, filio quondam regis Oraly, Ohanlan, Bren Onel, regi de Kinelun’, O Chatan’, Ohynery, Douenaldo Mackadmél, Mac Anegus, Mac Kartan, Mac Gilemuri, O Flen, regi de Turteri, Mac Mathauen, Mac O Calmery, Conehor Obriun, filio Dunecani Carbrach’ de Thodmend’, Cormaclethan’ Macardhy de Dessemon’, Ros Ofolan’ de Dessia, Ricardo Machermekan’ de Dessia, Corc Ochenn’ de Fermuy, Ohenethor Olaffercy de Conratt’, Macchulan’ Okellye de Ochonyl’, Murchod’ Macbriun de Natherlach’.* Close Roll 28 Henry III m.7 dors. In: **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1242-1247**. Londres: HMSO, 1916, pp. 254-255

²⁶⁷ “*Sluagad mor la Rig Saxan i mBretnaib co ndernad longport leo ic Castel Engannoc, cur corustur legaiti & letri leu i nErinn docum Gall Erenn & dochom Fedlimid meic Cathail Crobdeirg do rad riu dol i conne in Rig i mBretnaib do gabail neirt forro. Dochuaid tra in Giustis co nGallaib Erenn les dochum in Rig, & dochuaid Fedlimid h. Conchobair co sochraiti moir do Gaidelaib leis hi furtacht in Rig i mBretnaib, & ro milset an tir uili & nir gabsat gell na hetiri don cur-sin for Bretnaib; & ba honorach Fedlimid agin Rig don dulad-sin & ba buidech Fedhlimid oc techt on Rig anoir.*” *ANNALES DE CONNACHT*, 1245. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 86 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

²⁶⁸ CROOKS, P. ‘Divide and Rule’: Factionalism as Royal Policy in the Lordship of Ireland, 1171-1265. **Peritia**, v. 19, 2005, p. 271

²⁶⁹ CROOKS, P. ‘Divide and Rule’: Factionalism as Royal Policy in the Lordship of Ireland, 1171-1265. **Peritia**, v. 19, 2005, p. 281

ao mesmo tempo para estimular contendas e garantir algum poder de barganha.²⁷⁰ É, notavelmente, o caso de dois diplomas de posse das terras de Connacht emitidos simultaneamente a Cathal Crobhderg e Guilherme de Burgh em 1215.²⁷¹ Embora o documento de Cathal tivesse salvaguardas menos robustas²⁷², não há dúvida de que a aliança com o chefe gaélico visasse a refrear os de Burgh, família poderosa cujas ambições intermitentemente iam ao encontro dos interesses reais.

Ademais, a capacidade de cheques gaélicos de arrecadar de renda – ou, ao menos, manter suas terras em condições rentáveis, parece ter sido um atrativo relevante. Em 1217, o *justiciar* Godofredo de Marisco recebe ordens para obter um auxílio financeiro dos reis irlandeses, notadamente os de Connacht e Thomond, mencionados pelo título.²⁷³

²⁷⁰ CROOKS, P. 'Divide and Rule': Factionalism as Royal Policy in the Lordship of Ireland, 1171-1265. *Peritia*, v. 19, 2005, p. 275

²⁷¹ “*J. Dei gratia Rex Angliae etc. Sciatis nos dedisse, concessisse et hac carta nostra confirmasse, Regi Kunnoc’ totam terram Kunnoc’ cum omnibus pertinentiis suis, habendam et tenendam sibi et heredibus suis de nobis et heredibus nostris quandiu nobis bene serverint, ita quod inde sine iudicio curie nostre non debeat dissaisiri, libere et quiete, pacifice et integre, plenarie et honorifice, in boscis et planis, in pratis, pascuis, et pasturis, in moris, muscis, et mariscis, et in omnibus locis et rebus, cum soc., et sac, et thol, et them’, infangenethief, utfangenethief, et cum omnibus libertatibus et libertis consuetudinibus ad eandem terram pertinentibus, reddendo inde nobis et heredibus nostris in perpetuum trescentum marcas ad Scaccarium nostrum Dublinem, ad tres terminos anni, scilicet, ad festum [Sancti] Michaelis centum marcas ad Purificationem Beate Marie centum marcas et ad Paschoam centum marcas per omni servicio, consuetudine, et exactione, salvis nobis placitis corone nostre, et salvo nobis castro de Atlon’ cum pertinentiis. Quare volumus etc. (...)*” Charter Roll 17 John m.3, In: DUFFUS HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Chartarum in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1837, p.219a; “*J. Die gratia etc. Sciatis nos dedisse, et concedisse, et hac praesenti carta nostra confirmasse, Ricardo de Burgo, per homagium et servicio suo, totam terram Connaciae cum pertinentiis suis qua W. per suos de nobis tenuit, habendam et tenendam sibi et heredibus suis de nobis et heredibus nostris, reddendo inde ipse et heredes sui nobis et heredibus nostris trescentas marcas per annum .s. ad festum Sancti Michaelis C. et L. marcas, et ad Paschalam proximam sequentes CL marcas per omni servicio, salvo nobis et heredibus nostris castello de Adlon, cum cantreda in quo situs est, et salvo G. de Costentis cantreda quod dedimus ei in excambium per cantreda in quo situs; castrum nostrum de Adlon, ita tamen quod dictis G. et heredes sui faciant praedicto Ricardo et heredibus suis homagium et debita servicia quo pertinent ad dictum cantredum, salvo nobis et heredibus nostris donationibus crociarum ejusdem terre Connaciae. Quare volumus et firmiter praecipimus quod dictis R. et heredes sui habeant et teneant dictam terram Connaciae, cum omnibus pertinentiis suis, in perpetuum, de nobis et heredibus nostris, bene et in pace, liberte e quiete, integre et plenarie, cum omnibus libertatibus et liberis consuetudinibus ad dictam terram spectantibus, per praedictis trescentas marcas nobis et heredibus nostris reddendum, sicut praedictus est. T. domino H. Dublinensi archiepiscopo, P. Winton’, W. Wigorn’, W. Coventr’, episcopis, H. de Burgo justiciario nostro Angliae, Willio de Cyriton’, Archembaudo Flemengo, Johane Russello. Data per manu magistri Ricardi de Marisco cancellarii nostri, apud Dovor, xij die Septembris, anno regni nostri septimo decimo.*” Charter Roll 17 John m.3, In: DUFFUS HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Chartarum in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1837, pp.218b-219a

²⁷² O diploma será discutido no capítulo 4, abaixo.

²⁷³ “*Mandatus est Galfridus de Marisco Justiciario Hiberniae quod tallagium et efficax auxilium civitatibus, burgis, et dominicis domini Regi, inponi faciat una cum domino Henrico Dublinensi archiepiscopo cui idem datum est in mandatis, et quod petant a Regibus Connaciae et Todmundae, et aliis Regibus in Hybernia, et baronibus et militibus qui de domino Rege tenent de capite tam efficax auxilium quod dominos Rex benignior eis semper inveniatur in agendis suis expediendum, et mandatus est eisdem quod quod pecuniam illam collectam per nuncios discretos et fideles, quamciculus poterint in Angliae, domino Regi transmittant, sicut melius viderint expedire.*” Close Roll 2 Henry III m.15 in dorso. In:

Em 1205, durante as negociações para a obtenção de sua *carta* de terras, Cathal oferece 300 marcos anuais como tributo; ao *justiciar*, o rei exige que a soma seja elevada, sob a justificativa de que acreditava que o rei de Connacht fosse capaz de pagar mais. A contraproposta inclui ainda uma contribuição anual adicional para manter os castelos do rei.²⁷⁴ A confiança nas terras irlandesas era particularmente importante em momentos de necessidade financeira, dos quais temos um registro em 1253, quando o rei ordena a arrecadação de 1000 marcos do tesouro irlandês independente de onde fossem obtidos (*ubicumque perquirantur*).²⁷⁵

Do ponto de vista dos chefes irlandeses, a situação é mais ambivalente. Por um lado, os tributos e serviços exigidos pelos ingleses não eram de todo estranhos a sua prática política. Tratados legais irlandeses descrevem as obrigações do *sloided*, *cis* & *congáil* – respectivamente, o dever de atender convocações, a prestação de tributos e a manutenção de homens – de chefes subjugados a seus superiores.²⁷⁶ O *cáin* – “lei” em irlandês antigo, porém sinônimo de tributo no *Lebor na Cert* (“O Livro dos Direitos”) do século XI – e *tuarastal*, a cessão de presentes a chefes menores para assegurar acordos pessoais de submissão, são outras práticas discriminadas²⁷⁷. Até que ponto os chefes irlandeses consideraram suas novas obrigações para com magnatas ingleses equivalentes a seus antigos deveres com outros reis ou alto-reis é uma questão mais complexa, mas há evidências para crer que a prestação de tributos e obrigações militares não foi um fator imperativo de *non-compliance*. Embora a relutância de certos líderes tenha sido comentada em ocasião²⁷⁸, chefes gaélicos não parecem ter hesitado em se comprometer a

DUFFUS HARDY, T. (ed.) *Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224*. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p.375a

²⁷⁴ Close Roll 7 John m.5. HARDY, T.D. (ed.) *Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224*. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p. 62a. Para o texto completo, vide citação nas próximas páginas.

²⁷⁵ “Hybernia – De denariis mittendis ad regem de Hybernia. Quia rex ad presens plurimum indiget denariorum, mandatum est thesaurario et camerariis Dublin’quod de thesauro regis Hybernie sine dilacione mittant in Angliam m. marcas, ubicumque perquirantur. (...)” Close Roll 37 Henry III m.3. In: *Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1251-1253*. Nendeln: Kraus-Thomson, 1970, p. 410

²⁷⁶ SIMMS, K. *From Kings to Warlords*. Woodbridge: Boydell, 2000, p.130

²⁷⁷ SIMMS, K. *From Kings to Warlords*. Woodbridge: Boydell, 2000, p.132

²⁷⁸ O obituário do rei de Cénel Eóghain, Aed Meith Ó Neill, exalta o chefe por nunca ter pago tributo (*cis*): “Aed h. Neill ri Coicid Conchobair & cosnamaig Lethé Cuinn Cetcathaig re Gallaib & re Leth Modha Nuadat & rigdamna Erenn de iure do ecc isin bliadain-sin, Ri na tucc geill na etiri na cis do Gall na do Gaidel, Ri dorad marbtha & madmanna mora ar Gallaib, Ri roba cothugad do Gaidelaibh uile do neoch ro bith ar innarba dib no ar sechran, Ri rob feli & rob indegduine tanicc d’feraib Erenn riam.” *ANAL DE CONNACHT*, 1230. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) *The Annals of Connacht*. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p.38. Disponível em <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

pagamentos ou tributos (muito embora tais pagamentos nem sempre tenham se concretizado).

Katherine Simms, por sua vez, acredita que não apenas as obrigações eram consoantes, mas que a política fiscal inglesa apresentava inspirações no costume irlandês. Em 1202, os anais de Loch Cé descrevem que Cathal Crobhderg e Guilherme de Burgh despacharam seus mercenários para coletar seu salário (*tuarusdail*).²⁷⁹ Em uma confusão, de Burgh é dado como morto, e a notícia provoca um estado de histeria, em que cada homem matava seu convidado.²⁸⁰ Para Simms, o uso da palavra “convidado” (*coinnmhe*) para descrever os soldados ingleses remete ao *coinnmheadh*, o aquartelamento de guerreiros, por vezes usado como análogo de *congbáil* – a obrigação de manter homens prescrita nos tratados legais.²⁸¹ A prática, anglicizada como *coigny*, popularizou-se entre ingleses a ponto de ser diretamente criticada nos atos de um parlamento em Dublin em 1297, por meio de uma queixa contra os contingentes de *kernes* – guerreiros irlandeses – que magnatas e outros homens mantinham erguidos à seu serviço.²⁸² Em uma sugestão ainda mais direta de assimilação de práticas nativas, Simms também acredita que o tributo anual à Coroa de 1/10 das peles comercializáveis produzidas por Ruaidhri, prescrito no Tratado de Windsor, pode ter suas origens em um costume irlandês.²⁸³

Por outro lado, a eventual conformação de irlandeses com o pagamento de tributos não indica que estivessem dispostos a arcar com os mesmos compromissos esperado de um súdito inglês, nem, obrigatoriamente, que desejassem fazer de seus acordos pessoais

²⁷⁹“*Issí comairle, umorro, do rinne Cathal Croib Derc & Uilliam Burc.i. a sersenaigh do sgoeiled fo Connachtaibh, do tabach a tuarusdail*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1202. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 224-26 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁸⁰ “*.i. issed ro h-innisedh Uilliam Burc do marbad, conach raibh a Connachtuibh conáir nach ranic in scél sin. Issí comairle do ronsat na h-airechta ar g-cluinsin in sgeoil sin, amail do netís oen co-mairle, .i. gach oen do marbad a chonme; & is amlaid sin do-ronadh, .i. gach oirecht do mharbad a ranic chuca; & issed in esbud do reir sgél a n-dáinedh pféin .ix. ced uel amplius.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1202. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 226 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁸¹ SIMMS, K. **From Kings to Warlords.** Woodbridge: Boydell, 2000, p.135

²⁸² “*Fuit eciam eadem Communitas multociens grauata per magnates et alios habentes kaernias viuentes continue sumptibus alienis tam in Marchiis quam in terra pacis per quod populus vehementus est depauperatus super quo concordatus est et concessum quod nullus de cetero cuiuscunque fuerit auctoritatis vel condicionis teneat kaernias seu homines plures aut alios quam ipsemet poterit et voluerit de suo populo sustinere (...)*” Ordenanças do parlamento de 1297, Black Book of Christ Church, Dublin. BERRY, H.F. (Ed.) **Statutes and Ordinances, and Acts of the Parliament of Ireland , v.1: King John to Henry V.** Dublin: HMSO, 1907, p.202

²⁸³ SIMMS, K. **From Kings to Warlords.** Woodbridge: Boydell, 2000, p.133

contratos a longo prazo. Orpen comenta que as lideranças gaélicas, se dispostas em receber proteção e diplomas da Coroa, eram, todavia, relutantes em cumprir com as obrigações necessárias e em aceitar as consequências da *non-compliance*.²⁸⁴ Não obstante, a inserção nas malhas do Senhorio – supondo que possível – nem por isso deixava de oferecer atrativos. Coulson salienta o vínculo como um prospecto de auxílio por parte das áreas anglicizadas do leste da Irlanda.²⁸⁵ A contraproposta de Cathal Crobhderg aos termos do diploma traz um retrato de quais seriam as ambições de lideranças gaélicas subjugadas:

O rei a Meiler fitz Henry, *justiciar* da Irlanda, etc. Dermot, da parte do rei de Connacht, nos informou que ele deseja ter de nossa concessão a terça parte de Connacht por 100 marcos ao ano a ele e a seus herdeiros como barões (*nomine Baronis*) e pelas duas outras partes desta mesma terra ele nos pagará 300 marcos anuais como tributo. Além disso, ele nos concede dois *cantreds*, com os *betaghes* destes mesmos *cantreds* das mencionadas duas partes a serem estabelecidos neles, ou a ser feito como melhor nos aprouver. Nós ordenamos que aja para que [este acordo] seja feito se você considerá-lo vantajoso para nós, e aprovamos que faça arranjos para pô-la em prática.²⁸⁶

O pedido de Cathal para manter parte de suas terras como uma baronia é particularmente sugestivo. Para Séan Duffy, isto significaria o reconhecimento do chefe irlandês como um terratenente da Coroa, apto a usufruir das mesmas seguranças desfrutadas por súditos ingleses.²⁸⁷ Helen Perros acredita que o rei de Connacht buscara exercer um domínio sobre seu reino à maneira de um magnata anglo-normando. Em 1207, encontramos-no cedendo o *cantred* de Momeniach, de sua possessão, a um anglo-

²⁸⁴ ORPEN, G. *Ireland Under the Normans*, v.3. Oxford: Clarendon Press, 1920, p. 167

²⁸⁵ COULSON, C.H.L. *Castles in Medieval Society: Fortresses in England, France, and Ireland in the Central Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 227

²⁸⁶ “*Rex Meilero filius Henrici Justiciario Hiberniae etc. Sciatis quod Deremunt exposuit nobis ex parte Rege Connociae quod idem Rex exigit tenere de nobis tercia parte de Cunnocia per 100 marcas per annum sibi et heredibus suis nomine Baronis et per duabus partibus ejusdem terrae reddet nobis annuatim debitum tributum scilicet 300 marcas. Et praeterea concedet nobis duos contredos cum nativis eorumdem contredorum de praedictis duabus partibus ad firmandam in eis vel ad faciendum in voluntatem nostram. Et io vobis mandamus quod si hoc videritis esse nostrum melius: id ita fieri faciatis: quia at hoc bene assentimus si vos videritis expedire. Verumtamen curam et operam adhibeatis diligentem si poteritis apponere incrementum de dono perpeter hoc concedendum. Quia sicut audivimus ipse 400 marcas perpeter hoc dabit ad minus de Gersum, et efficiatis eciam quod donet de vaccis et allis rebus per annum ad sustentandum castra nostra quae illuc firmaveremus.*” Close Roll 7 John m.5. HARDY, T.D. (ed.) *Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224*. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p. 62a

²⁸⁷ DUFFY, S. King John’s Expedition to Ireland, 1210: The Evidence Reconsidered. *Irish Historical Studies*, v.30. n.117, 1996, p. 15

normando, Gilbert de Angulo.²⁸⁸ Seu obituário nos Anais de Connacht destaca que ele “se limitou a uma única consorte”, algo incomum para reis irlandeses, para os quais a poligamia era a norma, mas conforme aos hábitos matrimoniais ingleses.²⁸⁹ Mais importante, – e relacionado à questão do casamento – em seus últimos anos Cathal fez uma petição à Coroa para ceder um diploma a seu filho Áed, nos mesmo termos da que ele próprio dispunha. Como Perros ressalta, tal documento, caso expedido para um magnata anglo-normando, seria redundante, uma vez que a própria tradição de sucessão já estipulava o favorecimento de um primogênito.²⁹⁰ Para um nobre irlandês, em contrapartida, o cartulário constituía a garantia de um poder de barganha o qual não possuía, e cuja posse, em vista do gradual fortalecimento do mando inglês sobre Connacht nas décadas subsequentes, poderia a seus olhos ter alterado a inserção do clã dentro do novo sistema.

Seus esforços são compreensíveis. A perspectiva de se tornar um “homem do rei” em termos análogos ao Tratado de Windsor oferecia vantagens, notadamente a proteção contra outros atores ingleses e – em essencial – contra pretendentes dinásticos e outros rivais gaélicos. A Coroa fez uma demonstração deste auxílio em 1203, quando se colocou à frente de Guilherme de Burgh em sua tentativa de invadir Connacht.²⁹¹ O’Byrne

²⁸⁸ O documento da concessão não sobreviveu, mas menção a ela é feita em uma carta do rei ao *justiciar*: “*Rex Meilero Justiciario Hiberniae etc. Sciatis quod dedimus Gileberto de Angulo pacem nostram si vidiretis nobis expedire. Et ideo vobis mandamus quod quatinus pacem nostram per totam terram et potestatem nostram Hibernia eidem Gileberto habere faciatis. Et concedimus quod habeat cantredum de Momeniachum quod Rex Connaciae ei liberavit salva parte nostra Connaciae secundum cartam quae praefacto Regi fecimus et quod in nullo simul perdentes. Mandamus & vobis quod ipsum Gilebertus in servicio nostro retineatis secundum quod nobis vidiretis expedire.*” Close Roll 8 John m.2. In: HARDY, T.D. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p. 78b

²⁸⁹ “(...) *Ri is geannmaide tanicc du rigaib Erenn; Ri ro congaib he fein ar oenmnai posta & dorone continaith do Dia dara hes nocur marb (...)*” MARTIN FREEMAN, A. **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 2. Disponível em <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁹⁰ PERROS, H. Crossing the Shannon Frontier: Connacht and the Anglo-Normans, 1170-1224. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p. 132

²⁹¹ De Burgh chegou a invadir Connacht, mas foi rechaçado por uma coalizão entre o *justiciar* e os irlandeses da região. Segundo os *ANALIS DE LOCH CÉ*, “*Sluaiged la h-Uilliam Burc, & Goill Mhuman & Mhidhe lais, a Connachtaibh, co n-derna caislén ag Mílec a Sil n-Anmchada; & isse ionad a n-dernad, iomón tempul mor in bhaile, cur linad do criaidh & do chlochaib uime go bhenduibh; & ro mhillsat Iarthar Connacht etir chill & tuaith. (...) Sluaiged las an n-giúsdís, .i. la Maoil Fher, & la Bhaldar de Lací is in Mumain, do ionnarbad Uilliam Burc. O do-chuala Uilliam sin do chuaidh in a conne, & ro fhácuibh drem da muintir is in caislen remráiti. Do chuaidh Moeil Fer & Bhaldar docum Luimnigh, & ó rancodar co Luimnech do cuir Uilliam teachta ar cenn na socraide ro fhágaibh is in chaislen. Iarsin ro élodar & ro fhacsat in caisslen folam ar forchongra a tigerna, & ar terce bhídh, & ar eglá Connacht. Ro mhúrsat Connachta in caislen iarsin. Do fhácaib Uilliam Luimnech. Tucaid tri caisléna dó, & da braighit dég uadha do mhaithibh a muintire, imo a mac fein, & imón inghin. Do fhill Moeil Fer iarsin a Luimnech.*”

acredita que o casamento de Rose, filha de Ruaidhri Ó Conchobair com Hugo de Lacy teria constituído tentativa similar – conquanto mais circunstancial – de assegurar o apoio de anglo-normandos e retardar a expansão dos estrangeiros a oeste.²⁹²

Não obstante, tratar os esforços de Cathal para favorecer seu herdeiro como excepcionais pode ser precipitado, se não exatamente equivocado. Os cuidados dos chefes irlandeses em zelar pela integridade de sua progênie – e causar problemas às de seus rivais – podem ser vistos em uma de suas mais cruciais práticas políticas: a troca de reféns (*giallu*, em irlandês). Embora a entrega de familiares como garantia em negociações não seja uma exclusividade da Irlanda, na ilha o costume estava no cerne da própria posição de *rí* (rei). A associação entre a posse de reféns e a autoridade é ressaltada em vários tratados legais e poemas didáticos.²⁹³ Um deles, datado do século VIII, é particularmente ilustrativo:

Tome reféns de todos, para que seja um príncipe sagaz, e capaz de repreender em cada assunto em que se envolver.

Não faça a paz sem um refém, até onde se estender seu poder; maior dos reis entre os povos, não deixe sua palavra ser falsa.

Embora o povo possa ser leal, não confie sequer em uma sombra até que seus reféns estejam em suas mãos.²⁹⁴

A centralidade da tomada de reféns ao exercício da função real é de tar forma salientada que, por vezes, a primeira é tida como indicativo do segundo. É o caso da ascensão de Áed mac Cathal ao trono de Connacht em 1224, o qual, segundo os anais, já

HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 298 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Após isso, um salvo-conduto expedido a ele mostra que foi chamado à corte do rei para prestar satisfações: “*Rex etc. Omnibus etc. Sciatis nos dedisse dilecto et fideli nostro Willo de Burgh saluum conductum i veniendo ad curiam nostram et i redeundo. Ita tamen quod ipse respondeat M. filius Henr’ Justiciario Hibernie, et suis et omnibus alius qui versus ipsum Willem loqui voluerit: unde ipsi per iudicium curie arestari debeant: tunc volumus quod ipse Willes de Burgo respondeat praedicto Willo de Breosa vel suis super hiis quod adversus ipsum loqui voluerit. (...)*”. Patent Roll 5 John m.8 In: DUFFUS HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Litterarum Patentium in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1835, pp. 31b-32a

²⁹² O’BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003, p. 36

²⁹³ Por exemplo, o *Din Techtugad* e o *Tecosca Cormaic*. Vide SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000, p. 97

²⁹⁴ “(...) *Geib lat giallu caig. Corbat fiadu féig corbat coimsid coisc. Cech toisc immateig/Na geib sid cen gíall. Fora tair do lám a ruire na tuáth. Narop guach do dál/Cid immain in tuath. Bid imguin ri scáth corrabat a ugéill. It láim fein sech cach. (...)*”. Cert Ceig Rig no Réil. O’DONOGHUE, T. (Ed. E Trad.) Cert Ceig Rig no Réil. In: BERGIN, O.; MARSTRANDER, C. (Eds.) **Miscelanny Presented to Kuno Meyer by Some of His Friends and Pupils on the Occasion of his Appointment to the Chair of Celtic Philology in the University of Berlin**. Halle: Max Niemeyer, 1912, p. 261

ocupava ao lado do pai e já tinha posse dos reféns de Connacht.²⁹⁵ Mais interessante, contudo, é o fato de que as juras seladas por estas trocas nem sempre eram honradas. Para Katherine Simms, a prática atesta uma relação utilitarista para com membros da família, em que reis tentavam poupar seus descendentes mais importantes ao mesmo tempo em que almejavam entregar rivais dinásticos como reféns, e obter em seu cativeiro os familiares mais importantes de seus pares.²⁹⁶ Em uma sociedade poligâmica, diante de um sistema político assentado na sucessão eletiva, as tentativas de Cathal de privilegiar seu filho integrando-se ao Senhorio evidenciam preocupações compartilhadas por outros chefes, independente de sua disposição para com os ingleses.

Entretanto, por mais que uma hipotética cooperação com a Coroa pudesse ir ao encontro dos interesses dos atores irlandeses – ou ao menos, acarretar um ônus comparável à sujeição a um líder nativo – a política de encastelamento levada à cabo pelos ingleses ainda carregava um peso latente. Tal impacto não se devia, ao contrário do que por muito tempo se acreditou, à mera presença de fortificações em uma sociedade que as desconhecia. O advento da arqueologia sobre a Irlanda gálica constatou que menções a *longphorta*, outrora traduzidos como acampamentos fortificados, correspondiam a habitações fortificadas de chefes irlandeses.²⁹⁷ A concomitante importação do vocábulo *cáislen* (ou *cáistel*) à língua irlandesa no início do século XII pode igualmente ter sinalizado uma tentativa de incorporar formas estrangeiras de domínio territorial.²⁹⁸ Kieran O'Connor argumenta que tais sedes seriam necessárias para suprir e coordenar os muitos ataques em grande escala a ingleses de que se tem registro.²⁹⁹ Não obstante, estas fortalezas nativas eram diferentes dos castelos normandos. Elas incluíam *crannogs* (fortes construídos em ilhas artificiais), sítios com *moats* (assentamentos retangulares murados, geralmente com palisadas) e antigos fortes de

²⁹⁵ “*Aed h. Conchobair .i. a mac budein do gabail rigi Connacht dara es, uair ba ri ar tothacht re lamaib a adur reme, & do badur braigti Connacht uli urlama ina laim, & ro cetaig Dia do-sam in rige-sin. Uair ni dernad do ulcc hi Connachtaib re faebar gabala rigi do-som acht mad oenslat ar sligid na Cruaiche & ro benaitt a lama & a cosa don ti dorone, & oenben do tsarugad du mac h. Mannachan, & ro dallad inn fo chetoir.*” *ANNALES DE CONNACHT*, 1224. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 4 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

²⁹⁶ SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000, p. 98-99

²⁹⁷ O'CONOR, K. D. The Ethnicity of Irish Moated Sites. **Ruralia III – Pamákty archeologické – Supplementum 14**. Praga, 2000, p. 94 e referências lá citadas.

²⁹⁸ O'KEEFFE, T. The Fortifications of Western Ireland, AD 1100-1300, and Their Interpretation. **Journal of the Galway Archeological and Historical Society**, v. 50, 1998, p. 187

²⁹⁹ O'CONOR, K. D. The Ethnicity of Irish Moated Sites. **Ruralia III – Pamákty archeologické – Supplementum 14**. Praga, 2000, pp. 100-101

pedra em anel, típicos do período pré-1000.³⁰⁰ O fato de que a maior concentração de sítios com *moats* em Connacht se encontra em áreas que se mantiveram sob controle gaélico até o século XVII comprova a difusão de fortalezas entre os irlandeses.³⁰¹

Tais assentamentos eram, no entanto, significativamente menos defensáveis do que castelos ingleses e não desempenhavam o mesmo impacto sobre a paisagem.³⁰² No que diz respeito à circulação dentro do território, fortalezas inglesas traziam a ameaça de minar a capacidade de coordenação entre clãs irlandeses. Nas palavras de O’Byrne, elas colocavam a “corda feudal” no pescoço tanto de líderes nativos quanto de colonos ingleses.³⁰³ Uma vez que os estrangeiros se encontrassem desprovidos de terreno favorável que lhes permitisse subjugar o inimigo militarmente, o encastelamento de terras fronteiriças cumpria um objetivo tático: a interrupção de comunicação entre diferentes regiões – e, conseqüentemente, o isolamento de clãs irlandeses. A existência de artérias de circulação unindo diferentes partes da Irlanda moldou o cenário geopolítico na ilha no período pré-normando e mesmo depois da conquista. Este nexo de passagens e corredores era o cerne da capacidade de coordenação das facções gaélicas.³⁰⁴ Temos ao menos um indício da importância dessa movimentação tática nas descrições analísticas da guerra dinástica de Connacht de 1225, em que Áed surpreende os filhos de Ruaidhri conduzindo tropas inglesas por um caminho que ninguém pensava que um estrangeiro tomaria.³⁰⁵ Quando ingleses não as bloqueavam – ou, pior, falhavam em identificá-las – os resultados podiam ser catastróficos para os colonos. Quando, pelo contrário, as interrupções eram bem sucedidas, a capacidade de coordenação militar de chefes irlandeses era severamente limitada, do que se explica a ferocidade dos ataques nativos às fortificações inglesas no período selecionado. O ponto não é novo, e que alguns dentre os ingleses tenham reconhecido seu mérito – se não, necessariamente, explorado-o adequadamente – é

³⁰⁰ O’CONOR, K. D. The Ethnicity of Irish Moated Sites. **Ruralia III – Pamákty archeologické – Supplementum 14**. Praga, 2000, p. 94

³⁰¹ O’CONOR, K. D. The Ethnicity of Irish Moated Sites. **Ruralia III – Pamákty archeologické – Supplementum 14**. Praga, 2000, p. 96

³⁰² O’CONOR, K. D. The Ethnicity of Irish Moated Sites. **Ruralia III – Pamákty archeologické – Supplementum 14**. Praga, 2000, p. 101

³⁰³ O’BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003 p. 44

³⁰⁴ O’BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003p. 45

³⁰⁵ “Issi comairle do roine mac Cathail Croibh Derg, dul & Goill a n-diaidh bo na t-Tuath & Sil Muiredhigh, & Cloinne Tomaltaigh, slighe nac ar gabh mac Goill roime riamh, .i. a Fidh Gadlaigh, go riachtadar Áth Tighe In Mesaigh, & ni fuaradar bior na bunnsaigh is in slighedh sin.” *ANALIS DE LOCH CÉ, 1225*. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 278 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

indicado pelo conselho de Geraldo de Barri em favor do encastelamento das margens do Shannon em seu *Expugnatio Hibernica*.³⁰⁶

A preservação de vias de circulação entre diferentes províncias detinha também importância econômica. Como argumenta O'Connor, a necessidade de mobilidade dos clãs irlandeses estava relacionada ao fato de sua economia ser assentada não apenas terras, mas sobretudo em gado.³⁰⁷ Rebanhos não só provinham parte significativa dos insumos calóricos da população, como funcionavam como moeda de troca, repositório móvel de riqueza, fonte de tributos e alvo de saques e razias. A capacidade de deslocar cabeças de gado, seja para rotar entre diferentes áreas de pastoreio, seja para proteger o rebanho de incursões inimigas, era, portanto, uma prioridade. Esta mobilização defensiva de gado pode ser vislumbrada nos relatos analísticos. Em 1235, Feidhlim Ó Conchobair busca a proteção de Ó Dómhnaill com todas as vacas que consegue encontrar em Connemara e Conmaicne Cuile.³⁰⁸ Em 1262, diante de outro ataque inglês, Aedh na nGall envia o gado de Connacht para Tír Conaill, ao norte.³⁰⁹ Ao mesmo tempo, o gado podia desempenhar igualmente um papel ofensivo na guerra. Um rebanho em movimento tinha o potencial de causar danos significativos à paisagem, sobretudo em estações chuvosas.³¹⁰

³⁰⁶ “*Praetera pars terrae citerior, usque ad Sinneni fluvium, qui três insulae partes orientales a quarta et occidentali separat et secernit, crebra castrorum constructione stabiliatur et muniatur. Ulterior vero, quae Connacciam simul et partem Momoniae trans Sinnenum, praeter urbem Limericensem, quae modis omnibus expugnanda est iterum et approprianda, annuis auri tributis interim arceatur. Satius enim est, et longe satius, paulatim primo locis idoneis castra conserere, et quasi pedentem in eorundem constructione procedere, quam intervaliis distantia magnis, variis passim locis, multa construere, nec invitem sibi vel cohaerentia, vel necessitatis articulis opitulantia.*”. GERALDO DE GALES. *Expugnatio Hibernica*. DIMOCK, J.F (Ed.) **Giraldus Cambrensis: Opera**, v.5. Londres: Longman, 1867. p. 397. Reparem que Geraldo também aconselha que o reino de Connacht não seja diretamente ocupado, apenas que seus líderes paguem tributo à Coroa.

³⁰⁷ FINAN, T. O'Connor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 167

³⁰⁸ “*Dala Fedlim immorro is i comairli doronni in neoch fuair do buaib hi Conmaicnib na Mara & hi Conmaicni Cule, & do cach neoch doroni a comairli & mac Magnusa & Conchobar Ruad mac Murcertaig Mumnig, a mbreith leis a n-ucht h. Domnaill & in tir do lecad do Gallaib dia reir. Iar sin tra tancadar Goill co Dun Mudord & do cuiredur techta dochum Magnusa meic Murcertaig Mumnig d'iarraid sida & bragad air, & ni thucc Magnus nechtur dib doib. Do cuiredur tra Gaill creca mora o Dun Mugdord 'ma macaib Ruaidri co sersenchuib diarmithe cur l] arcetar Eccuill & tuccadur tanti mora leo co Druimne a conne Gall.*” *ANNAIS DE CONNACHT*, 1235. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 52, 54 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³⁰⁹ “*Sluagad adbalmor la Gallaib Erenn dochum Fedlim h. Conchobair & a meic Aed na nGall, cur chuir h. Conchobair urmor bo Connacht a Tir Conaill ar teithed Gall & bai fein a nInis Samair ar cul a bo & a muintire.*” *ANNAIS DE CONNACHT*, 1262. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 138. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³¹⁰ FINAN, T. O'Connor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, pp. 168-69

Uma evidência de que a função primordial dos castelos fosse combater irlandeses não subjugados está em sua distribuição espacial. O’Conor afirma que a maior parte dos sítios de *moats* – fortalezas menos robustas, geralmente construídas por pequenos terratenentes – estão concentradas nas fronteiras dos territórios colonizados.³¹¹ McNeill salienta ainda que o padrão de disposição dos castelos seria completamente inadequado à contenção de ameaças internas, como sublevações da população irlandesa local. Sua função, desta forma, parece ser exclusivamente refrear irlandeses de fora da malha do Senhorio.³¹² Não é surpreendente, portanto, que a destruição de castelos ingleses seja uma das variedades de eventos mais consistentemente relatadas durante o período. Em 1185, Conchobair Maenmhaighe realizou uma investida contra Killare.³¹³ Cathal Crobhderg, por sua vez, teria atacado o *bódhún* de Ath (possivelmente Athlone), em 1199, e destruído o castelo de Ath-Liag em 1221.³¹⁴ Em 1223, um castelo de Guilherme de Lacy em Inis-Laodhachain teria sido destruído por homens de Connacht.³¹⁵ Em 1233, logo após reassumir o trono, Feidhlim Ó Conchobair destrói quatro castelos edificadas pelos de Burgh.³¹⁶ Em 1265, seu filho Áed teria derrubado a fortificação de Sligo e três outros

³¹¹ O’CONOR, K. D. The Ethnicity of Irish Moated Sites. **Ruralia III – Pamáky archeologické – Supplementum 14**. Praga, 2000, p. 93 e referências lá citadas

³¹² MCNEILL, T. **Castles in Ireland: Feudal Power in a Gaelic World**. Londres/Nova York: Routledge, 1997, p. 78

³¹³ “*Ceall Dálua darguin & do loscad do Cathal Charrach mac Conchobair Moen Mhaighe, & do Connachtaibh, taréis fir Muman, a n-diguil a ceall do loiscset fir Muman, & ár a g-cleirech & a m-ban do mharbad & do loscad ina templaib & ina tighibh, & a liobhair, & a n-aidhme, & a seoid do breith leó.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1185. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 170 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³¹⁴ “*Crech do dhenum do Cathal croibderg ar ghalluib, cur loisc bódhún Atha, & gurro marbh daine iomdha, & co tucsat bhú imdha leo dá tigh.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1199 “*Caislen Atha Liag do fhuabairt do dhenum do Ualdra de Laci & do sluagh na Midhe ule.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1211. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 206; 262 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³¹⁵ “*Uilliam de Laci do thecht i n-Eirinn, & crannog Innsi Laodachain do dhénú dó; & Connachtaigh do techt uirre ar eigin, & na daine do bi innte do legadh amach ar bhreithir.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1223. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 266 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³¹⁶ “*Ro ghabh Feidhlim mac Cathail Croibh Derc righe & flaithe mnus for Connachtaibh ass a h-aithle, & na caislén do-rónadh le nert chlainni Ruaidhri h-I Conchobair & mic Uilliam Burc, ro scaoiled la Feidhlim iad .i. Caislén Bona Gallmhe & Caislén na Circe, & Caislén na Caillighi, & Caislen Duin Imdháin.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1233. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 314 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

castelos.³¹⁷ Entre 1270 e 1271, outras quatro fortalezas destruídas são mencionadas, incluindo novamente Sligo e o castelo de Roscommon, erguido no cerne do reino de Connacht alguns anos antes.³¹⁸ O julgamento de O'Byrne de que chefes irlandeses temiam os castelos anglo-normandos não parece uma hipérbole.³¹⁹

A ação militar contra ingleses pôde, também, ter constituído um ganho em si, para além de sua função estritamente defensiva. As características marcantes do sistema de sucessão gaélico, afinal de conta, eram seu caráter eletivo e a possibilidade, por parte dos pretendentes, de desafiar o chefe em exercício por meio da força. Os movimentos eram encorajados pelo fato de que a senioridade, conquanto importante, não era o único fator considerado nas eleições. Qualificações embasadas em bens imateriais, muitas das quais sustentadas na proeza marcial, exerciam também um papel inegável. O vigor do chefe – em termos utilitaristas, sua capacidade física para proteger seu reino com a força das armas – sobressai-se em particular. De um lado, podemos notá-lo a partir da atenção cedida aos momentos em que sua saúde decaía. Em 1267 o rei Áed na nGall tomba doente e os anais reportam que seus males foram noticiados por toda a Irlanda.³²⁰ Dois anos mais tarde, o *justiciar* Roberto d'Ufford constrói um castelo em Roscommon, no cerne da província de Connacht, ação que os anais justificam devido ao fato de que Áed estava doente e com a saúde ruim.³²¹ Por outro lado, a preocupação com a pujança física está

³¹⁷ “*Caislén Sligigh do sgaoiledh la h-Aodh .H. Conchobair, & caislén an Bhend fada & caislen Ráth Aird craibhe do loscad & do sgaoiled leis bheós.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1265. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 450 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³¹⁸ “*Imthus Aodha h-I Conchobhair iarsin, ro leg caislén Atha Anghaile, & caislen Sleibhe Lugha, & caislen Chille Calmáin, & ro loisc Ros Comán & Rinn dúin, & Uille Uanach; & so eirigh cocad mór edir Bhrian ruadh .H. m-Briain & Gaill, & creacha móra do dhenum dho orra, & caislen Chláir Atha dhá charadh do ghabáil dó.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1270 “*Caislén Tighe Templa, & caislen Sligigh, & caislen Atha Liag, do brissedh la h-Aodh .H. Conchobair in hoc anno.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1271. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 464, 470 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³¹⁹ O'BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606.** Dublin: Four Courts, 2003, p. 39

³²⁰ “*Galar mór do ghabáil Aodha h-I Chonchobair, condechaid a thásc fá Erinn uile, & a thernó ass slán.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1267. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 456 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³²¹ “*Iuisdís nua do thoighecht a nErinn o rí Saxan .i. Hoiperd Sufforn, do chertugad & do shocrugad na h-Erenn. A thoighecht a Connachtaib iarsin, & Gaill Erenn maille ris & caislén do dhenum a Ros Chomán dóibh; & issedh fodera sin do dhenum, .i. Aodh .H. Conchobair do bheith a ngalur & a nesláinti an tan sin.*” HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1269. **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 230 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

por trás das inúmeras mutilações de rivais dinásticos que preenchem os anais. Em 1177, o rei Ruaidhri Ó Conchobhair cega seu filho Muirchertach após sua tentativa de levante amparada pelo inglês Milo de Cogan.³²² Em 1194, um neto de Domhnall Gerrlamhach Ó Briain é cegado e castrado, interessante, por ingleses.³²³ Em 1244 Tadhg, filho de Áed mac Cathal, sofre a mesma punição das mãos de Cuconnacht Ó Raighilligh, e o ato move o rei de Connacht à guerra contra o clã Ó Raighilligh, em Breifne.³²⁴ Seu obituário nos Anais de Loch Cé o descreve como a pessoa mais adequada a se tornar rei na província, até ser cegado pelos Muintir-Raighilligh.³²⁵ Em um exemplo ainda mais explícito da utilidade destas ações de truculência, Áed na nGall, filho de Feidhlim, assume o poder em 1265 e prontamente

[executa] sua depredação real sobre os Uí-Failghe, onde ele perpetrou muitos incêndios e mortes; e, no seu retorno a Ath-Luain [Athlone], ele cegou Cathal, filho de Tadhg Ó Conchobair, que morreu após ser cegado.³²⁶

³²² “Milid Gócan, cona rideribh, do breith do Muircertach mac Ruaidri h-I Conchobair co Ros Comáin, do milled Connacht, ar ulca ré nathair. Ro loisced umorro, Connachta fo cedóir. (...) Ro dhall, dono, Ruaidri O Conchobair a mac iarsin a n-digail an turuir sin.” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1177. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 154 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

³²³ “Mac Conchobair mic Domnaill gherrlámaigh .H. Briain do dhallad & do spochad lá Galloibh.” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1194. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 188 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

³²⁴ “Tadhg, mac Aodha, mic Cathail Croibh Derg, do dhallad & do spochad la Coinchonnacht .H. Raighilligh, fo fhéil Beraigh, ag Innsi na conaire ar Loch Aillinne, iar ná bheith a láimh ó fhéil Martain corice sin. (...) Sluaiged adhbhal mhór la Féidhlim mac Cathail Croibh Derg, isin mBreiffne soir docum h-I Raighilligh, do dhíghuilt a dhalla & a brathar fair, .i. Taidhc h-I Conchobair.” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1244. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 362 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

³²⁵ “Tadhg dall, mac Aodha mic Cathail Croibh Derg, .i. ant adhbar righ is ferr do bhi dá chuigid fein no gur dallad la muintir Raighilligh h-é, do ég in hoc anno.” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1272. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 470 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

³²⁶ “Aodh .H. Conchobair, .i. a mac fein, do ghabhail righe Connacht tar éis athar, & a chreach righ do dhenum dhó ar Uibh Failghe. Loiscthi & marbtha iomdha do dhenum dhó ann; & ar nimpódh go h-Ath Luain dó, Cathal mac Taidhg h-I Conchobair do dhallad dó, & a h-ég daréis a dhalla.” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1265. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 450 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

Naturalmente, a capacidade para punir rivais e derrotar inimigos de pouco valia caso não fosse efetivada. Não é uma surpresa, portanto, encontrar a violência e o sucesso em campanhas glorificados nos obituários dos reis gaélicos. Os Anais de Connacht descrevem Cathal Crobhderg como

O rei que mais conduziu saques e depredações contra estrangeiros e irlandeses que se opuseram a ele; o rei que era o mais valente e inclemente diante de seus inimigos de todos que já viveram; o rei que mais cegou, matou e mutilou súditos rebelados e descontentes.³²⁷

Áed na nGall, um rei particularmente violento em suas ações e em hostilidade para com os ingleses, é descrito em termos similares:

Um rei que devastou e desolou Connacht lutando contra os estrangeiros e irlandeses que se opuseram a ele; um rei que infligiu grandes derrotas nos estrangeiros e derrubou seus palácios e castelos; um rei que tomou os reféns dos Uí Briuin e dos Cenel Conaill; o destruidor e curador da Irlanda ele foi; o rei mais temido e triunfante de todos os reis da Irlanda em seu tempo, como o poeta diz: ‘Por nove anos esse Aed Engach defendeu a família de Tara – não um reles saqueador ele foi – contra estrangeiros e irlandeses.’³²⁸

Para Katherine Simms, a violência e as constantes guerras da sociedade gaélica não eram uma “falha” no sistema, mas uma condição sem a qual esta sociedade não conseguiria operar.³²⁹ Centrais em seu funcionamento eram o princípio do *feabta la flaith* – a máxima de que o poder superava, em importância, a primogenitura – o uso da violência como “sanção para a autoridade, justiça, paz e proteção”³³⁰ e o imperativo de manutenção da honra e do valor (*enech & engham*), garantindo a integridade de seus

³²⁷ “*Ri is mo dorondi di crechaib & do losctib ar Gallaib & Gaidelaib bitis ina agaid; Ri is crodae & is antrenta re hescardib tanicc riam; Ri is mo ro dall & ro marb acus ro chirph do merlichib & d'escardib na rige.*” *ANALIS DE CONNACHT*, 1224. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 2 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³²⁸ “*Ri ro falmaig & ro fasaig Connachta ar Gallaib & ar Gaidelaib bitis ina adig; Ri dorat madmanna mora ar Gallaib & ro trascair a curti & a caslena; Ri ro gab braighti h. mBriuin & Ceneoil Conaill; Fer millti & lesaigti na hErenn uli in fer-sin; Ri ba mo grain & coscar do rigaib Erenn uile re hed a amsire fein, ut dixit poeta: IX. mbliadna don Aed Engach/ ag cosnam Tellaig Temrach;/ nir fand re fagail an fer/ a n-agaid Gall is Gaidel.*” *ANALIS DE CONNACHT*, 1265. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 162 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³²⁹ SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000, p.59

³³⁰ SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000, p 59

protegidos e se dispendo a vingá-los.³³¹ Da mesma maneira, chefes subordinados ou aliados a outros por algum vínculo de tributo ou serviço podiam ser compelidos a auxiliá-los na guerra. Para um rei irlandês inserido em uma coalizão nativa ou uma aliança robusta com outro clã, a cooperação com a Coroa sempre seria julgada contra seu potencial impacto sobre sua rede diplomática no mundo gaélico, mesmo que a consequência para não efetivá-la fosse o conflito aberto.

Sob este ponto de vista, o atentado contra ingleses, mesmo na ausência de ganhos materiais claros ou no descumprimento de um vínculo de aliança longo, pode ser justificado. O exercício da proeza militar, a demonstração de força aos olhos de súditos ou pares gaélicos e a diligência em honrar o compromisso com protegidos cuja integridade possivelmente fosse violada por anglo-normandos poderia equivaler, ao menos em parte, aos mesmos benefícios legados por uma cooperação com os estrangeiros. Se o mando de um rei forte no auge de sua forma proveria o mesmo nível de estabilidade da integração às normas anglo-normandas buscada por Cathal Crobhderg é difícil de se determinar, uma vez que tal integração se mostrou rara, quando não inatingível na maioria dos contextos.³³² Independente disto, a conjuntura reduziria dois dos grandes temores que moviam chefes irlandeses aos laços com estrangeiros: a expectativa de ataque por pretendentes dinásticos e – caso sua demonstração de poder fosse deveras saliente – por outros atores anglo-normandos.

Para além das relações com a Coroa, chefes irlandeses estiveram em contato (e conflito) com magnatas ingleses dotados de suas próprias ambições. Mesmo os *justiciars* eram, eles próprio, nobres assentados, cujos interesses podiam ser antagônicos aos dos reis gaélicos. Embora seja tentador interpretar estes magnatas como uma terceira categoria de atores, sua atuação, na prática, apresentava mais semelhanças que diferenças. Crooks nega a existência de uma demarcação estrita entre interesses “reais” e

³³¹ SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000, p. 107. Os dois termos aparecem no obituário de Feidhlim: “*Fedlim h. Conchobair mac Mori Muman & Cathail Crobdeirg h. Conchobair ri Connacht, fer cosanta & cothaigti a cuicid fein & a carad for cech leth, fer indarbtha & aircti a escarat cech inat i mbitis, fer lan d'oinech & d'engnam, fer lan d'urdercus & d'urumus i nErinn & i Saxanaib, do ecc iar mbuaid n-athrige, & a adnagal hi manestir na mBrathar Preciur hi Ros Coman tuc fein amach do Dia & don Urd.*” MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 146 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³³² Uma exceção notável foram os MicGiollaMocholmóc. O clã, originário de Leinster, integrou-se ao mundo anglo-normando, dentro do qual seus membros passaram a ser conhecidos como FitzDermot. Para uma discussão da trajetória da linhagem, Cf. FRAME, R. Ireland after 1169: Barriers to Acculturation on an ‘English’ Edge. In: STRINGER, K.J.; JOTISCHKY, A. (Ed.) **Norman Expansion: Connections, Continuities and Contrasts**. Farham: Ashgate, 2013, pp. 128-130; O’BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003, pp. 20-25

“nobiliárquicos”, e argumenta que a Coroa podia, ela própria, ser considerada uma facção no jogo de faccionalismo por meio do qual exercia sua governança.³³³ Não obstante, esta mesma disposição a manipular as ambições de seu súditos (se não exatamente “pares”) obrigava a Coroa a ter em mente seus interesses, seja para efetivá-los, seja para coibi-los. Isto, por consequência, poderia alterar significativamente a atratividade de uma aliança com um determinado rei irlandês.

Por um lado, é verdade que o antagonismo com chefes nativos podia se mostrar problemático a ponto de frustrar as ambições de tais magnatas. Robin Frame afirma que a proximidade com lideranças hostis reduzia a própria desejabilidade das propriedades na Irlanda, em especial após 1220, quando as terras remanescentes se encontravam no ponto limítrofe entre o rentável e o não rentável.³³⁴ Ademais, como prova a carreira de Guilherme de Burgh, o laço com um chefe poderoso tinha o potencial de expandir a área de influência de aventureiros; uma cooperação que resultasse em uma união dinástica com um rei irlandês, por sua vez, podia levar – como de fato o fez, em seu caso – à sua transformação em um dos mais poderosos atores estrangeiros na Irlanda. Mesmo no caso de parcerias circunstanciais ou envolvendo lideranças menos pujantes, a oferta de auxílio militar podia, em si mesma, constituir um ganho. É exemplar, neste sentido, que os anais irlandeses comentem sobre a prontidão inglesa em se envolverem em conflitos quando da guerra dinástica de 1225:

Depois que os estrangeiros haviam deixado Áed Mac Cathal Crobhderg, Ó Flaithbertaigh e os filhos de Muirchertach [Muimnech] junto a outros príncipes elegíveis ergeram-se novamente para se unir aos filhos de Ruaidhri, e o filho de Cathal enviou mensageiros e escritos aos estrangeiros, informando-os dessa segunda revolta e pedindo mais tropas. Eles responderam com rapidez, pois estas expedições eram lucrativas aos estrangeiros, que obtinham muitos espólios desta maneira, sem contudo incorrer nos perigos do conflito.³³⁵

³³³ CROOKS, P. ‘Divide and Rule’: Factionalism as Royal Policy in the Lordship of Ireland, 1171-1265. *Peritia*, v. 19, 2005, pp. 269-70

³³⁴ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, p. 55

³³⁵ “*Iss ann sin do erig h. Flaithbertaigh aris acus mac Murcertaigh & na rigdamnada archenae dochum mac Ruaidri tar es a Gall do imtech o Aed mac Cathail Crobdeirg, & do chuir mac Cathail techta & sribenna d'innsaigid Gall d'indisin doib in athimpaid & d'iarraid thuillid sochrait. Do freccrad co soindib e-sim. Uair ba tuillmech na turusa-sin do Gallaib, uair do gebtis etala mora & ni fagbaitis gada na imsergna.*” *ANNAIS DE CONNACHT*, 1225. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 16 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

A diferença em relação às interações com a Coroa está no fato de que o objetivo máximo dos magnatas na Ilha – a obtenção de terras – colocava-os em competição direta com os reis irlandeses. Enquanto a cooperação se assentasse na participação em campanhas, prestação de tributos e permeabilidade à edificação de castelos, havia um *outcome* possível – com eventuais sacrifícios, sobretudo para o ator irlandês – que não envolvia a anexação direta de terras gaélicas. Todavia, a partir do momento em que o próprio reino de Connacht se torna um prêmio a ser obtido as ambições de magnatas e líderes nativos se tornam uma interação de soma zero. Os mesmos fatores que asseguravam o poder de nobres gaélicos se mostravam como empecilhos aos planos últimos de seus rivais anglo-normandos.

O quadro se complica se considerarmos as dimensões régias – e, em última medida, internacionais – das ambições dos magnatas. Os nobres em atividade na Irlanda não eram aventureiros engajados em carreiras independentes, mas parte de uma mesma sociedade que tinha seu “centro de gravidade”, no termo de Robin Frame, na corte real da Inglaterra.³³⁶ Central ao exercício da autoridade real, neste contexto, era a prática da *royal patronage* aos súditos do rei, em relação ao que a Irlanda se mostrava uma fonte abundante de recursos, em cujas terras nobres passaram ver recompensa apropriada ao serviço.³³⁷ Neste sentido, a cessão de terras a um magnata não constituía apenas uma ambição do último, mas uma necessidade do próprio rei – uma manobra de governança, enfim, para a garantia do apoio parlamentar da aristocracia à Coroa e da manutenção da estabilidade do reino.

O imperativo também se manifestava no nível das cortes locais. Brendan Smith descreve a Irlanda do período como um “mercado de terratenentes” pautado pela competição entre magnatas por aqueles abaixo deles.³³⁸ Para o autor, a conquista da Irlanda foi caracterizada por uma inflação de recompensas e afluxo de terratenentes em busca de posições mais vantajosas dos que as que desfrutavam na Inglaterra.³³⁹ A dinâmica se torna ainda mais importante se considerarmos que o Senhorio da Irlanda

³³⁶ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, p. 40

³³⁷ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, p. pp.40-47; Coulson acredita que a demanda por terras na Irlanda se deve, parcialmente, a um otimismo excessivo em relação às suas potenciais riquezas. Cf. COULSON, C.H.L. **Castles in Medieval Society: Fortresses in England, France, and Ireland in the Central Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 2003, pp.226-27

³³⁸ SMITH, B. Tenure and Locality in North Leinster. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p. 31

³³⁹ SMITH, B. Tenure and Locality in North Leinster. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p. 31

trouxe uma abundância de terras disponíveis à *patronage* no exato momento em que elas se tornavam escassas no reino inglês.³⁴⁰ As demandas da corte para a obtenção de *royal patronage* não foram, decerto, constantes durante o século, e uma série de fatores – como períodos de minoridade, reais ou aristocráticos – podiam desacelerar as pressões.³⁴¹ Entretanto, quando a cessão de terras fosse, de fato, necessária, a balança se voltava de todo ao favor de um magnata. Por mais diligente e eficaz que um rei irlandês se mostrasse, sua externalidade à corte anglo-normanda tornava-o um ator incompatível às necessidades da Coroa – ou às dos grandes magnatas, eles próprios dotados de uma rede de contatos e subordinados que atravessava as duas ilhas e cuja manutenção era essencial para a governança de suas próprias terras. Os chefes gaélicos estavam, simplesmente, fora do sistema.

6. Modelo

Com base nessas colocações, já é possível montar um jogo com as utilidades dos atores. O jogo resultante pode ser expresso na Fig. 19:

		Ator Gaélico	
		Manter	Romper
Ator Inglês	Manter	$D, I+P-D$	$C_i-R, I+F+C_g$
	Romper	$D+T, I-V_g-V_i$	$C_i-R, I+F+C_g - V_g-V_i$

Figura 19: O jogo de apoio

Legenda:

³⁴⁰SMITH, B. Tenure and Locality in North Leinster. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p. 29

³⁴¹ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, p. 54

(*payoff* do ator gaélico; *payoff* do ator inglês)

P = Proteção contra outros atores

D = Demandas do ator inglês

T = Demanda por terras do ator gaélico

I = Integridade de terras e/ou linhagem

V_g, V_i = Vulnerabilidade ao ataque de atores (gaélicos e ingleses, respectivamente)

F = Favorecimento para com outros atores gaélicos

C_g, C_i = custos de conflito (ao ator gaélico e inglês, respectivamente)

R = Desordem causada por rebelião

I é a medida geral de integridade do reino de um chefe gaélico, seja no tocante às terras, seja à sua linhagem e descendentes. P representa o efeito de dissuasão do vínculo com um ator inglês contra atentados por parte de rivais gaélicos ou outros magnatas estrangeiros. D representa o conjunto das obrigações exigidas de um inglês, da troca de reféns ao pagamento de tributos e construção de castelos em suas terras. T , por sua vez, representa as ambições do ator inglês pelas terras do ator gaélico ou o desejo de ceder suas terras a outros súditos. V_g e V_i são os riscos esperados de um ataque ao ator irlandês por outros atores fora do jogo, sejam eles inimigos gaélicos ou outros magnatas estrangeiros. F representa o ganho em posição frente a outros atores gaélicos após um atentado bem sucedido contra o ator inglês. A variável inclui tanto seus ganhos para com outros membros dinásticos (na forma de prestígio e reconhecimento dentro do clã), para com outros reis irlandeses (constituindo uma ação de honra, sinal de aliança, ou um aceno a favor da coordenação) ou para com ingleses (como uma demonstração de força que dissuada futuras investidas). Complementando-a, R é o risco de um estado de rebelião que torne as terras militarmente voláteis ou pouco rentáveis a ponto de reduzir seu valor. Por fim, C_g e C_i são variáveis genéricas que representam a soma dos custos e retornos ao se iniciar um potencial conflito para ambos os atores. Elas incluem dos danos matérias (depredação de terras, roubo de gado, destruição de castelos) à execução de reféns e custos militares, mas também os potenciais atrativos de uma expedição (espólios, captura de prisioneiros, execução de inimigos). Elas podem, portanto, se mostrar desejáveis ou indesejáveis a depender das circunstâncias.

No próximo capítulo o modelo do jogo de apoio será empregado para analisar três casos diferentes: a visita real à Irlanda em 1210, a revogação das terras de Áed Mac Cathal em 1226 e a tentativa de Henrique III de ceder as terras de Feidhlim Ó Conchobair a

estrangeiros, entre 1254-1255. Tais episódios se destacam pela abundância documental a seu respeito, pela abertura— por vezes politicamente motivada — das fontes em enfatizar as preferências dos atores cujo partido tomam e pelo seu caráter representativo (1226 e 1254-1255) ou excepcional (1210) dentro de seu contexto imediato de interações entre Connacht e a Coroa.

Capítulo 4

O Jogo de Apoio em Ação

1. A Expedição do Rei João à Irlanda, 1210

No verão de 1210, o rei João da Inglaterra atravessou o mar para sua segunda expedição à Irlanda e primeira na competência de monarca. (Em 1185, um jovem João, então apenas senhor da Irlanda, realizara uma viagem prévia). Trata-se de uma das raras visitas reais durante o período do Senhorio – as outras sendo a vinda de Henrique II em 1171 e as duas campanhas de Ricardo II em 1394 e 1399 – e a única durante o intervalo aqui estudado. Seu propósito essencial não foi efetivar os interesses reais na Irlanda, mas trazer à justiça dois vassalos rebelados, Guilherme e Maud de Briouze, refugiados na companhia de Walter e Hugo de Lacy, seus aliados em solo irlandês. De fato, a impressão que seu itinerário passa à primeira vista é a de uma marcha direcionada contra as bases de poder de seus súditos rebelados, culminando no cerco de Carrickfergus, após o qual os de Briouze foram feitos prisioneiros (Tab.1). Não obstante, seria um erro considerar a campanha como uma perturbação alheia à balança de poder na própria Irlanda. A expedição se mostrou um dos episódios mais notáveis na relação entre a Coroa e os chefes gaélicos. Várias lideranças nativas aproveitaram a ocasião para negociar – com maior ou menor sucesso – com o rei inglês. Cathal Crobhderg Ó Conchobhair, rei de Connacht, esteve entre elas.

O episódio é singular porque circunscreve uma das mais extensivamente documentadas interações entre os reis de Connacht e a Coroa, e também uma das mais peculiares no que diz respeito a seu desenlace. Após se encontrar com João e auxiliá-lo militarmente contra os de Lacy, Cathal Crobhderg se indispôs com o rei, motivando-o a tomar medidas retaliatórias. A defecção se apresenta como um conflito aparentemente incongruente na trajetória colaborativa do líder irlandês, feita ainda mais estranha pelo fato de que ambos os atores, à primeira vista, desejavam uma alternativa ao conflito. A análise estratégica da interação poderá nos trazer uma explicação de suas ações. Para que ela proceda, no entanto, é primeiro necessário avaliar as informações de que dispomos sobre a campanha.

1.1 As narrativas da expedição real

Os Anais de Loch Cé, tipicamente minuciosos em relação à trajetória dos Uí Conchobhair, trazem um relato detalhista das negociações – em última medida fracassadas – entre Cathal Crobhderg e o rei João. Em adição a eles, quatro outros anais de tradições manuscritas distintas e provenientes de partes diferentes da Irlanda apresentam versões alternativas da visita: os Anais de Inisfallen, produzidos no sul da Irlanda, sob a influência dos Uí Briain até o início do século XIV; o Livro de Mac Carthaigh, proveniente da mesma região, mas produzido no final do século XV e presumivelmente dedicado ao clã Mac Carthaigh (de onde ganhou seu nome); os Anais dos Quatro Mestres, redigidos no norte da Irlanda já no início do século XVII e os Anais de Clonmacnoise, uma compilação perdida, cujo texto sobrevive apenas em uma tradução para o inglês produzida em 1627.³⁴²

Ao todo, essas fontes apresentam uma descrição razoavelmente detalhada das ações de João na Irlanda, e contém vários episódios em comum. Segundo a narrativa, Cathal Crobhderg encontrou-se com João em Ardraccan no condado de Meath, onde teria se submetido ao rei. Donnchad Cairprech, rei de Thomond, também renovou seus votos, recebendo de João terras e a libertação de um de seus irmãos, presumivelmente feito refém. O chefe de Connacht então ofereceu auxílio ao rei contra os de Lacy, magnatas ingleses que haviam se rebelado contra a Coroa. João expulsou William de Lacy de Meath, e então se dirigiu ao norte e ergueu um cerco contra o castelo de Carrickfergus, onde seu irmão, Hugh de Lacy, se refugiava. Em algum momento da campanha, Áed Meith Ó Neill, rei de Cénel Éoghain, abriu negociações com João, mas se recusou a oferecer reféns, e o compromisso foi abandonado. Após obter sucesso no cerco, Cathal e João teriam discutido os termos de um novo acordo envolvendo seu filho Áed, a ser fechado em um novo encontro nas cercanias de Meath. Os relatos são conflitantes quando

³⁴² MAC AIRT, S. (Ed. e Trad.) **The Annals of Inisfallen (MS. Rawlinson B. 503)** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100004/index.html>> (Acesso em 23/03/2016); O'DONOVAN, J. (Ed.) **Annála Rioghachta Éireann. Annals of the Kingdom of Ireland by the Four Masters, from the earliest period to the year 1616. Edited from MSS in the Library of the Royal Irish Academy and of Trinity College Dublin with a translation and copious notes.** Dublin: Royal Irish Academy, 1848-51. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100005C/index.html>> (Acesso em 24/04/2016); Ó HINNSE, S. (Ed e Trad.) **Miscellaneous Irish Annals (A.D. 1114-1437).** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1947 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100013/index.html>> (Acesso em 23/03/2016); MURPHY, D. (Ed.) **The Annals of Clonmacnoise Being Annals of Ireland from the Earliest Period to A.D. 1408.** Dublin: University Press, 1896

ao teor das promessas, mas parecem ter envolvido a entrega de Áed como refém. Cathal não honrou o compromisso, acarretando na retaliação de João: alguns de seus homens mais próximos foram tomados como reféns no lugar de Áed, Connacht foi invadida pelo *justiciar* acompanhado por colonos ingleses e rivais dinásticos irlandeses e um castelo e ponte foram construídos em Athlone, nas margens do Shannon. (Fig. 20) Uma relação dos episódios presentes em cada fonte está disposta na Tab. 1.

Felizmente, os anais irlandeses não são as únicas fontes com as quais podemos contar. Os rolos de *praestita*, registros do *exchequer* de pagamentos feitos por João durante a viagem, oferecem uma relação bastante completa das datas e locais em que as ordens do rei foram expedidas.³⁴³ Embora eles não contenham informações sobre as ações reais propriamente ditas, os rolos nos permitem reconstituir o itinerário do rei com alta fidelidade, e corroborar episódios cruciais nos relatos gaélicos, como a campanha de Carrickfergus e a fadística reunião entre João e Cathal em Meath (Rathwire, em 14 de agosto). (Fig. 20) Outra fonte, cuja relevância para o entendimento da expedição foi primeiramente trazida à tona por Séan Duffy, é uma obscura história francesa, a *Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d'Angleterre*. Escrita em francês normando, a obra sobrevive em um manuscrito de meados do século XIII e versa sobre os acontecimentos até o ano de 1220. Embora seu autor seja anônimo, seus editores estimam que ele tivesse relações com os de Bethune, família flamenga oriunda da antiga província de Artois. Vários de seus membros foram detentores de terras na Inglaterra ou atuaram a serviço de seus reis como comandantes de mercenários, e uma das personagens principais da *Histoire*, Balduino de Bethune, participou da expedição de 1210 à Irlanda. A obra apresenta um relato detalhista dos principais acontecimentos da viagem, o que levou Séan Duffy a afirmar que ou o seu autor estivera presente na visita, ou fora informado de seus acontecimentos pelo próprio Balduino, logo após seu retorno.³⁴⁴

³⁴³ DUFFUS HARDY, T. *Rotuli de Liberate ac de Misis et Praestitis, Regnante Johanne*. Londres: 1844

³⁴⁴ DUFFY, S. King John's Expedition to Ireland, 1210: The Evidence Reconsidered. *Irish Historical Studies*, v.30. n.117, 1996, p. 9

	Anais de Loch Cé	Anais de Clonmacnoise	Anais dos Quatro Mestres	Anais de Inisfallen	Livro de Mac Carthaigh	<i>Histoire des Ducs...</i>
Submissão de Cathal ao rei em Meath		X	X		X	X
Banimento de Walter de Lacy		X	X		X	
Reunião do rei com Ó Neill		X	X	X		X
Recusa de Ó Neill em entregar reféns			X	X		X
Cerco de Carrickfergus	X	X	X		X	X
Investida contra Ilha de Man	X					X
Recusa de Cathal de entregar seu filho refém	X		X			
Tomada de reféns de Cathal	X	X	X	X		
Aliança com Donnchad Cairprech				X	X	
Invasão de Connacht	X	X				
Construção de castelo em Athlone	X	X			X	

Tabela 1: Episódios mencionados nos relatos da expedição real de 1210

Figura 20: O itinerário de João na Irlanda, 1210

Legenda:

1- Crook, Waterford 20-21 jun.	13- Carlingford 9-11 jul.
2- New Ross 21 jun.	14- Castelo de Jordan de Sackville (Ardglass) 12 jul.
3- Bosque perto das terras de Thomas Fitz Anthony 22 jun.	15- Rath (Dundrum) 14 jul.
4- Kilkenny 22 jun.	16- Bosque próximo a Downpatrick 16 jul.
5- Naas 24 jun.	17- Carrickfergus 19-28 jul.
6- Dublin 28-30 jun.	18- Hollywood 29-31 jul.
7- Bosque de Greenoge 30 jun.	19- Downpatrick 2-3 ago.
8- Bosque próximo a Trim 2 jul.	20- Carlingford 5 ago.
9- Ardraccan (presumido, mencionado apenas nos anais)	21- Drogheda 8-9 ago.
10- Kells 4-5 jul.	22- Duleek 9-11 ago.
11- “Perto do rio chamado Struthe (possivelmente a <i>vill</i> de Louth) 7 jul.	23- Fore 11 ago.
12- Kadelac’ (possivelmente Dundalk) 8 jul.	24- Grenard 12 ago.
	25- Rathwire 14 ago.
	26- Dublin 18-24 ago.

Os relatos apresentam uma grande medida de convergência, e sua seleção episódica pode ser explicada pelos seus diferentes contextos de produção. Assim, menções a Donnchad Cairpreach Ó Brian aparecem nos anais sulistas (Inisfallen e Livro de Mac Carthaigh), onde seu clã desempenhava grande influência, mas são omitidas nos demais. Os Anais de Loch Cé, produzidos em Connacht, contém detalhes ímpares sobre os Uí Conchobhair, enquanto que os Anais de Clonmacnoise e dos Quatro Mestres, cronologicamente mais recentes, apresentam uma cobertura mais variada. A exceção fica por conta da aparente defecção de Cathal ao rei João. Enquanto que dois conjuntos (Inisfallen e Clonmacnoise) meramente comentem uma entrega de reféns – algo comum na Irlanda, como visto anteriormente – dois outros sugerem um impasse entre as preferências dos dois atores. O relato mais extenso é o dos Anais de Loch Cé, citado abaixo:

Em seu retorno do norte, o rei dos saxões disse ao rei de Connacht para reunir-e com ele após quinze dias. Ele prometeu que o faria, e que traria consigo seu filho, i.e. Áed, filho de Cathal Crobhderg (e não foi o rei quem pediu isso). “Traga-o” disse o rei “para que ele receba um diploma pela terça parte de Connacht.”

Quando Ó Conchobhair chegou às suas terras, o conselho que ele, sua mulher e seu povo adotou foi o de não levar o filho ao rei, muito embora esse tenha sido o pior conselho. No entanto, quando Ó Conchobhair foi ao rei dos saxões e não levou seu filho com ele, Diarmaid, filho de Conchobhar O’hEggra, rei dos Luighne de Connacht; Find Ó Carmacan, um homem de confiança de Ó Conchobhair, e Toiberd, filho

de Gall-Gaeidhel, um dos mordomos de Ó Conchobhair, foram aprisionados pelo rei dos saxões.

O rei dos saxões atravessou o mar logo depois, e levou esses chefes com ele para a terra dos saxões. Ele deixou o governo da Irlanda com o bispo estrangeiro [João de Grey, bispo de Norwich] e o ordenou a erigir três castelos em Connacht.³⁴⁵

Alguns detalhes nesse relato analístico são cruciais. Primeiro, a entrega de reféns – seja Áed, seja qualquer outro – não é estipulada como condição no primeiro encontro dos dois agentes. Pelo contrário, dá-se a entender que a tomada de reféns por João foi uma consequência da falta de confiança demonstrada por Cathal. Segundo, os anais fazem questão de enfatizar que a proposta veio de João, não do chefe de Connacht. Terceiro, o analista emite o julgamento de que Cathal, em última medida, errou, tomando a decisão que mais lhe prejudicaria. Podemos especular que o autor considerou que os medos de Cathal pelo bem de seu filho não fossem críveis, muito embora os Anais dos Quatro Mestres deliberadamente afirmem que João exigiu manter Áed em sua custódia.³⁴⁶

Para Helen Perros, em 1210 João preferia a cooperação ao conflito, pois desejava ganhar a confiança de Cathal para edificar um castelo em Athlone. A não cooperação lhe seria onerosa porque poderia lhe exigir um engajamento militar prolongado, algo que, com a perda da Normandia em 1204, não era uma possibilidade com a qual tinha

³⁴⁵ “*Ar torrachtain dóib atuidh adubairt ri Saxan re ri Connacht dul a g-cinn choeicthise dá innsoiged. Adubairtsium co rachad, & gomberadh a mac lais, .i. Oedh mac Cathail Croibh Derc; & ní h-e in ri do boi ag á iarrad. Tabhair, ar an rí, no co b-fhagha cairt ar trian Connacht. O ranic .H. Conchobhair ina ionadh féin, issí comairle do roine féin & a bhen & a mhuinntir, gan an mac do bhreth a g-cenn an rí, ger bhí sin comairle ba messa. Acht chena, ó ranic .H. Conchobhair dochum ri Saxan, & nach ruc a mac leis, ro gabad le ri Saxan Diarmaid mac Conchobhair mic Diarmada, ri Mhuighe Luirg, & Conchobar .H. h-Eghra, ri Luighne Connacht, & Find .H. Carmacan, fer grádha d' U Conchobhair, & Toirberd mac Gall Ghoeidhil, reachtaire do reachtairibh h-I Conchobhair. Do chuaidh ri Saxan tairis iarsin, & ruc lais na maithi sin a Saxanaibh. Ro fhágaibh cendus Erenn ag an n-gaill espuc, & adubairt fris trí caisléin do dhenam a Connachtaibh.*” HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) *ANAL DE LOCH CÉ*, 1210. **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 242,244 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³⁴⁶ “*Do-coidh iaromh Ri Saxan go Raith n-Guaire, & tanaicc Ua Concobhair doridhisi dia soighidh, & ro bai an Ri acc iarraidh a mheic ar Ua c-Concobhair do ghiall fri comhall dó. Ni thárd Ua Concobhair a mhac uadha, acht do-rad cethrar dia mhuintir dia chionn, .i. Concobhar God Ó h-Eghra tighearna Luighne, & Diarmait mac Concobair Uí Maoil Ruanaidh tighearna Mhuighi Luircc, Fionn Ua Carmacáin, & Toirbheand mac righ Gall-Gaoidhel do aes gradha Uí Concobhair, & do-chóidh an Ri go Saxain, & rucc na braighde-sin lais.*” Anais dos Quatro Mestres, 1209. O'DONOVAN, J. (Ed.) **Annála Rioghachta Éireann. Annals of the Kingdom of Ireland by the Four Masters, from the earliest period to the year 1616.** Edited from MSS in the Library of the Royal Irish Academy and of Trinity College Dublin with a translation and copious notes. Dublin: Royal Irish Academy, 1848-51, p. 164. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100005C/index.html>> (Acesso em 24/04/2016)

condições de arcar.³⁴⁷ A defecção de Cathal, embora justificada, teria sido fruto de sua incapacidade (ou relutância) em comunicar adequadamente suas preferências. A análise do modelo nos permite explorar a hipótese mais a fundo.

1.2 Os jogos de apoio em 1210

Traduzindo as informações dos relatos em um jogo ordinal, chegamos à seguinte relação:

	Manter	Romper
Manter	4 <i>Áed recebe carta</i> <i>Boas relações são mantidas</i>	3 <i>Áed não recebe carta.</i> <i>Confiança de João é traída.</i> <i>Potencial de retaliação</i>
Romper	1 <i>Áed é capturado</i> <i>Cathal é coagido a cooperar</i>	2 <i>Relações são encerradas</i> <i>Potencial de invasão futura</i>

Figura 21: Utilidades de Cathal Crobhderg e outcomes do jogo de apoio

Para Cathal, a cooperação mútua é o melhor *outcome*. Com a minoridade de seu maior rival inglês, Ricardo de Burgh, T é inexpressiva. As demandas da Coroa (D) implicarão no encastelamento de Athlone, um processo oneroso a Cathal. Todavia, com a atenção de João voltada a seus vassalos rebelados e o prospecto de seu retorno logo após o fim das campanhas, esta ameaça não apenas era distante, mas dependeria de outro ator (quem quer que João apontasse ao posto de *justiciar* após o seu regresso). Os riscos da colaboração à integridade de seu reino e sucessores (I) eram, portanto, bastante pequenos.

³⁴⁷ PERROS, H. Crossing the Shannon Frontier: Connacht and the Anglo-Normans, 1170-1224. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p. 132

Uma potencial captura de Áed, em contrapartida, punha em risco justamente seu maior projeto: a obtenção de um diploma em seu nome e o favorecimento de seu braço do clã contra o de seus rivais, os descendentes de Ruaidhri. Trata-se, portanto, de seu *outcome* menos desejado. Os cenários de rompimento ocupam posição intermediária: por um lado, eles lhe negam os benefícios da cooperação; por outro, não implicam na potencial perda do filho, fazendo da ameaça de retaliação a única razão de resguardo. Como estimado no modelo, a diferença de (*romper, manter*) e (*romper, romper*) em termos de *payoff* está no prospecto de ações de atores hostis (V_i e V_g). (*romper, manter*) é preferível, pois não acarreta, necessariamente uma resposta imediata de João. Dado que a negociação em Rathwire não foi um episódio isolado, mas pelo menos a terceira iteração de cooperação entre ambos (após a submissão em Ardraccan e a participação de Cathal nas campanhas reais), Cathal pode ter apostado na leniência de João para uma eventual defecção pontual.

As preferências do rei inglês, no entanto, apresentam um ordenamento bem diferente. Em qualquer cenário, a cooperação de Cathal lhe é preferível à sua defecção. Entre os atritos com seus súditos ingleses na Irlanda, sua abertura em negociar com três dos mais poderosos reis da ilha e a já existente aliança com o chefe de Connacht, antagonizá-lo, ao menos naquele momento, lhe trazia mais ônus do que mantê-lo em boas graças. Esta, ao menos, parece ser a versão advogada pelos Anais de Loch Cé, os quais enfatizam sua iniciativa em oferecer a Cathal aquilo que mais cobiçava (o diploma de seu filho). Em adição a isso, de acordo com a hipótese de Perros, as contendas senhoriais e a recente derrota militar no Continente o teria predisposto a evitar o conflito aberto a qualquer custo.

A constatação demanda algum nuance. A Coroa não dependia de ação militar direta para minar súditos perigos; antes, fiel à lógica de faccionalismo intrínseca à sua governança, facilitava a ação de terceiros, seja ingleses ou irlandeses (V_g e V_i). Isto é comprovado, no caso de 1210, pela composição dos envolvidos na campanha real. Os Anais de Loch Cé citam dois exércitos distintos: um comandado pelo *justiciar* João de Grey e constituído por colonos de Meath e Leinster; outro liderado por Godofredo de Marisco, acompanhado por Áed Mac Ruaidhri, Ó Flaithbheartaigh (rivais gaélicos de Cathal) e ninguém menos que Donnchad Cairprech Ó Briain, rei irlandês com quem João se aliou na mesma visita.³⁴⁸

³⁴⁸ “Ro orduig an Gaill espuc shuaighedh d’ innsoiged Connacht, .i. sé fein & sochraidi na Midhe & Laighen, co h-Áth Luain, co n-dernadh droichet tar Áth Luain lais, & caislén a n-ionad caisléin i Conchobhair. Donnchadh Cairprech .H. Briain cona shochraidi, & Seffraidh Maireis cona sochraitte do

Por outro lado, a hipótese procede ao explicar a relutância de João em iniciar hostilidades com chefes gaélicos insubordinados. Sua postura defensiva pode ser vista na breve menção à expedição irlandesa em uma história inglesa, a *Flores Historiarum* de Rogério de Wendover:

Nesse mesmo ano João, rei dos ingleses, tendo reunido um copioso exército próximo a Pembroke, no País de Gales, partiu à Irlanda e lá desembarcou nos oitavos idos de junho. Assim que chegou à cidade de Dublin, mais de vinte pequenos reis (*reguli*) daquelas partes, cada qual tomado pelo maior dos medos, lhe fizeram homenagem e lhe juraram fidelidade. No entanto, alguns poucos dos reis rejeitaram vir ao rei e não compareceram, pois vivam em locais inóspitos.³⁴⁹

A descrição corrobora o movimento geral das tropas observado no itinerário de João. Se compararmos o mapa da campanha com a extensão do assentamento inglês na Irlanda no início do século XIII (Capítulo 1, Fig. 2), é possível visualizar que João se limitou às áreas colonizadas. Os reis gaélicos deliberadamente se deslocaram para obter uma audiência com o monarca (nem que, como no caso de Cathal, até as fronteiras de seu próprio reino). A dimensão do risco pessoal – e da demonstração implícita de confiabilidade – no ato pode ser averiguada em menção nos Anais de Inisfallen de que Donnchad Cairprech Ó Briain tomou reféns ingleses para garantir seu salvo-conduto de volta às suas terras.³⁵⁰ Com isso em mente, é sensato assumir que a defecção bilateral (conflito aberto) tenha uma utilidade menor do que a defecção unilateral.

Ghallaibh Muman, & Oedh mac Ruaidhri I Conchobair & mac h-I Flaithbertaigh mar oen friú, I Connachtuibh co rancodar Tuaim Dá Ghualann, & do ronsat crecha mora assin co Loch na n-Airne I Ciarraighe, & do ronsad crecha mora annsin; & do bhadar co-ecidhis, no fichid oidhche acht bec, i Ciarraighe, & Connachta re n-agaid.” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1210. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 244 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³⁴⁹ “Eodem anno rex Anglorum Johannes, apud Pembroc in Wallia copioso exercitu congregato, profectus est in Hiberniam et ibi applicuit octavo idus Junii; cumque venisset ad Dublinensem civitatem, occurrerunt ei ibidem plusquam viginti reguli illius regionis, qui omnes timore maximo perterriti homagium ei et fidelitatem fecerunt; pauci tamen ex regulis supersederunt, qui ad regem venire contempserunt, eo quod in locis inexpugnabilibus habitabant.” ROGÉRIO DE WENDOVER. *Flores Historiarum*. COXE, H. O. (Ed.) **Rogeri de Wendover: Chronica, sive Flores Historiarum.** v.3 Londres: Sumptibus Societatis, 1841, p. 233

³⁵⁰ “Rí Sagsan do i n-Érinn, & nira gnoig a bec i n-Érinn act brágdí I Concobair do brith leis taris, & oslugud duMuircherdach U Bríain & rígi Túadaman do Doncut Carbrech U Bríain. Ó Néildo dul i degh rí Sagsan ra cois I Concobairn, & dias nó triúr du mathib na Gall i l-láim a muntirisium ra techt dosum imlán a tig rí Sagsan. Tech dosom d’íraid brágdí dá thig, & adubairt-sium: ‘Imtigidsi, a Gullu,’ ar se, ‘& ní tibeórta brágdí achurs dúbsi idir, a Gullu,’ ar se. Ra imtigedar na Gaill, & ní tucsum brágdí dun rí” Anais de Inisfallen. MAC AIRT, S. (Ed. E Trad.) **The Annals of Inisfallen (MS. Rawlinson B.**

As preferências de João quanto à cooperação, no entanto, são mais difíceis de se aferir. A preocupação explícita de Cathal com seu filho fazia de Áed um refém particularmente eficiente para coagir o chefe a aceitar futuras condições da Coroa. Com tamanha garantia em mãos, a cooperação voluntária de Cathal tornava-se redundante. Porém, teria João realmente optado por isso? Cathal já dera mostras de colaboração; uma traição nessas linhas, conquanto eficaz, não parece à primeira vista mais do que um exercício arbitrário de crueldade. Até que ponto as menções analísticas não seriam uma explicação *a posteriori*, ou, o que é ainda pior, um recurso literário para retratar o rei inglês como vilão? Após a invasão, Cathal foi obrigado a entregar outro filho, Toirrdelbach, que morreu em cativeiro³⁵¹. Seán Duffy conclui do episódio que “sua sabedoria” fora “bem fundamentada”, mas tal julgamento é insatisfatório, pois implica em um raciocínio *ex post facto*.³⁵²

A incerteza de Cathal pode ser modelada construindo jogos diferentes para os diferentes cenários dentro de seu horizonte de expectativa. (Fig. 22). O jogo 1a representa um cenário de ambivalência, em que João tenha preferências idênticas quanto às suas estratégias. 1b, por sua vez, representa um João colaborativo, e 1c um João traiçoeiro, que ordena a captura de Áed acima do cumprimento do acordo.

1a

<u>3,4</u>	2,3
3,1	1,2

1b

<u>4,4</u>	2,3
3,1	1,2

1c

3,4	2,3
4,1	1,2

(*payoff* de João, *payoff* de Cathal)

503) Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p.338. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100004/index.html>> (Acesso em 23/03/2016)

³⁵¹ “Do-rónsat síth etorra; & issí síth do ronsat, .i. Toirrdhelbhach mac Cathail Croibh Derc, & mac degh dhuine eli do Connachtuibh, do tabairt i laimh in ghaill espuic.” *ANALIS DE LOCH CÉ*, 1210. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590** (...) v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 244 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015); “Terlagh mc Cahall Croudearg o’Connor, the King of Connaughts sonn, died in restraint with the Englishmen.” *Anais de Clonmacnoise*, 1213. MURPHY, D. (Ed.) **The Annals of Clonmacnoise Being Annals of Ireland from the Earliest Period to A.D. 1408**. Dublin: University Press, 1896, p. 227

³⁵² DUFFY, S. King John’s Expedition to Ireland, 1210: The Evidence Reconsidered. **Irish Historical Studies**, v.30. n.117, 1996, p.17

Em 1a e 1b, a cooperação mútua é um cenário estável. *Manter* é uma estratégia fracamente dominante para João no primeiro caso e estritamente dominante no segundo. 1c, em contrapartida, não apresenta um equilíbrio de estratégia pura.³⁵³ Nestas circunstâncias – e apenas nestas – o rei de Connacht teria motivos para escolher *romper*, a despeito da aparente benevolência de João. Para que Cathal optasse pela defecção, portanto, é necessário que tivesse algum motivo para crer que estivesse jogando 1c, e não 1a ou 1b.

Duas evidências apontam a este sentido. A primeira concerne a reputação do monarca inglês. João foi um rei particularmente truculento, e em 1210 já contava com um numeroso histórico de prisioneiros desaparecidos, executados ou deixados para morrer. As vítimas incluíam seu próprio sobrinho, Artur de Bretanha, e duas filhas do rei Guilherme da Escócia, já prometidas em casamento e deixadas nas masmorras por tempo suficiente para que o interesse em seus matrimônios se dissipasse. Muitos de seus súditos ingleses manifestaram uma cautela que soaria familiar a Cathal. Em 1205, a esposa de Guilherme Marechal, Isabella, admoestou o marido publicamente contra ceder seu filho como refém ao rei. Em 1208, Maud de Briouze – que, mais tarde, morreria de fome junto aos próprios filhos no calabouço de João – disse que não lhe daria reféns, pois não confiaria a vida seu filho em um homem que assassinara seu próprio sobrinho.³⁵⁴ A despeito do que sugere o hibernocentrismo dos anais, a Irlanda de 1210 era uma região púrvia à comunicação advinda tanto da Inglaterra quanto do Continente. É plausível, portanto, que Cathal tenha entrado em contato com estes rumores, seja na campanha contra os de Lacy, seja a partir de seu clã e esposa, na reunião descrita pelos Anais de Loch Cé.

A segunda evidência vem de desdobramentos na própria Irlanda. Especificamente, as negociações de João com os dois outros reis nativos com quem se encontrou na viagem: Donnchad Cairprech Ó Briain, de Thomond e Áed Meith Ó Neill de Cénel Eóghain.

³⁵³ Ele apresenta, no entanto, um equilíbrio de estratégia mista. Estratégias mistas acontecem quando atores, em uma série de iterações do mesmo jogo, decidem alternar suas estratégias jogo após jogo, de maneira a assegurar uma medida de aleatoriedade – e, subsequentemente, imprevisibilidade. Este tipo de equilíbrio, entretanto, diz respeito a perfis de estratégia em jogos repetidos, e de nada nos elucida na circunstância de um jogo único e inédito, como o jogo de apoio de 1210.

³⁵⁴ Vide DUFFY, S. King John's Expedition to Ireland, 1210: The Evidence Reconsidered. **Irish Historical Studies**, v.30. n.117, 1996, pp. 17-18 e fontes lá citadas.

Ao que tudo indica, Ó Briain parece ter recebido uma proposta não muito diferente daquela negociada com Ó Conchobhair entre 1204 e 1205. O Livro de Mac Carthaigh reporta que João o adubou cavaleiro, lhe cedeu Carrigogunnell (parte das terras tradicionalmente ocupadas pelo clã) sob uma renda anual de 60 marcos e libertou seu irmão Muirchertach Finn.³⁵⁵ Séan Duffy acredita que o arranjo, tal como aquele efetuado com Cathal, reconhecia Ó Briain como um barão – na prática, aceitando sua autoridade como um “rei” subordinado em tudo menos o nome.³⁵⁶ Seu argumento advém da escolha léxica do analista: a palavra utilizada para designar o estatuto de Ó Briain diante de Carrigogunnell é *tigherna*, equivalente ao latim *dominus*, mesmo termo utilizado para designar a posição de João como “senhor dos estrangeiros da Irlanda” (*tigearna Gall Eireann*).³⁵⁷ Um diploma de 1215 menciona cinco *vills* – unidades de terra – e duas ilhas que o arcebispo de Cashel teria recebido de Ó Briain (*quas habet de dono Doncdhad Karbregh Obren*) advindas das terras cedidas ao último pelo rei (*de feudo quod de nobis tenuit*).³⁵⁸ É plausível, portanto, supor que o acordo se efetivou. Da parte de Ó Briain,

³⁵⁵ “*Seagan, ri Saxan, tigearna Gall Eireann, Diuic na h-Ormointi & Equitainia, Iarla Indigabia, do teacht coblac mor go Port Lairgi. Donnchadh Cairbreach h- Briain do teacht cuigi & e-sin do deanum ridiri de & do tabhairt Carig O Cinneall guna tigearnus do, & tri fichid marg do cis gaca bliadhna, & Muircheartach mac Domnaill Moir I Briain do legin amac. Catal Croidhdearg O Concubuir, ri Connacht, do teacht sluaigh mora cuigi da anorughadh; & dul do as sin go Baile Atha Cliath & Baltair do Lasaighi d[apos] Jinnarbadh a h-Erinn.*” Livro de Mac Carthaigh, 1210. Ó HINNSE, S. (Ed e Trad.). **Miscellaneous Irish Annals (A.D. 1114-1437)**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1947 p. 86. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/G100013/index.html>> (Acesso em 23/03/2016)

³⁵⁶ DUFFY, S. King John’s Expedition to Ireland, 1210: The Evidence Reconsidered. **Irish Historical Studies**, v.30. n.117, 1996, p. 15

³⁵⁷ “*Seagan, ri Saxan, tigearna Gall Eireann, Diuic na h-Ormointi & Equitainia, Iarla Indigabia, do teacht coblac mor go Port Lairgi. Donnchadh Cairbreach h- Briain do teacht cuigi & e-sin do deanum ridiri de & do tabhairt Carig O Cinneall guna tigearnus do, & tri fichid marg do cis gaca bliadhna, & Muircheartach mac Domnaill Moir I Briain do legin amac. Catal Croidhdearg O Concubuir, ri Connacht, do teacht sluaigh mora cuigi da anorughadh; & dul do as sin go Baile Atha Cliath & Baltair do Lasaighi d[apos] Jinnarbadh a h-Erinn.*” Livro de Mac Carthaigh, 1210. Ó HINNSE, S. (Ed e Trad.). **Miscellaneous Irish Annals (A.D. 1114-1437)**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1947 p. 86. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/G100013/index.html>> (Acesso em 23/03/2016)

³⁵⁸ “*J. Dei gratia Rex Angliae etc. Sciatis nos intuitu Dei, et per salute anime nostre, et antecessorum et successorum nostrorum, confirmasse, Deo et ecclesie Patricii Cassellis, et D. Casselense archiepiscopo et successoribus suis, inperpetuum, quinque villas in Tuadmonia, quas habet de dono Doncdhad Karbregh Obren de feudo quod de nobis tenuit, scilicet, villam de Dunmugyda Inver cum omnibus pertinenciis suis, et villam de Clochon Sualcayn cum pertinenciis suis, et villam de Fumaneyr Idulculchy cum pertinenciis suis, et villam de Tomrach cum omnibus pertinenciis suis, et villam Fumanes Ydoonmall cum omnibus pertinenciis suis, et omnia beneficia ecclesiastica earundem villarum, cum pertinenciis et nativi earum, et duas insulas in mari, scilicet, Iniskereth et Inismatail, quas habet de dono ejusdem Dunckad Karbregh Obren. Quare volumus et firmiter praecipimus quod praedicta ecclesia Sancti Patricii Cassellis et D. Cassellis archiepiscopo, et successores suis, habeant et teneant inperpetuum omnia supraedicta bene et in pace, libere et quiete, cum omnibus ad ea pertinentibus, sicut praedictum est, et sicut carta praedicti Dunckad Karbregh Obren quam inde rationabiliter testantur. Testibus, domino H. Dublinensi archiepiscopo, H. de Burgo justiciario nostro Angliae, Galfrido Luterell, Anfridus de Den, Ricardo de Burgo, Baldewino de Hantreford, Ricardo filius Elye. Datum per manum magistri Ricardi de Marisco*

suas várias menções nas campanhas dos ingleses – incluindo a própria invasão de Connacht já citada – indica que cumprira seu lado do arranjo.

A colaboração com Ó Neill, por sua vez, não teve o mesmo sucesso. Para alguns, o desenlace se deve ao fato das preferências de Áed Meith terem sido diferentes. A *Histoire* dos de Bethune que João Ihe ofereceu tornar-se um vassalo em troca de um pagamento de tributo anual por sua terra (*que il ses hom devenist et que cascun an li rendist tréhu de sa tierre*).³⁵⁹ Séan Duffy toma essa descrição como evidência de que a proposta que recebera fora inferior àquela recebida por Ó Briain e Ó Conchobhair. Enquanto que os últimos tornar-se-iam senhores de suas terras (ou, ao menos, de parte delas), Ó Neill teria sua autoridade reconhecida apenas enquanto pagasse tributo.³⁶⁰ Embora é verdade que a *Histoire* não iguala o estatuto do rei irlandês ao de um barão ou um senhor (ao contrário dos fontes concernentes a Ó Briain e Ó Conchobhair), esta frase única da crônica dos de Bethune não constitui evidência exaustiva do contrário.

Outro argumento similar foi feito por Emmet O'Byrne.³⁶¹ Para ele, toda a suposta negociação de Áed Meith Ó Neill com João não passou de um truque para fazê-lo baixar a guarda e permitir que saqueasse seus suprimentos. A hipótese tem sua origem na leitura de outro trecho da *Historie*. Segundo ela, Ó Neill não apenas declinou os termos de João, mas o fez pagar caro pela sua ingenuidade:

No dia seguinte, de manhã cedo, o rei de Cenel Eóghain atacou os forrageadores e aqueles que cuidavam dos suprimentos para as tropas, e roubaram uma grande quantidade de bois, vacas, carneiros, ovelhas e cavalos de montaria e de tração. Ele tomou um grande número de escudeiros, serviçais e vilões e foi para as montanhas, onde estava à salvo das tropas. Então ele mandou uma mensagem ao rei João dizendo para enviar seus homens até lá para coletar seu tributo, se ele quisesse.

cancellarii nostri, apud Dover, vj die Septembris, anno regni nostri septimo decimo.” Charter Roll 17 John m. 3. DUFFUS HARDY, T. (Ed.) *Rotuli Litterarum Chartarum in Turri Londinensi Asservati*, v.1 par. 1, Londres, 1837, p. 219a

³⁵⁹ “*Li rois de Kanelyon, quant il vit venir le roi d’Engleterre, il ala rencontre lui tout à pié o toute une partie de as gent. Quant li rois Jehans le vit venir, il descendi à pié et l’ala saluer et baisier, et moult li fist biel samblant. Puis fist venir son drughemant, et li fist requerre que il ses hom devenist et que cascun an li rendist tréhu de sa tierre*” *Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre*. MICHEL, F. (Ed.) *Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre*. Paris: Societé de l’Histoire de France, 1840, p.113

³⁶⁰ DUFFY, S. King John’s Expedition to Ireland, 1210: The Evidence Reconsidered. *Irish Historical Studies*, v.30. n.117, 1996, p. 16

³⁶¹ O’BYRNE, E. *War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606*. Dublin: Four Courts, 2003, p. 46
nota 54

E assim o rei João perdeu o serviço do rei devido à sua ganância, da qual ele estava cheio.³⁶²

O autor da *Historie* parece acreditar que Ó Neill se ultrajou à perspectiva de pagar tributos, mas esta explicação é contradita pelo *pipe roll* de 1211-1212, que mostra que Ó Neill de fato os pagou algum tempo depois.³⁶³ Isto por si só não é uma surpresa. Como visto anteriormente, tal pagamento era comum entre aristocratas irlandeses e não teria soado como uma demanda extraordinária. A hipótese de O'Byrne, de que Ó Neill teria deliberadamente fingido interesse para ludibriar João, é ainda mais inverificável. Embora seja possível ler as manobras do chefe gaélico como um exercício de má fé, tal julgamento não passa de especulação. O fato da defecção de Áed Meith ter resultado em ganhos – supondo, em generosidade argumentativa, que a *Historie* esteja correta – não prova que esta defecção foi premeditada, ou mesmo a primeira opção do rei irlandês.

O modelo do jogo de apoio pode ser empregado para visualizar essa nuance. (Fig. 23) Entre os casos abaixo, 2a a 2c são idênticos aos jogos de Cathal. 2d a 2f representam um Ó Neill indiferente, com preferências idênticas à cooperação ou defecção desde que João coopere. 2g a 2h correspondem a cenários, condizentes à hipótese de O'Byrne, em que Ó Neill prefere a defecção unilateral.

³⁶² “Lendemain bien par matin li rois de Kenelion courut seure les fourierset cels qui apportoient le vitaille à l’ost, si reuba grant plenté de bués et de vaces et de moutons et de brebis et de paléfrois et de roncis. Si prist grant masse d’escuiers et de garçons et de villains, si ala à tout ès montaignes, ù il estoit gardé de cels de l’ost. Puis manda au roi Jehan que il là li envoiast por son tréu, se biel li estoit. Si faitement perdi li rois Jehans le service de cel roi par sa couvoitise, dont plains estoit.” *Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre*. MICHEL, F. (Ed.) **Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre**. Paris: Societé de l’Histoire de France, 1840, p. 114

³⁶³ “Et de cciiijxx.xiij vaccis de fine Onel de quibus senescallus respondit de cclxxij vaccis in compoto rotuli tertii decimi in termino Pasche venditis pro xlv li. vj s. viij d.” *Pipe Roll 14 John*. DAVIES, O.; QUINN, D.B. *The Irish Pipe Roll of 14 John, 1211-1212*. **Ulster Journal of Achaeology**. 3a série, v. 4, suplemento: *The Irish Pipe Roll of 14 John, 1211-1212*, 1941, p. 36

2a	<table><tr><td><u>3,4</u></td><td>2,3</td></tr><tr><td>3,1</td><td>1,2</td></tr></table>	<u>3,4</u>	2,3	3,1	1,2	2b	<table><tr><td><u>4,4</u></td><td>2,3</td></tr><tr><td>3,1</td><td>1,2</td></tr></table>	<u>4,4</u>	2,3	3,1	1,2	2c	<table><tr><td>3,4</td><td>2,3</td></tr><tr><td>4,1</td><td>1,2</td></tr></table>	3,4	2,3	4,1	1,2
<u>3,4</u>	2,3																
3,1	1,2																
<u>4,4</u>	2,3																
3,1	1,2																
3,4	2,3																
4,1	1,2																
2d	<table><tr><td><u>3,3</u></td><td><u>2,3</u></td></tr><tr><td>3,1</td><td>1,2</td></tr></table>	<u>3,3</u>	<u>2,3</u>	3,1	1,2	2e	<table><tr><td><u>4,3</u></td><td><u>2,3</u></td></tr><tr><td>3,1</td><td>1,2</td></tr></table>	<u>4,3</u>	<u>2,3</u>	3,1	1,2	2f	<table><tr><td>3,3</td><td><u>2,3</u></td></tr><tr><td>4,1</td><td>1,2</td></tr></table>	3,3	<u>2,3</u>	4,1	1,2
<u>3,3</u>	<u>2,3</u>																
3,1	1,2																
<u>4,3</u>	<u>2,3</u>																
3,1	1,2																
3,3	<u>2,3</u>																
4,1	1,2																
2g	<table><tr><td>4,3</td><td><u>2,4</u></td></tr><tr><td>3,1</td><td>1,2</td></tr></table>	4,3	<u>2,4</u>	3,1	1,2	2h	<table><tr><td>3,3</td><td><u>2,4</u></td></tr><tr><td>3,1</td><td>1,2</td></tr></table>	3,3	<u>2,4</u>	3,1	1,2	2i	<table><tr><td>3,3</td><td><u>2,4</u></td></tr><tr><td>4,1</td><td>1,2</td></tr></table>	3,3	<u>2,4</u>	4,1	1,2
4,3	<u>2,4</u>																
3,1	1,2																
3,3	<u>2,4</u>																
3,1	1,2																
3,3	<u>2,4</u>																
4,1	1,2																

(*payoff* de João, *payoff* de Ó Neill)

Equilíbrios Nash sublinhados

Figura 23: Os jogos de Ó Neill em 1210

De fato, se a utilidade de Ó Neill para (*manter*, *romper*) for maior do que para (*manter*, *manter*), a defecção torna-se uma estratégia preferível independente das preferências de João (jogos 2g a 2i). No entanto, Ó Neill pode ser igualmente levado a *romper*:

- 1) Caso acredite estar jogando 2f
- 2) Caso algum fator extra-jogo faça de (*romper*, *manter*) um ponto focal em 2a e 2d
- 3) Caso João tenha comunicado seu intento em cooperar, e o chefe gaélico, julgando seu anúncio um engodo, prefira apostar em seu outro melhor (2d a 2f) ou segundo melhor cenário (2a a 2c) a arriscar uma *volte-face* inesperada.

A última hipótese é particularmente interessante, pois implica que Ó Neill esteve em uma situação similar à enfrentada por Cathal. Muito embora esta suposição dependa

de mais premissas, ela explica mais satisfatoriamente certas informações vislumbradas nas fontes. A primeira advém dos Anais de Inisfallen:

Ó Néill, assim como Ó Conchobhair, submeteram-se ao rei da Inglaterra, mas dois ou três dos nobres dos estrangeiros foram mantidos por seus seguidores como garantia de salvo-conduto. Mensageiros vieram a ele (Ó Néill) à sua casa buscar reféns, e ele disse “Vão embora, estrangeiros! Eu não lhes darei nenhum refém nesse momento!”. Os estrangeiros foram embora, e ele não deu reféns ao rei.³⁶⁴

Segundo o analista, a razão da discórdia foi a relutância de Ó Neill em ceder reféns a João. Mesmo desprovido, ao contrário de Cathal, da ambição de se efetivar como um vassalo da Coroa nos moldes anglo-normandos, Ó Neill, como qualquer chefe irlandês, tinha apreço pela integridade de sua progênie (I). Como visto no capítulo anterior, em um sistema que desconhecia a sucessão por primogenitura, tais subterfúgios de controle dinástico – garantir a integridade e o prestígio de seus membros preferidos e expor membros rivais ao perigo – não eram incomuns. A semelhança das ações do rei de Cenel Eóghain com aquelas de Cathal só é engrandecida ao levarmos em conta o relato das negociações com o primeiro escrito pelo autor da *Histoire*:

[João] fez vir seu intérprete e o fez soliciar [a Áed Meith Ó Neill] que se tornasse seu vassalo e que lhe pagasse tributo anual por suas terras.

O rei de Cenel Eóghain disse que ele discutiria aquilo: ele se retirou junto a seus homens e logo tomou conselho. Então seu intérprete retornou e disse ao rei João: “Meu senhor responde que o que você pede o agrada sobremaneira e que ele deseja muito tornar-se seu vassalo e realizar sua vontade em tudo. No entanto, ele pede a você, como faria a seu senhor, que você permita a ele uma espera e que o perdoe por isso, pois alguns de seus conselheiros ainda estão por chegar. Porém, todos devem vir hoje mais tarde, e amanhã, quando ele tiver discutido isso, ele lhe dará a sua resposta, e lhe fará prontamente sua vontade. O rei João jurou pelos dentes de Deus que o que ele havia falado era bom e de muito bom grado lhe cedeu a espera.”³⁶⁵

³⁶⁴ “Ó Néil do dul i degh rí Sagsan ra cois I Concobairn, & dias nó triúr du mathib na Gall i l-láim a muntirisium ra techt dosum i mlán a tig rí Sagsan. Tech dosom d’íaraid brágdí dá thig, & adubairt-sium: ‘Imtigidsi, a Gullu,’ ar se, ‘& ní tibeórsa brágdí achurs dúbsi idir, a Gullu,’ ar se. Ra imtigedar na Gaill, & ní tucsum brágdí dun rí” Anais de Inisfallen, 1210. MAC AIRT, S. (Ed. E Trad.) **The Annals of Inisfallen (MS. Rawlinson B. 503)** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p.338. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100004/index.html>> (Acesso em 23/03/2016)

³⁶⁵ “Puis fist venir son drughemant, et li fist requerre que il ses hom devenist et que cascun an li rendist tréhu de sa tierre. Li rois de Kanelyon dist que il en parleroit: il se traist d’une part o la gent, et ot moult tost conseil; puis revint arriere ses drughemans et dist au roi Jehan: “Sire, me sires respont que il li plaist moult chou que vous li avés requis, et moult desirans est d’estre vostre hom et de faire vostre volenté dou tout; mais il vous prie comme à son segnor que vous anuit mais l’em donnés respit; car ses consaus

Tal como Cathal, Áed Meith decide buscar o conselho de seu clã antes de se submeter ao rei inglês e tal como Cathal sua ação final contraria a aparente afabilidade do primeiro encontro. O recurso de um chefe irlandês à opinião da família e de seus homens próximos, por si só, não é extraordinário,³⁶⁶ e o episódio de Ó Neill sugere que sua conferência trouxe à tona a questão da truculência de João e sua conduta frente aos reféns. Dada o próprio motivo da expedição real à Irlanda, talvez fosse inevitável que sua reputação se espalhasse. João cruzara o mar para caçar vassalos foragidos, uma das quais, Maud de Briouze, se recusara a lhe oferecer reféns por acreditar que os executaria.³⁶⁷ Posto que a própria Maud pôde ter sido entregue a João em Carrickfergus – ou assim o autor da *Histoire* sugere³⁶⁸ – é quase inevitável que os rumores chegassem aos ouvidos de Ó Neill.

A defecção de Áed Meith nos permite colocar as ações de Cathal em um outro contexto. No momento de seu conselho precedente à convocação real, Cathal tinha ao seu favor não apenas a informação de que João era truculento com os reféns de seus vassalos, como o dado de que outro rei irlandês se recusara à colaborar por pressentimento de que o monarca inglês agisse da mesma forma em relação a ele. Por mais que os anais, *a posteriori*, tentem interpretar sua defecção como um erro precipitado, é evidente que Cathal dispunha de motivos convincentes para acreditar que João estivesse predisposto a escolher *romper*.

O acordo do rei inglês com Donnchad Cairprech Ó Briain – o único a ter sido efetivado – surge aqui como um “controle” interessante. Não só não temos menção de

*n'est encore pas tous venus, qui doit encore anuit toz venir; et demain, quant il em aura parlé, vous en respondera, et fera moult volontiers toute vostre volenté.” Li rois Jehans jura les dens Diu que il disoit bien, et moult volontiers li donna le respit” Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre MICHEL, F. (Ed.) **Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre**. Paris: Societé de l’Histoire de France, 1840, pp. 113-14*

³⁶⁶ Reis irlandeses frequentemente recorriam ao *airecht*, anglicizado como “eraght”, uma assembleia composta por nobres do clã, ou de diferentes clãs, em casos de contendas externas. Tal como no exemplo de Cathal em 1210, tais deliberações podiam incluir a rainha, a qual ocupava posição análoga ao do *tánaiste*, o “segundo homem do rei”. SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000, pp. 53, 64-72

³⁶⁷ DUFFY, S. King John’s Expedition to Ireland, 1210: The Evidence Reconsidered. **Irish Historical Studies**, v.30. n.117, 1996, pp. 17-18

³⁶⁸ “Hues de Lachi et Mehaus de Bayouse et Guillaumes ses fils avoient esté dedens; mais quant il oirent parler de la venue le roi, il ne l’oserent pas attendre, ains entreurent em mer et s’em fuirent en l’ille de Man, ù il furent .iiij. jors; puis passerent outre en la tierre de Gauvoie. Là furent pris entre Mehaut de Brayouse et Guillaume sen fil; si furent [renvoié] arriere en Yrlande au roi Jehan qui estoit sires, qui encore seoit devant le castiel de Cracfergu” Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre. MICHEL, F. (Ed.) **Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre**. Paris: Societé de l’Histoire de France, 1840, pp. 112-13

uma demanda por reféns percebida como ultrajante, como João chegou mesmo a libertar seu irmão e rival dinástico Muirchertach Finn, preso, segundo os Anais de Clonmacnoise e dos Quatro Mestres, pelos ingleses em 1208 a mando do próprio Donnchad.³⁶⁹ Pouca informação existe sobre este acordo, mas o próprio Muirchertach aparentemente acompanhou as forças reais na campanha, pois recebeu um pagamento de 10 marcos em Ulster.³⁷⁰ É possível que sua libertação tenha convencido Donnchad de seu intento de cooperar, ou ainda que, como rival dinástico, Muirchertach tivesse menos valor ao rei de Thomond do que Áed para Cathal. Não obstante, o acordo com Ó Briain carrega outra distinção fundamental. O Livro de Mac Carthaigh menciona que Donnchad encontrou João diretamente em Waterford, logo após a sua chegada.³⁷¹ Os anais tampouco mencionam um pedido de espera para deliberação, como no caso dos outros reis. Se o relato proceder, ele fortalece ainda mais o vínculo causal entre o fracasso das negociações em Ulster e a subsequente defecção do chefe de Connacht. Sem o precedente de Ó Néill para abalar sua confiança nem o conselho de seu clã para dissuadi-lo, Ó Briain se encontrava em uma atitude muito mais propensa a esperar o melhor cenário de João.

2. A Defecção de Áed mac Cathal Ó Conchobhair, 1226

³⁶⁹ “Muircertach mac Domhnaill Ui Bhriain ticcerna Tuadmhumhan do ghabháil lá Gallaibh Luimnigh tor sarúhcadh trí n-epscopt tre fhoráil Dhonnchaidh Chairbhrigh a derbrathar fein.” Anais dos Quatro Mestres, 1208. O'DONOVAN, J. (Ed.) **Annála Rioghachta Éireann. Annals of the Kingdom of Ireland by the Four Masters, from the earliest period to the year 1616. Edited from MSS in the Library of the Royal Irish Academy and of Trinity College Dublin with a translation and copious notes.** Dublin: Royal Irish Academy, 1848-51, p/ 160 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/G100005C/index.html> > (Acesso em 24/04/2016); “Mortagh o'Donnell o'Bryen prince of Thomond was taken by the Englishmen of Limerick against the wills of 3 Bussshops by the procurement of his owne brother Donnogh Carbreagh mcDonnell o'Bryan” Anais de Clonmacnoise, 1207. MURPHY, D. (Ed.) **The Annals of Clonmacnoise Being Annals of Ireland from the Earliest Period to A.D. 1408.** Dublin: University Press, 1896, pp. 222-23

³⁷⁰ “Dies Lunae in crastino Transacionis Sancti Benedicti apud Castellum Jordani de Sakeuvillo, Mariadac Regi Limeric de prestito x. marcas per Guarino filio Geroldi.” Praestita Roll 12 John m.6 In: DUFFUS HARDY, T. **Rotuli de Liberate ac de Misis et Paestitis, Regnante Johanne.** Londres: 1844 p.196

³⁷¹ “Seagan, ri Saxan, tigearna Gall Eireann, Diuic na h-Ormointi & Equitainia, Iarla Indigabia, do teacht coblac mor go Port Lairgi. Donnchadh Cairbreach h- Briain do teacht cuigi & e-sin do deanum ridiri de & do tabhairt Carig O Cinneall guna tigearnus do, & tri fichid marg do cis gaca bliadhna, & Muircheartach mac Domnaill Moir I Briain do legin amac. Catal Croidhdearg O Concubuir, ri Connacht, do teacht sluaigh mora cuigi da anorughadh; & dul do as sin go Baile Atha Cliath & Baltair do Lasaighi d[apos] jinnarbadh a h-Erinn.” Ó HINNSE, S. (Ed e Trad.). **Miscellaneous Irish Annals (A.D. 1114-1437).** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1947 p. 86. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/G100013/index.html> > (Acesso em 23/03/2016)

A despeito da conclusão decepcionante das negociações em 1210, as relações entre Connacht e a Coroa inglesa mantiveram-se colaborativas, ao menos até o fim do reinado de Cathal Crobhderg, em 1224. Devido à minoridade do então monarca Henrique III, Cathal não conseguiu obter um diploma das terras de Connacht para seu filho, como intentara desde ao menos a visita real. Segundo os protocolos da administração inglesa, governos de regência não podiam fazer cessões permanentes de terra. A Coroa chegou a fazer concessões a Áed em documento expedido *during pleasure*, expressão jurídica que denota ordens não carimbadas pelo Grande Selo.³⁷² A despeito da aparente demonstração de boa vontade, tal sinal não imbuíu Áed das garantias que seu pai desejava, tampouco dissuadiu as tentativas dos de Burgh de reivindicar para si as terras de Connacht.

Em 1226, três anos após suceder o pai, Áed mac Cathal teve suas terras revogadas. A ordem, assinada pelo *justiciar* da Inglaterra, Humberto de Burgh, alegava um descumprimento dos termos de seu vínculo com a Coroa, em decorrência do qual a concessão deveria ser anulada. Áed respondeu com violência e acabou assassinado, seu reino cedido a seu rival dinástico, Áed mac Ruaidhri Ó Conchobair. Não obstante, o envolvimento dos de Burgh em Connacht – e sua rivalidade com seus reis nativos – data das primeiras décadas do Senhorio. Não parece coincidência, ademais, que o sobrinho de Humberto, Ricardo de Burgh, tenha sido o grande favorecido do câmbio de lealdades, chegando a ocupar o posto de *justiciar* da Irlanda após a morte de Áed mac Cathal.

O rompimento acarretou em mudanças significativas na relação entre a Coroa e líderes irlandeses, e não deve ser tratado como mera efeméride. No entanto, especular sobre qual dos atores teria agido primeiro, ou até que ponto as ações da Coroa teriam sido justificadas – se nada mais, em relação às suas próprias garantias – é perseguir um falso problema. Como se verá abaixo, tanto as fontes inglesas quanto as irlandesas não hesitam em retratar seus lados como injustiçados e em atribuir ao oponente o intento traiçoeiro. Não obstante, o episódio é uma oportunidade valiosa para analisar o processo de tomada de decisão da Coroa e de um chefe gaélico em uma conjuntura de informação limitada e especulação. Quão repentino foi o rompimento de 1226, e quão cientes de sua iminência

³⁷² “*Mandatus est Justiciarius Hiberniae quod sine dilatione plenam saisinam habere faciat O. filium Regis Coinnaciae de terris de Obrun de Conmacny et de Caled quas Willus de Lascy inimicus domini Regi tenuit in Hiberniae ad se sustentandum in servicio nostro quamdiu etc. T. me ipso apud Walingenford*”, xiiij die Junii.” Close Roll 8 Henry III, m. 3 In: DUFFUS HARDY, T. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p. 604b; Vide PERROS, H. Crossing the Shannon Frontier: Connacht and the Anglo-Normans, 1170-1224. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p.134

– e dos fatores que levariam a ela – se encontraram os atores envolvidos? Um olhar aprofundado sobre suas utilidades pode trazer a resposta.

2.1 O jogo de apoio em 1226

Traduzindo as utilidades de Áed mac Cathal e da Coroa a um jogo e atribuindo-lhe utilidades ordinais, o rompimento das relações entre Connacht e a Coroa pode ser visto na Fig. 24:

		Áed	
		Manter	Romper
Coroa	Manter	0,3 <i>Áed mantém terras com apoio real inglês</i>	1,2 <i>Áed mantém terras, porém desonra a aliança</i>
	Romper	3,0 <i>Áed honra a aliança, porém a Coroa lhe retira o apoio</i>	<u>2,1</u> <i>Áed desonra a aliança e a Coroa lhe retira o apoio.</i>

(*payoff* de Áed, *payoff* da Coroa)

3= melhor cenário; 2= segundo melhor cenário; 1= segundo pior cenário; 0= pior cenário.

Equilíbrio Nash sublinhado

Figura 24: Jogo 3. Áed e a Coroa Inglesa em 1226

Para Áed, a (*manter, manter*) e (*romper, manter*) são, respectivamente, o melhor e o pior cenários, se nada mais pela dimensão do risco que julgava correr e pela sua dependência na manutenção do *statu quo*. Desde as invasões de de Burgh e de Lacy em

1204, V_i e V_g nunca haviam se mostrado tão presentes, e P , por consequência, tão importante. A morte de seu pai, Cathal Crobhderg, em 1224 ergueu uma atmosfera de insegurança. O respaldo da Coroa ao seu reinado era uma necessidade imprescindível. Logo após assumir o poder, dois filhos de Ruaidhri Ó Conchobhair, Áed e Toirrdelbach, se alçaram para depô-lo. O levante, cuja descrição é uma das mais extensas nos anais, foi dissipado mediante a intervenção militar de ingleses liderados pelo *justiciar*.³⁷³ A defecção é para Áed um cenário preferível à rendição perante a Coroa (*romper, manter*), mas sua capacidade de dissuadir um ator inglês por meio do conflito era limitada. F era minada pela falta de reconhecimento dentro de seu clã. Não apenas seus rivais mais próximos, mas também clãs menores, sujeitos à autoridade dos Uí Conchobhair, tenderiam muito mais – como o haviam feito em outros contextos de instabilidade – a se aliarem aos estrangeiros. No que concerne a C_i e C_g , o vigor da política de encastelamento – e subsequente ocupação anglo-normanda – tornava os custos da abertura de hostilidades substancialmente maiores para Áed do que para a Coroa. O filho de Cathal, neste sentido, sofria as consequências da aposta de seu pai. Perros chama a atenção para o fato de que dois dos *cantreds* entregues pelo antigo rei à Coroa situavam-se a oeste do rio Shannon, tradicional fronteira – e obstáculo defensivo – do reino de Connacht.³⁷⁴ A desconsideração com o que fora outrora a principal linha de defesa da província sugere uma descrença para com a capacidade dos chefes de Connacht de se salvaguardarem sem apoio estrangeiro. Apoio este com que, em um episódio de defecção da Coroa, não só não poderiam contar, como o testemunhariam voltado contra eles. A posição de vantagem de que Cathal usufruía quando realizou suas incursões às terras ingleses nos anos 1190 não era mais um privilégio com o qual Áed poderia contar. A preocupação dos ingleses faria de R um fator substantivo de dissuasão, mas nesse caso sua importância havia sido dilapidada pelos conflitos com seus rivais dinásticos.

O reino de Áed já estava, afinal, arrasado pela guerra e suas consequências diretas. A devastação durante o levante de 1225 é descrita pelos anais de maneira bastante enfática:

(...)Eles [filhos de Muirchertach e de Tighernan, dois inimigos de Áed mac Cathal] fizeram a paz pelo bem de suas vacas e de seus povos e foram para a casa de Áed, filho de Cathal Crobhderg sob a garantia de Donnchadh Cairprech [Ó Briain] e dos chefes dos estrangeiros. Essa foi

³⁷³ O episódio será discutido em detalhes abaixo.

³⁷⁴ PERROS, H. Crossing the Shannon Frontier: Connacht and the Anglo-Normans, 1170-1224. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p.132

uma tranquilidade necessária, pois não havia uma única igreja ou território em Connacht naquele dia que não houvesse sido destruído.

Depois das pilhagens e depois das mortes das vacas e dos povos do país e da exposição de todos ao frio e à fome, uma grande peste prevaleceu em todo a região— a saber, uma espécie de febre pela qual as cidades haviam ficado vazias, sem um único homem vivo remanescente nelas; e alguns se recuperariam dessa peste, mas eles foram poucos.³⁷⁵

Para a Coroa, em contrapartida, (*romper, manter*) é o melhor cenário, e (*manter,manter*), o pior. Com a já mencionada minoridade de Henrique III, Humberto de Burgh, na competência de *justiciar* da Inglaterra, usufruía de poder sem precedentes para avançar os interesses de sua família. As ambições dos de Burgh para com Connacht mantiveram-se uma constante desde a outorga especulativa a Guilherme de Burgh, no final do século XII. Como foi discutido no início do Capítulo 3, supõe-se que Guilherme tenha recebido um diploma de terras em algum momento após 1193. Um diploma sigiloso e autoexcludente ao de Cathal foi cedido a seu filho, Ricardo, em 1215.³⁷⁶ Em 1219, uma carta fechada do rei ao *justiciar* revela que Ricardo fez outra proposta pelas terras de Connacht.³⁷⁷ Já em 1224, a Coroa parece utilizar a rivalidade com os de Burgh para

³⁷⁵ “*Tainic roime anúas gu Cill Medhoin, & gu Magh n-Eo, andiaidh meic Muircertuigh & Tigernain, & do ronsad síth dar cenn a m-bó & a muinntire, & do cuatar a tech Oedha mic Cathail Croib Derg ar slanaighect Donnchada Cairbrigh & maithi na n-Gall. Is cumsanadh rangus a leas sin, uair ni raibhe ceall na tuaith gan mhilled in la sin a Connachtuibh. Iar nairgnib, & iar marbad bo in tire & a daoine, & ar cur caich uile re fúacht & re gorta, do fás teidm mor galuir isin tir uile, .i. cenel teascha tréasa b-folmhuigthe na bailedha gan duine beo d' facbail inntibh, & do ernatis araile don teidm sin, & ba úathad.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1225. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 288 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³⁷⁶ “*J. Die gratia etc. Sciatis nos dedisse, et concedisse, et hac praesenti carta nostra confirmasse, Ricardo de Burgo, per homagio et servicio suo, totam terram Connaciae cum pertinenciis suis qua W. per suos de nobis tenuit, habendam et tenendam sibi et heredibus suis de nobis et heredibus nostris, reddendo inde ipse et heredes sui nobis et heredibus nostris trescentas marcas per annum .s. ad festam Sancti Michaelis C. et L. marcas, et ad Paschalam proximam sequentes CL marcas per omni servicio, salvo nobis et heredibus nostris castello de Adlon, cum cantreda in quo situs est, et salvo G. de Costentis cantreda quod dedimus ei in excambium per cantreda in quo situs; castrum nostrum de Adlon, ita tamen quod dictis G. et heredes sui faciant praedicto Ricardo et heredibus suis homagium et debita servicia quo pertinent ad dictum cantredum, salvo nobis et heredibus nostris donationibus crociarum ejusdem terre Connaciae. Quare volumus et firmiter praecipimus quod dictis R. et heredes sui habeant et teneant dictam terram Connaciae, cum omnibus pertinenciis suis, in perpetuum, de nobis et heredibus nostris, bene et in pace, liberte e quiete, integre et plenarie, cum omnibus libertatibus et liberis consuetudinibus ad dictam terram spectantibus, per praedictis trescentas marcas nobis et heredibus nostris reddendum, sicut praedictus est. T. domino H. Dublinensi archiepiscopo, P. Winton’, W. Wigorn’, W. Coventr’, episcopis, H. de Burgo justiciario nostro Angliae, Willio de Cyrton’, Archembaudo Flemengo, Johane Russello. Data per manu magistri Ricardi de Marisco cancellarii nostri, apud Dovorum, xiiij die Septembris, anno regni nostri septimo decimo.*” *Charter Roll 17 John m.3, In: DUFFUS HARDY, T. (Ed.) Rotuli Chartarum in Turri Londinensi Asservati*, v.1 p.1. Londres: 1837, pp.218b-219a

³⁷⁷ “*Rex G. de Marisco Justiciario etc. Sciatis quod d. et f. n. Ricardus de Burgo obtulit nobis per terra de Connaciae quam clamat tamquam jus suum tres cantredas ad incremedum duorum cantredas quos habemus in Connacia, et preterea mille marcas de pecunia sua vel ducentas marcas de cremento redditus*

aumentar o valor anual pago por Cathal.³⁷⁸ Os descendentes de Guilherme apresentavam não apenas um risco de invasão estrangeira mas, graças à sua influência perante a Coroa, pretensão direta sobre as terras de Áed (T), contra a qual o recém-nomeado rei tinha poucas contramedidas.

O resultado aponta para um cenário de soma zero: o melhor resultado para a Coroa é o pior resultado para Áed; o segundo melhor resultado de um jogador é o segundo pior de outro, e assim por diante. Neste cenário, a defecção mútua é o único cenário de equilíbrio, e *romper* é uma estratégia estritamente dominante para ambos os atores. Em outras palavras, não havia mais razão para qualquer tentativa – ou esperança – de resolução não-conflituosa. Teriam Áed e a Coroa estado cientes das preferências um do outro? Por consequência, teria a revogação se tratado da resignação perante uma

*ejusdem terre annuatim solvendam, et preterea tria millia marcas, vel quod Rex Connaciae habeat medietatem servicii quod ad terram illam pertinet, et quod idem Ricardus habeat alteram medietatem illius terre et faciat nobis alteram medietatem totius servicii pertinentis ad praedictam terram Connaciae, et post obitum ejusdem Regem Connaciae: praedictus Ricardus habeat totam terram praedictam et totum servitium nobis faciat, et perpeter hoc optulit nobis mille librarum sterlingorum. Et ideo vobis mandamus quod habito respectu ad circumstancias tangentes indenpnitatem nostram, et honorem, et commodum nostrum: consulatis vos ita discrete et efficaciter quod in adventu vestro ad nos in Anglia sanum securum et saluum consilium nobis inde inpendere valeatis. T. ut supra.” Close Roll 3 Henry III m.2 In: DUFFUS HARDY, T. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p.401a*

³⁷⁸ *“Rex Justiciario Hyberniae salutem. Memoriterhabetis up credimus pridem nobis ex parte vestra nunciari per G. de Craucumb’ et Ric. de Norwic quod hiis quod vertebantur inter Regem Connaciae et Ricardum de Burgo sermo intervenit hujus modi, quod inde Rex servitium nobis debitum augeret ducentarum marcarum augmento quingentas marcas annuas nobis solvendo una cum quaedam summa pecunie quam scitis nobis ab ipso Rege fuisse oblatam, et dictus R. de Burgo ducentas et quinquaginta marcas de manibus Thome filio Antonii annuatim reciperet in excambium de precepto nostro, ita quod confectam eidem Ricardo cartam a domino J. Rege praemisse nostro super terra Connaciae nobis redderet prefatus R. de Burgo. Q’m vero in tali statu sumus quod nemini quicquam in perpetuitatem concedere possumus, et ipsum R. devotiorem nobis allicere vellimus tam suum quam praemissis sui laudabile memorantes obsequium: a nobis et consilio nostro nuper placuit provideri quod si Rex Connaciae servitium nobis debitum augere velit ducentarum marcarum augmento de voluntate sua absque, perpetuitate salva nobis pecunie summa ab ipso Rege nobis oblata, ita quod inde R. de Burgo ducentas et quinquagintas marcas recipiat de Thoma filio Antonii per annum quamdiu nobis placuerit ad sustentacionem suam et praedicta carta ipsius R. quam habet de terra Connaciae per visum et dispositionem vestram sub custodia certa et segura (quia) in aequa manu relinquatur hoc (fidele meo) quod cum ad annos discretionis matiores prevenerimus: in optione nostra sit an velimus praedictas ducentas et quinquaginta marcas eidem Ricardo in feodum cedere redditu nobis carta praedicta: na resumptis ad opus nostrum predictis ducentis et quinquaginta marcis annuis cartam eandem eidem Ricardo reddere `tunc volumus quod ita fiat.’ Mandamus igitur vobis quod si dictus Rex Connaciae servitium suum nobis augeri concessit ut praedictum est: tunc et cartam praedictam sub salva custodia in aequa manu conmitti, et praedictas ducentas et quinquaginta marcas annuas eidem Ricardo ad sustentacionem suam in servicio nostro quamdiu nobis placuerit habere faciatis in forma praedicta, et si forte servitium suum nobis augeri praedicto modo noluerit praefactus Rex nichilominus tamen omittatis praedictas ducentas et quinquaginta marcas annuas eidem Ricardo ad sustentacionem suam in servicio nostro quamdiu nobis placuerit assignare, et carta praedicta quam inde R. habet de terra Connaciae per (vis...) et disposicionem vestram sub custodia certa et segura quasi in aequa manu relinquatur sicut praedictum est. T. ipso R. apud Westm’, ix die Februarium. Mandatus est eidem Ricardo quod sic mandatum est praefacto Justiciario.” Close Roll 8 Henry III m.12 In: DUFFUS HARDY, T. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p.584*

conjuntura em que a colaboração não mais era possível? Ou teria o efeito de rumores ou esperanças infundadas influenciado suas ações de maior ou maior maneira, tal como no episódio de 1210? Uma análise das acusações levantadas contra ambos os atores poderá elucidar esse ponto.

Tanto os anais irlandeses – narrativas partidárias de Áed – quanto os registros administrativos ingleses – produzidos pela Coroa ou por seus aliados – acusam a parte contrária de ter iniciado as hostilidades. No que tange à Coroa, a ordem de rendição direcionada a Áed menciona a violação do princípio do *nisi quamdiu ipsi regi et heredibus suis bene serviret*, condição, expressa desde o diploma de Cathal Crobhderg, de que sua concessão só seria válida enquanto ele se mantivesse leal ao rei. A acusação, portanto, é de que Áed teria desonrado os termos da aliança, fazendo da revogação uma resposta à altura de sua violação.³⁷⁹ Sobre a natureza e o contexto deste suposto rompimento somos obrigados a especular. Em 1224, os anais descrevem um saque protagonizado pelo chefe irlandês ao castelo de Ard-abhla, o qual ele teria “queimado (...) e matado todos que [ele] encontrou dentro, tanto estrangeiros quanto gaélicos.”³⁸⁰ Entretanto, em uma carta do mesmo ano, o *justiciar* Guilherme Marechal alega ter se reunido com ele, após o qual presumivelmente sua conduta foi revista, uma vez que aparece solicitando – com sucesso – auxílio inglês em uma guerra dinástica no ano seguinte.³⁸¹ Ao todo, trata-se de uma descrição conforme a uma conjuntura de cooperação. Não parece haver indícios no tom

³⁷⁹ “*Hibernia.—Rex eidem, salutem. Mandamus vobis quod summoneri faciatis per bonos summonitores Oethum filium K. quondam regis Connacie quod sit coram vobis in curia nostra ad diem competentem ad reddendum nobis terram Connacie, quam tenet et quam amplius tenere non debet propter forisfactum predicti K. patris sui et suum, cum non habeat warrantiam per cartam domini J. regis patris nostri quam fecit predicto K. patri suo tenendi terram illam de predicto patre nostro et heredibus suis, nisi quamdiu ipsi regi et heredibus suis bene serviret. Et nisi eam, vobis reddiderit, tunc in ipsa curia nostra de forisfacto ipsius patris sui vel suo rei veritatem attingatis, et si attinctum fuerit in eadem curia quod occasione forisfacti patris sui vel ipsius warrantiam non habeat ulterius terram illam tenendi, tunc eam cum pertinenciis suis in manum nostram capiatis et salvo custodiatis donec aliud a nobis mandatum receperitis. In cujus etc. vobis mittimus. Teste me ipso, apud Windlesor, xxx die Junii, anno etc. x. Per ipsum doniinum regem coram venerabili patre H. Dublinensi archiepiscopo, E. Sarresburiensi et J. Batboniensi episcopis, H. de Burgo justiciario Anglie, G. comite Gloucestrie, Waltero de Eidelesford, Nicholao de Verdun, Eogero Waspsail, Galfrido de Costentin, Nicholao le Petit, Willelmo de Wigornia, Adam de Alno, Hugone de Mortuomari, Godefrido de Cravecumbe, Waltero de Evermue, Eicardo de Argentuein, Hugone Dispensario.(...)” Patent Roll 10 Henry III m.4 In: **Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232**. Londres: HMSO, 1903, p. 48.*

³⁸⁰ “*Sluaighedh mór le h-Oedh mac Cathail Croibh Derg co caislen Aird Abla i crich Bréfne, co n-dechatar ar an g-caislen, cur loisceadar, & gur marbadar cach oen fuarutar ann do Gallaib & do Gaoidhealaibh.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1224. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 272 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³⁸¹ “*(...)Barones quidem vestri Hiberniae cum rege Konatie in partibus Mauthiae habuerunt colloquium, adventum nostrum apud Crum audientes, statim ad nos ibidem diverterunt, de adventu nostro, ut credimus, gaudentes. (...)*”. SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, v.1**. Londres: Longman, Green, Longman e Roberts, 1862, p. 500 (274,276)

do relato de que Áed previra uma futura *volte-face* inglesa. Pelo contrário, ainda em 1225, quando o rei de Connacht se viu em apuros, os anais enfatizam a disposição dos estrangeiros para com Áed:

[Áed] se dirigiu aos estrangeiros, e, felizmente para ele, os estrangeiros da Irlanda estavam então em Ath-luain [Athlone], conduzindo uma assembleia, e cada um deles era seu amigo, em função de seu pai e dele mesmo, pois ele e seu pai antes dele eram muito prestativos de estipêndios a eles. Ele trouxe consigo o *justiciar* [Guilherme Marechal] e tantos dos estrangeiros da Irlanda quanto julgou suficiente, e Donnchadh Cairbrech Ó Briain, com seu exército, e Ó Maelechlainn, com seu exército, veio também com ele.³⁸²

A brusquidão do ato da Coroa é ainda mais enfatizada nas descrições analísticas da revogação em si. Aqui, o episódio se revela uma emboscada na qual Áed quase perde a vida:

Uma assembleia foi marcada pelos estrangeiros de Ath-cliaith [Dublin]; e Áed, filho de Cathal Crobhderg, foi convocado diante dela; e ele foi traído naquela assembleia até que Guilherme Marechal, seu amigo, veio com suas forças no meio da assembleia; e eles carregaram-no para fora à força, e os conduziram com segurança até seu próprio país.³⁸³

Os anais tecem o julgamento claro de que a defecção inglesa foi unilateral e inesperada. Mais do que isso, nos termos do modelo, de que o outcome obtido foi (*romper, manter*), e que os subsequentes atos de hostilidade de Áed constituíram uma estratégia de gatilho. Segundo esses relatos, o rei de Connacht compreendeu o real intento da Coroa na embosca de Dublin, e o respondeu de maneira apropriada à sua posição. Em

³⁸² “*Dala, imorro, Aodha mic Cathail Croib Derg, do chuaidh a nucht Gall, & doralá go sodhánach dosumh, uair is ann do batar Gaill Eirend i n-Áth Luain an tan sin, a g-cúirt, & ba cara dosum gach aon díbh tré na athair & treimhid féin, uair ro ba soacmuingech tuarusduil eisimh & a athair reimhe doibh. Tucsamh leis tra an Giuistis & Gaill Erenn, an méd ro ba lor leis díbh, & do eirigh fós leis Donnchadh Cairbrech O Briain co na shochruide, & O Maoilechluinn co na sochrutte. Is annsin do teichsed lucht Mhoighe h-Aei & na Tuatha a Luignibh & at-tír n-Amulghuigh, le a m-búaibh, & ro fagbuit meic Rúaidhri gan t-socraite, gan tinol airechta; & ni raibe na b-farradh acht uathad ridhamnadh & taoisich, & gille ech, & gille fritheolmha.*” *ANALIS DE LOCH CÉ*, 1225. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 274; 276 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

³⁸³ “*Cuirrt do denumh do Gallaib Atha Cliath & Erenn a n-Ath Cliath, & Aodh mac Catail Croib Derg do gairm fuirre, & fell fair forsan cuirrt sin, no go tanaic Uilliam Marusccal, a fer caradraidh fein, cona socraite, ar lar na cúirtte, go rug lais ar éicin esti amach h-é, & ro idhlaic iomlan dia tir fein.*” *Anais de Loch Cé*. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 292 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html/>> (Acesso em 22/06/2015)

algum momento após a mudança de lealdade, os anais narram o rapto do filho do *justiciar* e um ataque contra o castelo de Athlone.³⁸⁴

Salvo a revogação em si e o fato de que Áed eventualmente se ergueu em revolta aberto, essa sequência de eventos não pode ser corroborada. No que tange à suposta embosca da Coroa, não é sequer possível determinar se Guilherme Marechal – responsável por resgatá-lo – realmente estava na Irlanda durante a cilada fatídica. Não devemos, tampouco, excluir a possibilidade de que o relato tenha sido, total ou em parte, modificado *a posteriori* para representar a revogação como um ato traiçoeiro da parte dos ingleses. Thomas Finan ressalta que a “grande estratégia” da qual a produção dos anais fazia parte visava a justamente preservar o controle sobre as terras remanescentes do clã.³⁸⁵ Sob este imperativo, apresentar as ações dos de Burgh como traiçoeiras servia a um propósito retórico bastante eficaz.

As fontes inglesas, por sua vez, apresentam um retrato mais nuançado, tanto das ações da Coroa como daquelas de Áed. Há razão para crer que a simpatia do *justiciar* Guilherme Marechal pelo rei de Connacht fosse conhecida, e que Humberto de Burgh tenha tomado providências para minar seu apoio antes mesmo de uma rebelião declarada. As ordens de revogação das terras de Áed e sua subsequente cessão a Ricardo de Burgh foram expedidas em 30 de junho de 1226.³⁸⁶ Apenas uma semana antes, Marechal fora

³⁸⁴ “*Dala Aeda meic Cathail Crobdeirg asa haithle sin doroinni coinne ac Lathaig Caich Thuathbil re hUilliam Mares mac Sefraid, 7 ni deachaid-sim dar Lathaig innond acht mad uathad do dechduinib .i. Cormac mac Tomaltaig & Diarmaid mac Magnusa & Magnus mac Murchertaig h. Conchobair & Tadc mac Mathgamna h. Cerin & Ruaidri h. Mailbrenainn. Acus tanicc Uilliam Mares ochtur marcach isin coinne arin lathir-sin. Do chuimnig Aed in fell & in mebal doronadh i nAth Cliath fair. Ro erig resiu do torlingseet na Gaill & ro tsin a laim i nUilliam Mares & ro fecrad co beoda feramail he o a muintir in tan-sin & ro gabad Uilliam Mares & Magestir Slemne & Uga Airddin & ro marbad Constapla Atha Luain leis and sin & ro chuir na Gaill-sin dar Lathaig suas, & tanicc-sem & in neoch do bai do Connachtaib ina fochair & ro arcedur in marcad & ro loscedur uili, & ropa gnim sochair do Connachtaib uili sin uair fuair-sim a mac & a ingin acus braigdi Connacht & sith do Chonnachtaib uili da hes.*” ANAIS DE CONNACHT, 1228. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 24 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³⁸⁵ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 160

³⁸⁶ “*Hibernia.—Rex eidem, salutem. Mandamus vobis quod summoneri faciatis per bonos summonitores Oethum filium K. quondam regis Connacie quod sit coram vobis in curia nostra ad diem competentem ad reddendum nobis terram Connacie, quam tenet et quam amplius tenere non debet propter forisfactum predicti K. patris sui et suum, cum non habeat warrantiam per cartam domini J. regis patris nostri quam fecit predicto K. patri suo tenendi terram illam de predicto patre nostro et heredibus suis, nisi quamdiu ipsi regi et beredibus suis bene serviret. Et nisi eam, vobis reddiderit, tune in ipsa curia nostra de forisfacto ipsius patris sui vel suo rei veritatem attingatis, et si attingitum fuerit in eadem curia quod occasione forisfacti patris sui vel ipsius warrantiam non habeat ulterius terram illam tenendi, tune eam cum pertinentiis suis in manum nostram capiatitis et salvo custodiatitis donec aliud a nobis mandatum receperitis. In cujus etc. vobis mittimus. Teste me ipso, apud Windlesor, xxx die Junii, anno etc. x. Per ipsum doniinum regem coram venerabili patre H. Dublinensi archiepiscopo, E. Sarresburiensi et J. Batboniensi episcopis, H. de Burgo justiciario Anglie, G. comite Gloucestrie, Waltero de Eideleford, Nicholao de Verdun, Eogero*

destituído do posto de *justiciar* e da custódia de castelos reais em favor de Godofredo de Marisco.³⁸⁷ Embora seu resgate heróico esteja confinado às fontes gaélicas, sua tomada de partido contra a decisão da Coroa é corroborada por uma carta do novo *justiciar*, Godofredo, logo após sua tomada de posse:

(...) Que vossa (excelência) saiba que, ao chegar em Waterford os magnatas das outras regiões imediatamente compareceram e benevolmente asseguraram que atentariam com fidelidade a vossos mandatos e ordens de todas as formas. Assim, eu me pusera a caminho de Dublin para comunicar vossas ordens e mandatos a todos os vossos fieis na Irlanda quando [descobri], para a minha surpresa, que o *Earl Marshall* [Guilherme Marechal], com a aprovação de Teobaldo Walter e todas as forças de Leinster, se preparara para me (...)

(...) Guilherme [Marechal], junto com o supradito Teobaldo [Walter] e uma força de muitos homens armados, decidira se preparar para bloquear meu caminho.³⁸⁸

Waspail, Galfrido de Costentin, Nicbolao le Petit, Willelnio de Wigornia, • Adam de Alno, Hugone de Mortuomari, Godefrido de Crawecumbe, Waltero de Evermue, Eicardo de Argentuein, Hugone Dispensario.(...) Patent Roll 10 Henry III m.4 In: **Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232**. Londres: HMSO, 1903, p. 48.; “*Hibernia.—Rex G. de Mariscis, justiciario Hibernie, salutem. Mandamus vobis quod ex quo terram Connacie, quam Oethus filius K, quondam regis Connacie tenuit, in manum vestram ceperitis pro forisfacto ipsius regis patris sui vel suo attincto coram vobis in curia nostra, sicut alias precepimus, sine dilatione plenam saisinam liabere facias Ricardo de Burgo de tota predicta terra cum pertinenciis suis, tenenda de nobis per primes v annos a die quo saisinam illam inde receperit, scilicet, singulis predictis . v annis, per trescentas marcas, et post quinque annos illos completes singulis annis per quingentas marcas, reddendas ad Scaccaritim nostrum Dublin, scilicet, ad scaccarium Sancti Michaelis unam medietatem, et ad Scaccariuni Pasche alteram medietatem, salvis nobis et retentis is manu nostra quinque cantredis de eadem terra Connacie, melioribus, videlicet, ejusdem terre et competentioribus et propinquioribus castro nostro de Atlon, sicut commodo nostro melius videritis expedire. In cujus etc. vobis mittimus. Teste me ipso, apud Windlesor, xxx die Junii, anno regni nostro x, coram ipso domino rege et aliis, ut supra in alio brevi de Connacia.*” Patent Roll 10 Henry III m.4 **Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232**. Londres: HMSO, 1903, pp. 48-49

³⁸⁷ “*Rex venerabilibus patribus in Christo H. Dublinensi archiepiscopo et J. Fernensi episcopo et dilecto et fideli suo Galfrido de Mariscis, justiciario Hibernie, salutem. Noveritis quod dilectus et fidelis noster W. Marescallus comes Penbrochie reddidit nobis apud Wintonian coram magnatibus nostris die Lune proxima ante festum Sancti Johannis Baptiste anno regni nostri x justiciariam nostram Hibernie, et totam terram nostram et omnia castra nostra Hibernie, scilicet, de Dublin, et de Athlon, et de Drogheda; ita quod infra xl dies postquam applicuerit in Hiberniam coram vobis omnibus quos ad hoc assignavimus, reddet compotum suum ibidem de omnibus que ad justiciariam illam pertinent a tempore quo illam recepit. Quem quidem compotum in scriptum redactum vos sub sigillis vestris ad nos mittatis in Angliam. Quo audito si quid reddendum fuerit nobis, reddet illud nobis dictus Marescallus, et si quid forte eidem Mariscallo reddendum fuerit, nos ei restituri faciemus. In cujus etc. vobis mittimus. (...)*” Patent Roll 10 Henry III m.4 . In: **Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232**. Nendeln: Kraus-Thomson, 1971, p.47

³⁸⁸ “*Noverit excellentia vestra quod, cum apud Waterfordiam applicuissem, statim [...] magnates partium illarum mihi occurrerunt, benigne asserentes quod mandatis vestris et praeceptis modis omnibus fideliter intendent [...]tando. Et iter inde versus Dubliniam divertere proposuissem, ut omnibus fidelibus vestris Hiberniae mandata et praecepta vestra communicarem; qualiter [...]comitem Marescallum de assentum Teobaldi Walteri inopinato, cum toto posse et contamine Lagen[se] mihi paratus erat [...]sis[...]ne ad diem[...]statutos acederem, ad dicta negotia vestra exponenda et expedienda. Pro eo siquidem non omisi, quin recto tramite versus Dubliniam tenderem, insidias aut nequitiam aut posse suum per [...]ns; licet certa e approbata relatione prius didicissem, quod idem Willelmus, una cum praedicto Theobaldo et quamplurimorum virorum armatorum potentia, itineris mei procinctu praecludere destinasset (...).*”

Mais pertinente, ainda, é a exposição que faz de Áed e do novo favorito da Coroa, Ricardo de Burgh:

Quase todos os castelos da vossa Irlanda foram fortificados contra vós, exceto o castelo de Limerick, que está sob a custódia de Ricardo de Burgh, que sempre e de bom grado me auxilia com todos os vossos afazeres a serem resolvidos. (...) ³⁸⁹

Já a respeito do rei de Connacht, que sob instigação de Guilherme le Cras [senescal de Marechal] se mostrou ingrato a vossos desígnios e comandos, eu vos notifico que fiz com que fosse convocado a vir à Dublin para que lá mesmo vossa ordem fosse ouvida, junto a Walter de Lacy e sob salvo-conduto do mesmo. ³⁹⁰

Ricardo de Burgh é citado proeminentemente, também, nos anais irlandeses. Após os atos de hostilidades protagonizados por Áed, ele é mencionado em campanha ao lado de Godofredo de Marisco e dos filhos de Ruaidhri, rivais dinásticos do rei de Connacht. ³⁹¹ Em 1228, Áed é assassinado, um evento que dois dos anais atribuem a um atentado contra Godofredo de Marisco levado a cabo por um terceiro sem interesses na disputa. ³⁹² A alegação parece pouco crível, em especial ao considerarmos que no mesmo ano Ricardo de Burgh, parte interessada no confisco de Connacht, sucedeu de Marisco como

SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, from the Originals in the Public Record Office**, v.1 1216-1235. Londres: Longman, 1862, p. 290

³⁸⁹ “[...] *maxime quod omnia castra vestra Hiberniae contra vos munita sunt, praeter castrum Limiricense, quod est in custodia Ricardi de Burgo, qui assidue et constanter assistit mihi in omnibus negotiis vestris feliciter expendendis.*” SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, from the Originals in the Public Record Office**, v.1 1216-1235. Londres: Longman, 1862, p. 291

³⁹⁰ “*De rege autem Connocitiae, qui mandatis et praeceptis vestris, instinctu praedicti Willelmi Crassi, se reddit ingratum, vobis notifico quod summoneri eum feci, quod una cum domino W[altero] de Lascy apud Dubliniam accederet, mandatum vestrum ibidem auditurus, in conductu praedicti Walteri.*” SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, from the Originals in the Public Record Office**, v.1 1216-1235. Londres: Longman, 1862, p. 292

³⁹¹ “*Morshuaged la Mac Uilliam hi Connachtaib & la Aed mac Ruaidri h. Conchobair cor losced leo Inis Meodoin & cur aircsed in tir uli & cur gabsad braighti.*” MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 26 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

³⁹² “*Aed mac Cathail Crobdeirg h. Conchobair Ri Connacht re cethri mblíadna, a mail asbert an fili .i. Donnchad Bacach mac Tanaide h. Mailconari :R. Do bai Rath Cruachan na cath, istad ingine Echach, .iiii. bliadna, bert can celg, ag Aed mac Cathail Crobdeirg. do marbad d'oenbuilli do thuaig sairsi i cuirt Sefraid Mares & se oca folcad oc mnai in tsair, acus an fer do buail he do crochad ac Sefraid arabarach. Tre faslach immorro mac Uga de Laci & Uilliam .i. Meic in Giustis doronad in fell-sin arin flaith firen forglidisin. Et adubrad conab tre ed do buail in saer e. Uair ni raibi ind Erinn cre duine bad aille ina bad beodha inas.*” MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 28 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

justiciar.³⁹³ Tomando a evidência em conjunto, é tentador ler a revogação das terras de Áed e seus desenvolvimentos imediatos como um plano premeditado dos de Burgh para favorecer Ricardo.

Ao mesmo tempo, os documentos ingleses sugerem que Áed, também, já tinha noção das preferências da Coroa. A carta de Godofredo de Marisco nos dá um testemunho posterior de Áed em contato com os partidários de Guilherme Marechal. Tendo ou não a ida do chefe gaélico a Dublin ocorrido, é plausível supor que Áed fora informado do câmbio de favores da Coroa em favor dos de Burgh e da destituição de Marechal. A hipótese de que Áed não fora ingênuo às preferências dos ingleses é reforçada pelo *corpus* de poesia bárdica patrocinado pelos Uí Conchobhair. Em um poema escrito em sua honra, Áed é descrito como Áed Engach, salvador mítico da tradição literária irlandesa que libertaria os gaélicos do jugo dos estrangeiros.³⁹⁴ A eulogia em questão se trata de um poema inaugural, de natureza similar a outros que seu próprio pai, Cathal Crobhderg, patrocinou. De fato, o mote de Áed Engach é bastante frequente na poesia bárdica produzida para o clã Uí Conchobhair, a ponto de Finan sugerir que ela teria se tratado de um artifício propagandístico para apaziguar setores anti-ingleses entre seus súditos, diante do consistente histórico de cooperação entre Connacht e a Coroa.³⁹⁵ Não é possível, portanto, afirmar que tal poema tenha sido uma resposta aos acontecimentos de 1226, muito menos que Áed nutria necessariamente sentimentos de rebelião. No entanto, o patrocínio do chefe gaélico a este tipo de performance sugere que estivesse ciente do risco inerente em se conformar aos interesses de ingleses.

2.2 Os desdobramentos do jogo de apoio

Outro indício de que atores irlandeses estavam a par das utilidades da Coroa se encontra na reação de Áed Mac Ruaidhri, rival dinástico de Áed mac Cathal colocado no poder por Ricardo de Burgh após a *volte-face* inglesa. O nobre gaélico é descrito liderando

³⁹³“*De justiciario Hyberníe et terra et castris – Rex archiepiscopis, episcopis, abbatibus, prioribus, comitibus, baronibus, militibus, liberis hominibus, et omnibus allis de Hybernia, salutem. Sciatis quod commissibus Ricardo de Burgo justiciariam et terram predictam et castra predicta pertinente, intendentes sitis et respondentes. Teste ut supra. Patent Roll 12 Henry III m.6 In: Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232.* Nendeln: Kraus-Thomson, 1971, p. 178

³⁹⁴ FINAN, T. Prophecies of the Expected Deliverer in Thirteenth- and Fourteenth-Century Irish Bardic Poetry. *New Hibernia Review/Iris Éireannach Nua*, v.6, n.3, 2002, p. 120

³⁹⁵ FINAN, T. Prophecies of the Expected Deliverer in Thirteenth- and Fourteenth-Century Irish Bardic Poetry. *New Hibernia Review/Iris Éireannach Nua*, v.6, n.3, 2002, p. 117

tropas ao lado de forças estrangeiras na campanha contra Áed mac Cathal, mas se mostra indisposto, como rei, a se sujeitar à autoridade inglesa:

Áed filho de Ruaidhri Ó Conchobair e os homens de Connacht se voltaram contra Mac William Burke [i.e. Ricardo de Burgh] e os estrangeiros da Irlanda, sendo persuadidos a isso por Donn Oc filho de Donnchatha Mac Airechtaig e Cormac Mac Diarmata e seus oficiais, que juraram que nunca deveriam a um senhor que os trouxesse à submissão aos estrangeiros. Eles fizeram então grandes ataques aos estrangeiros; Áed filho de Ruaidhri e os homens de Connacht ocidental saquearam o jovem filho de Guilherme e Adão Duff, enquanto que Donn Oc e os filhos de Magnus com os novas tropas de Sil Murray saquearam Mac Gosdelb e Tir Maine indo longe até Athlone.³⁹⁶

A descrição é deveras similar aos episódios de confederações nativistas observados nos anais a partir de 1240, e é pertinente indagar até que ponto seus autores não interpretaram a entrada *a posteriori* como um precedente das guerras do período.³⁹⁷ Não obstante, a narrativa nos apresenta um dado independente do significado efetivo do levante. Ela implica que Áed foi compelido a romper com de Burgh antes mesmo que as consequências de sua aliança se efetivassem. Os anais mencionam membros dos clãs MicAirechtaig e MicDiarmata, parte dos Síl Murray, dinastia assentada no norte de Connacht do qual os próprios Uí Conchobhair eram derivados. Os MicAirechtaig e MicDiarmata eram, à época, subjugados aos Uí Conchobhair, o que sugere que Áed mac Ruaidhri tenha solicitado seu conselho tal como fizeram Cathal Crobhderg e Áed Meith Ó Neill após a oferta de João, em 1210. Seja por meio de seus inferiores, seja por conta própria, no decorrer de sua aliança militar com de Burgh, Áed mac Ruaidhri parece ter compreendido que o jogo em que atuava era – ou viria a se tornar – o mesmo de seu antigo rival e escolhido a traição a uma futura defecção bilateral. A ação procede segundo as utilidades do jogo de 1226 (Fig. 24): o *payoff* de Ruaidhri é maior para *manter*, *romper* (1,2) do que para *romper*, *romper* (2,1).

³⁹⁶ “Intod d’Oed mac Ruaidri & do Connachtaib arcena ar mac Uilliam Burc & ar Gallaib Erenn tre faslach Duinn Oicc meic Duindchatha Meic Airechtaig & Cormaic Meic Diarmata & a aesa grada. Uair do radsad-sein breithir nach betis ac tigerna do berad hi tech Gall iatt co brath. Doronsad tra crecha mora ar Gallaib, .i. Aed mac Ruaidri & Iarthur Connacht do arcain meic oic Uilliam & Addaim Duib; Donn Oc immorro & meic Magnusa & glaslaith Sila Muredaig d’arcain Meic Gosdelb & Tiri Maine co hAth Luain.” ANAIS DE CONNACHT, 1230. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 32 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

³⁹⁷ Vide próxima seção

Da parte dos de Burgh, para que obtivessem ao menos seu segundo melhor *outcome*, seria necessário convencer Áed mac Ruaidhri de que a cooperação lhe seria mais proveitosa e/ou que as consequências de se antepor às suas vontades seriam demasiado severas. Se de Burgh conseguisse persuadir o ator gaélico de que o preço da rebelião fizesse dela um cenário tão indesejável quanto a rendição (Fig. 24), isto por si só já seria suficiente para tornar a conformação de Áed factível. Um indício de que tenha agido desta maneira pode ser inferido nas entrelinhas nas descrições analíticas da inauguração de Áed:

Ricardo, filho de Guilherme de Burgh chegou da Inglaterra, trazendo consigo sua nomeação como *justiciar* pelo rei. Uma grande assembleia foi organizada pelos estrangeiros e irlandeses da Irlanda, incluindo os reis e chefes da Irlanda, em Connacht, a respeito dos dois filhos de Ruaidhri, Toirdelbach e Áed. Infeliz foi a decisão a que chegaram: dar o reino ao mais jovem e expulsar o mais velho, Toirdelbach filho de Ruaidhri, muito embora ele fosse impecável no que diz respeito a bravura, nobreza e generosidade (*d'engnam na d'uasli na d'enech*). No entanto, todos os homens de Connacht elegeram Áed filho de Ruaidhri na presença dos estrangeiros e irlandeses, e quando eles chegaram na assembleia ele e os homens de Connacht se dirigiram a Carnfree, onde ele foi inaugurado, como fora o costume de todos os reis que regeram Connacht antes dele.³⁹⁸

Conquanto o relato descreva a eleição como um consenso entre ingleses e irlandeses, é necessário questionar até que ponto o episódio incluiu uma deliberação conjunta ou apenas a aquiescência com uma decisão unilateral do *justiciar*. Em descrições de inaugurações sucessivas, os anais enfatizam o papel de atores ingleses como “entregadores” da soberania (*righe*) de Connacht.³⁹⁹ Mesmo que de Burgh não tenha

³⁹⁸ “Ricard mac Uilliam Burc do toidecht o Rig Saxan & giustisecht na hErenn do tobairt leis do. Et cuirt mor do suidiugad ag Gallaib Erenn & ag Goidelaib & Connachta etir rig & toisig Erenn im da mac Ruaidri .i. Toirrdelbach & Aed. Truag am in comuirli doronad ann sin .i. rige do tabairt don mac ba so & in mac ba sinem do dichur .i. Toirrdelbach mac Ruaidri, & cen guth ina agaith d'engnam na d'uasli na d'enech. Cid tra acht ro togadur Connachta uili in tan-sin Aed mac Ruaidri i fiadnaise Gall & Gaidel, & ar toidecht doib don chuirt do indsaig-sim & Connachta leiss co Carn Fraich meic Fidaig & do rigad ann sin e-sim, amail ba gnath do cech rig ro gab Connachta riam.” ANAIS DE CONNACHT, 1228. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 28 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

³⁹⁹ Em 1230: “Cidh tra acht ro tinoil mac Uilliam urmor Gall Eirenn, & Gaoidel imdha, & tainic i Connachta, & Feilim mac Cathail Croibh Derg leis, do tabairt rige Connacht dó, & do innarbad Aodha mic Rúaidhri & cach Connachtuigh ro impó fair”; em 1232: “Righe do thabairt d' Aodh mac Ruaidhri do ridhis & sith do dhenum dhó re mac Uilliam Burc iar n-gábail Feidhlim mic Cathail Croib Derg dhó.”; Em 1236, a sequência é bastante parecida, embora o termo utilizado não seja *righe*, mas *fórlamhus*, de sentido similar: “Do imthigh an Giusdis & na Goill iarsin, & do fhágaibhsiot fechem & fórlamhus in tire ag Brían mac Toirrdhelbhaigh.” HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle**

deliberadamente imposto sua vontade, é presumível que a a promessa de proteção (P) no futuro próximo fosse um argumento suficiente para persuadir nobres gaélicos a apoiar o candidato do *justiciar*. No que concerne ao sucesso da ação de Burgh, a questão se torna outra. Enquanto que a interpretação do texto nos direciona para o julgamento de que a decisão foi um erro, apoiar um rei desprovido de qualificações – e cuja posição, pelas costumes de sucessão gaélicos, com certeza seria contestava – provia de Burgh com muitas vantagens. Um rei gaélico sem legitimidade entre os seus teria dificuldades em oferecer resistência às forças inglesas. Mais importante, com rivais dinásticos conspirando contra ele, Áed dependeria do auxílio militar estrangeiro para se manter no poder. Um rompimento com os estrangeiros equivaleria, efetivamente, ao fim da única garantia de que preservaria o trono. Este cenário, se não pior do que uma destituição, poderia se mostrar ao menos tão ruim quanto.

Se o estratagema em última medida fracassou, a razão pode ser encontrada no próprio relato da sublevação de Áed mac Ruaidhri. A iniciativa para seu rompimento com a Coroa parece ter partido de seus subordinados, justamente daqueles cujo suporte ele necessitava para se manter no trono. É importante ressaltar que o mesmo Donn Oc que lhe cede o ultimato neste relato é mencionado em 1225 como provocador do próprio levante de Áed e Toirdelbach Mac Ruaidhri contra Áed mac Cathal.⁴⁰⁰ Erguer-se em rebelião uma segunda vez para depor outro rei fraco era perfeitamente conforme ao seu horizonte decisório. A noção de ‘fraqueza’ aparente é de relevância crucial, pois P e F, se ambos desenlaces favoráveis aos reis de Connacht, eram inversamente proporcionais um ao outro. Quanto mais um chefe dependesse da Coroa, mais arriscava alienar os elementos radicais de seus clãs (daí a necessidade, sugerida por Finan, da retórica anti-inglesa do monumental *corpus* de poesia bárdica produzido pelos Uí Conchobhair).⁴⁰¹ Pelo contrário, quando mais assediasses colonos, mais arriscavam provocar a *volte-face* sofrida por Áed mac Cathal em 1226-27. Entre um apoio inglês duvidoso e a

of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1. Londres: Longman, 1871, pp. 298, 310, 334 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

⁴⁰⁰ “Comergi mor du ergi la Toirrdelbach mac Ruaidri & la hOed mac Ruaidri & la hOed h. Neill do chosnam coicid re hOed mac Cathail Crobdeirg, tre forcongra Duinn Oicc Mec Airechtaig rigtuisig tSil Muredaig, i ndigail a feraind & a aicidechta do bein de, & o ro inta-som do intatur Connachta uli .i. Sil Muredaig & Iarthar Connacht ba Oed h. Flaithbertaig ri Iarthair Connacht, acht Mac Diarmata nama .i. Cormac mac Tomaltaig.” MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 8 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

⁴⁰¹ FINAN, T. Prophecies of the Expected Deliverer in Thirteenth- and Fourteenth-Century Irish Bardic Poetry. **New Hibernia Review/Iris Éireannach Nua**, v.6, n.3, 2002, p. 117

governabilidade precária de seu próprio clã, Áed mac Ruaidhri parece ter escolhido a segunda opção.

A revogação de 1226 e seus desenlaces imediatos oferecem um exemplo sugestivo das consequências de informação imperfeita em uma situação histórica. Embora as decisões dos atores não fossem exatamente simultâneas (tal qual o caso didático do dilema do prisioneiro) elas não estavam de pronto visíveis aos seus oponentes. Separados pela distância – geográfica, pessoal e institucional – Áed mac Cathal, Guilherme Marechal e Humberto de Burgh arquitetavam suas decisões incertos do lugar exato que ocupavam dentro do jogo. Ao mesmo tempo, uma tensão intrínseca à própria relação – no caso da Coroa, a tentativa/necessidade de favorecer os de Burgh; no caso dos Uí Conchobhair, o risco perene de uma *volte-face* – provocava os atores a especular e agir sobre as preferências um do outro. O tom de indignada – mas nem por isso desinteressada – surpresa expresso após a defecção alheia reforça a aparência de simultaneidade, ao mesmo tempo em que manifesta a suspeita de que o “outro lado” já esperava para trai-los. O pressentimento – embasado, como visto no modelo – de que a aliança estava prestes a acabar estava presente em ambos os lados do potencial conflito.

Uma última observação se faz ainda pertinente. Sob um ponto de vista contemporâneo, seria possível, à luz das ações de Humberto de Burgh, concluir que o *justiciar* da Inglaterra abusou de seu poder como representante da Coroa para efetivar as ambições de sua família. No seio da medievalística, tal afirmação seria prontamente confrontada com os problemas em se projetar um entendimento contemporâneo de burocracia às sociedades pré-modernas, com a insuficiência explicativa da dicotomia público-privado para o mundo medieval ou com a constatação, pura e simples, de que suas ações não eram encaradas como tal em seu próprio contexto. Embora não seja equivocado, este julgamento subestima o alcance da lógica governante por trás da ação.

A questão diz respeito a duas acepções diferentes sobre a prática da *compliance*. Para Chayes e Chayes, a *compliance* estrita – expectativa de observância literal da norma – é uma medida ineficaz para a viabilidade de acordos, e geralmente desprezada por organizações políticas.⁴⁰² Estas, pelo contrário, comumente trabalham com um nível de *compliance* “geral” ou aceitável, em que desvios são perdoados desde que se mantenham dentro de um limite. Embora o próprio critério do que constitua o “aceitável” esteja sujeito a vicissitudes, o trabalho dos autores com tratados internacionais no contexto

⁴⁰² CHAYES, A.; CHAYES, A.H. On Compliance. *International Organization*, v.47 n.2, 1993, p. 176

contemporâneo concluiu que organizações podem ser surpreendentemente lenientes com desvios, desde que a própria sobrevivência do acordo não seja com eles posta em cheque.⁴⁰³ No sentido inverso, reduzir os limites de *compliance* aceitável é uma tática eficaz para atores sociais dispostos a romper uma aliança sem incorrer o ônus de comprometer o sistema. Como a conduta de Cathal Crobhderg em 1210 exemplifica, chefes gaélicos amiúde exerciam *non-compliance*, mesmo que não por razões maliciosas, nem que por isso fossem antagonizados como inimigos declarados da Coroa.⁴⁰⁴ Por obra de uma administração real desfavorável, Áed mac Cathal se deparou com um limite aceitável de desvio muito menor do que aquele usufruído por seu pai. Neste sentido, a revogação de suas terras em 1227 é um exemplo de como as próprias normas podem ser manipuladas para servir a favoritismos e facilitar propósitos não prescritos quando de sua criação, sem que isso mine sua legitimidade. Mais do que uma informalidade esperada do Estado (ou pré-Estado) medieval, estamos diante de uma margem de manobra inerente ao exercício do poder.

3. Henrique III e Feidhlim Ó Conchobhair 1254-55

3.1. Os jogos de apoio após 1228

Se os revéses da campanha real de 1210 não alteraram significativamente o curso das relações entre Connacht e a Coroa, a revogação das terras de Áed mac Cathal em 1226 foi interpretada como um divisor de águas. O julgamento não procede apenas da historiografia. Antes, parece fazer parte da retórica dos próprios anais, quando de sua primeira produção. Como visto no capítulo precedente, os Anais de Connacht derivam de uma fonte contemporânea, batizada pela historiografia de “Crônica de Connacht” e produzida como elogio aos clãs Uí Conchobhair e MicDiarmata.⁴⁰⁵ Dado o seu viés retórico, a decisão de tomar por início o ano de 1224 em vez da conversão cristã da Irlanda

⁴⁰³ CHAYES, A.; CHAYES, A.H. On Compliance. **International Organization**, v.47 n.2, 1993, p. 198, 200

⁴⁰⁴ Chayes e Chayes expõem três principais razões que podem levar um ator social a desrespeitar um tratado sem que busque, de fato, um rompimento: a ambiguidade das normas a serem seguidas, a eventual incapacidade de um agente em segui-las e o lapso temporal entre a redação de um tratado e a implementação de seus termos. CHAYES, A.; CHAYES, A.H. On Compliance. **International Organization**, v.47 n.2, 1993, p. 188. Embora o terceiro cenário não se aplique à Irlanda do século XIII, na qual acordos eram relativamente informais e não visavam às metas a longo prazo esperadas de tratados contemporâneos, os dois primeiros são pertinentes.

⁴⁰⁵ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p.177

ou de algum momento do passado mitológico, como outras compilações, não parece accidental. Inaugurar os anais com um longo obituário exortando as virtudes de Cathal Crobhderg sugere tanto o julgamento de que seu reinado foi excepcional, como a avaliação de que sua morte desempenhou o fim de uma era. Em ambos os casos, os historiógrafos parecem ter tido a intenção de propagar, ao futuro, o reinado de Áed mac Cathal como o início período de mudanças.

Para aferirmos quais – e quão impactantes – teriam sido essas mudanças, é preciso analisar as décadas subsequentes. O intervalo entre os anos 1220 e 1270 foi repetidas vezes encarado como um período de enfraquecimento e eventual rebelião dos chefes de Connacht diante do jugo inglês.⁴⁰⁶ Mesmo assim, relações entre os chefes do clã Uí Conchobhair e a Coroa prosseguiram, com maior ou menor combatividade, durante todo o período. Feidhlim Ó Conchobhair, um filho mais novo de Cathal Crobhderg, assumiu a liderança durante longos anos, muitos dos quais em evidente ou explícita cooperação com estrangeiros. Os acordos com a Coroa nem sempre o favoreceram, o que supostamente levou seu filho, Áed na nGall, a adotar uma postura marcadamente antagonista. A viciosidade de seus ataques após assumir o trono, em 1265, levou-o a ser considerado um dos expoentes do Agrupamento Gaélico: um processo, identificado por Eoin Mac Neill, segundo o qual chefes gaélicos teriam se unido em uma aliança nativista e anti-inglesa.⁴⁰⁷ A frequência, coordenação e violência dos ataques irlandeses a partir dessa década teria, por sua vez, desencadeado o longo declínio do Senhorio da Irlanda.

No que diz respeito à Connacht no intervalo de 1228 a 1274 (mortes de Áed mac Cathal e Áed na nGall, respectivamente), várias interpretações foram sugeridas. Freya Verstraten concluiu que Feidhlim efetivou uma continuação da estratégia de Cathal Crobhderg, priorizando alianças com a Coroa inglesa sobre seus vínculos no mundo gaélico. Esta preferência estaria patente não apenas em suas ações – as quais incluíram uma viagem à Inglaterra, a presença em uma campanha inglesa no País de Gales e o auxílio militar contra vassalos ingleses rebelados – mas em sua própria liturgia real. Feidhlim ostentara um selo e uma éfigie em estilo continental, e parece ter dado pouca importância (quando não ignorado de todo) tradições gaélicas como o rito de inauguração

⁴⁰⁶ P.ex. ORPEN, G. **Ireland Under the Normans**, v.3. Oxford: Clarendon Press, 1920, pp. 225-251; DUDLEY EDWARDS, R. Anglo-Irish Relations with Connacht, 1169-1224. **Irish Historical Studies** v.1 n.2 1938, pp.135-153; FRAME, R. Ireland after 1169: Barriers to Acculturation on an 'English' Edge. In: STRINGER, K.J.; JOTISCHKY, A. (Ed.) **Norman Expansion: Connections, Continuities and Contrasts**. Farham: Ashgate, 2013, p. 137; O'BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003, pp. 49-57

⁴⁰⁷ MACNEILL, E. **Phases of Irish History**. Dublin: McGill & Son, 1920, pp. 323-356

e a composição de poesia bárdica.⁴⁰⁸ Para a autora, tal como no caso de Cathal, estas decisões denotariam a intenção de se tornar um súdito inglês nos moldes de seus pares estrangeiros. Áed na nGall, pelo contrário, teria representado um retorno ao mundo gaélico, cortando relações com a Coroa e priorizando ações e protocolos que lhe conferissem apoio entre os demais chefes de clã.⁴⁰⁹

Em linha contrária, Emmet O’Byrne e Thomas Finan argumentam que Feidhlim adotou uma posição ambígua, ora apoiando a Coroa em suas atividades, ora tramando contra a ela em coalização com outros chefes gaélicos. Estes autores questionam a hipótese de que as diferenças entre as ações de Feidhlim e seu filho possam ser explicadas pelo abismo geracional entre ambos. Pelo contrário, eles levantam a possibilidade de Feidhlim ter deliberadamente amparado as iniciativas anti-inglesas do filho, ao mesmo tempo em que ostentava uma fachada apaziguadora ou mesmo nominalmente colaborativa com a Coroa.⁴¹⁰

Robin Frame, por sua vez, reconhece os esforços de Feidhlim em adentrar o mundo inglês, mas nega que tivessem chance de serem cumpridos. A razão não era doméstica, mas internacional: a partir pelo menos dos anos 1240, Henrique III começou a agregar um grande séquito de ‘favoritos’ estrangeiros para avançar seus interesses no continente.⁴¹¹ Concomitante a isso, tanto a oferta de terras passíveis de serem cedidas como recompensa quanto o próprio tesouro começaram a se esvaír. A capacidade do rei de cumprir a *royal patronage* em prol de seus vassalos foi comprometida. Sem este recurso a seu favor, a Coroa encontrou progressivamente mais dificuldades em preservar a governabilidade da Inglaterra. A situação piorou nos anos 1250, quando a necessidade de agradar estrangeiros, o descontentamento de membros antigos da corte e o imperativo de salvaguardar terras reais para seus próprios filhos fez com que toda a Irlanda fosse considerada para parcelamentos e concessões.⁴¹² A dimensão dos perigos em jogo pode ser contemplada por sua consequência indireta, a Segunda Guerra dos Barões (1264-1267), na qual Henrique III chegou a ser capturado por seus vassalos e afastado *de facto*

⁴⁰⁸ VERSTRATEN, F. Both King and Vassal: Feidlim Ó Conchobair of Connacht, 1230-65. **Journal of the Galway Archaeological and Historical Society**, v.55, 2003, pp. 16, 30.

⁴⁰⁹ VERSTRATEN, F. Both King and Vassal: Feidlim Ó Conchobair of Connacht, 1230-65. **Journal of the Galway Archaeological and Historical Society**, v.55, 2003, pp. 27, 30

⁴¹⁰ O’BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003, p.54; FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. *In*: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p.162

⁴¹¹ Vide. RIDGEWAY, H.W. Foreign Favourites and Henry III’s Problems of Patronage, 1247-1258. **The English Historical Review**, v.104, n.412, 1989, pp. 590-610

⁴¹² RIDGEWAY, H.W. Foreign Favourites and Henry III’s Problems of Patronage, 1247-1258. **The English Historical Review**, v.104, n.412, 1989, p. 599

do poder. Diante de um assunto dessa gravidade, qualquer benesse ou ameaça que os reis de Connacht pudessem oferecer tornava-se ínfima. O que estava em jogo não eram apenas os planos ingleses no oeste da Irlanda, mas a própria integridade da Coroa.

Nos termos da teoria dos jogos, para que a hipótese de Vestraten esteja fundamentada, é necessário que Feidhlim prefira a proteção de um ator inglês (e os respectivos custos da *compliance* (P-D) ao prospecto de uma aliança nativa (F). Por consequência, que sua utilidade para a cooperação mútua seja maior do que uma defecção uni ou bilateral na ausência de outros fatores. Pela mesma medida, a sugestão de Finan e O'Byrne implica que a preferência de Feidhlim por F deva ser igual ou superior a sua preferência por P-D em ao menos algumas das interações. Para que a hipótese de Frame proceda, *romper* precisa apresentar no mínimo dominância fraca à Coroa pós-1250 (i.e. o *payoff* resultante precisa ser igual ou maior ao da cooperação para todos os cenários).

Infelizmente, nem todas as interações entre a Coroa e os Uí Conchobair após o ano de 1228 contam com o amparo documental da visita real de 1210 ou do rompimento com Áed mac Cathal em 1227. Embora seja possível deduzir algumas linhas causais entre os episódios reportados e associar lealdades dos agentes por meio da reconstituição de suas redes sociais, não há bases, na maioria dos casos, para estimar com precisão a utilidade dos atores. Na melhor das hipóteses, é-nos dado apenas o desfecho de suas interações, seja pelo comentário dos analistas, seja por menções *a posteriori* em documentos da administração inglesa. A dificuldade em lidar com estes dados explica em grande parte o desinteresse recorrente da historiografia em fazer uso de métodos sistemáticos de análise. Seu conservadorismo formal pode ser atestado pela recurso a Goddard Orpen como “relato de referência” nas bibliografias de autores mais de um século depois da publicação de *Ireland Under the Normans*. A deferência a sua principal obra se dá não pelo eco às suas conclusões, mas por similaridade narrativa. Vários dos mais importantes estudos sobre Connacht no século XIII, a despeito de suas inovações teóricas, alicerçam-se em recontagens dos anais, gênero que Orpen, proponente tardio das “grandes histórias” da Era Vitoriana, domina com maestria inigualável.⁴¹³

⁴¹³ O estilo é mais evidente em PERROS, H. Crossing the Shannon Frontier: Connacht and the Anglo-Normans, 1170-1224. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, pp. 117-138; VERSTRATEN, F. Both King and Vassal: Feidlim Ó Conchobair of Connacht, 1230-65. **Journal of the Galway Archaeological and Historical Society**, v.55, 2003, pp. 13-37 e O'BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003, pp. 36-57

Não obstante, se as informações disponíveis são insuficientes para uma análise de jogos repetidos em um sentido estrito, sua catalogação pode, mesmo assim, se mostrar útil para o reconhecimento de alguns padrões gerais. A Tab. 2 apresenta uma relação de todos as menções na literatura analítica que correspondem a episódios de cooperação ou defecção entre os reis de Connacht e atores ingleses entre 1224 a 1274 mediante os parâmetros levantados até aqui. Foram incluídos apenas casos que podem ser interpretados como interações diretas de apoio ou rompimento entre agentes pertencentes a esses dois grupos. Eventos de caráter ambivalente (ex.: envio de emissários) ou que envolvam outros atores (ex.: guerras dos Uí Conchobhair contra outros reinos gaélicos), foram a princípio excluídos – o que não os impede de serem levados em consideração posteriormente na interpretação do balanço. A relação das fontes concernentes a cada episódio, os documentos correspondentes no *corpus* da administração real, e a discussão detalhada sobre suas omissões se encontra no Apêndice 2.

#	Ano	Tipo de Ação	Outcome	Ator Protagonista	Categoria (Protagonista)	Ator Recebedor	Categoria (Recebedor)	Rival Dinástico (I _g)
1	1224	Auxílio militar	Cooperação	Aedh mac Cathal	Gaélico		Inglês	
2	1224	Razia	Defecção	Aedh mac Cathal	Gaélico			
3	1225	Auxílio militar	Cooperação	Godofredo de Marisco	Inglês	Aedh mac Cathal	Gaélico	
4	1227	Traição	Defecção	Estrangeiros de Dublin	Inglês	Aedh mac Cathal	Gaélico	
5	1227	Captura de prisioneiros e razia	Defecção	Aedh mac Cathal	Gaélico	Guilherme de Marisco	Inglês	
6	1227	Razia	Defecção	Ricardo de Burgh	Inglês	Aedh mac Cathal	Gaélico	
	1227	Razia	Defecção	Godofredo de Marisco	Inglês	Aedh mac Cathal	Gaélico	
	1227	Encastelamento	Defecção	Godofredo de Marisco	Inglês	Aedh mac Cathal	Gaélico	
7	1228	Assassinato	Defecção		Inglês	Aedh mac Cathal	Gaélico	
8	1228	Entrega de Soberania	Cooperação	Ricardo de Burgh (?)	Inglês	Aedh mac Ruaidhri	Gaélico	Toirdhelbach mac Cathal
9	1230	Traição	Defecção	Aedh mac Ruaidhri	Gaélico	Ricardo de Burgh	Inglês	
	1230	Razia	Defecção	Aedh mac Ruaidhri	Gaélico	Ricardo de Burgh	Inglês	
10	1230	Razia	Defecção	Ricardo de Burgh	Inglês	Aedh mac Ruaidhri	Gaélico	
11	1230	Entrega de Soberania	Cooperação	Ricardo de Burgh	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Aedh mac Ruaidhri

12		Violação de Garantia	Defecção	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Ricardo de Burgh	Inglês	
13	1231	Aprisionamento	Defecção	Ricardo de Burgh	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
14	1232	Entrega de Soberania	Cooperação	Ricardo de Burgh	Inglês	Aedh Mac Ruaidhri	Gaélico	Feidhlim Ó Conchobhair
15	1232	Encastelamento	Cooperação	Ricardo de Burgh	Inglês	Aedh Mac Ruaidhri	Inglês	
16	1233	Razia	Defecção (?)	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Ricardo de Burgh	Inglês	
17	1235	Razia	Defecção	Ricardo de Burgh	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
18	1235	Paz e cessão de terras	Cooperação	Maurício FitzGerald	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
19	1235	Razia	Defecção	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Ricardo de Burgh	Inglês	
20	1236	Banimento	Defecção	Maurício FitzGerald	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
	1236	Traição	Defecção	Maurício FitzGerald	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
	1236	Razia	Defecção	Maurício FitzGerald	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
	1236	Encastelamento	Defecção	Maurício FitzGerald	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
21	1236	Entrega de Soberania	Cooperação	Maurício FitzGerald	Inglês	Brian mac Toirdhelbach	Gaélico	Feidhlim Ó Conchobhair
	1236	Auxílio militar	Cooperação	Brian mac Toirdhelbach	Gaélico	Maurício FitzGerald	Inglês	
	1236	Razia	Defecção	Filhos de Aedh mac Cathal	Gaélico			
22	1236	Auxílio militar	Cooperação	Ricardo de Burgh	Inglês	Aedh mac Ruaidhri	Gaélico	
23	1237	Paz e cessão de terras	Cooperação	Maurício FitzGerald	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	

	1237,1238	Encastelamento	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico		Inglês	
24	1240	Visita real	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Henrique III	Inglês	
25	1242	Auxílio militar	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Maurício FitzGerald	Inglês	
26	1245	Encastelamento	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Maurício FitzGerald	Inglês	
27	1245	Auxílio militar	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Henrique III	Inglês	
28	1245	Encastelamento	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico		Inglês	
29	1246	Auxílio militar	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico		Inglês	
30	1249	Razia	Defecção	Pedro de Bermingham	Inglês	Aedh na nGall	Gaélico	
31	1249	Razia	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico	Henrique de Bermingham	Inglês	
32	1249	Razia	Defecção	Maurício FitzGerald	Inglês	Aedh na nGall	Gaélico	
33	1249	Entrega de Soberania	Cooperação	Toirdhelbach Mac Aedh	Gaélico			
34	1249	Razia	Defecção	Toirdhelbach mac Aedh, Aedh Óg mac Aedh	Gaélico			
35	1250	Paz e cessão de terras	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Feidhlim Ó Conchobhair	Inglês	Toirdhelbach mac Aedh
36	1255	Paz e acordo	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Walter de Burgh	Inglês	
37	1256	Razia	Defecção	Walter de Burgh	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair, Aedh na nGall	Gaélico	
38	1256	Assembleia e acordo	Cooperação	Aedh na nGall	Gaélico	Alan de la Zuche	Inglês	
39	1256	Assembleia	Cooperação	Aedh na nGall	Gaélico	João de Verdun	Inglês	

40	1257	Assembleia e paz	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	Alan de la Zuche, Walter de Burgh	Inglês	
41	1257	Cessão de terras	Cooperação	Henrique III	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
42	1260	Razia	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico		Inglês	
43	1260	Razia	Defecção	Walter de Burgh	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair	Gaélico	
	1260	Paz	Cooperação	Walter de Burgh	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair, Aedh na nGall	Gaélico	
44	1262	Razia	Defecção	Walter de Burgh, Alan de la Zuche, João de Verdun	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair, Aedh na nGall	Gaélico	
45	1262	Paz	Cooperação	Feidhlim Ó Conchobhair, Aedh na nGall	Gaélico	Walter de Burgh	Inglês	
46	1263	Razia	Defecção	Walter de Burgh	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair, Aedh na nGall	Gaélico	
47	1263	Encastelamento		Walter de Burgh	Inglês			
48	1264	Assembleia e paz	Cooperação	Ricardo de la Rochelle, Maurício Fitzgerald	Inglês	Feidhlim Ó Conchobhair, Aedh na nGall	Gaélico	
49	1265	Razia	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico		Inglês	
50	1267	Razia	Defecção	Walter de Burgh	Inglês	Aedh na nGall	Gaélico	
51	1268	Traição	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico		Inglês	
52	1269	Razia	Defecção	Roberto d'Ufford	Inglês	Aedh na nGall	Gaélico	
	1269	Encastelamento	Defecção	Roberto d'Ufford	Inglês	Aedh na nGall	Gaélico	
53	1270	Razia	Defecção	Walter de Burgh, Roberto d'Ufford	Inglês	Aedh na nGall	Gaélico	

	1270	Traição	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico	Walter de Burgh, Roberto d'Ufford	Inglês	
	1270	Razia	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico	Walter de Burgh, Roberto d'Ufford	Gaélico	
54	1271	Razia	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico		Inglês	
55	1272	Assassinato	Defecção	Cathal Mac Conchobair Ruadh	Gaélico	Henrique Butler	Inglês	
56	1272	Razia	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico		Inglês	
57	1272	Assassinato	Defecção	Ó Briain e homens de Connacht	Gaélico	James d'Audley	Inglês	
58	1272	Razia	Defecção	Aedh na nGall	Gaélico		Inglês	
59	1273	Razia	Defecção	Jordan de Exeter	Inglês	"Filhos dos reis de Connacht"	Gaélico	

Tabela 2: Interações reportadas nos anais, 1224-1274

Antes de mais nada, é necessário avaliar o que essa relação não nos diz. Embora vários dos episódios relatados digam respeito a ações declaradas de cooperação ou defecção (ex.: razias, cessão de terras), outros (notavelmente, a visita a Henrique III em 1240) indicam apenas que os Uí Conchobhair e a Coroa se encontravam em um momento colaborativo ou não-colaborativo, e não devem ser encarados como iterações específicas do jogo. Da mesma forma, posto que as entradas dos anais são independentes, e não uma narrativa unificada, não é sempre possível determinar um ordenamento causal entre um episódio e outro, ou mesmo dizer se episódios diferentes não fazem parte de uma mesma ação. Várias razias em mesmo ano, por exemplo, podem ser parte da mesma ação de defecção de um ator gaélico, ou mesmo estágios de uma mesma expedição. Casos como este foram identificados e aglutinados na medida do possível, mas não devem ser assumidos como os únicos. As categorias “ator protagonista” e “ator recebedor” foram adotadas por questão de conveniência, dada a maioria de ações reportadas como unilaterais. No entanto, elas não são explicativas para todos os episódios, tampouco devem ser tomadas como indício claro de uma ordem de movimentos. Alguns tipos de ação, como acordos e assembleias, são bilaterais. Em quarto lugar, muitas das ações de atores gaélicos (e, em menor medida, de atores ingleses) têm alvos indeterminados. No melhor dos casos, é possível presumir os recebedores baseados em ações declaradas de retaliação, ou na menção de castelos e cidades cujo domínio pode ser rastreado a um agente conhecido. Em outros, no entanto, o campo foi deixado em branco. Por fim, alguns episódios correspondem a tipos de ação associados à cooperação ou à defecção, mas seus indícios são de tal forma vagos que não é possível contextualizá-los.

Um breve esclarecimento terminológico também é necessário. Razias correspondem ao irlandês *sluaigheachd* (“expedição”), *cogadh* (“guerra”) ou *creachadh* (“depredação”) e compreendem qualquer mobilização militar ofensiva. Incluem, também, desmantelamentos de castelos. Encastelamentos foram considerados atos de defecção quando seguidos de um rompimento declarado com um ator gaélico e de cooperação quando feitos sob a aquiescência dos mesmos – implicando que se conformavam em atender às demandas da Coroa. “Assassinato” inclui tanto homicídios traiçoeiros como resultados de emboscadas. “Traição” diz respeito a todas as instâncias em que os relatos explicitamente mencionam intento traiçoeiro de uma das partes. Outros tipos (violação de garantia, banimento, paz, cessão de terras) seguem os termos presentes na documentação.

A análise dessa literatura em uma perspectiva ampla nos permite identificar padrões não exatamente óbvios à primeira vista. Se Robin Frame considera a cooperação com a Coroa como uma estratégia fadada ao fracasso no longo prazo e Dudley-Edwards declara a morte de Áed mac Cathal como o “fim” do antigo reino de Connacht, esses desenvolvimentos não são imediatos nem lineares.⁴¹⁴ Na tabela, a trajetória das relações entre os Ua Conchobhair e as lideranças inglesas pode ser dividida em ao menos quatro momentos. O primeiro, entre a morte de Áed em 1228 e a restauração de seu irmão Feidhlim em 1236, é pautado por grande volatilidade política, e por uma sucessão bastante regular de defecções e “entregas de soberania” de reis de Connacht respaldadas por atores ingleses favorecendo núcleos opostos do clã. Como visto na seção predentende, a Coroa, encabeçada pelo então *justiciar* Ricardo de Burgh, voltou-se para os descendentes de Ruaidhri, principais rivais dinásticos da progênie de Cathal Crobhderg. Estes, entretanto, se mostraram ainda menos dispostos a uma colaboração a longo prazo. Para fazer frente à rebeldia dos filhos de Ruaidhri, Feidhlim Ó Conchobhair, foi escolhido por de Burgh como rei cooptável.

Não obstante, Feidhlim não se mostrou à altura dos compromissos exigidos pelos ingleses. Sua *compliance* oscilante resultou em uma sucessão de deposições, na qual a Coroa apoiava ora Feidhlim, ora os filhos de Ruaidhri. De 1228 até 1237, não menos de quatro entregas de soberania presididas por ingleses podem ser contadas, todas eventualmente mal-sucedidas. O ciclo teve uma conclusão com o restauro de Feidhlim, episódio cuja singularidade pode ser aferida nos termos usados para descrevê-la. Se os filhos de Ruaidhri são descritos como tendo “recebido a soberania” das mãos de de Burgh ou de outro *justiciar*, Feidhlim – ele próprio “recebedor” do reino em 1230—é reportado obtendo a paz e as terras da Coroa em 1232, em alusão ao vínculo historicamente gozado pela linhagem de Cathal.⁴¹⁵ Especificamente, cinco dos *King’s Cantreds*, como era chamada a fração do antigo reino de Connacht que se mantinha sob domínio dos Uí Conchobhair, após as dilapidações de de Burgh e outros magnatas. (Fig. 25) Mais curioso

⁴¹⁴ FRAME, R. Ireland after 1169: Barriers to Acculturation on an ‘English’ Edge. In: STRINGER, K.J.; JOTISCHKY, A. (Ed.) **Norman Expansion: Connections, Continuities and Contrasts**. Farham: Ashgate, 2013, p.138 ; DUDLEY EDWARDS, R. Anglo-Irish Relations with Connacht , 1169-1224. **Irish Historical Studies** v.1 n.2 1938, p. 153

⁴¹⁵ “Sith do denam don Giustis re Fedlimid mac Cathail Crobdeirg & tucacait v. tricha in rig do-som cin crad can chis orra.” ANAIS DE CONNACHT, 1232. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 66 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 28/04/2016)

ainda é o fato de que, ao contrário dos filhos de Ruaidhri, Feidhlim tenha conseguido se restaurar sua autoridade sem o amparo inglês.

Figura 25: : Os King's Cantreds na década de 1270.⁴¹⁶

O segundo momento, de 1237 até as guerras do filho de Feidhlim Áed na nGall, em 1249, se caracteriza por expressiva colaboração. A ausência do envolvimento inglês em jogos dinásticos parece apontar que a aparente capacidade de Feidhlim de dominar seu clã propiciou uma mudança na política real a seu respeito. O envolvimento do *justiciar* no acordo que restaurou suas posses *King's Cantreds* é outro indício de sua conformação aos interesses reais. Neste momento, Feidhlim mostra-se receptivo ao encastelamento inglês em Connacht⁴¹⁷ e protagoniza alguns dos atos mais excepcionais de cooperação. Em 1240, realiza uma visita inédita à corte inglesa, a qual negociava desde

⁴¹⁶ Adaptado de FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, p. 48

⁴¹⁷ “Baruin na hEreinn do thocht a Connachtaib & tinscedal caislen do denam doib inti.” ANAIS DE CONNACHT, 1238. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 66 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 28/04/2016)

a década anterior.⁴¹⁸ Já em 1245, lidera suas forças em apoio ao exército inglês em uma campanha real no País de Gales.⁴¹⁹ O período tem um fim abrupto em uma sequência de hostilidades comandada por seu filho, mas na qual o próprio Feidhlim parece ter sido implicado: quando a paz foi retomada no ano posterior, os anais reportam que o rei de Connacht teve seus reféns cegados pelos ingleses, punição comumente associada à traição.⁴²⁰

O terceiro momento, do reestabelecimento de Feidhlim em 1250 até o acordo de não-agressão de 1264, é marcado por alterações com ingleses, presumivelmente incitadas pelo aparecimento do filho de Richard de Burgh, Walter, como ator preponderante. O magnata conduz uma série de ofensivas aparentemente não-provocadas contra Connacht sem, no entanto, empreender um rompimento em favor de outro ator gaélico, como observado em 1227 e no primeiro momento de interações pós-1228. Já o quarto, a partir da morte de Feidhlim em 1265, é marcado pela defecção decisiva, recorrente e, em alguns casos, não provocada de seu sucessor Áed na nGall. Não apenas não há registros de nenhuma ação colaborativa de Áed para com ingleses após sua inauguração, como em ao menos uma ocasião ele parece ter optado pelo conflito mesmo quando seus oponentes haviam demonstrado aquiescência: em 1270, os anais reportam que executou prisioneiros ingleses logo após firmar a paz.⁴²¹

⁴¹⁸ “*Fedlim h. Conchobair do dol co tech Rig Saxan do chosait Gall & Gaideal Erenn, & fuair onoir mor on Rig don cur-sin & tanicc slan da tig don cur-sin co subach somenmnach.*” ANAIS DE CONNACHT, 1240. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 72 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 28/04/2016)

⁴¹⁹ “*Sluagad mor la Rig Saxan i mBretnaib co ndernad longport leo ic Castel Engannoc, cur corustur legaiti & letri leu i nErinn docum Gall Erenn & dochom Fedlimid meic Cathail Crobdeirg do rad riu dol i conne in Rig i mBretnaib do gabail neirt forro. Dochuaid tra in Giustis co nGallaib Erenn les dochum in Rig, & dochuaid Fedlimid h. Conchobair co sochraiti moir do Gaidelaib leis hi furtacht in Rig i mBretnaib, & ro milset an tir uili & nir gabsat gell na hetiri don cur-sin for Bretnaib; & ba honorach Fedlimid agin Rig don dulad-sin & ba buidech Fedhlimid oc techt on Rig anoir.*” ANAIS DE CONNACHT, 1245. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 84 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 28/04/2016)

⁴²⁰ “*Braigdi Connacht do dallad a nAth Luain do Gallaib.*” ANAIS DE CONNACHT, 1249. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 102 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 28/04/2016). Vide O’BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003, pp. 55-56

⁴²¹ “*Dala Gall immorro is i comuirli tucsat arin Iarla sid do denam re h. Conchobair & Uilliam Occ mac Ricaird Moir meic Uilliam Congcur do thabairt a llamaib muintiri h. Conchobair an comfad do biad h. Conchobair a tig Gall acc rediugad. Et doronad amlaid, & ar ndola d’Uilliam Occ i tech h. Conchobair do gabad he, et do marbad Seoan Doilifin & a mac iar sin arin lathair-sin. O’tchuala immorro int Iarla fell do denam fora brathair do gluais mochtrath arnabarach co hAth in Chip. Uair is amlaid ro bai h. Conchobair in dana oidchi-sin inna timchell mur bis leom-{folio 20c}an lonn leaturthach latir a timchall a bidbad oca mbasugad, conar leicc caithem na cumsanad doib. Ro erig Aed h. Conchobair isin lo cetna-sin.*” ANAIS DE CONNACHT, 1270. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**.

Contudo, mais interessantes do que as sequências de ação conformes ao *modus operandi* dos atores são aquelas que, em um primeiro momento, aparentam se tratar de incongruências. A primeira é o envolvimento – ou, mais precisamente, a omissão – de Feidhlim Ó Conchobair durante as guerras em Connacht no final da década de 1240. Entre 1247 e 1250, uma confederação de irlandeses incluindo Toirdelbach, um dos filhos de Áed mac Cathal, protagonizou uma série de razias contra assentamentos ingleses. A descrição dos ataques é singular pelo qualificado dado a seus responsáveis: os “filhos dos reis” de Connacht (*mic ríogh Connacht*).⁴²² Em tratados legais gaélicos, a expressão denotava filhos de chefes sem expectativa de se tornarem herdeiros dos pais. A despeito de sua desvantagem na linha sucessória, *mic ríogh* desfrutavam de status diferenciado dentro de seus clãs, geralmente equiparados a pequenos reis locais.⁴²³ O’Byrne interpreta a recorrência do termo no relato das guerras da década como denotativa de uma nova geração de nobres irlandeses, insatisfeita com a complacência dos chefes em exercício e mais disposta a perpetrar atos de destruição contra a Coroa e seus magnatas.⁴²⁴ O autor sublinha que muitos daqueles que os anais mencionam como participantes na investida tinham vínculos fortes para com Feidhlim, o que o leva a afirmar que Feidhlim poderia ter orquestrado os ataques nas sombras. Isto é, obviamente, apenas especulação, embora saliente a implausibilidade de um silêncio do rei diante de tal movimentação dentro de seu clã.

O segundo caso curioso é a tentativa de Henrique III de ceder os *King’s Cantreds*, então nas mãos de Feidhlim, a seu meio-irmão, Godofredo de Lusignan. Como exposto acima, a necessidade da cessão de terras para a manutenção da governabilidade entre os súditos da Coroa inglesa levou a uma grave escassez de territórios ofertáveis. A situação se tornou ainda mais premente em 1254. A partir deste ano, Henrique tentou garantir a Lusignan 500 *librates* (porção de terra valendo £1 de renda anual) dos *King’s Cantreds*.⁴²⁵

Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 154 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 28/04/2016).

⁴²² P.ex. “*Sluagad aili la macaib rig Connacht co hAd na Rig da loscad & da lomarcaín, fo fel Muri i meodon in fog mair, & dochodur sluag mor ann sin fo Toirrdelbach mac Aeda & fo Aed mac Aeda. Et do bi Serriam Connacht isin baili ara cinn & Goill imda imar aen ris, & ro iarsat Goill cardi in laesin ara uasli i nn-onoir Mure Mathar isa la do bai ann, & ni tucsat na meic rig in charde-sin amach i n-onoir Mure na na Croiche Cesta & ro insaigset in baili d’aindeoin Torrdelbaig.*” MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 98 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 28/04/2016).

⁴²³ SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000, pp. 57-58

⁴²⁴ O’BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003, pp

⁴²⁵ “*Charter of grant in fee to Godfrey de Lezignan' of 500 librates of land in 4 ½ cantreds in Connacia [Connaught]. If the cantreds are not worth 500l. a year the 500 librates shall be made up in 1 ½ cantred in Thomond. If the cantreds are worth more, the overplus shall remain for ever to Edward, the K.'s son,*

Ao mesmo tempo, para garantir uma aliança com o rei Afonso de Castela – o qual possuía justificativas dinásticas para invadir a Gasconha, então uma província inglesa – Henrique negociou um casamento diplomático entre seu filho, Eduardo, e Eleanor, irmã de Afonso. O rei castelhano aceitou o acordo sob a condição de que Eduardo detivesse terras com uma renda de pelo menos 15 mil marcos (pouco menos de £10.000).⁴²⁶ A incumbência o levou em realizar concessões extraordinárias em nome do filho, incluindo a totalidade da terra da Irlanda. O resultado foi uma disputa em três direções, em que uma mesma região – os *King's Cantreds* – se viu concomitantemente prometida a três atores diferentes: Eduardo, de Lusignan e Feidhlim Ó Conchobair. A contenda resultou em uma extensiva troca de correspondência entre eles, constituindo um dos episódios mais bem documentados do intervalo 1189 a 1274.

Dadas essas circunstâncias, o que teria levado Feidhlim a insistir no diálogo em vez de se erguer em revolta, como seus rivais, os descendentes de Ruaidhri, haviam feito por muito menos? A adesão e alcance geográfico das guerras de 1247 a 1249 mostravam, como visto acima, que a insurgência gaélica era uma possibilidade. Se é verdade que Feidhlim ao longo da última década sustentava uma postura de apaziguamento, é igualmente verdade que Henrique não se mostrava disposto a honrar o compromisso com ele, mesmo com Eduardo e Lusignan fora da equação. Entre 1251 e 1254, três outros nobres ingleses receberam terras (ou promessas de terras) nos *King's Cantreds*: Oliver de Aspreville, Rogério Lokington e Estêvão Longespée.⁴²⁷ Teria estado Feidhlim ignorante de sua desvantagem nas negociações? Posto que Henrique III sem dúvida não o estava, por que apostar em um jogo diplomático, em vez de revogar seus privilégios, como Humberto de Burgh fizera a Áed mac Cathal em 1226? Ou teria o prospecto de uma defecção com a Coroa se mostrado menos convidativo ao rei de Connacht? Ou, ainda, teria ele adotado uma posição mais nuançada do que a aquiescência? A análise do episódio utilizando o modelo pode ajudar a responder estas questões.

3.2. O jogo de apoio em 1254-1255

and his heirs, lords of Ireland. Grant of free warren to Godfrey without the metes of the forest. Witnesses, William Bishop of Bath and Wells, Peter Bishop of Hereford, Peter de Sabaud, John Earl of Warwick, William de Valence the K.'s brother, Guy of Rocheford, Ebulo of Rocheford, William de Chaeny, Roger de Montalt, John de Burgh, John de Grey, Robert Walerand, William de Grey, Drogo de Barentin, Nicholas de St. Maur, William de Hastentot. Bazas.” SWEETMAN, H.S. (Ed.) **Calendar of Documents Relating to Ireland 1252-1284**. Londres: Longman/Trubner, 1877, n. 321 p. 49

⁴²⁶ PRESTWICH, M. **Edward I**. New Haven/Londres: Yale University Press, 1997, pp. 9-10

⁴²⁷ FRAME, R. King Henry III and Ireland: The Shaping of a Peripheral Lordship. In: _____. **Ireland and Britain 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998, p. 46

No jogo entre Feidhlim e Henrique III, as utilidades da Coroa são mais evidentes. Para a Coroa, os benefícios do apoio do chefe irlandês eram irrelevantes em uma perspectiva macro. Entre os riscos da alienação de seus favoritos poitevinos (os Lusignan), de uma insurgência da aristocracia inglesa e de uma invasão castelhana da Gasconha, a ruptura com os Uí Conchobhair era um preço aceitável a pagar. Uma evidência do reduzido poder de barganha de Feidhlim pode ser encontrada nos próprios títulos empregados na correspondência real. Se os líderes de clã eram comumente chamados de *reges Conactiae*, já em 1245 e também nas comunicações do caso Lusignan o rei de Connacht é endereçado apenas como ‘Feidhlim’.⁴²⁸ Analisando um contexto posterior, Robin Frame identificou um câmbio do uso do termo *rex* ao diminuto *capitaneus sue natione* (“chefe de sua nação”). “Reis” irlandeses passam apenas a ser reconhecidos como tal no caso de lideranças menores.⁴²⁹ A mudança de tratamento neste momento específico pode indicar que a Coroa já não mais reconhecesse Feidhlim como um rei cliente digno do seu apoio.

Não obstante, temos também indício de que a rentabilidade dos *King's Cantreds* era um atributo importante aos atores ingleses envolvidos. A relutância de Lusignan em aceitar a concessão se deveu, em parte, ao seu ceticismo quanto à capacidade dos *cantreds* que lhe seriam entregues de prover £500 anuais. Ainda em 1254, a Coroa negociava com o *justiciar* a possibilidade de “completar” as terras em Connacht com mais 1½ *cantred* em Thomond.⁴³⁰ Em 1255, no entanto, Lusignan reclama que tais terras eram tão

⁴²⁸ Exemplo de 1245: “*Letters of safe conduct for 1 [year], from Christmas, for Fedebn O'Concainor [Feidhlim O'Conor], son of the King of Connaught, about to come to England to confer with the K. Windsor.*” SWEETMAN, H.S. (Ed.) **Calendar of Documents Relating to Ireland 1252-1284**. Londres: Longman/Trubner, 1875, n.2644 p.394. Para o exemplo de 1255, vide a transcrição do documento abaixo.

⁴²⁹ FRAME, R. Two Kings in Leinster: The Crown and the MicMhurchadha in the Fourteenth Century. In: BARRY, T.;FRAME,R.;SIMMS, K. (Eds.) **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, p. 156

⁴³⁰ “*The K. to John Fitz Geoffrey, justiciary of Ireland, Richard de la Rochelle, or their lieutenant in that country. Shortly before the K. gave Ireland to Edward his son, he had granted to Godfrey de Lezignan, his brother, 500 librates of land there, with the manor of Any comprised therein. The justiciary and Richard had postponed complying with the K.'s mandate to assign the 500 librates, because all Ireland had, as they alleged, been previously assigned to Edward. Godfrey having subsequently ascertained that the manor of Any was of the K.'s demesne, and had been assigned in dower to the Queen, surrendered it. The K. now desiring to carry out the grant in favour of his brother, commands the justiciary and Richard to cause 4 cantreds in Con'acia [Connaught], to be assigned to Godfrey by a reasonable extent in place of the 500 librates. If by extent these cantreds are worth more than 500 librates, the overplus shall remain to Edward ; if less, the deficiency shall be supplied in 1 cantred in Thomond ; so that Godfrey shall have altogether 500 librates, to be held in fee of Edward and his heirs, kings of England, by the service of 1 knight's fee. Godfrey shall have free warren therein without the metes of the forest. Mandate for seisin of the lands and the issues thereof from the date when the 500 librates were granted, namely, the 11th of Feb. last past, until Geoffrey shall receive seisin. If the latter should wish to sell the lands he shall apprise Edward, in order*

destituídas que ele não as aceitaria, compelindo a Coroa a lhe arranjar terras em outros lugares.⁴³¹ Dado que a preocupação de Eduardo estava em contabilizar 15 mil marcos de renda anual, é presumível que estas preocupações se aplicassem a ele também. Desta maneira, guerras e insurreições em Connacht, com seus subsequentes danos à rentabilidade da província, mostravam-se menos interessantes à Coroa. Nos termos do modelo, em uma utilidade maior à Coroa para *outcomes* em que Feidhlim coopere.

As utilidades de Feidhlim são mais difíceis de precisar. Por um lado, seus *payoffs* são sempre menores em cenários em que a Coroa decide romper. O ônus do assentamento de um magnata inglês ou da ameaça de um rival dinástico com apoio estrangeiro era maior do que a manutenção do *statu quo*. No entanto, não é claro quais seriam suas melhores estratégias diante de cada uma das ações da Coroa. Como visto acima, a trajetória de Feidhlim já foi explicada por duas hipóteses distintas. Em uma, ele continuou a política de Cathal Crobhderg, preferindo a cooperação com a Coroa a despeito de eventuais defecções. Em outra, ele teria sido um ator menos previsível, mostrando uma presença diplomática ao mesmo tempo em que organizava e participava de ações contra os estrangeiros.

O mesmo procedimento empregado para analisar as ações de João na expedição de 1210 pode ser aplicado aqui para o exame da postura de Feidhlim. O conjunto dos cenários possíveis pode ser visto nos jogos 4a a 6c (Fig. 26)

that the latter may have them for what others would give. If the justiciary and Richard should be absent or cannot fulfil this mandate, their deputy shall execute it. The Camp, Brigerac'. SWEETMAN, H.S. (Ed.) **Calendar of Documents Relating to Ireland 1252-1284**. Londres: Longman/Trubner, 1877, n.364 pp.118-119

⁴³¹ “Rex Eduuardo filio suo primogenito et heredi salutem et paternam benedictionem. Cum de quingenti libratis terre quas dilecto fratri et fideli nostro Galfrido de Lezign dedimus in Hibernia, antequam vobis Hiberniam dedissemus, R. de Rupella, vice gerens justiciarii Hibernie, extantam, quam sibi fieri mandaverimus, secundum quod allis quibus ibi terram dedimus fieri consuevit, fecerit adeo modicam et exilem quod, consideratis laboribus et expensis que propter hoc fieri oporteret, nullum vel modicum ex dono nostro consequeretur commodum sive fructum; propter quod dicta extenta ex parte dicti Galfridi non fuit acceptata, licet multos propter hoc labores sustinuerit et expensas, nos et regina, mater vestra, ad omnem ambiguitatem et contencionem super hoc amovendam ordinavimus quod de quinque cantredis in Connac' melius cantredum quod pro vobis electum fuerit et cantredum illud, in quo castra consistunt, cum ipsis castris vobis ex nunc debeant remanere, et de tribus aliis cantredis predictus Galfridus eligat vel eligi faciat duo cantreda que melius sibi viderit expedire, que sibi heredibus et assignatis suis pro predictis quingentis libratis terre perpetuo remanebunt. Et dictus Galfridus ad instanciam nostram predictis duobus cantredis taliter est contentus quod, sive plus valeant sivo minus, ipse, heredes et assignati ipsius nichil plus petere possint et e converso nichil repeti valeat ad eisdem. Unde vobis mandamus et precipimus quatinus, sient nos et amorem nostrum carum habetis et nostre voluntatis beneplacitis adquiescere vultis, predictam ordinationem, quam pro commodo vestro et dieti fratris nostri fecimus, ratani habentes, per literas duplicatas patentes in forma quam vobis mittimus mandetis predicto R. de Rupella ut predicto Galfrido vel mandato suo predicta duo cantreda, que pro se eliget vel eligi faciet, sine aliqua contradicione et more dispendio assignet et tenere ac habere permittat integre et prefecte. Teste rege apu Wodestok, xx die Junii.” Close Roll 39 Henry III m.10 in dorso. **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1254-1256**. Nendeln: Kraus-Thomson, 1970, pp. 204-05

	Feidhlim Pacifico		Feidhlim Agressivo		Feidhlim Indiferente												
4a	<table><tr><td>1,3</td><td>0,2</td></tr><tr><td><u>3,1</u></td><td>2,0</td></tr></table>	1,3	0,2	<u>3,1</u>	2,0	5a	<table><tr><td>1,2</td><td>0,3</td></tr><tr><td>3,0</td><td><u>2,1</u></td></tr></table>	1,2	0,3	3,0	<u>2,1</u>	6a	<table><tr><td>1,2</td><td>0,2</td></tr><tr><td><u>3,1</u></td><td><u>2,1</u></td></tr></table>	1,2	0,2	<u>3,1</u>	<u>2,1</u>
1,3	0,2																
<u>3,1</u>	2,0																
1,2	0,3																
3,0	<u>2,1</u>																
1,2	0,2																
<u>3,1</u>	<u>2,1</u>																
4b	<table><tr><td>1,3</td><td>0,2</td></tr><tr><td><u>3,1</u></td><td><u>2,1</u></td></tr></table>	1,3	0,2	<u>3,1</u>	<u>2,1</u>	5b	<table><tr><td>1,2</td><td>0,3</td></tr><tr><td><u>3,1</u></td><td><u>2,1</u></td></tr></table>	1,2	0,3	<u>3,1</u>	<u>2,1</u>	6b	<table><tr><td>1,2</td><td>0,2</td></tr><tr><td><u>3,1</u></td><td>2,0</td></tr></table>	1,2	0,2	<u>3,1</u>	2,0
1,3	0,2																
<u>3,1</u>	<u>2,1</u>																
1,2	0,3																
<u>3,1</u>	<u>2,1</u>																
1,2	0,2																
<u>3,1</u>	2,0																
				6c	<table><tr><td>1,2</td><td>0,2</td></tr><tr><td>3,0</td><td><u>2,1</u></td></tr></table>	1,2	0,2	3,0	<u>2,1</u>								
1,2	0,2																
3,0	<u>2,1</u>																

(*payoff* da Coroa, *payoff* de Feidhlim)

Equilíbrios Nash sublinhados

Estratégia fracamente dominante de Feidhlim

Estratégia estritamente dominante de Feidhlim

Obs: no caso da Coroa, *romper* é estritamente dominante em todos os casos

Figura 26: Os jogos de Feidhlim e Henrique III em 1255

4a, 4a e 6a são jogos “puros”: no primeiro, Feidhlim segue à risca a política de Cathal Crobhderg, preferindo tanto a cooperação quanto a defecção da Coroa frente às possibilidades e riscos do mundo gaélico. No segundo, Feidhlim está predisposto ao rompimento, tendo na traição seu maior *payoff* e no conflito com rivais dinásticos o “mal

menor” entre os dois cenários negativos. Notavelmente, trata-se de um jogo idêntico ao de Áed mac Cathal e Humberto de Burgh em 1227. No terceiro, Feidhlim é completamente indiferente e considera tanto a manutenção quanto o abandono do vínculo com a Coroa como caminhos possíveis, a serem determinados por uma escolha de momento ou pela influência de fatores como comunicação e focalidade. Os quatro demais jogos são variações destes três tipos, cobrindo disparidades nas preferências de Feidhlim quanto às suas próprias ações dentro de um horizonte comum de cooperação ou defeção da Coroa.

Fiel à hipótese de Frame, *romper* apresenta dominância estrita à Coroa em todos os casos. Isto, por consequência, implica que todos os equilíbrios – e, neste caso, também os desfechos plausíveis – caiam neste horizonte de decisões. 4a e 5a são jogos triviais. Tal como na defeção de Áed mac Cathal vista anteriormente, *romper* é uma estratégia estritamente dominante tanto para a Coroa quanto para Feidhlim. No primeiro, o equilíbrio único é a rendição do ator gaélico (*romper, manter*); no segundo, o conflito aberto (*romper, romper*). O restante dos jogos não apresentam uma solução tão direta, e alguns inclusive apresentam mais de um equilíbrio. Tomando os sete jogos como um conjunto, no entanto, é possível ver que em cinco deles (4a, 4b, 5b, 6a e 6b) a rendição de Feidhlim é um cenário estável. A variável crucial parece ser não a utilidade do ator gaélico em continuar a cooperar com uma Coroa benevolente, mas seu julgamento sobre sua defeção. Nos dois casos em que Feidhlim considera o risco de um conflito superior ao da rendição (5a e 6c), o equilíbrio é a defeção mútua.

Estes jogos mostram que, mesmo ao operar com informação limitada sobre as preferências de Feidhlim – o que, dado a distância geográfica, política e cultural entre as cortes, provavelmente foi o caso – Henrique III tinha bases para acreditar que o rei de Connacht aquiesceria à cessão dos *Kings’ Cantreds*. No caso de Feidhlim, a situação é mais complicada. Em um dos jogos em que a rendição se apresenta como um equilíbrio (5b), *manter* é fracamente dominado por *romper*. No caso de um jogo de informação completa, Feidhlim saberia que a defeção é a estratégia dominante da Coroa. Neste caso, sua própria ação torna-se indeterminada: ambos os *outcomes* lhe seriam equivalentes e teriam a mesma chance de serem escolhidos. Pelo contrário, se ele tivesse alguma perspectiva de que a Coroa poderia escolher *manter*, ou se ele mesmo julgasse ser capaz de fazer o ator inglês mudar sua decisão, ele teria incentivos para escolher *romper*, e o equilíbrio da rendição não seria alcançado. Não é possível saber até que ponto Feidhlim estava ciente da gravidade das pressões sofridas por Henrique III, mas o fato de ter tentado

negociar com o monarca inglês mostra que a cooperação não estava fora de seu horizonte de expectativas. Presumivelmente, a ideia de que a visita real de 1240 e a campanha galesa de 1245 o fizera crer que dispunha de algum poder de negociação para com Henrique III.

Se esse fosse o caso, em três dos sete jogos (5a, 5b e 6c) *romper* apresentaria alguma medida de dominância para Feidhlim. Supondo a incerteza do monarca inglês para com as ações do ator gaélico, haveria uma boa possibilidade (4 entre 7) de que o rei de Connacht se conformasse aos seus desígnios. Ao mesmo tempo, no entanto, havia uma possibilidade não desprezível (3 entre 7) de que Feidhlim não apenas não se mostrasse aberto a este prospecto, como estivesse decidido em tomar em armas. Para garantir que o pior não acontecesse, Henrique III precisaria convencer Feidhlim de que o preço de antagonizá-lo seria maior do que o ônus de obedecer ao seu comando. O que é, precisamente, a função da carta real que enviou a ele:

O rei, ao seu leal e amado Feidhlim Ó Conchobair, saudações. Saiba que não acreditamos ter lhe feito uma injustiça ao ceder dois *cantreds* de terras em Connacht ao nosso leal irmão Godofredo de Lusignan, posto que os seus parentes, que muito invejam a sua dignidade e seus benefícios e que, nós presumimos, não estão dispostos a abrir mão de seu direito por estas terras (se tal direito eles de fato têm), muitas vezes nos interpelaram a respeito das mesmas e muito dinheiro nos ofereceram por elas. Não obstante, se o Senhor permitir, nosso amado filho Eduardo, primogênito e herdeiro, e nosso irmão, o já mencionado Godofredo, partirão dentro de breve àquelas partes e, assim, encontrar-se-ão com você. Do mesmo modo, nós os ordenamos, por meio de nossas cartas (*litteras nostras*), a não lhe fazer nenhuma injustiça. Assim, por esta razão, peço que mantenha sua lealdade e amor a nós tal como o fizera no passado, em razão do qual devemos ter confiança de que o fará com firmeza.⁴³²

Henrique tece uma elegante ameaça, salientando sua receptividade aos apelos dos filhos de Ruaidhri e prometendo uma garantia legal (as cartas) de que os magnatas ingleses limitariam sua agressão. Para o monarca, Feidhlim tinha uma escolha clara a tomar:

⁴³² *Rex dilecto e fideli suo F. Ochonhour salutem. Sciatis quod super eo quod dedimus fratri e fideli nostro G. de Lezignan dua cantreda terre in Conac' nullam vobis credimus injuriam fecisse, cum quidam parentes vestri, qui vestrum, ut proprium, zelantur commodum et honorem, et de quibus non est presumendum quod juri vestro, si quod in dictis terris haberetis, vellent aliquatenus derogare, a nobis frequentius petierint de dono nostro terras illas et nobis magnam pecuniam obtulerint pro eisdem; verumptamen venturi sunt in brevi ad partes illas, Domino permittente, dilectus filius noster Eduuardus primogenitus et heres et dictus Galfridus frater noster qui ita se habebunt versus vos, sicut eis injunximus per litteras nostras, quod nulla vobis inde fiet injuria. Et ideo adhereatis fidei nostre et dilectioni sicut prius fecistis, pro quo vos artius habere debemus recommendatos. Teste et supra.* Close Roll 39 Henry III m. 8d. In: **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1254-1256**. Nendeln: Kraus-Thomson, 1970, p. 213

manter o que lhe restava de seu reino coexistindo com magnatas ingleses, ou desafiar a Coroa e perder tudo, substituído por seus rivais dinásticos. Trata-se de uma ameaça convincente, à qual outros reis de Connacht não teriam, provavelmente, hesitado em aceitar. A proposta inicial de Cathal Crobhderg à Coroa em 1204 (prontamente reelaborada em 1205, quando a pressão de Guilherme de Burgh fora neutralizada) aponta para um pragmatismo comparável.⁴³³ Não obstante, há razões para crer que, em 1255, o estratagema não se mostraria tão persuasivo.

Nas duas ocasiões em que foi banido de Connacht em favor dos filhos de Ruaidhri, Feidhlim conseguiu retornar com apoio de outros chefes gaélicos. Em 1233, foi acompanhado por Cormac Mac Tolmatach, chefe de Magh Luirg, reino localizado no nordeste de Connacht.⁴³⁴ Em 1236, os anais reportam que foi convidado de volta pelos próprios homens de Connacht, incluindo os clãs Ó Cellaig, Ó Flainn e os filhos de Áed mac Cathal e Art Ó Mailsechlan.⁴³⁵ Mesmo em 1235, em sua resistência malfadada a uma razia de Ricardo de Burgh, os anais mencionam o apoio de Donnchad Cairprech Ó Briain, rei de Thomond, que inclusive já auxiliaria a Coroa contra os Uí Conchobhair no passado. A despeito de sua aliança com a Coroa, a capacidade de Feidhlim de angariar apoio de outros chefes gaélicos não era desprezível. Esta capacidade adquire uma outra dimensão em um episódio posterior. Em 1255, mesmo ano em que os anais reportam o envio de emissários à Inglaterra, somos informados de que:

⁴³³ Vide Capítulo 3, seção 5.

⁴³⁴ “*Sluagad la Fedlim mac Cathail Crobdeirg hi Connachtaib co ndechaid Cormac mac Tomaltaig ri Muigi Luirg ana agid, co tucc les a Mag Luirg he acus co ndernsad longport ac Druim Gre craigi & Corbmac & Conchobar a mac & na tri Tuatha & da mac Murcertaig Meic Diarmata .i. Dondchad & Murcertach, & is i comuirle doronsad diblinaib tocht a ndiaid Aedo meic Ruaidri Rig Connacht & clainni Ruaidri archena, co tucsad sraenmaidm sechranach forra & cur benad rigi & oirichas coicid Connacht do clainn Ruaidri meic Toirrdelbaig isin lo-sin, & curro marbad Aed mac Ruaidri Ri Connacht ann & Aed Mumnech mac Ruaidri & a mac & Dondchad Mor mac Diarmata meic Ruaidri & daine imda aili nach arimther sunn imailli friu, iar sarugad Tigi Baithin & iarna slad d'Aed Mumnech, & iar slat cell & eclus imda eli, gur toitsed fein a n-enech naem & cell Connacht.*” ANAIS DE CONNACHT, 1233. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 44 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 28/04/2016).

⁴³⁵ “*Dala immorro Fedlim meic Cathail Crobdeirg tanicc hi Connachtaib doridise re cuired droingi do Connachtaib .i. 'ma h. Cellaig & 'ma h. Flainn & 'ma macaib Aedo meic Cathail Crobdeirg et 'ma mac Airt h. Mailsechlainn, co rabatur diblinaib cetri catha mora, & do innsaigetur co rRind Duin. Dochodur co nemuis niata namdemail & co brigmur borrfadach dar in mbadun & dar clasaig inn aileoin i rrabatur bai in tiri uli acus do gab cach tui-sech buidne dib & cech cenn sluaig i ndiaig na mbo & do bertis leo na ba mar a tecmatis rempa. Trogh am an ni doronad and sin .i. do treced tigerna & enech & engnam arna hetalaib & arna buaib nar fogain doib, & do fachtadur a tigerna co nach rabi acht oencedrar marcach ina fochair dona cethrib coraigtib ro bai mar oen ris, {folio 8d} cur mebaid ar guth in Ardrig oca fostad & oca fuirech.*” ANAIS DE CONNACHT, 1236. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 60 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 28/04/2016).

Áed, filho de Feidhlim Ó Conchobhair, dirigiu-se a Tír Eóghain, fez a paz entre seu próprio pai e o norte da Irlanda e trouxe com ele do norte todos os homens de Connacht que estavam no norte da Irlanda em discórdia com o seu pai, junto com seus pertences, através de seus inimigos mortais – i.e. os filhos de Ruaidhri e os estrangeiros. E esses inimigos nada ousaram senão olhar para o exército, e os bens junto a ele.⁴³⁶

Por trás da exortação literária do aspecto intimidador de Áed – compatível com o seu obituário e com as descrições de proezas militares que perpassam os anais – o texto nos traz um julgamento fundamental: A linhagem reinante dos Uí Conchobhair se tornara poderosa a ponto de – circunstancialmente, se nada mais – inibir as ações de seus rivais dinásticos. O trecho corrobora as descrições de 1233 e 1236, os quais mostram a linhagem imperando quando o conflito de fato chegou às vias de fato. Ademais, ele tacitamente confere uma explicação para a ausência de menções a inaugurações de descendentes de Ruaidhri após os anos 1230. Independente do tom que suas relações viriam a obter, a Coroa e os magnatas ingleses na Irlanda parecem ter se conformado a – ou contribuído para – o fato de que Feidhlim seria um ator longo na liderança de Connacht. A mudança implica em um corolário essencial: se a vulnerabilidade a rivais gaélicos (V_g) era fator determinante da desejabilidade da cooperação com a Coroa e se o aliciamento destes rivais deixara de ser possível ou vantajoso à Coroa, Feidhlim teria menos impedimentos para romper. A questão, portanto, é porque ele não o fez.

A maior objeção a essa linha de argumento é a hipótese de que, mesmo nominalmente envolvido, o rei de Connacht não era capaz de mobilizar essa rede de apoio. De fato, ambas as hipóteses sobre o reinado de Feidhlim convergem à afirmação de que ele, a exemplo de outros sobreviventes da velha guarda de chefes gaélicos, era incapaz de controlar seus súditos.⁴³⁷ A nova geração – sugestivamente batizada de “filhos de reis” pelos anais – protagonizaria uma reação extrema à política de apaziguamento levada à cabo por seus progenitores, e cujo fracasso estava atestado na debilidade e

⁴³⁶ “*Aodh mac Féidhlim h-I Chonchobair do dhul a Tír Eogain, & síth do dhenum dhó etir a athair fein & tuaiscert Ereenn, & araihe dho Chonnachtaibh ar eisíth a tuaiscert Ereenn ó na athair do thabairt leis do atuidh, cona nimirghibh, tre lár a derg namad, .i. mec Ruaidri I Chonchobair & Gaill, & ni lamhdhaois in naimde sin acht faircsin int shluaig & na nimircid laimh riú.*” *ANNAIS DE LOCH CÉ*, 1255. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590** (...) v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 406 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

⁴³⁷ VERSTRATEN, F. Both King and Vassal: Feidlim Ó Conchobair of Connacht, 1230-65. **Journal of the Galway Archaeological and Historical Society**, v.55, 2003, pp. 30-31; O’BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003, p. 52

fragmentação dos clãs irlandeses. No entanto, os anais mencionam claramente que Áed agia nos interesses de seu pai. Isto é compreensível, uma vez que aparece consistentemente ao lado de Feidhlim em suas menções nos anais. Há uma forte possibilidade de que exerciam alguma espécie de reinado conjunto, nas linhas do que fizera seu avô, Cathal Crobhderg, com seu irmão, Áed mac Cathal.⁴³⁸ Se é verdade que o filho de Feidhlim poderia pôr guerreiros em campo sem o aval explícito de seu pai – como o parece ter feito em 1249 – é implausível que se refreasse a fazê-lo contra rivais dinásticos. Se Áed na nGall é caracterizado pela rebeldia, esta tendia à beligerância, não ao apaziguamento.

Uma explicação para a relutância de Feidhlim em queimar pontes com os ingleses reside, justamente, no outro lado da moeda: sua vulnerabilidade a rivais estrangeiros (Vi). Como visto acima, os anais relatam que tanto irlandeses quanto estrangeiros se intimidaram com a marcha de Áed na nGall a Connacht. Embora seja provável que colonos temessem as consequências de sua demonstração de força – algo corroborado pela desistência de de Lusignan e pelos exemplos trazidos por Coulson, que pondera que a desolação era o “maior inimigo” da colônia no seu ápice⁴³⁹ – o elogio analístico não é suficiente para concluir que os grandes atores ingleses tenham sido compelidos a trocar seu *modus operandi*. Para averiguar isto corretamente, é necessário analisar a trajetória dos principais rivais estrangeiros dos Uí Conchobhair no período: os de Burgh.

Entre 1228 e 1265, os de Burgh experimentaram três momentos notáveis de fraqueza.⁴⁴⁰ Em 1232, Humberto – cuja ação, como visto, havia sido instrumental para o rompimento da Coroa com Áed mac Cathal – cai do favor real e é demitido do posto de *justiciar* da Inglaterra. Em 1243, seu sobrinho Ricardo morre em uma campanha inglesa em Poitou, e sua linhagem cai em uma minoridade. Em 1264, o filho de Ricardo, Walter, inicia uma guerra com os Maurice Fitzgerald, semeando turbulência entre ingleses e provendo o catalisador a uma nova onda de insurgências gálicas.

O fato de que Feidhlim reagiu prontamente nos dois primeiros desenvolvimentos de maneira a se aproximar da Coroa atesta para sua incapacidade de contê-los sozinho. Em 1233, uma carta patente do rei ao *justiciar* Maurice Fitzgerald contém a primeira

⁴³⁸ VERSTRATEN, F. Both King and Vassal: Feidlim Ó Conchobair of Connacht, 1230-65. **Journal of the Galway Archaeological and Historical Society**, v.55, 2003, p. 32

⁴³⁹ COULSON, C.H.L. **Castles in Medieval Society: Fortresses in England, France, and Ireland in the Central Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 228

⁴⁴⁰ Para o contexto inglês dos de Burgh, vide CROOKS, P. ‘Divide and Rule’: Factionalism as Royal Policy in the Lordship of Ireland, 1171-1265. **Peritia**, v. 19, 2005, pp. 292-301

evidência do desejo do chefe gaélico de ter uma audiência com o monarca. Sugestivamente, Henrique III se mostra convidativo à proposta, desde que Feidhlim capture o castelo de Meelick, o qual de Burgh, quando de sua humilhação real, se recusava em entregar.⁴⁴¹ Já após 1243, o rei de Connacht dá sequência ao período de deliberada e inédita cooperação com a Coroa. Não só ele já havia efetivado sua visita à corte inglesa, como participou da expedição inglesa ao País de Gales em 1245. Até que ponto essas manobras políticas teriam algum efeito a longo prazo é questionável, mas a maneira efusiva com que os anais tratam a audiência real sugerem que o episódio foi alardeado como um divisor de águas importante. Que Feidhlim em pessoa tenha compartilhado esta impressão pode ser interpretado a partir de uma carta de 1261⁴⁴², em que clama pela intercessão real contra magnatas ingleses em linhas semelhantes às de missivas produzidas por Cathal nos anos 1220.⁴⁴³ De fato, ao lermos a correspondência de 1261

⁴⁴¹ “*Rex dilecto & fideli suo Mauritio filio Gerardi, Justiciario suo Hiberniae, salutem. Significavit nobis dilectus & fidelis noster F. filius karissimi quondam Regis Connac. quod proposuit ad nos venire in Angliam, causa nos videndi, & nobiscum loquendi de negotiis nostris & suis. Et nos renunciavimus ei, quod, ante adventum suum, labore, de consilio vestro, ad captionem Castri de Miloc. quod est in manu R. de Burg. & cum dictum Castrum captum fuerit, & vobis commissum, & terra Connac. sedata, & vobis fuit liberata, bene placet nobis, & volumus quod ad nos veniat in Angliam, simul cum Nunciis vestris quos ad nos mittetis in Angliam. Hiis igitur, ut praedictum est, expeditis, salvum & securum conductum praefato F. habere faciatis, causa veniendi ad nos in Angliam, in cujus etiam adventu Nuncios vestros cum eo mittatis, viros, videlicet, discretos, qui de statu terrae nostrae Hiberniae nos sciant, & velint certificare. Teste me ipso apud Teokesbir. vicelimo octavo die Maii, anno regni nostri decimo septimo.*” RYMER, T.; SANDERSON, R. (Eds.) **Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque Generis Acta Publica (...)**. George Holmes, 1745, pp. 113-14

⁴⁴² “*Ilustri regi Angliae Henrico, Dei Gratia domino Hiberniae, comiti Andegaviae, suus Fedlinus Okonchanur rex Conactiae, salutem, cum debita reverentia et honore. Quoniam nobilissima merita et bona opera a suis subditis debent gratanter et humiliter collaudari, ideirco regiae vestrae mejestati pro variis honoribus nobis collatis grates referimus infinitas; et maxime pro eo, quod pro nobis Willelmo de Dene, justiciario vestro hiberniae, bonae memoriae, pro restitutione habenda de damnis nobis per Walterum de Burgo et suam sequelam in terra nostra de Tyrmarn illatis, devote scriptsistis. Unde, cum dictus justiciarius ante receptionem literarumstrarum diem clausit extremum, nos nullum effectum nec commodum, per dictum vestrum mandatum, licet non per nos stetit, recepimus adhuc; sed varia damna et incommoda, per eundem Walterum et suos complices, in terra filii vestri recipimus et sustinemus. Damnificavit enim cantreda ubi castra vestra sunt, et domini Edwardi castra sita sunt, ad aestimationem sex millium marcarum, exceptis damnis illatis ecclesiae Elfinensi, tunc in manu nostra esistenti; Quae quidem damna aestimari possunt ad aestimationem trium millium marcarum, ecclesiarum combustionem, et clericorum et monialium interfectionem. Quare regiam vestram dignitatem humiliter exoramus, quatenus, sicuti terram filii vestri ad hostili incurso praedicti Walteri et aliorum adversariorum nostrorum observare desideretis, justiciario vestro, videlicet domino Ricardo de Rupella, nunc existi, et consilio vestro salubri in Hibernia detis in mandatis ut, secundum prioris mandati formam, praefatum Walterum ad plenitudinem justitiae nobis super dictis damnis nobis et ecclesiae Elfinensi illatis exhibendam compellat et distringat. Pro certo enim sciatis quod nuncam a fideli servitio vestro nec filii vestro, pro aliqua sollicitatione nobis ad Hiberniensibus facta recessimus, nec recedemus. Nos enim et nostros et omnia nostra bona sub protectione vestra et domini Edwardi primogeniti vestri supponimus; cui omnia bona nostra et jura, si qua nobis super tota terra Conactiae competunt, usque ad adventum suum ad partes Hiberniae observamus et observabimus. Valeat regia vestra majestas in Domino.*” SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III**, v.2 Londres: Longman, 1866, p. 199

⁴⁴³ Vide SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III**, v.1. Londres: Longman, Green, Longman e Roberts, 1862, pp. 165, 183-84 e 223-24. As transcrições das cartas encontram-se reproduzidas no Apêndice 1

em paralelo com as das primeiras décadas do século, é tentador supor que a postura dos Uí Conchobhair diante da Coroa se manteve essencialmente a mesma.

No entanto, aproximar-se da Coroa não foi tudo o que Feidhlim fez. Com a demissão de Humberto de Burgh em 1233 e após ter recobrado Connacht da mão de seus rivais, o chefe gaélico destruiu quatro castelos construídos pelos de Burgh em acordo com os filhos de Ruaidhri.⁴⁴⁴ Em 1264, Feidhlim e Áed intimidaram o *justiciar*, Walter de Burgh e Maurício Fitzgerald ao atenderem uma assembleia escoltados por um exército.⁴⁴⁵ Tenha ou não o chefe gaélico se envolvido nas rebeliões de 1247-49, esta não é a postura de um líder irlandês desejoso de inserir-se nas malhas do Senhorio a todo custo. Se, nos anos 1250, as preferências de Feidhlim não eram as mesmas para a cooperação ou defecção com a Coroa, é possível ao menos concluir que ele tentou equipará-las. Em outras palavras, que investiu esforços para reduzir sua dependência para com os ingleses e tornar a possibilidade de rompimento – em caso de dominância da estratégia de defecção, como observado nos jogos de 1255 – menos traumática.

3.3. O Agrupamento Irlandês

A trajetória de Feidhlim leva diretamente a seu filho, Áed na nGall. Encarada desta maneira, a beligerância do filho de Feidhlim se mostra não como uma ruptura, mas como um prosseguimento das consequências da virada dos Uí Conchobhair no final de seu reinado – ou, mais precisamente, do reinado conjunto de Feidhlim e Áed. Suas escolhas por *romper* parecem indicar não só que uma estratégia de governança independente do apoio da Coroa se tornara viável, como que buscavam comunicar um padrão e garantir seus interesses no futuro previsível.

⁴⁴⁴ “*Rígi & flaithius do gabail do Fedlim mac Cathail Crobdeirg iar sin, & na caslein doronad le nert clainni Ruaidri h. Conchobair & Meic Uilliam Burcc do scailed do .i. caslen Bona Gaillme & caslen na Circe & caslen na Cailligi & caislen Duin Imdain.*” ANAIS DE CONNACHT, 1233. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 46 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

⁴⁴⁵ “*Conne mor etir Gallaib & Gaidelaib Ereann, im Giustis na hEreann & 'ma Iarla Ulad & 'ma Mac Gerailt & maithi Gall Ereann o sin amach, re Fedlim h. Conchobair & re a mac .i. Aed a nAth Luain. Ecla mor & anbath do gabail na nGall o'tconncatar an tsochraite diarmide ro bai ac h. Conchobair & aca mac maille ris. Conid si comuirli doronsat Gaill ann sin sith d'iarraid ar h. Conchobair & ara mac, & do iarradar & fuaratar & doronsat sid ann sin.*” ANAIS DE CONNACHT, 1264. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 142 Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Para clarificar esse último ponto, é útil retornar à obra de Axelrod. Na sua análise da emergência da cooperação a longo prazo, o autor defende que interações sociais sofrem um processo análogo à ‘sobrevivência dos mais fortes’ na biologia evolutiva. A cada interação de um jogo, estratégias fracas tendem a ser descartadas em favor de estratégias mais apropriadas aos desafios do contexto.⁴⁴⁶ Uma estratégia só se torna impregnável à mudança se ela se apresentar coletivamente estável: na conceituação de Axelrod, se nenhuma outra estratégia puder invadi-la – i.e. fazer com que leve a *payoffs* com baixo potencial de ‘sobrevivência’, em termos evolucionistas.⁴⁴⁷ Para que uma plano de cooperação se sustente em interações repetidas, é necessário que ele responda aos seguintes imperativos:

- 1) Evitar conflitos desnecessários, respondendo cooperação com cooperação
- 2) Ser capaz de reagir a uma agressão despropositada
- 3) Ser capaz de “perdoar” um ator após a defecção, mantendo-se aberta à possibilidade de novas cooperações
- 4) Ser claro, de forma que os outros jogadores possam entender seu propósito.⁴⁴⁸

De Cathal, podemos concluir sem problemas que praticou o 1, 3 e provavelmente o 4; Áed, seu filho, demonstrou o 1 e 2, se acreditarmos na versão gaélica dos acontecimentos de 1227. Áed mac Ruaidhri descumpriu o 1 e o 4 ao se voltar contra os de Burgh logo após tê-los ajudado contra o filho de Cathal. Feidhlim, em seu longo e tempestuoso reinado, exerceu repetidas vezes o 2 e o 3, ora agindo contra a Coroa, ora buscando seu apoio e lhe jurando lealdade. De Áed na nGall, no entanto, só cabe apontar o quatro. De sua ascensão ao poder em 1265 à sua morte em 1274 é impossível encontrar instâncias de cooperação com a Coroa para além de tréguas pontuais. Mesmo antes, enquanto herdeiro de Feidhlim, sua postura se mostrou consistentemente mais agressiva do que a do pai. Para todos os fins, estamos diante de uma estratégia chamada por Axelrod de *ALL D*, um plano contingente que sempre opta pela defecção, independente da circunstância. De um ponto de vista estratégico, é simples entender o apelo da estratégia: em um sistema no qual o *payoff* da defecção unilateral tende a ser menor do que o da

⁴⁴⁶ AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Nova York: Basic Books, 1981, p. 50

⁴⁴⁷ AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Nova York: Basic Books, 1981, p. 56

⁴⁴⁸ AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Nova York: Basic Books, 1981, p. 20. Embora Axelrod trabalhe exclusivamente com interações em que a comunicação é impossível, podemos, no nosso contexto, inclui-la também ao item 4.

defecção mútua (como o modelo aqui empregado), *ALL D* é sempre coletivamente estável. Posto que não há chance de cooperação, não há como qualquer outra estratégia sobreviver na ausência da intervenção de algum fator que condicione uma mudança bilateral.⁴⁴⁹

As razões que propiciaram a emergência do *ALL D* – quiçá a descrição mais abstrata do que teria sido o Agrupamento Irlandês – se manifestaram paulatinamente ao longo das décadas. De rei contestado nos anos 1230, Feidhlim e seu filho Áed construíram uma base de apoio que tornava os *outcomes* de rompimento mais convidativos aos seus interesses. O tom da carta de Henrique III durante o jogo de 1255 parece indicar que o câmbio já aparentava ter sido posto em prática. Ao mesmo tempo, a pressão redobrada de magnatas inglesas e a relutância da Coroa em minar suas ambições fazia dos de Burgh e de outros estrangeiros as principais ameaças à integridade do reino de Connacht. Áed na nGall pode ter tido ainda outra segurança contra a Coroa na forma de um incremento ao seu poderio militar. Em 1259, ele se casou com a filha de Dubhnall mac Somhairle, parente dos senhores das Ilhas Hébridas, na Escócia.⁴⁵⁰ O peculiar, na história, foi seu dote: uma tropa de 160 soldados, segundo os Anais de Loch Cé.⁴⁵¹ É possível que Áed tenha comandado o primeiro regimento de *gallógláigh*, ou *galloglass* (lit. *gall ógláigh*, “guerreiros estrangeiros”), uma infantaria pesada de origem escocesa que comporia a tropa de elite dos chefes irlandeses até a era moderna.⁴⁵²

Conquanto esse processo aparente ser mais complexo do que um simples conflito geracional, a hipótese de Vestraten ainda dispõe de um mérito. Embora insuficiente para explicar a transição entre as estratégias de Feidhlim e Áed na nGall, a ideia de que a integração ao Senhorio se tornara uma opção pouco atrativa aos “filhos de reis” clarifica uma de suas possíveis causas. Se o rei de Connacht se tornara incapaz de controlar seus súditos, é provável que, tal como Áed mac Ruaidhri em 1230, ele tenha optado por uma dependência em F em vez de P-D por pragmatismo, conformando-se ao que, em seu ponto de vista constituía uma ameaça mais séria ao seu reinado. O fato de que Feidhlim

⁴⁴⁹ AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Nova York: Basic Books, 1981, p. 63

⁴⁵⁰ De onde, possivelmente, recebeu seu epíteto “na nGall”, lit. “dos estrangeiros”.

⁴⁵¹ “Aodh .H. Conchobair do thabairt ionaidh Amláimh do Art bheg mac Airt h-I Ruairc. Art mac Cathail riabhaig I Ruairc do ghabáil dAodh .H. Conchobair. Aodh.H. Conchobair do dhul go Doire Choluim Chille do thabairt inghene Dubhghaill Mic Somairle, & ocht fichit óglaoch máraon ría, & Ailín Mac Somairle maille friú.” *ANALIS DE LOCH CÉ*, 1259. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 430 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

⁴⁵² A hipótese foi primeiramente sugerida por Orpen. Cf. ORPEN, G. **Ireland Under the Normans**, v.3. Oxford: Clarendon Press, 1920, pp. 236-37

colaborou com a onda de atividades anti-inglesas a partir dos anos 1240 e ergueu os alicerces que viabilizariam o *ALL D* nos anos 1260 não significa que seus atos tenham sido calculados ou mesmo deliberados. Antes, a trajetória de Feidhlim aponta para um ensaio de adaptação um tanto vacilante, visando ao apaziguamento de tensões internas ao mesmo tempo em que evitava alardear uma pretensa autonomia em relação à Coroa. Visto desta forma, sua carta a Henrique III em 1261, logo após a confederação de Áed na nGall com Brian Ó Neill (1258) e o recebimento dos *gallóglaih* (1259) parece visar ao convencimento da Coroa de que *romper* não era, para ele, uma estratégia dominante. Não somente uma reação planejada à colonização agressiva, nem tampouco mera explosão de uma onda de beligerância, a gênese do Agrupamento Irlandês se deu entre o imperativo destrutivo (e auto-destrutivo⁴⁵³) do rompimento com a Coroa e uma iniciativa elaborada – envolvendo diplomacia, força militar e aparatos simbólicos⁴⁵⁴ -- para evitar um caminho sem volta.

⁴⁵³ É necessário enfatizar que tanto as rebeliões de 1247-50 quanto a investida de Brian Ó Neill em 1260 (com quem Aedh na nGall se aliara) foram um fracasso para os chefes gaélicos, com ônus significativos para os clãs. Vide. FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 163

⁴⁵⁴ Notavelmente, como visto, a ênfase em uma liturgia real embasada em modelos continentais.

Conclusão e Discussão

Thomas Finan argumentou a favor de uma “grande estratégia” para sistematizar as ações dos reis de Connacht no século XIII. Emprestando o termo da teoria militar, o autor propôs que suas decisões nos campos da diplomacia, política econômica, exercício da guerra e produção cultural possuem um denominador comum no objetivo de preservar o domínio do clã sobre os *King’s Cantreds*.⁴⁵⁵ Este objetivo teria se mantido uma constante durante o período, a ponto de influenciar a própria crônica que serviu de fonte aos Anais de Connacht. Embora admita diferenças na política de cada um dos reis e conceda que nem sempre suas ações foram conscientes ou deliberadas, Finan defende que os Uí Conchobhair dispunham de um conjunto limitado de opções estratégicas, cuja análise pode explicar a trajetória do clã no longo prazo.⁴⁵⁶

Meu propósito nessa dissertação foi mais geral e, ao mesmo tempo, menos ambicioso do que o de Finan. Tal como ele, sustentei que as ações dos reis de Connacht eram contingentes, que suas estratégias apresentam similaridades o bastante para serem sistematizadas e que a manutenção de suas terras foi uma de suas prioridades essenciais nas suas interações com a Coroa. Ao contrário de Finan, no entanto, abster-me de incluir no modelo ações específicas dos reis Uí Conchobhair, contentando-me em classificar um rol amplo (e teoricamente indefinido) de possíveis ações em duas categorias gerais relacionadas à sua disposição para com a Coroa inglesa. Ademais, embora tenha me referido a evidências culturalistas quando estas se provaram úteis – a ponto de fazer referência ao próprio trabalho de Finan sobre poesia bárdica – elas integraram minha argumentação de maneira apenas incidental.

Se estas escolhas tornam esta dissertação mais tradicional do que a abordagem de Finan e mais próxima do paradigma específico de história política do qual desejava se distanciar, elas também são, para um trabalho desse escopo, mais defensáveis. Por mais relevantes que seja sua tentativa de sistematização, calcar-se em um modelo de “grande estratégia” para além de suas características gerais é uma tarefa fadada à distorção simplista. Estudiosos das ações inglesas para com a Irlanda na Idade Média enfatizaram

⁴⁵⁵ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 160

⁴⁵⁶ FINAN, T. O’Conor “Grand Strategy” and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, p. 161

como nem o reino da Inglaterra, dotado de um aparato administrativo sofisticado, burocracia capilarizada e relativa estabilidade política, tinha capacidade para estabelecer os objetivos a longo prazo e planos de contingência esperados de organizações políticas contemporâneas – pelas quais o conceito de Finan é normalmente mobilizado.⁴⁵⁷ É implausível que os reis gaélicos, reféns de um sistema de sucessão que facilitava rupturas dinásticas e uma concepção de poder que legitimava a contestação violenta, disporiam de mais sucesso, ou mesmo que tal possibilidade estivesse em seu horizonte de expectativas.

De um ponto de vista específico, a trajetória dos reis de Connacht no século XIII aponta para um câmbio entre uma conjuntura em que a cooperação com a Coroa se mostrava vantajosa para outra em que a defecção para com a mesma se apresentou como estratégia dominante. Da parte dos ingleses, problemas domésticos e a necessidade de apaziguar magnatas influentes fizeram das concessões aos chefes gaélicos um curso de ação cada vez menos convidativo. Da parte dos irlandeses, a volubilidade da Coroa – característica de sua política de faccionalismo – e a subsequente pressão de súditos do clã tornaram a potencial aliança com a Coroa uma resposta insuficiente a seus rivais dinásticos. Esta mudança parece ter se efetivado de maneira mais visível no reinado de Feidhlim Ó Conchobhair (1230-1265) e não parece ter sido decorrência de um mero “choque de gerações” entre um proponente tardio de um alinhamento com o mundo inglês e jovens rebeldes ansiosos por uma coalização gaélica. Pelo contrário, ela parece ter sido gradual e, ao menos até certo ponto, calculada. A aproximação de Áed na nGall com outros atores gaélicos e estrangeiros se deu ainda no reinado de Feidhlim, ao mesmo tempo em que o então rei se empenhava em negociações com Henrique III. Esta concomitância parece apontar que o próprio Feidhlim tentara manter canais abertos tanto com a Coroa como com chefes gaélicos independentes.

Crucial para o objetivo desse trabalho é notar como nenhum desses desenvolvimentos representou uma crise de governança propriamente dita. Antes, serviram – de forma relativamente bem sucedida – ao propósito de avertê-la. Para a Coroa, a cooperação com os Uí Conchobhair durante o reinado de Cathal Crobhderg agregou-lhe um ator capaz de pressionar magnatas anglo-irlandeses inconvenientes. Quando disputas senhoriais e o enfraquecimento dos reis de Connacht alterou suas prioridades, a cessão de terras na Irlanda teve como fim apaziguar favoritos pelo exercício

⁴⁵⁷ Vide HARTLAND, B. Policies, Priorities and Principles: The King, the Anglo-Irish and English Justiciars in the Fourteenth Century. In: SMITH, B. (Ed.) **Ireland and the English World in the Late Middle Ages**. Basingstoke/Nova York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 131

da *royal patronage* e assegurar uma renda a seu filho para viabilizar um casamento politicamente interessante. Do ponto de vista dos chefes gaélicos, a tentativa de se tornarem vassalos da Coroa em uma acepção anglo-continental foi uma tática de governança para assegurar a continuidade dinástica diante do modelo sucessório eletivo adotado na Irlanda gaélica. Quando este plano não se efetivou, arruinado pelos eventos de 1224-28, a gradual aproximação com aliados não-ingleses teve como fim remediar um problema deflagrado pela eleição contestada de Áed mac Cathal: o enfurecimento de linhagens subordinadas (como os MicDiarmata e os MicAirechtaig) e sua propensão a apoiar seus rivais dinásticos, os filhos de Ruaidhri. A sucessão de guerras entre os anos de 1230 e 1270, portanto, enquadram-se menos como sintoma de uma desordem entrópica do que como evidência de que atores gaélicos e ingleses habitavam comunidades políticas distintas em função das quais priorizariam suas ações.

Em todo o caso, seria errado atribuir motivações xenofóbicas às maquinações da Coroa e dos magnatas ingleses. Há evidências para se argumentar de que irlandeses eram vistos como inferiores no período. A *Expugnatio Hibernica* de Geraldo de Barri – ela própria uma obra rabidamente anti-irlandesa – cita que ingleses na expedição do futuro rei João teriam ridicularizado chefes gaélicos, puxando-lhes pela barba durante sua primeira viagem à ilha, em 1185.⁴⁵⁸ Já a *Histoire* dos de Bethune narra que Cathal Crobhderg Ó Conchobhair provocou gargalhadas nos ingleses ao não conseguir montar um cavalo selado que lhe havia sido dado de presente.⁴⁵⁹ A despeito destes e outras anedotas, não parece provável que estes julgamentos tenham influenciado as ações políticas da Coroa para o clã Uí Conchobhair. Como Peter Crooks afirmou, enfraquecer vassalos estimulando rivalidades e alternando favores era tática de governança favorita dos monarcas ingleses, não uma especificidade de sua política na Irlanda.⁴⁶⁰ Nos cerca de

⁴⁵⁸ “*In ipso igitur adventu filii regis in insulam, occurrent ei apud Waterfordiam Hibernici de partibus illis viri non infimi, fideles hactenus Anglis e pacifici, tanquam domino congratulantes, et eum in osculo pacis suscipientes. Qui statim a novis nostris et Normannis in despectum et derisum habiti; per barbas quoque, quas more patriae grandes habuerant et prolixas, quidam ex ipsis minus decenter sunt tractati.*” GERALDO DE GALES. *Expugnatio Hibernica*. DIMOCK, J.F (Ed.) **Giraldus Cambrensis: Opera**, v.5. Londres: Longman, 1867, p. 389

⁴⁵⁹ “*Li rois de Counoc vint à son sierviece, une de plus riches roys d’Yrlande; moult amena grans gens; mais tout furent à pié et moult merveilleusement atorné. Li rois meismes fu moult provement montés et atornés à lor guise. Li rois Jehans li fist presenter .i. moult rice destrier et moult richement ensielé et enfrené. Li rois de Counoc l’en merchia; puis fist oster la siele et monta sus tout à ars, car il ne savoit chevaucier à tout siele; et si faitement chevaucha-il une grant piece delés le roi Jehan, qui grant fieste en ot; autresi orent les gens.*” *Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre*. MICHEL, F. (Ed.) **Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d’Angleterre**. Paris: Societé de l’Histoire de France, 1840, p.112

⁴⁶⁰ CROOKS, P. ‘Divide and Rule’: Factionalism as Royal Policy in the Lordship of Ireland, 1171-1265. *Peritia*, v. 19, 2005, pp. 263-307

80 anos analisados nesse trabalho, pude encontrar exemplos de ingleses desfavorecidos perante irlandeses, irlandeses agindo contra ingleses e contra outros irlandeses sob o aval da Coroa e mesmo irlandeses apelando pela intervenção de outros poderes estrangeiros. Estes episódios são incompatíveis com a tese de que estes atores apresentariam uma motivação nacionalista.

A teoria dos jogos, empregada para analisar essas interações, apresenta atrativos metodológicos, mas não deve ser encarada como uma panaceia. Como adverte David Hackett-Fischer, nenhum método histórico deve existir em função de si mesmo, tampouco prescindir o cuidado com as particularidades do objeto de estudo ao qual é empregado.⁴⁶¹ Com raras exceções, as poucas aplicações de teoria dos jogos à história até hoje levadas à cabo se prestaram mais a sua apresentação à comunidade dos historiadores do que a uma contribuição à historiografia propriamente dita. Como resultado, tenderam a operar com as fontes como repositórios de dados “prontos para o uso” ou – o que é ainda pior – buscaram exclusivamente na bibliografia secundária as utilidades dos agentes históricos. Como tentei demonstrar no exercício empreendido no Capítulo 3, este *modus operandi* é simplesmente impraticável. Uma das maiores dificuldades de historiadores na pesquisa em história é a necessidade de extrair informações que as fontes às quais recorrem não foram originalmente concebidas para prover. Para tanto, é necessário que analisem não apenas o conteúdo dos documentos, mas seus contextos de produção e aspectos discursivos e materiais. A maior saliência nos diplomas de terra de Cathal Crobhderg e Guilherme de Burgh, em um exemplo entre tantos, está não no objeto das concessões em si, mas na cláusula de *nisi quamdiu ipsi regi et heredibus suis bene serviret* incluída no documento do primeiro, mas ausente no do segundo. O que poderia em uma leitura simplista se passar por mera tecnicidade ou força retórica de uma linguagem jurídica ultrapassada é, na verdade, um dado que altera completamente nosso entendimento do propósito destes diplomas.

O abismo, trazido à atenção por Frank Zagare⁴⁶², entre uma narrativa detalhista e descritiva e uma explicação sintética e abstrata nunca será plenamente transposto, não porque historiadores são relutantes em incorporar teoria, mas porque o cerne do método histórico não é a explicação, e sim a análise documental, que modelo algum pode

⁴⁶¹ HACKETT FISCHER, D. **Historians' Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought**. Nova York: Harper Perennial, 1970, p. xxi

⁴⁶² ZAGARE, F.C. **The Games of July: Explaining the Great War**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2011, p. 12

substituir. Historiadores interessados em contribuir ao diálogo entre estas duas perspectivas deverão, portanto, adotar uma via média, um formato que lhes permita agregar a coerência da linguagem abstrata ao escrutínio de fontes característico de sua disciplina. Essa dissertação é uma sugestão de como este formato poderia ser, embora não se preze, de maneira alguma, como um exemplo final a ser seguido. Ela é, não obstante, um convite para um diálogo, que em sua forma definitiva talvez exija uma nova geração de historiadores instruídos em métodos formais, ou uma cooperação entre profissionais de departamentos diferentes em projetos de pesquisa conjuntos. Progressos análogos na área de humanidades digitais – nas quais disciplinas tradicionais dividem espaço com profissionais dos campos STEM – comprova que este não é um cenário inverossímil.⁴⁶³

A incorporação de uma metodologia tão incomum à prática historiográfica pode parecer um esforço desnecessário, mas traz vantagens que não devem ser desprezadas. Mesmo em sua formulação mais simples, a teoria dos jogos força o historiador a considerar a natureza da tomada de decisões, o caráter individual ou coletivo de atores sociais e o tipo de informação de que dispunham. Ao organizar estes dados em um modelo analítico, julgamentos *ex post facto* tornam-se mais explícitos e, conseqüentemente, mais fáceis de serem contornados. Dois juízos desta natureza aparecem de maneira incidental na historiografia sobre a expedição real de 1210, abordada no Capítulo 4. Se distorções desta natureza dificilmente comprometerão por si só uma tese histórica, elas podem reforçar teses deterministas ou generalizações indevidas.

Para historiadores de outras especialidades, com acesso a fontes mais diversificadas e abundantes, a teoria dos jogos apresenta ainda outros atrativos. A análise de jogos repetidos, em especial, é uma maneira versátil de sistematizar registros de eventos históricos consecutivos. Esta metodologia, já aplicada em outras ciências sociais, pode elucidar questões importantes sobre o desenvolvimento de processos históricos a longo prazo, incluindo o efeito de intervenções e manobras de ruptura, a emergência espontânea de cooperação e a escalada de hostilidades em períodos de *antebellum*. Ademais, em um nível puramente epistemológico, o uso da teoria jogos fornece uma resposta à crítica pós-moderna sobre a arbitrariedade da história científica. Embora a aplicação de modelos nada diga sobre a relação de historiadores com suas fontes, ela vai de encontro à tese, defendida por Keith Jenkins, Alun Munslow e outros, de que a prática historiográfica está presa à escrita narrativa e, portanto, às convenções da forma

⁴⁶³ Vide MARINO CARVALHO, V. Videogames as Tools for Social Science History.[no prelo]

literária.⁴⁶⁴ Ao exprimir um argumento por meio de um recurso não-narrativo – nem que de maneira anciliar à narrativa em si – a teoria de jogos reforça, como já o haviam feito outros⁴⁶⁵, que a escrita da história não é antitética aos princípios gerais da inferência científica.

⁴⁶⁴ JENKINS, K. **Rethinking History**. Londres/Nova York: Routledge, 1991; MUNSLOW, A. **Deconstructing History**. Londres/Nova York: Routledge, 1997.

⁴⁶⁵ O exemplo mais significativo, sem dúvida, é o de Fernand Braudel. Em seu apelo para a aproximação da história com as demais ciências sociais, o historiador chega a especificamente a teoria dos jogos. BRAUDEL, F. Histoire et Sciences Sociales: La Longue Durée. **Annales ESC**, v.13, n.4, 1958, pp. 725-53. David Hackett-Fischer, citado anteriormente, no Capítulo 2, é outro a defender a narrativa histórica como um tipo (quando não um agregado) de modelos explicativos. HACKETT FISCHER, D. **Historians' Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought**. Nova York: Harper Perennial, 1970, p. xv

Bibliografia

Fontes inglesas e continentais

a) Documentos da administração central

Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1227-1231. Londres: HMSO, 1902

Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1242-1247. Londres: HMSO, 1916

Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1251-1253. Nendeln: Kraus-Thomson, 1970

Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1254-1256. Nendeln: Kraus-Thomson, 1970

Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232. Londres: HMSO, 1903

BERRY, H.F. (Ed.) **Statutes and Ordinances, and Acts of the Parliament of Ireland , v.1: King John to Henry V.** Dublin: HMSO, 1907

CLARKE, A.; CALEY, J.; HOLBROOKE, F.; CLARKE, J.W. (Eds.) **Rymer's Foedera, 1066-1383**, v.1 parte 1. Londres: Record Commission, 1816-1869

DAVIES, O.; QUINN, D.B. The Irish Pipe Roll of 14 John, 1211-1212. **Ulster Journal of Archaeology**. 3a série, v. 4, suplemento: The Irish Pipe Roll of 14 John, 1211-1212, 1941, pp. 1-76

DUFFUS HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Litterarum Patentium in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1835

_____. **Rotuli Chartarum in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1837

_____. **Rotuli de Liberate ac de Misis et Praestitis, Regnante Johanne.** Londres: 1844

_____. **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224.** Burlington: TannerRichie Publishing, 2007

RYMER, T.; SANDERSON, R.(Eds.) **Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque Generis Acta Publica (...).** George Holmes, 1745

SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, v.1.** Londres: Longman, Green, Longman e Roberts, 1862

_____. **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III**, v.2
Londres: Longman, 1866

b) Outras fontes em latim ou francês

GERALDO DE BARRI. *EXPUGNATIO HIBERNICA*. DIMOCK, J.F (Ed.) **Giraldus Cambrensis: Opera**, v.5. Londres: Longman, 1867

ROGÉRIO DE WENDOVER. *FLORES HISTORiarum*. COXE, H. O. (Ed.) **Rogeri de Wendover: Chronica, sive Flores Historiarum**. v.3 Londres: Sumptibus Societatis, 1841

HISTOIRE DES DUCS DE NORMANDIE ET DES ROIS D'ANGLETERRE. MICHEL, F. (Ed.) **Histoire des Ducs de Normandie et des Rois d'Angleterre**. Paris: Societé de l'Histoire de France, 1840

c) Calendars em língua inglesa de fontes sobre a Irlanda do século XIII

SWEETMAN, H.S. (Ed.) **Calendar of Documents Relating to Ireland 1171-1251**. Londres: Longman/Trubner, 1875

_____. **Calendar of Documents Relating to Ireland 1252-1284**. Londres: Longman/Trubner, 1877

Fontes gaélicas

ANNAIS DE CLONMACNOISE. MURPHY, D. (Ed.) **The Annals of Clonmacnoise Being Annals of Ireland from the Earliest Period to A.D. 1408**. Dublin: University Press, 1896

ANNAIS DE CONNACHT. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

ANNAIS DE INISFALLEN. MAC AIRT, S. (Ed. e Trad.) **The Annals of Inisfallen (MS. Rawlinson B. 503)** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100004/index.html>> (Acesso em 23/03/2016)

ANNAIS DE LOCH CÉ. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

ANNAIS DOS QUATRO MESTRES. O'DONOVAN, J. (Ed.) **Annála Rioghachta Éireann. Annals of the Kingdom of Ireland by the Four Masters, from the earliest period to the year 1616. Edited from MSS in the Library of the Royal Irish Academy and of Trinity College Dublin with a translation and copious notes.** Dublin: Royal Irish Academy, 1848-51. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100005C/index.html>> (Acesso em 24/04/2016)

CERT CEIG RIG NO RÉIL. O'DONOGHUE, T. Cert Ceig Rig no Réil. In: BERGIN, O.; MARSTRANDER, C. (Eds.) **Miscelanny Presented to Kuno Meyer by Some of His Friends and Pupils on the Occasion of his Appointment to the Chair of Celtic Philology in the University of Berlin.** Halle: Max Niemeyer, 1912

DOMHNAILL Ó NEILL. *REMONSTRANCE OF THE IRISH CHIEFS TO POPE JOHN XXII (A.D. 1317).* CURTIS, E.; MCDOWELL, R.B. (Eds.) **Irish Historical Documents 1172-1922.** Londres/Nova York: Barnes & Noble, 1243, pp. 38-46. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T310000-001/index.html>> (Acesso em 23/04/2016)

LIVRO DE MACCARTHAIGH. Ó HINNSE, S. (Ed e Trad.) **Miscellaneous Irish Annals (A.D. 1114-1437).** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1947 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100013/index.html>> (Acesso em 23/03/2016)

Tipologia de fontes

CLANCHY, M.T. **From Memory to Written Record: England 1066-1307.** Oxford/Cambridge: Wiley-Blackwell, 2013

CONNOLLY, P. **Medieval Record Sources.** Dublin: Four Courts, 2002

DRYBURGH, P.; SMITH, B. (Eds.) **Handbook & Select Calendar of Sources for Medieval Ireland in the National Archives of the United Kingdom.** Dublin: Four Courts, 2004

FRAME, R. Rediscovering Medieval Ireland: Irish Chancery Rolls and the Historian. **Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archaeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature**, v. 113C, 2013, pp. 193-217

HAND, G.J. Material Used in 'Calendar of Documents Relating to Ireland'. **Irish Historical Studies**, v.12, n.49, 1960, pp. 99-104

MAC NIOCAILL, G. **The Medieval Irish Annals**. Dublin: Dublin Historical Association, 1975

O'DWYER, B.W. The Annals of Connacht and Loch Cé and the Monasteries of Boyle and Holy Trinity. **Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature**. v. 72, 1972, pp. 83-101

SIMMS, K. **Medieval Gaelic Sources**. Dublin: Four Courts, 2009

Teoria

a) Apontamentos teóricos gerais

BRAUDEL, F. Histoire et Sciences Sociales: La Longue Durée. **Annales ESC**, v.13, n.4, 1958, pp. 725-53

DAVIES, R.R. The Medieval State: The Tyranny of a Concept? **Journal of Sociological History**, v. 16, n. 2, 2003, pp. 280-300

HACKETT FISCHER, D. **Historians' Fallacies: Towards a Logic of Historical Thought**. Nova York: Harper Perennial, 1970

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, 1268, pp. 1243-1248

HIDÉN, H.; SVENSSON, M. The Concept of Norms in Sociology of Law. **Scandinavian Studies in Law**, v.53, 2008, pp. 15-32

MCCARTY, W. Modeling: A Study in Words and Meanings. In: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J. (Eds.) **A Companion to Digital Humanities**. Oxford: Blackwell, 2004, pp. 254-70

POSNER, E.A. **Law and Social Norms**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2000

b) Governança, governabilidade e conceitos análogos

AREND, A. C. **Legal Rules and International Society**. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1999

BULL, H. **The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics**. Nova York: Palgrave, 2002

CHAYES, A.; CHAYES, A.H. On Compliance. **International Organization**, v.47 n.2, 1993, pp. 175-205

ELLICKSON, R.C. **Order Without Law: How Neighbours Settle Disputes**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1991

FRIEDRICHS, J. The Neomedieval Renaissance: Global Governance and International Law in the New Middle Ages. *In*: DEKKER, I.F.; WERNER, W.G. (Eds.) **Governance and International Legal Theory**. Berlim: Springer, 2004, pp. 3-36

KACOWITZ, A.M. Global Governance, International Order, and World Order. *In*: LEVI-FAUR, D. (Ed.) **Oxford Handbook of Governance**. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 686-698

KOOIMAN, J. (Ed.) **Modern Governance: New Government – Society Interactions**. Londres/Thousand Oaks/Nova Delhi: Sage Publications, 1993

ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E.O. (Eds.) **Governance Without Government: Order and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992

STOKER, G. Governance as Theory: Five Propositions. **International Social Science Journal**, v. 50, n. 155, 1998, pp. 17-28

VAN KERSBERGEN, K.; VAN WAARDEN, F. ‘Governance’ as a bridge between discipline: Cross-disciplinary inspiration regarding shifts in governance and problems of governability, accountability and legitimacy. **European Journal of Political Research**. v. 43, 2004, pp. 143-171

c) Teoria dos jogos e ação racional

AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Nova York: Basic Books, 1981

AYA, R. The Third Man; or, Agency in History; or Rationality in Revolution. **History and Theory**, v. 40, n. 4, Dossiê Temático 40: Agency After Postmodernism, 2001, pp. 143-52

BATES, H.R.; GREIF, A.; LEVI, M.; ROSENTHAL, J-L.; WEINGAST, B.R. **Analytic Narratives**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

BRAMS, S. **Game Theory and the Humanities: Bridging Two Worlds**. Cambridge/Londres: MIT Press, 2011

FEREJOHN, J. PASQUINO, P. A Teoria da Ação Racional na Ciência Política: Conceitos de Racionalidade em Teoria Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16 n. 45, 2001, pp. 5-24

JOHNSON, J. Is Talk Really Cheap? Prompting Conversation Between Critical Theory and Rational Choice. **The American Political Science Review**, v. 87, n.1, 1993, pp. 74-86

KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral Economics. **The American Economic Review**, v.93, n. 5, 2003, pp. 1449-1475

MONGIN, P. Retour à Waterloo. Histoire Militaire et Théorie des Jeux. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 63e année, 2008, pp. 39-69

MORROW, J.D. **Game Theory for Political Scientists**. Princeton: Princeton University Press, 1994

MYERSON, R.B. **Game Theory: Analysis of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1991

NASH, J. F. **Non-Cooperative Games**. [Tese de Doutorado], Universidade de Princeton, 1950

O'NEILL, B. **Honors, Symbols, and War**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999

_____. Game Models of Peace and War: Some Recent Themes. *In*: Cf. AVENHAUS, R.; ZARTMAN, I.W. **Diplomatic Games: Formal Models and International Negotiations**. Berlin/Heidelberg: Springer Verlag, 2007, pp. 25-44

OSBOURNE, M.J.; RUBINSTEIN, A. **A Course in Game Theory**. Cambridge: MIT Press, 1998

SCHELLING, T.C. **The Strategy of Conflict**. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1960

SWEDBERG, R. Sociology and Game Theory: Contemporary and Historical Perspectives. **Theory and Society**, v.30, 2001, pp. 301-335

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Rational Choices and the Framing of Decisions. **Journal of Business**, v.59, n.4, pt.2, 1986, pp. S251-S278

VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. **Theory of Games and Economic Behavior**. Princeton: Princeton University Press, 1944

ZAGARE, F.C. **The Games of July: Explaining the Great War**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2011

Arqueologia e estudos de castelos

COULSON, C.H.L. **Castles in Medieval Society: Fortresses in England, France, and Ireland in the Central Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 2003

FINAN, T. Moated Sites in Country Roscommon: A Statistical Approach. In: ETTEL, P.; FLAMBART HÉRICHER, A-M.; O'CONOR, K. (Eds.) **Château et frontière. Actes du colloque international d'Aabenraa (Danemark, 24-31 août 2012)**. Caen: Publications du CRAHM, 2014, pp. 177-180

_____. 3D Castle Reconstruction as Interpretive Modelling: The Medieval Lough Cé Project. In: ETTEL, P.; FLAMBART HÉRICHER, A-M.; O'CONOR, K. (Eds.) **L'origine du château médiéval, actes du colloque de Rindern, Allemagne (2010)**. Caen: Caen: Publications du CRAHM, 2012, pp. 45-49

MCNEILL, T. **Castles in Ireland: Feudal Power in a Gaelic World**. Londres/Nova York: Routledge, 1997

O'CONOR, K. D. The Ethnicity of Irish Moated Sites. **Ruralia III – Pamákyt archeologické – Supplementum 14**. Praga, 2000, pp. 92-102

O'KEEFFE, T. The Fortifications of Western Ireland, AD 1100-1300, and Their Interpretation. **Journal of the Galway Archeological and Historical Society**, v. 50, 1998, pp. 184-200

O Senhorio da Irlanda e o mundo britânico

BRAND, P. Irish Law Students and Lawyers in Late Medieval England. **Irish Historical Studies**. Vol. 32, No. 126 (Nov., 2000), pp. 161-173

BOLTON, J.L. Irish Migration to England in the Late Middle Ages: The Evidence of 1394 and 1440. **Irish Historical Studies**. Vol. 32, No. 125 (Maio, 2000)

COSGROVE, A. (Ed.) **A New History of Ireland II: Medieval Ireland 1169-1534**. Oxford: Oxford University Press, 1987

COSS, P. Bastard Feudalism Revised. **Past and Present**. n. 125, 1989, pp. 27-64

CROOKS, P. 'Divide and Rule': Factionalism as Royal Policy in the Lordship of Ireland, 1171-1265. **Peritia**, v. 19, 2005, pp. 263-307

CURTIS, E. **A History of Ireland from Earliest Times to 1922**. Londres/Nova York: Routledge, 2000

DAVIES, R.R. Lordship or Colony? *In*: LYDON, J. (Ed.) **The English in Medieval Ireland**. Dublin: Royal Irish Academy, 1984, pp. 142-60

DAVIES, R.R.; SMITH, B. (Ed.) **Lords and Lordship in the British Isles in the Late Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 2009

DAVIS, V. Irish Clergy in Late Medieval England. **Irish Historical Studies**. Vol. 32, No. 126 (Nov., 2000), pp. 145-160

DOLLEY, M. **Anglo-Norman Ireland**. Dublin: Gill & Macmillan, 1972

DUFFY, S. The British Perspective. *In*: RIGBY, S.H. **A Companion to Britain in the Middle Ages**. Oxford/Malden: Blackwell, 2003, pp. 165-182

_____. Henry II and England's Insular Neighbours. *In*: HARPER-BILL, C.; VINCENT, N. (Eds.) **Henry II: New Interpretations**. Woodbridge: Boydell Press, 2007

_____. King John's Expedition to Ireland, 1210: The Evidence Reconsidered. **Irish Historical Studies**, v.30. n.117, 1996, pp. 1-24

FLANAGAN, M.T. **Irish Society, Anglo-Norman Settlers, Angevin Kingship: Interactions in Ireland in the Late Twelfth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1990

FRAME, R. **Ireland and Britain, 1170-1450**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1998

_____. **Colonial Ireland, 1169-1369**. Dublin: Four Courts, 2012

GILLINGHAM, J. **The English in the Twelfth Century: Imperialism, National Identity and Political Values**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2000

_____. A Second Tidal Wave? The Historiography of English Colonization of Ireland, Scotland and Wales in the Thirteenth Centuries. *In*: PISKORSKI, J. **Historiographical Approaches to Medieval Colonization of East Central Europe**. Colônia: East European Monographs, 2002, pp. 303-27

HARTLAND, B. English Lords in Late Thirteenth Century and Early Fourteenth Century Ireland: Roger Bigod and the de Clare Lords of Thomond. **English Historical Review**, v. CXXII, n. 496, 2007, pp. 318-348

_____. HARTLAND, B. Policies, Priorities and Principles: The King, the Anglo-Irish and English Justiciars in the Fourteenth Century. *In*: SMITH, B. (Ed.) **Ireland and the English World in the Late Middle Ages**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009, pp. 130-140

HICKS, M. **Bastard Feudalism**. Londres/Nova York: Routledge, 1995

LYDON, J. **The Lordship of Ireland in the Middle Ages**. Dublin: Four Courts, 2003 (1ed 1972)

_____. The Problem of the Frontier in Medieval Ireland. **Topic: A Journal of the Liberal Arts**, XIII, v. VII p. 1, 1967, pp. 5-22

MCFARLANE, K. **England in the Fifteenth Century**. Londres: Hambledon Press, 1981

OTWAY-RUTHVEN, A.J. **A History of Medieval Ireland**. Nova York: Barnes & Noble, 1980

_____. The Chief Governors of Mediaeval Ireland. **The Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland**. Vol. 95, N. ½, Papers in Honor of Liam Price, 1965, pp. 227-236

_____. Anglo-Irish Shire Government in the Thirteenth Century. **Irish Historical Studies**. Vol. 5, No. 17 (Mar., 1946), pp. 1-28

_____. The Native Irish and English Law in Medieval Ireland. **Irish Historical Studies**. Vol. 7, No. 25 (Mar., 1950), pp. 1-16

ORPEN, G. **Ireland Under the Normans**. Oxford: Clarendon Press, 1911-1920

_____. The effects of Norman rule in Ireland, 1169-1333. **The American Historical Review**. v.19 n.2, 1914, pp. 245-256

PRESTWICH, M. **Edward I**. New Haven/Londres: Yale University Press, 1997

PRICE, H.; WATTS, J. **Power and Identity in the Middle Ages. Essays in Memory of Rees Davies**. Oxford: Oxford University Press, 2007

QUINN, D.B. Anglo-Irish Local Government, 1485-1534. **Irish Historical Studies**. Vol. 1, No. 4 (Set., 1939), pp. 354-381

RICHARDSON, H.G. English Institutions in Medieval Ireland. **Irish Historical Studies**. Vol. 1, No. 4 (Set., 1939), pp. 382-392

RICHARDSON, H.G.; SAYLES, G.O. **The Irish Parliament in the Middle Ages**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1952

RICHTER, M. **Medieval Ireland: The Enduring Tradition**. Dublin, Gill & Macmillan, 2005

RIDGEWAY, H.W. Foreign Favourites and Henry III's Problems of Patronage, 1247-1258. **The English Historical Review**, v.104, n.412, 1989, pp. 590-610

SMITH, B. **Britain and Ireland, 900-1300: Insular Responses to Medieval Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

_____. **Colonisation and Conquest in Medieval Ireland: The English in Louth, 1170-1330**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

_____. Tenure and Locality in North Leinster. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, pp. 29-40

_____. (Ed.) **Ireland and the English World in the Late Middle Ages**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009

STUBBS, W. **The Constitutional History of England**, Vol.1. Oxford: Clarendon Press, 1926 (1ª Edição 1891)

WATT, J.A. **The Church and the Two Nations in Medieval Ireland**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970

WEST, F. **The Justiciarship in England : 1066-1232**. Nova York: Cambridge University Press, 1966

WOOD, H. The Chief Governor of Ireland, 1172-1509. **Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature**. Vol. 36, 1921-1924, pp. 206-238

A Irlanda gaélica e chefes irlandeses

DUDLEY EDWARDS, R. Anglo-Irish Relations with Connacht, 1169-1224. **Irish Historical Studies** v.1 n.2 1938, pp. 135-153

FARRELL, E. P. 'Serviço Pastoral e Dependentes Ecclesiásticos na Irlanda na Alta Idade Média'. **Brathair**, v. 11 n. 2, 2011, pp. 3-15

FINAN, T. O'Connor "Grand Strategy" and the Connacht Chronicle. In: _____. (Ed.) **Medieval Lough Cé: History, Archaeology and Landscape**. Dublin: Four Courts, 2010, pp.159-180

_____. Prophecies of the Expected Deliverer in Thirteenth- and Fourteenth-Century Irish Bardic Poetry. **New Hibernia Review/Iris Éireannach Nua**, v.6, n.3, 2002, pp. 113-124

FRAME, R. Ireland after 1169: Barriers to Acculturation on an 'English' Edge. In: STRINGER, K.J.; JOTISCHKY, A. (Ed.) **Norman Expansion: Connections, Continuities and Contrasts**. Farham: Ashgate, 2013, pp. 115-144

MACNEILL, E. **Phases of Irish History**. Dublin: McGill & Son, 1920

NICHOLLS, K.W. **Gaelic and Gaelicized Ireland in the Middle Ages**. Dublin: Liliput Press, 1972

O'BYRNE, E. **War, Politics and the Irish of Leinster 1156-1606**. Dublin: Four Courts, 2003

Ó CORRÁIN, D. **Ireland Before the Normans**. Dublin: Gill and Macmillan, 1972

PERROS, H. Crossing the Shannon Frontier: Connacht and the Anglo-Normans, 1170-1224. In: BARRY, T.; FRAME, R.; SIMMS, K. **Colony and Frontier in Medieval Ireland**. Londres/Rio Grande: Hambledon Press, 1995, pp. 118-138

SANTOS, D.V.C. **Patrick: The making of a saint**. 2012. 242 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012

SIMMS, K. **From Kings to Warlords**. Woodbridge: Boydell, 2000

VERSTRATEN, F. Both King and Vassal: Feidlim Ó Conchobair of Connacht, 1230-65. **Journal of the Galway Archaeological and Historical Society**, v.55, 2003, pp. 13-37

Discussões sobre historiografia

BRADSHAW, B. Nationalism and Historical Scholarship in Modern Ireland. **Irish Historical Studies**, v. 26, n. 104, 1989, pp. 329-51

BRADY, C. **Interpreting Irish History: The Debate on Historical Revisionism 1938-1994**. Dublin: Irish Academic Press, 1999

CANNY, N. Revising the Revisionist. **Irish Historical Studies**, v.30, n. 118, 1996, pp.242-55

CROOKS, P. Introduction: The Lecky Professors. *In*: _____. (Ed.) **Government, War and Society in Medieval Ireland. Essays by Edmund Curtis, A.J. Otway-Ruthven and James Lydon**. Dublin: Four Courts, 2008

CURTIN, N. J. "Varieties of Irishness": Historical Revisionism, Irish Style. **Journal of British Studies**, v.35, n.2, 1996, pp. 195-219

DALY, M.E. Recent Writings on Modern Irish History: The Interaction between Past and Present. **The Journal of Modern History**, v.69, n.3, 1997, pp.512-533

FITZPATRICK, D.; BOURGUIGNON, H. Une histoire très catholique? Révisionnisme et orthodoxie dans l'historiographie irlandaise. **Vingtième Siècle. Revue d'Histoire**, n.94, 2007, pp. 121-133

Obras de interesse geral

"Destruction of the Irish Chancery Rolls (1304-1922)". *In*: CROOKS, P. (Ed.) **Circle: A Calendar of Irish Chancery Letters c. 1244-1509**. Disponível em: <<https://chancery.tcd.ie/content/destruction-irish-chancery-rolls-1304-1922>> (Acesso em 26/04/2016)

BARTLETT, R. **The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change 950–1350**. Londres: Penguin, 2003

BARTLETT, T.; JEFFERY, T. (Eds.) **A Military History of Ireland**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

BUTTERFIELD, H. **The Whig Interpretation of History**. Nova York/ Londres: Norton, 1965

DAVIES, J. **A Discoverie of the True Causes why Ireland was Neuer Entirely Subdued: Nor Brought Vnder Obedience of the Crowne of England, Vntill the Beginning of His Maiesties Happie Raigne**. Londres: A. Millar, 1747

DAVITT, M. **The Fall of Feudalism in Ireland or the Story of the Land League Revolution**. Londres: Harper & Brothers, 1904

- DÜRING, M.; STARK, M. Historical Network Analysis. *In*: BARNETT, G.A. (Ed.) **Encyclopedia of Social Networks**. Londres: Sage Publishing, 2011
- ERICKSON, B.H. Social Networks and History: A Review Essay. **Historical Methods**, v.30, n.3, 1997, pp. 149-57
- GREEN, A.S. **The Making of Ireland and its Undoing 1200-1600**. Londres: Macmillan & Co., 1909
- GOULD, R.V. Uses of Network Tools in Comparative Historical Research'. *In*: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.) **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 241-69
- HAYDEN, M.T. **A Short Story of the Irish People from the Earliest Times to 1920**. Londres: Longmans, Green & Co., 1922
- JENKINS, K. **Rethinking History**. Londres/Nova York: Routledge, 1991
- JUSSEN, B. *The King's Two Bodies* Today. **Representations**, v.106, n.1, 2009, pp.102-117
- KANTOROWICZ, E. H. **The King's Two Bodies: A Study in Medieval Political Theology**. Princeton: Princeton University Press, 2016
- KNOWLES, A.K. **Placing History: How Maps, Spatial Data and GIS are Changing Historical Scholarship**. New York: Esri Press, 2008
- MARINO CARVALHO, V. Videogames as Tools for Social Science History. [no prelo]
- MOODY, T.W.; MARTIN, F.X.; BYRNE, F.J. (Eds.) **A New History of Ireland IX: Maps, Genealogies, Lists: A Companion to Irish History, Part II**. Oxford: Oxford University Press, 1989
- MUNSLOW, A. **Deconstructing History**. Londres/Nova York: Routledge, 1997
- O'HEGARTY, P.S. **The Indestrucible Nation: A Survey of Irish History From the English Invasion**. Dublin/Londres: Maunsel & Co., 1918
- PLUMMER, C. (Ed.) **The Governance of England: Otherwise Called the Difference an Absolute and a Limited Monarchy**. Oxford: Clarendon Press, 1885
- ROSÉ, I. 'Reconstitution, représentation graphique et analyses des réseaux de pouvoir au haut Moyen Âge. Approche des pratiques sociales de l'aristocratie à partir de l'exemple d'Odon de Cluny (†942)' **REDES**, v. 21, 2011

THOMAS III, W. G. Computing and the Historical Imagination. *In*: SCHREIBMAN, S.; SIEMENS, R.; UNSWORTH, J.(Eds.) **A Companion to the Digital Humanities**. Malden: Blackwell, 2004, pp. 56-68

WORMALD, P. **The Making of English Law: King Alfred to the Twelfth Century, v. 1: Legislation and its Limits**. Oxford: Blackwell, 1999

Apêndice 1

Transcrições Originais dos Resumos do *Calendar of Documents Relating to Ireland*.

Introdução

Uma quantidade significativa de documentos relacionados ao Senhorio da Irlanda entre 1189 e 1274 se encontra listada, na forma de resumos, no *Calendar of Documents Relating to Ireland 1171-1307* de H.S. Sweetman. Editado em inglês moderno, enumerado e disponível em edições digitais, o *calendar* é uma das publicações mais utilizadas por pesquisadores. Infelizmente, em razão da facilidade em seu uso – e a despeito das objeções de historiadores e arquivistas⁴⁶⁶ – a obra passou a ser citada ela própria como uma fonte, preterindo qualquer análise sobre sua redação original. Dispersas em vários volumes – alguns restritos a arquivos britânicos – e reproduzidas por vezes em latim abreviado, as transcrições originais de seus documentos são, em comparação, muito menos acessíveis.

Este apêndice reúne os textos originais em latim de todos os documentos mencionados na dissertação contemplados pelo *Calendar of Documents Relating to Ireland* para os quais existem publicações em forma impressa. Ele atende a dois objetivos. O primeiro é prover um dossiê de fontes sobre o Senhorio da Irlanda para estudantes e pesquisadores interessados sobre o tema e desejosos de explorá-lo para além dos resumos de H.S. Sweetman. O segundo é deixar claro a extensão da síntese feita pelo *calendar*, de maneira que os resumos de que fiz uso na dissertação (por indisponibilidade de originais publicados) possam ser melhor escrutinizados.

Os resumos estão referenciados segundo seus números no *calendar*. Esta classificação é hegemônica na historiografia e permitirá ao leitor identificar facilmente as entradas caso se depare com a edição de Sweetman ou com qualquer trabalho historiográfico que as cite. Acompanham cada resumo sua transcrição latina, sua designação dentro de seu respectivo *corpus* documental (ex. Patent Roll ou Royal Letters) e a publicação de onde foram obtidos.

466

Algumas observações sobre as transcrições são ainda pertinentes:

1) Como mencionado no Capítulo 3, os rolos da administração inglesa eram compostos por várias membranas costuradas uma à outra. Na tradição arquivológica britânica, estas membranas são designadas pela letra “m” e são enumeradas de trás para a frente (ex: m.10 é citada antes de m.9). Este sistema de identificação pode ser encontrado em todas as edições dos rolos.

2) Como boa parte das fontes do período, os documentos da administração inglesa eram redigidos em latim abreviado para limitar o uso de pergaminho. Embora as normas de abreviação fossem comuns a todo o Ocidente medieval (e, por consequência, facilmente decifráveis), a identificação de nomes próprios é mais problemática. Vários editores, incluindo o próprio H.S. Sweetman, optaram por não reconstruir estes nomes, mantendo um apóstrofe (ex. Roth’) para indicar que tais palavras foram originalmente abreviadas.

3) O grafema latino *æ* é por vezes redigido como *ae* e, em outras, simplesmente como *e*. Pequenas discrepâncias em certas palavras (ex: *Hiberniae* e *Hibernie*; *praedictis* e *predictis*) são portanto esperadas.

4) As edições de Thomas Duffus Hardy foram publicadas exclusivamente em latim abreviado. As transcrições aqui presentes, desta forma, foram expandidas por mim. Qualquer erro ou discrepância em sua redação é de minha exclusiva responsabilidade.

1) Resumos provenientes do volume 1

Fonte: SWEETMAN, H.S. (Ed.) **Calendar of Documents Relating to Ireland 1171-1251**. Londres: Longman/Trubner, 1875

181. Safe conduct having been granted to William de Burgh to and from the K.'s court, provided that he answer Meyler Fitz Henry, justiciary of Ireland, his officers, and all persons complaining against him, except William de Breouse and his men, the K. wills that William de Burgh shall answer the latter touching any complaint; the safe conduct to endure till Christmas, a. r. 5. Rouen.

Rex etc. Omnibus etc. Sciatis nos dedisse dilecto et fideli nostro Willo de Burgh saluum conductum i veniendo ad curiam nostram et i redeundo. Ita tamen quod ipse respondeat M. filius Henr' Justiciario Hibernie, et suis et omnibus alius qui versus ipsum Willem loqui voluerit: unde ipsi per iudicium curie arrestari debeant: tunc volumus quod ipse Willes de Burgo respondeat praedicto Willo de Breosa vel suis super hiis quod adversus ipsum loqui voluerit. Et in hujus rei testimonium has litteras nostras patentium inde

fecimus: praedictis vero conductus duret usque ad Natale Domini anno etc quinto. Teste me ipso apud Roth', vij die Julii

Patent Roll 5 John m.8 In: DUFFUS HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Litterarum Patentium in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1835, pp. 31b-32a

222. The K. to Meyler Fitz Henry, justiciary of Ireland. The justiciary has advised that the King of Connaught quit-claimed to the K. two third parts of Connaught, the other third to remain to the King of Connaught by right of inheritance, at a yearly rent to the K. of 100 marks. The K. and his council claiming this expedient, the K. commands the justiciary that he select for the K.'s use the two thirds in which lie the best towns and harbours, those fittest for the K.'s interest and for fortifying castles ; that he take from the King of Connaught hostages and security for his faithful service, for which service the third of Connaught shall remain to him ; that he cause the villeins and fugitives who have fled from the K.'s two thirds to return with their chattels and retinue ; that he strengthen castles, found towns, and assess rents in those parts ; that to the best of his judgment he forwards the K.'s interests ; and that for these purposes take if necessary the issues of the land and the K.'s rents. When the justiciary shall have advised what he has done in this matter, the K. will give his charter to the King of Connaught. Geddington.

Rex, &c, dilecto et fideli suo Meilero filio Henrici, justiciario Hiberniae, salutem. Mandatis nobis per litteras vestras, & nuncios nostros & vestros, quod Rex Conaciae nobis quietas clamasset duas partes Conaciae, ita quod tertia pars ei remaneret tenendum hereditariè per centum marcas nobis & heredibus nostris inde reddendas annuatim. Et quia videtur nobis & consilio nostro hoc nobis expedire, si vobis ita videtur, vobis mandamus, quod hoc ita fieri faciatis, ita quod eligatis illas duas partes ad opus nostrum, sicut melius videritis expedire, in fide qua nobis tenemini; ubi, scilicet, meliores villae & portus fuerint, & loca competenciora ad commodum nostrum, & ad fortes domos firmandas. Et de praedicto Rege obsides, & quascunque poteritis securitates, capiatis, quod fidelis nobis existet; & remaneat ei praedicta tertia pars Connaciae per praedictum servitium; & efficiatis quod omnes nativi & fugitivi, qui de duabus partibus, quae nobis remanserint, exierint, revertantur cum omnibus catellis, & sequela sua; & in eisdem partibus nostris castella firmetis, & villas constituatis, & redditus assideatis, & commodum nostrum, sicut melius expedire videritis, faciatis. Et ad hoc faciendum exitus ejusdem terrae, si opus fuerit, & redditus nostros capiatis; et cum nobis manderitis quid inde feceritis, secundum quod nobis mandaveritis, eidem Regi cartam nostram faciemus. Close Roll 6 John, m.18. CLARKE, A.; CALEY, J.; HOLBROOKE, F.; CLARKE, J.W. (Eds.) **Rymer's Foedera, 1066-1383**, v.1 parte 1. Londres: Record Commission, 1816-1869, p.91

279. The K. to MeylerFitz Henry, justiciary of Ireland. Deremunt [Dermot] has laid before the K. that the King of Connaught demands to hold in fee of the K. a third part of Connaught as a barony, at 100 marks a year ; and for two-thirds of that land he will render a tribute of 300 marks. He will moi'eover grant to the K. 2 cantreds out of those two thirds, with their villeins, to farm or do the K.'s pleasure therein. Mandate that the justiciary carry out this arrangement if he deems it for the K.'s advantage. He is however, if possible, to procui-e an increase in the gift ; for the K. has heard that the King of Connaught would

give a fine [gersum] of 400 marks at least. The justiciary is moreover to procure a yearly gift of cows and other contributions to maintain the K.'s castles. Brill.

Rex Meilero filius Henrici Justiciario Hiberniae etc. Sciatis quod Deremunt exposuit nobis ex parte Rege Connociae quod idem Rex exigit tenere de nobis tercia parte de Cunnocia per 100 marcas per annum sibi et heredibus suis nomine Baronis et per duabus partibus ejusdem terrae reddet nobis annuatim debitum tributum scilicet 300 marcas. Et praeterea concedet nobis duos contredos cum nativis eorumdem contredorum de praedictis duabus partibus ad firmandam in eis vel ad faciendum in voluntatem nostram. Et io vobis mandamus quod si hoc videretis esse nostrum melius: id ita fieri faciatis: quia at hoc bene assentimus si vos videritis expedire. Verumtamen curam et operam adhibeatis diligentem si poteritis apponere incrementum de dono perpeter hoc concedendum. Quia sicut audivimus ipse 400 marcas perpeter hoc dabit ad minus de Gersum, et efficiatis eciam quod donet de vaccis et allis rebus per annum ad sustentandum castra nostra quae illuc firmaveremus.

Close Roll 7 John m.5. DUFFUS HARDY, T. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p. 62a

311. The K. to the justiciaiy of Ireland. Grant, if the justiciary deems it expedient, of the K.'s peace to Gilbert de Angulo. Mandate thereupon. Further grant that Gilbert have the cantred of Momeniach' which the King of Connaught delivered to him, saving the K.'s part of Connaught, according to the charter made with that King. Mandate that Gilbert be retained in the K.'s service as the justiciary may deem expedient. Rockingham.

Rex Meilero Justiciario Hiberniae etc. Sciatis quod dedimus Gileberto de Angulo pacem nostram si vidiretis nobis expedire. Et ideo vobis mandamus quod quatinus pacem nostram per totam terram et potestatem nostram Hibernia eidem Gileberto habere faciatis. Et concedimus quod habeat cantredum de Momeniachum quod Rex Connociae ei liberavit salva parte nostra Connociae secundum cartam quae praefacto Regi fecimus et quod in nullo simul perdentes. Mandamus & vobis quod ipsum Gilebertus in servicio nostro retineatis secundum quod nobis vidiretis expedire.

Close Roll 8 John m.2. In: DUFFUS HARDY, T. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p. 78b

649. Grant to Patrick's church, Cashel, and to Donat Archbishop of Cashel, of 5 villis in Thomond [Tuadmonia], which the Archbishop has of the gift of Doncdhad Karbreg'h' O'Bren in the fee Doncdhad held of the K., namely :—the villis of Dunmugyda Inver, Clochon Sualcayn', Fiïmaneyr Idulculchy, Fumanes Ycloonmall', and Tomracli', with all ecclesiastical benefices, villeins, and two islands in the sea called Iniskereth' and Inismatail', which the Archbishop likewise has of the gift of Dunckad. Witnesses, Henry Archbishop of Dublin, Hubert de Burgh, justiciary of England, Geoffrey Luterell, Anfridus de Den', Eichard de Bui'gh, Baldwin de Hantreford, Richard Fitz Elye. Dover.

J. Dei gratia Rex Angliae etc. Sciatis nos intuitu Dei, et per salute anime nostre, et antecessorum et successorum nostrorum, confirmasse, Deo et ecclesie Patricii Cassellis,

et D. Casselense archiepiscopo et successoribus suis, inperpetuum, quinque villas in Tuadmonia, quas habet de dono Doncdhad Karbregh Obren de feodo quod de nobis tenuit, scilicet, villam de Dunmugyda Inver cum omnibus pertinenciis suis, et villam de Clochon Sualcayn cum pertinenciis suis, et villam de Fumaneyr Idulculchy cum pertinenciis suis, et villam de Tomrach cum omnibus pertinenciis suis, et villam Fumanes Ydoonmall cum omnibus pertinenciis suis, et omnia beneficia ecclesiastica earumdem villarum, cum pertinenciis et nativi earum, et duas insulas in mari, scilicet, Iniskereth et Inismatail, quas habet de dono ejusdem Dunckad Karbregh Obren. Quare volumus et firmiter praecipimus quod praedicta ecclesia Sancti Patricii Cassellis et D. Cassellis archiepiscopo, et successores suis, habeant et teneant inperpetuum omnia supraedicta bene et in pace, libere et quiete, cum omnibus ad ea pertinentibus, sicut praedictum est, et sicut carta praedicti Dunckad Karbregh Obren quam inde rationabiliter testantur. Testibus, domino H. Dublinensi archiepiscopo, H. de Burgo justiciario nostro Angliae, Galfrido Luterell, Anfridus de Den, Ricardo de Burgo, Baldewino de Hantreford, Ricardo filius Elye. Datum per manum magistri Ricardi de Marisco cancellarii nostri, apud Dover, vj die Septembris, anno regni nostri septimo decimo."

Charter Roll 17 John m. 3. DUFFUS HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Litterarum Chartarum in Turri Londinensi Asservati**, v.1 par. 1, Londres, 1837, p. 219a

653. Grant to Richard de Burgh of all the land of Connae' [Connaught] which William, his father, held of the K. ; to hold of the K. in fee farm, rendering yearly 300 marks, namely, 150 marks at Michaelmas, and 150 marks at Easter ; saving to the K. the castle of Athlone, with the cantred in which it is situated ; and saving to Godfrey de Costentin' the cantred given to him by the K. in exchange for the former cantred ; Godfrey to render homage and due service to Richard de Burgh ; saving to the K. donationes crociarum [episcopal investitures] in that land. Witnesses, Henry Archbishop of DubUn, P. Bishop of Winchester, W. Bishop of Wigorn, W. Bishop of Coventry, Hubert de Burgh, justiciary of England, William de Cyriton, Archembaud' Fleming, John Russell. Dover.

J. Die gratia etc. Sciatis nos dedisse, et concedisse, et hac praesenti carta nostra confirmasse, Ricardo de Burgo, per homagio et servicio suo, totam terram Connaciae cum pertinenciis suis qua W. per suos de nobis tenuit, habendam et tenendam sibi et heredibus suis de nobis et heredibus nostris, reddendo inde ipse et heredes sui nobis et heredibus nostris trescentas marcas per annum .s. ad festam Sancti Michaelis C. et L. marcas, et ad Paschalam proximam sequentes CL marcas per omni servicio, salvo nobis et heredibus nostris castello de Adlon, cum cantreda in quo situs est, et salvo G. de Contentis cantreda quod dedimus ei in excambium per cantreda in quo situs; castrum nostrum de Adlon, ita tamen quod dictis G. et heredes sui faciant praedicto Ricardo et heredibus suis homagium et debita servicia quo pertinent ad dictum cantredum, salvo nobis et heredibus nostris donationibus crociarum ejusdem terre Connaciae. Quare volumus et firmiter praecipimus quod dictis R. et heredes sui habeant et teneant dictam terram Connaciae, cum omnibus pertinenciis suis, in perpetuum, de nobis et heredibus nostris, bene et in pace, liberte e quiete, integre et plenarie, cum omnibus libertatibus et liberis consuetudinibus ad dictam terram spectantibus, per praedictis trescentas marcas nobis et heredibus nostris reddendum, sicut praedictus est. T. domino H. Dublinensi archiepiscopo, P. Winton', W. Wigorn', W. Coventr', episcopis, H. de Burgo justiciario

nostro Angliae, Willio de Cyriton', Archembaudo Flemengo, Johane Russello. Data per manu magistri Ricardi de Marisco cancellarii nostri, apud Dovorum, xij die Septembris, anno regni nostri septimo decimo.

Charter Roll 17 John m.3. DUFFY HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Chartarum in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1837, pp.218b-219a

654. Grant and confirmation to the King of Kunnoc' [Connaught], of all the land of Connaught; to hold of the K. in fee during good service ; the K. of Connaught shall not be disseised of his land without judgment of the K.'s court ; rendering for ever to the K. 300 marks at the K.'s Exchequer of Dublin; namely, 100 marks at Michaelmas, a like amount at the Purification [Feb. 2], and a like amount at Easter ; saving to the K. the castle of Athlone. Witnesses, Henry Archbishop of Dublin, Geoffrey de Marisco, Roger Pipard, Walter de Rudeford', Eustace de Rupe, Ralph Petit, Geoffrey Luterell. Dover.

J. Dei gratia Rex Angliae etc. Sciatis nos dedisse, concessisse et hac carta nostra confirmasse, Regi Kunnoc' totam terram Kunnoc' cum omnibus pertinentiis suis, habendam et tenendam sibi et heredibus suis de nobis et heredibus nostris quandiu nobis bene serverint, ita quod inde sine iudicio curie nostre non debeat dissaisiri, libere et quiete, pacifice et integre, plenarie et honorifice, in boscis et planis, in pratis, pascuis, et pasturis, in moris, muscis, et mariscis, et in omnibus locis et rebus, cum soc., et sac, et thol, et them', infangenethief, utfangenethief, et cum omnibus libertatibus et libertis consuetudinibus ad eandem terram pertinentibus, reddendo inde nobis et heredibus nostris in perpetuum trescentum marcas ad Scaccarium nostrum Dublinem, ad tres terminos anni, scilicet, ad festum [Sancti] Michaelis centum marcas ad Purificationem Beate Marie centum marcas et ad Paschoam centum marcas per omni servicio, consuetudine, et exactione, salvis nobis placitis corone nostre, et salvo nobis castro de Atlon' cum pertinentiis. Quare volumus etc. Testibus, H. Dublinensi archiepiscopo, G. de Marisco, Rogerio Pipardo, Waltero de Rudeford', Eustachio de Rupe, Rad' Parvo, Galfrido Lutterell. Data per manu magistri Ricardi de Marisco, cancellarii nostri, apud Dovorum, xij die Septembris, anno regni nostri septimo decimo.

Charter Roll 17 John m.3. DUFFY HARDY, T. (Ed.) **Rotuli Chartarum in Turri Londinensi Asservati**, v.1 p.1. Londres: 1837, p.219a

810. Mandate to Geoffrey de Marisco, justiciary of Ireland, that with Henry Archbishop of Dublin he impose a toll and aid on the cities, burghs, and demesnes of the K. ; that they demand an aid from the Kings of Connaught and Thomond, from the other Kings of Ireland, and the barons and knights who hold of the K. in capite ; and that they send the money so collected by emissaries to the K. in England. Caversham.

Mandatus est Galfridus de Marisco Justiciario Hiberniae quod tallagium et efficax auxilium civitatibus, burgis, et dominicis domini Regi, inponi faciat una cum domino Henrico Dublinensi archiepiscopo cui idem datum est in mandatis, et quod petant a Regibus Connaciae et Todmundae, et aliis Regibus in Hybernia, et baronibus et militibus qui de domino Rege tenent de capite tam efficax auxilium quod dominos Rex benignior eis semper inveniatur in agendis suis expediendum, et mandatus est eisdem quod pecuniam illam collectam per nuncios discretos et fideles, quamciculus poterint in Angliae, domino Regi transmittant, sicut melius viderint expedire.

Close Roll 2 Henry III m.15 *in dorso*. In: DUFFUS HARDY, T. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p.375a

900. The K. to Geofirey de Marisco, justiciary, &c. Richard de Burgh has offered to the K. for the land of Connaught which he claims as his right, 3 cantreds, in addition to the 2 cantreds which the K. has in Connaught, and 1,000 marks, 200 marks a year increased rent, and 3,000 marks ; or that the King of Connaught shall have a moiety of Connaught during his life, and shall render a moiety of the service belonging to that land, and that Richard shall have the other moiety and render the other moiety of the service ; and that after the death of the King of Connaught, Richard shall have the whole of the land and render the whole service ; and for this he has offered 1,000£, sterling. Mandate that, having regard to the circumstances touching the situation of the King of Connaught and those touching the K.'s safety, honor, and interest, the justiciary so consider the matter that on his arrival in England he may be able to offer to the K. sound, safe, and salutary advice. The New Temple, London.

Rex G. de Marisco Justiciario etc. Sciatis quod d. et f. n. Ricardus de Burgo obtulit nobis per terra de Connaciae quam clamat tamquam jus suum tres cantredas ad incremedum duorum cantredas quos habemus in Connacia, et preterea mille marcas de pecunia sua vel ducentas marcas de cremento redditus ejusdem terre annuatim solvendam, et preterea tria millia marcas, vel quod Rex Connaciae habeat medietatem servicii quod ad terram illam pertinet, et quod idem Ricardus habeat alteram medietatem illius terre et faciat nobis alteram medietatem totius servicii pertinentis ad praedictam terram Connaciae, et post obitum ejusdem Regem Connaciae: praedictus Ricardus habeat totam terram praedictam et totum servitium nobis faciat, et perpeter hoc optulit nobis mille librarum sterlingorum. Et ideo vobis mandamus quod habito respectu ad circumstantias tangentes indenpnitatem nostram, et honorem, et commodum nostrum: consulatis vos ita discrete et efficaciter quod in adventu vestro ad nos in Anglia sanum securum et salvum consilium nobis inde inpendere valeatis. T. ut supra.

Close Roll 3 Henry III m.2 In: DUFFUS HARDY, T. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p.401a

980. K[athal] King of Connaught to Hubert de Burgh, justiciary of England. Assures the justiciary that he is anxious to preserve his friendship, and begs him as governor and counsellor of the K.to agree to his petitions to the latter ; and to give credence to P. Archdeacon of Aghadoe, and H. Hardis, his messengers.

Strenuo ac nobili viro et sibi amico, Humberto de Burgo, domini regis Angliae rectori ac justiciario, K. rex Connactiae salutem et vinculum amoris. Vestrae notificamus excellentiae, quod, nisi in vobis remaneret, irrefragabilem amicitiae copulam et insolubile foederis vinculum vobiscum inire, plurimum affectaremus; quod si facere velletis, tam nos quam res e munera nostra ad voluntatem vestram et beneplacitum vestrum haberetis. Quocirca nobilitatem vestram obnixe rogamus quatenus, sicut rector ac fidelis consiliarius domino regi estis constituti, et sicut nostram vultis habere amicitiam, justis petitionibus nostris et negotiis quae domino regi significa[mus]

acquiescere velitis, et ea benigne admitatis; tantum facientes quod merito grates vobis referre debeamus. Et latoribus praesentium fidelibus nuntiis nostris P. Achadensi archidiacono et H. Hardis ex parte nostra fidem adhibere dignemini. Valet.

Royal Letters, n.790. SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, v.1.** Londres: Longman, Green, Longman e Roberts, 1862, p.165

1155. The K. commands the justiciary of Ireland that if the King of Connaught be willing to augment his service by 200 marks, and Richard de Burgh place his charter of Connaught in safe custody as if in trust, then the justiciary shall cause Richard to have 250 marks a year for his maintenance during pleasure ; and if the King of Connaught be unwilling; to augment his service, then the justiciary shall not assign the 250 marks a year to Richard de Burgh. Westminster. Mandate to Richard that the justiciary is so commanded.

Rex Justiciario Hyberniae salutem. Memoriter habetis ut credimus pridem nobis ex parte vestra nunciari per G. de Craucumb' et Ric. de Norwic quod hiis quod vertebantur inter Regem Connaciae et Ricardum de Burgo sermo intervenit hujus modi, quod inde Rex servitium nobis debitum augeret ducentarum marcarum augmento quingentas marcas annuas nobis solvendo una cum quaedam summa pecuniae quam scitis nobis ab ipso Rege fuisse oblatam, et dictus R. de Burgo ducentas et quinquaginta marcas de manibus Thome filio Antonii annuatim reciperet in excambium de precepto nostro, ita quod confectam eidem Ricardo cartam a domino J. Rege praemisse nostro super terra Connaciae nobis redderet prefatus R. de Burgo. Q'm vero in tali statu sumus quod nemini quicquam in perpetuitatem concedere possumus, et ipsum R. devotiorem nobis allicere vellimus tam suum quam praemissis sui laudabile memorantes obsequium: a nobis et consilio nostro nuper placuit provideri quod si Rex Connaciae servitium nobis debitum augere velit ducentarum marcarum augmento de voluntate sua absque, perpetuitate salva nobis pecuniae summa ab ipso Rege nobis oblata, ita quod inde R. de Burgo ducentas et quinquaginta marcas recipiat de Thoma filio Antonii per annum quamdiu nobis placuerit ad sustentacionem suam et praedicta carta ipsius R. quam habet de terra Connaciae per visum et dispositionem vestram sub custodia certa et secunda (quia) in aequa manu relinquatur hoc (fidele meo) quod cum ad annos discretionis matiores prevenerimus: in optione nostra sit an velimus praedictas ducentas et quinquaginta marcas eidem Ricardo in feodum cedere redditam nobis carta praedicta: na resumptis ad opus nostrum predictis ducentis et quinquaginta marcis annuis cartam eandem eidem Ricardo reddere 'tunc volumus quod ita fiat.' Mandamus igitur vobis quod si dictus Rex Connaciae servitium suum nobis augeri concessit ut praedictum est: tunc et cartam praedictam sub salva custodia in aequa manu committi, et praedictas ducentas et quinquaginta marcas annuas eidem Ricardo ad sustentacionem suam in servicio nostro quamdiu nobis placuerit habere faciatis in forma praedicta, et si forte servitium suum nobis augeri praedicto modo noluerit praefactus Rex nichilominus tamen omittatis praedictas ducentas et quinquaginta marcas annuas eidem Ricardo ad sustentacionem suam in servicio nostro quamdiu nobis placuerit assignare, et carta praedicta quam inde R. habet de terra Connaciae per (vis...) et dispositionem vestram sub custodia certa et secunda quasi in aequa manu relinquatur sicut praedictum est. T. ipso R. apud Westm', ix die Februarium. Mandatus est eidem Ricardo quod sic mandatum est praefacto Justiciario.

Close Roll 8 Henry III m.12 *In*: DUFFUS HARDY, T. (ed.) **Rotuli Litterarum Clausarum in Turri Londinensi Asservati v. 1 1204-1224**. Burlington: TannerRichie Publishing, 2007, p.584

1184. K[athal] to the K. The K. must be aware how faithful he has been to King John, and after his death to the K. himself ; as long as he lives he shall never be wanting in that fidelity. Cathal has a charter from King John touching Connaught, granted to him and to his heirs, and to Od [Aedth] his son and heir ; prays that the K. will grant a charter to his son in fee touching that land Cathal, his son, and Cathal's people will thereby become more devoted to the K.'s service. Further prays that the K. will deliver to his son Ubrim, Conmacin, and Caled in Connaught, detained by William de Lascy, Cathal's enemy, and kinsman of the K.'s enemy ; and that he will give credit and reply to what S. and F., his messengers, shall communicate on his behalf.

Carissimo domino suo Henrico, Dei gratia regi Angliae, domino Hiberniae, duci Normanniae et Aquitaniae, comiti Andegaviae, suus fidelis K. rex Connactiae, salutem, et cum fidei obsequio sincerae dilectionis retinaculum. Bene credimus quod vos per fideles et consiliarios vestros et patris vestri audivistis qualiter nos domino patri vestro Johanni bonae memoriae fideliter ac devote servire non defecimus; et post obitum ipsius, sicut fideles vestri per Hiberniam constituti liquide noscunt et noverunt, simili modo devotum obsequium vobis exhibere, non defecimus, nec unquam quamdiu vixerimus vobis deficere volumus. Unde, licet nos cartam domini patris vestri super terra Connactiae nobis et heredibus nostris et nominatim Od filio nostro et heredi possidemus, tamen nihilominus affectamus, et a vestra regia maiestate obnixe postulamus quatenus, praedicti fidelis servitii nostri intuitu, cartam vestram Od filio et heredi nostr, si placet, facturi, quod nos et praedictus filius noster et tota gens nostra ad obsequium vestrum et servitium contra omnes inimicos vestros de cetero merito devotiores et animatiores efficiamur. Ad hoc vestram dignitatem attentius exoramus quatenus partem Connactiae, scilicet Ubrim et Conmacin et Caled, quam inimicus noster et inimici vestri germanus, videlicet Willemus de Lascy, detinet, pro fidei homagio quod vobis praestare desiderat praedicto filio nostro tradatis. Et latoribus praesentium S. et F. nunciis fidelibus ex parte nostra fidem adhibere, et responsum vestrum per eosdem nobis significare dignemini. Valete.

Chapter House Miscellanea. SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, v.1**. Londres: Longman, Green, Longman e Roberts, 1862, pp. 223-224

1195. Mandate to the justiciary of Ireland to cause O[ethus] [Aedh], son of the King of Connaught, to have for his maintenance on the K.'s service seisin of the lands of Obrim, Commacin, and Caled, which William de Lascy, the K.'s enemy, held in Ireland. Wallingford.

Mandatus est Justiciarius Hiberniae quod sine dilatione plenam saisinam habere faciat O. filium Regis Coinnaciae de terris de Obrun de Conmacny et de Caled quas Willus de Lascy inimicus domini Regi tenuit in Hiberniae ad se sustentandum in servicio nostro quamdiu etc. T. me ipso apud Walingenford', xiiij die Junii.

1203. William Marshall, Earl of Pembroke, to the K. Landed at Waterford on Wednesday next before the Nativity of St. John the Baptist [June 19], and proceeded to Dublin, where, according to the K.'s letters, he received from the Archbishop of that see the office of justiciary, Thence he rode to the castle of Trum, where he found some knights and others not assigned for its custody ; he shut them up in the castle and besieged it with William de Lascy, its lord. On hearing of the Earl's arrival, the K.'s Irish barons, with the King of Connaught in partibus Mauthie [Meath ?], held a conference, came over to the Earl, and the barons rendered their service. The latter will render material service in the war, and more especially Sir Geoffrey de Maiisco, who by no means favours Hugh de Lascy. The K. would do well to commend Geoffrey and the other Irish barons in his letters. The K.'s citizens of Ireland are prompt in the K.'s service, and they also deserve commendation. Arrived at Trum, the Earl despatched Sir W. le Gros, his eldest cousin, with 20 armed knights and 20 armed soldiers to Carrickfergus [Cnocfergus], in Ulster, where they found Hugh de Lascy besieging the castle. The latter sent 8 boats with armed men to harass them; but the knights and soldiers all safely entered the castle. When Hugh saw this he raised the siege and retired. The Earl remaining at Trum, sent a force of horse against William de Lascy conquered him, and he with difficulty escaped. He had a brother killed there. William killed his horse with his own hand, abandoned his arms, fled into a moor, and was obliged to throw himself on the mercy of the Irish. The Earl's force took a great booty, which was of much service to the army, and returned by a castle of Michael le Gros, burning it, but saving what was there. Owing to William's defeat the castle was abandoned. The same day an Irishman named O'Reilly [Orauly], powerful in his country, who had come to the K.'s peace after the Earl had received the office of justiciary, rode over to a castle called Cronoc [Cronog] Orauly ; sat down in an island and besieged the castle, praying succour of the Earl. The latter sent knights and soldiers to him, who took the castle. In it were the wife of William de Lascy, the daughter of Llewellyn, Griffin's sister, the wife of Thomas Blund, William's brother, and the mother of William, of Thomas, and of him who was killed. Of these the wives of William de Lascy and Thomas Bhmd are in custody ; and within 15 days after these letters shall have gone, the mother of William, of Thomas, and of him who was killed will be prisoners, unless her nephew, the King of Connaught, retui-n to the K.'s peace through her. The Earl's knights besieged the castle of Kilmore and found there Sir Henry Blund, William's brother, the constable, and other knights and soldiers. These surrendered the castle, saving their persons and harness, on condition of finding sureties for their faithful service. On Wednesday, in the vigil of St. Peter ad Vincula [July 31], the castle of Trum [?] was granted .on condition that they shoidd give sureties for surrendering the castle on Sunday next after the feast of St. Lawrence [Aug. 11]. On the latter day 7 weeks shall have elapsed since the castle was besieged. On each day of the siege the Earl paid 16£ , excepting expenses and the pay of foot soldiers. The lands of those within [the castle] are worth little except that of William [Sanc]medle, which he has by his wife. Since he has been in Ireland the Earl has only received 20£ to this date. Many knights, foot soldiers, and even free tenants, will defend the K. if any fresh attack be made on him.

Excellentissimo domino nobili viro Henrico, Dei gratia illustri regi Angliae, domino Hiberniae, duci Normanniae, Aquitanniae, et comiti Andegaviae, W[illelmus] Marescallus, comes Penbrochiae, salutem et [para]tam ad fidele servitium voluntatem. Sciat excellentia vestra, domine carissime, quod die Mercurii proxima ante Nativitatem S. Johannis Baptistae in portu Waterfordiae, gratia Dei, sani et incolumes applic[...] de oc [...] apud Dubliniam iter nostrum arripuimus, ubi de domino Dublinensi justiciariam recepimus, secundum tenorem literarumstrarum sibi directarum. Statim inde sicut potuimus equitavimus versus castrum de Crum, omnimoda cum familia nostra quae nobiscum applicuit; et ibidem quosdam invenimus milites et alios, qui non sunt assignati ad dictum castrum custodiendum; quos nos in dictum castrum inclusimus, et dictum castrum una cum domino W[illelmo] de Lascy, qui nobiscum venit, dedimus obsidioni. Barones quidem vestri Hiberniae cum rege Konatiae in partibus Mauthiae habuerunt colloquium, adventum nostrum apud Crum audientes, statim ad nos ibidem diverterunt, de adventu nostro, ut credimus, gaudentes. Dicti vero barones servitium quod vobis facere debuerunt, ex [...] perfecerant. Nihilominus tamen in servitio vestro nobiscum amicabiliter remanserunt; qui efficaciter in guerra vestra vobis serviunt et praecipue dominus G[alfridus] de Marisco, qui, sicut audivimus et inquisivimus, H[ugoni] de Lascy et ipsius fautoribus nullum habuit consensum, sicut pater per effectum. Unde necesse est, si vestro sederit beneplacito, dictum G[alfridum] et alios barones Hiberniae literis vestris commendare, ut diligentius inceptis perseverent. Et omnes cives vestros Hiberniae ad servitium vestrum promptos invenimus et paratos; quos, si placet, literatorie commendetis. Item statim in adventum nostrum apud Crum misimus dominum W. Grassum primogenitum consanguineum nostrum, cum viginti militibus de familia nostra coopertis, et totidem servientibus coopertis, ad Enocfergus in Ultonia; quibus idem pervenientibus invenerunt Hugonem de Lascy, qui castrum obsiderat. Et statim misit idem Hugo octo batellos cum armatis contra ipsos in mare, ut ipsos gravarent et deprehenderent. Sed, gratia Dei, ipso invito, sani et incolumes cum toto harnesio suo dictum castrum intrasse obsidionem reliquit, et confestim inde recessit. Et nos apud Crum remanentes gentem nostram misimus in equitationem, contra Willelmum de Lascy [...] et ipsum debellavit, ita quod vix corpus ejus evasit. Et ibi quendam fratrem suum amisit, qui ibidem interfectus fuit. Et idem Willelmus equum suum manu propria occidit. Et ibidem arma sua reliquit, et evasit in una mora; ita ut in misericordiam Hiberniensium ipsum ire oportuit, ubi, ut credimus, securus esse non poterit. Postea statim gens nostra magnam praedam cepit, quae multum profuit exercitui. Et postea rediit gens nostra per quoddam castrum Michaelis Grossi, et illud combussit; et lucratum fuit quicquid in eo habebatur. Quod castrum relictum fuit, eo quod idem Willelmus debellatus fuit. Eodam autem die quidam Hiberniensis nomine Orauly, potens in partibus suis, qui postquam justiciariam recepimus venit ad pacem vestram, equitavit ad quoddam castrum quod vocatur Cronoc Orauly, et sedet in quadam insula, et illud obsedit; mittens ad nos ut sibi succursum gentis nostrae mitteremus. Et nos milites et servientes ad ipsum destinavimus, qui dictum castrum ceperunt. Et in dicto castro fuerunt uxor Willelmi de Lascy, filia Leulini, soror Griffini de patre et matre, et uxor Thomae Blund fratris dicti Willelmi, et mater dictorum W[illelmi] et Thomae, et illius qui interfectus fuit. De quibus in custodia vestra habetis uxorem Willelmi de Lascy, et uxorem Thomae Blund; et matrem ipsorum Willelmi et Thomae et illius qui interfectus fuit habebitis, infra quindecim dies postquam literae istae a nobis recesserunt, nisi rex de Kona[ctia], qui nepos ipsius est, ad pacem vestram per ipsam redierit. Deinde milites nostri redierunt apud Kilmor, et obsiderunt castrum, et

invenerunt ibidem dominum Henricum Blundum fratrem dicti Willelmi, qui constabularius fuit, et alios milites et servientes, qui castrum illud in tali forma reddiderunt, salvis eorum corporibus et harnesiis; et quod nobis invenient plegios et obsides ad voluntatem nostram de fideli ser[vitio] vobis faciendo; et quod de servitio vestro de cetero non recedent, nec contra vos stabunt. Ad hoc sciat dominatio vestra quod die Mercurii vigilia B. Petri ad Vincula castrum de Crum concessum fuit ad [...] dum, tali modo quod tradiderunt nobis duos milites et duos servientes, quales eligere voluimus, ad castrum reddendum die Dominica proxima post festum S. Laurentii, nisi dictum scutum rescussum [...] crastino S. Laurentii, quod, Deo dante, evenire non poterit. Et sciatis quod die Dominica, in qua dictum castrum reddi tenetur, erunt sex septimanae quod nos cum exercitu dictum castrum obsedimus. Et qualibet [...] exercitus circa dictum castrum exstiterat, exceptis omnibus expensis et misis servientibus peditibus, sexdecim libras fecimus pacari. Et hi qui infra castrum sunt, qui ad pacem vestram [...] aut terras eorum habeant, per securitatem nobis faciendam de fideli servitio vobis faciendo, de qua pacati sumus, et qualem ipsi facere possint. Et sciatis quod terrae eorum qui infra [...] parum valent, excepta terra Willelmi [...] medle quam habet per uxorem suam, et ob hoc contentionem in hoc ponere noluimus. Ad hoc sciat excellentia vestra quod postquam in Hibernia [...] recipiendam de tota terra vestra, non recepimus nisi tantummodo viginti libras, usque ad diem quando literae istae a nobis recesserunt. Item sciatis quod quamplures [...] tam milites quam servientes, et etiam libere tenentes, ad inimicorum vestrorum confusionem et destructionem, in huc modum quod nobiscum finem facient, pro... versus vos incurrantur si contra vos de cetero in aliquo fecerint articulo; et finis eorum sit ad voluntatem vestram [...] [benep]lacitum vestrum [...] Et sciatis quod literae istae a nobis recesserunt die Lunae proxima post festum B. Petri ad Vincula. Valete.

Royal letters, n. 883 SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, v.1.** Londres: Longman, Green, Longman e Roberts, 1862, pp. 500-03

1402. The K. to Geoffrey de Mariscis, justiciary of Ireland. Mandate that he cause to be summoned Oethus, son of Kathal, late King of Connaught, to be before the justiciary at the K.'s court to surrender the land of Connaught, which he ought no longer to hold on account of his father's and his own forfeiture ; by the charter of King John granted to Kathal, he only held the land so long as he should faithfully serve the King. If Oethus do not surrender the land, the justiciary shall by the court ascertain the truth of the forfeiture; and if he forfeited the land, the justiciary shall take it into the K.'s hand. Windsor. By the K. himself, before Henry Archbishop of Dublin, Richard Bishop of Salisbury, Joceline Bishop of Bath, Hubert de Bm-gh, justiciary of England, Gilbert Earl of Gloucester, Walter de Rideleford, Nicholas do Verdim, Roger Waspail, Geoffrey de Costentin, Nicholas le Petit, William de Wigorn, Adam de Alno, Hugh de Mortemar, Godfrey de Crawecumbe, Walter de Evermue, Richard de Argentuem, Hugh Dispenser.

Hibernia.—Rex eidem, salutem. Mandamus vobis quod summoneri faciatis per bonos summonitores Oethum filium K. quondam regis Connacie quod sit coram vobis in curia nostra ad diem competentem ad reddendum nobis terram Connacie, quam tenet et quam amplius tenere non debet propter forisfactum predicti K. patris sui et suum, cum non habeat warrantiam per cartam domini J. regis patris nostri quam fecit predicto K. patri suo tenendi terram illam de predicto patre nostro et heredibus suis, nisi quamdiu ipsi regi

et beredibus suis bene serviret. Et nisi eam, vobis reddiderit, tune in ipsa curia nostra de forisfacto ipsius patris sui vel suo rei veritatem attingatis, et si attinctum fuerit in eadem curia quod occasione forisfacti patris sui vel ipsius warantiam non habeat ulterius terram illam tenendi, tune eam cum pertinenciis suis in manum nostram capiat et salvo custodiatis donec aliud a nobis mandatum receperitis. In cujus etc. vobis mittimus. Teste me ipso, apud Windlesor, xxx die Junii, anno etc. x. Per ipsum doniinum regem coram venerabili patre H. Dublinensi archiepiscopo, E. Sarresburiensi et J. Batboniensi episcopis, H. de Burgo justiciario Anglie, G. comite Gloucestrie, Waltero de Eideleford, Nicholao de Verdun, Eogero Waspail, Galfrido de Costentin, Nicbolao le Petit, Willelnio de Wigornia, Adam de Alno, Hugone de Mortuomari, Godefrido de Crawecumbe, Waltero de Evermue, Eicardo de Argentuein, Hugone Dispensario.

Patent Roll 10 Henry III m.4 In: **Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232.** Londres: HMSO, 1903, p. 48.

1403. The K. to Geoffrey de Mariscis, justiciary of Ireland. Mandate that when he shall have taken into the K.'s hand the land of Connaught on account of the forfeiture of Oethus, son of Kathal, formerly King thereof, he grant seisin thereof to Richard de Burgh, to hold of the K. at a rent of 300 marks for the first 5 years and 500 marks subsequently ; 5 of the best cantreds nearest to the castle of Athlone to be retained for the K.'s use. Windsor.

Hibernia.—Rex G. de Mariscis, justiciario Hibernie, salutem. Mandamus vobis quod ex quo terram Connacie, quam Oethus filius K, quondam regis Connacie tenuit, in manum vestram ceperitis pro forisfacto ipsius regis patris sui vel suo attincto coram vobis in curia nostra, sicut alias precepimus, sine dilatione plenam saisinam liabere facias Ricardo de Burgo de tota predicta terra cum pertinenciis suis, tenenda de nobis per primes v annos a die quo saisinam illam inde receperit, scilicet, singulis predictis . v annis, per trescentas marcas, et post quinque annos illos completes singulis annis per quingentas marcas, reddendas ad Scaccaritum nostrum Dublin, scilicet, ad scaccarium Sancti Michaelis unam medietatem, et ad Scaccariuni Pasche alteram medietatem, salvis nobis et retentis is manu nostra quinque cantredis de eadem terra Connacie, melioribus, videlicet, ejusdem terre et competentioribus et propinquioribus castro nostro de Atlon, sicut commodo nostro melius videritis expedire. In cujus etc. vobis mittimus. Teste me ipso, apud Windlesor, xxx die Junii, anno regni nostro x, coram ipso domino rege et aliis, ut supra in alio brevi de Connacia.

Patent Roll 10 Henry III m.4 **Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232.** Londres: HMSO, 1903, pp. 48-49

1443. Geoffrey de Marisco, justiciary of Ireland, to the K. On arriving at Waterford the magnates there met him, and gave assurances that they would obey the K.'s mandates. Was about to proceed thence to Dublin, in order to communicate those mandates to all the K.'s subjects of Ireland, when he heard that William Earl Marshall, by assent of Theobald Walter, was about to oppose his passage with all the force of Leinster. Having at length arrived at Dublin, the justiciary held a council, when all there assembled rendered their oaths of fealty ; namely, all the K.'s English subjects of Ireland, excepting William Baron of Naas, Walter de Rudelesford, Matthew Fitz Griffin, and John de Clahull, of Leinster. Theobald Walter, who came to Dublin, as it were, unwillingly, on being asked to take his oath, excused himself, asserting that he could not, unless in presence of the Earl or by his mandate, part with the custody of the castles confided to him by the latter. In regard to this custody it is manifest that, notwithstanding the oath of

fealty which Theobald took when the justiciary left Dublin, he has fortified the castle of Dublin with a force against the K. All the castles of Ireland are fortified against the K., save the castle of Limerick, in the custody of Richard de Burgh, who always assists the justiciary in the K.'s affairs. All the Irish are so banded together, and so wheedled by William Crassus, that they cannot be recalled from their conspiracy. Does not believe that the Earl is the cause of this ; but the justiciary cannot obtain from the Earl's bailiffs the delivery of the K.'s castles ; they fortify them more and more each day. Walter de Lascy and his knights will do nothing against the K.'s dignity, because of the confederacy between the Earl and G. de Lascy, Walter's son. As to the King of Connaught, who at the instigation of William Crassus, has become heedless of the K.'s mandates, the justiciary summoned him to come to Dublin with and under safe conduct of Walter de Lascy; as the King did not come, the justiciary appointed a day for him at the K.'s castle of Athlone, which is on the confines of the King's territory, and is fortified with men and provisions against the K. If he does not come thither, the justiciary will proceed to carry out against him such orders as the K. may give. Advises the K. to take into his hand the K.'s castle of Roscrea, committed during pleasure to Theobald Walter. The latter has so misconducted himself in regard to the K., that although he has married the justiciary's daughter, and has by her a son, the justiciary would, if it is the K.'s will, deprive him of all the land which he holds of the K. in Ireland. So long as God shall prolong the justiciary's life, the K. need not fear the wickedness or craft of his Irish enemies or others. All these Geofirey will root out. As to the transgressors above mentioned, the K. will please to punish them as they deserve. Prays the K.'s order in regard to these matters ; and as to the truth of his statements, calls to witness the archbishops, bishops, magnates, and the K.'s subjects of Ireland.

Excellentissimo domino suo Henrico, Dei gratia illustri regi Angliae, domino Hiberniae, duci Normmanniae, Aquitanniae, et comiti Andegaviae, G[alfredus] de Marisco, justiciarius suus Hiberniae, salutem, et fideliam ut domino semper obsequia. Noverit excellentia vestra quod, cum apud Waterfordiam applicuissem, statim [...] magnates partium illarum mihi occurrerunt, benigne asserentes quod mandatis vestris et praeceptis modis omnibus fideliter intendunt [...]tando. Et iter inde versus Dubliniam divertere proposuissem, ut omnibus fidelibus vestris Hiberniae mandata et praecepta vestra communicarem; qualiter [...]comitem Marescallum de assentu Teobaldi Walteri inopinato, cum toto posse et contamine Lagen[se] mihi paratus erat [...]sis[...]ne ad diem[...]statutos acederem, ad dicta negotia vestra exponenda et expedienda. Pro eo siquidem non omisi, quin recto tramite versus Dubliniam tenderem, insidias aut nequitiam aut posse suum per [...]ns; licet certa e approbata relatione prius didicissem, quod idem Willelmus, una cum praedicto Theobaldo et quamplurimorum virorum armatorum potentia, itineris mei procinctu praecludere destinasset, si fortius et potentius mihi restitisse potuisset. Pervento autem apud Dubliniam, et habito ibidem diligenti tractatu super negotiis vestris et tranquillitate regni vestri, [...]omnes quot ibi convenerant, sacramento praestito, vobis fidelitatis obsequium, exhibuerunt; scilicet omnes fideles vestri Hiberniae Anglici, praeter barones Lageniae, exceptis Willelmo barone de Nas, Waltero de Rudelesford, Matthaeo Filio Griffini, Johanne de Clahull, qui de Lagenia sunt, ad fidem vestram et honorem in perpetuum observandum. Praedictus vero Theobaldus quodammodo invitatus ad Dubliniam accessit; a quo petitum fuit, et ex parte vestra injunctum, quod vobis debitum praestaret sacramentum, [...]fiducias inde

postulando, a sacramento tunc vobis faciendo se subtraxit. Qui se multis vobis excusavit, firmiter asserens quod nisi in praesentia domini comitis, vel assensu suo, vel mandato suo, propter ostensionem mandati vestri se quoquam modo a justiciaria Hiberniae, vel custodia castrorum vestrorum ex parte praedicta comitis ei commissorum, se de [...] De custodia autem castrorum liquet istud manifeste, quoniam, non obstante sacramento suo quod vobis praestit in recessu meo a Dublinia, tam de consilio quam de admonitione assidua magnatum et fidelium vestrorum tunc mihi ibidem assistentium, castrum vestrum Dubliniae gente sua munivit contra vos, quod prae ceteris fero molestius; [...] maxime quod omnia castra vestra Hiberniae contra vos munita sunt, praeter castrum Limiricense, quod est in custodia Ricardi de Burgo, qui assidue et constanter assistit mihi in omnibus negotiis vestris feliciter expendendis. Praeterea omnes Hibernici, quotquot fuerunt in adventu meo nunc ultimo in Hiberniam ita confoederati, et per seductionem praedicti Willelmi Crassi, literis suis patentibus super confoederatione illa, et transmissis conspiracybus in nos animadverterunt, quod vix aliquis eorum v[...] praepotens ad errore et conspiracy sua poterit revocari. Nec tamen aliquo modo credere possum quod istud a conscientia domini comitis vel ejus favore emanaverit, quicquid alii referant. Insuper celsitudinem vestram non lateat, me nullatenus posse castra vestra a ballivis domini comitis ex[igere], propter quod mandatum vestrum eis inde transmissum; immo de die in diem illa muniunt et effortiant; De fidelitate domini Walteri de Lascy et mi[ilitum] [...] fideliter instantium, regiae suggero celsitudini quod nec dictus Walterus, nec milites sui, ob confoederationem factam inter praedictum comitem Marescallum et G. de Lascy fillium suum, aut quamcumque causam quae posset evenire, regiam dignitatem in aliquo offendere praesument. De rege autem Connociae, qui mandatis et praeceptis vestris, instinctu praedicti Willelmi Crassi, se reddit ingratum, vobis notifico quod summoneri eum feci, quod una cum domino W[altero] de Lascy apud Dubliniam accederet, mandatum vestrum ibidem auditurus, in conductu praedicti Walteri. Quo cum tunc non venisset, ei diem competentem statui apud castrum vestrum de Adlon, situm in confinio terrae suae, quod contra vos ultra quam dicet gente et victualibus munitum; et ubi, si non venerit, et de consilio et assensu fidelium vestrorum Hiberniae, secundum mandatum vestrum quod inde mihi feceritis, diligenter procedam. In fide vero quam vobis t[eneor] consulo, quatenus castrum vestrum de Roscray, Theobaldo Walteri quamdiu vobis placuerit commissum, in manu vestram capiatis, scientes quod idem Teobaldus erga vos in tantum demeruit, quod vix hactenus sustinui, quin eum dissesivissem de tota terra sua, quam de vobis tenet [in] Hibernia, si scirem hoc vestrae sedere voluntati. Non obstante, sciat Deus quod idem Teobaldus filiam meam duxerit in uxorem, et ex ea fillium suum primogenitum [...] stem procreaverit. De nequitia autem vel versutia praedictorum Hibernicorum inimicorum vestrorum, vel aliorum, non erit vobis, praestante Domino, timendum, quamdiu Dominus altissimus mini sanitatem et vitae prosperitatem conservare voluerit. Immo omnes illos, prout possibilitas mea permittit, evellam et eradicabo [...] endam. De supradictis autem transgressoribus secundum merita eorum puniendis, dilligentem curam capere velitis, ut, poetitentia ducti, se deliquisse ad excellentiam vestram confiteantur, et ne aliquid, quod in dignitatis vestrae praejudicium cedat, attentare praesumant. Super his et aliis placeat vobis, domine mi illustrissime, voluntatem et praeceptum vestrum mihi in omnibus significare; quae quidem paratus sum, pro posse meo, in omnibus et per omnia diligenter adimplere. Et ut de veritate omnium supradictorum vobis destinorum vestrae plenius innotescat excellentiae, invoco in

testimonium archiepiscopos, episcopos, magnates, et omnes fideles vestros Hiberniae. Valeat excellentia vestra semper in Domino.

Royal Letters, n.835 SHIRLEY, W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III, v.1.** Londres: Longman, Green, Longman & Roberts, 1862, pp.290-93

1571. The K. commits, during pleasure, to the custody of Richard de Burgh, the office of justiciary of Ireland, and the K.'s land and castles in that country. Mandate to the archbishops, bishops, abbots, priors, earls, barons, knights, and free tenants of Ireland, to be intente and respondent to Richard in all things touching that office and the lands and castles. Westminster.

De justiciario Hybernie et terra et castris – Rex archepiscopis, episcopis, abbatibus, prioribus, comitibus, baronibus, militibus, liberis hominibus, et omnibus allis de Hybernia, salutem. Sciatis quod commisibus Ricardo de Burgo justiciariam nostram Hybernie et terram nostram et castra nostra Hybernie custodienda quamdiu nobis placuerit. Et ideo vobis mandamus quod ei tamquam justiciario nostro in omnibus que ad predictam justiciariam et terra predictam et castra predicta pertinent, intendentes sitis et respondentes. Teste ut supra.

Patent Roll 12 Henry III m.6 In: **Patent Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1225-1232.** Nendeln: Kraus-Thomson, 1971, p. 178

1576. Mandate to Richard de Burgh, justiciary of Ireland, to give notice to all those who hold lands in the marches of Ireland, to fortify those lands within 1 year from Easter, a. r. 12 Henry; and if they do not do so, the justiciary shall take the lands into the K.'s hand and safely keep them till further orders. Lambeth.

Hibernia. De marchiis firmandis.—Mandatum est Ricardo de Burgo, justiciario Hybernie, quod scire faciat omnibus illis qui terras habent in marchiis Hibernie, quod in terris suis finieut a Pascha anno etc. xij" in unum annum. Et nisi fecerint, ipse terras illas capiat in manum domini regis et salvo custodiat donec dominus rex aliud inde preceperit. Teste ut supra.

Close Roll 12 Henry III m.11. In: **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1227-1231.** Londres: HMSO, 1902, p. 27.

2039. The K. to Maurice Fitz Gerald, justiciary of Ireland. F[edhlim] son of K[athel], late King of Connaught, has signified that he proposes to come to England to see and confer with the K. regarding their affairs. The K. answered that ere he came he should strive to take the castle of Miloc, which is in the hand of Richard de Burgh. When the castle shall have been taken, Connaught quieted, and both delivered to the justiciary, it is the K.'s pleasure that he come. The justiciary shall give him safe conduct and shall send with him messengers who can certify the state of Ireland to the K. Tewkesbury.

Rex dilecto & fidei suo Mauricio filio Gerardi, Justiciario suo Hiberniae, salutem. Significavit nobis dilectus & fidelis noster F. filius karissimi quondam Regis Connac. quod proposuit ad nos venire in Angliam, causa nos videndi, & nobiscum loquendi de negotiis nostris & suis. Et nos renunciavimus ei, quod, ante adventum suum, laboret, de consilio vestro, ad captionem Castri de Miloc. quod est in manu R. de Burg. &, cum

dictum Castrum captum fuerit, & vobis comissum, & terra Connac. sedata, & vobis fuit liberata, bene placet nobis, & volumus quod ad nos veniat in Angliam, simul cum Nunciis vestris quos ad nos mittetis in Angliam. Hiis igitur, ut praedictum est, expeditis, salvum & securum conductum praefato F. habere faciat, causa veniendi ad nos in Angliam, in cujus etiam adventu Nuncios vestros cum eo mittatis, viros, videlicet, discreros, qui de statu terrae nostrae Hiberniae nos sciant, & velint certificare. Teste me ipso apud Teokesbir. vicelimo octavo die Maii, anno regni nostri decimo septimo.

Patent Roll 17 Henry III, m.4. RYMER, T.; SANDERSON, R. (Eds.) **Foedera, Conventiones, Literae, et cujuscunque Generis Acta Publica (...)**. George Holmes, 1745, pp. 113-14

2716. The K. to Dovenald [Donald] King of Tirsch'unill' [Tirconnell]. Being about to march against the King of Scots, the K. prays Donald to give him his aid by joining in person and with a force the justiciary of Ireland and other subjects of the K. about shortly to depart for Scotland. Stanford.

[Letters on the same subject to] :-

Felim, son of the late King Oraly,
Hanlon,

Brian O Nel, King of Enelun',

O Chatan',

O Hynery,

Donald Mackadmel,

Mac Anegus,

Mao Kartan,

Mac Gilemuri,

O Flen, King of Turteri,

Mac Mathaven,

Mac Calmery,

Conehor O Briim, son of Duncan

Carbrach' de Thodmond,

Cormaclethan' Macardhy de Dessemon',

Ros Folan do Dossia,

Richard Mac Hermekan de Dessia,

Core Ochenn' de Fermuy,

Ohonethor Olaff'cy de Corr'ait',

Macchulan' Okellyc de Ochonyl',

Murchod Mac Briun de Natherlach

Hybernia – Rex M. Douenald’ regi Tirchunill, salutem. Cum provocante nos injuria regis Scocie jam nos preparaverimus insurgere in ipsum pro pluribus transgressionibus quas nobis fecit ulciscendis, nisi ipsas gratis nobis emendare voluerit, de dilectione vestra confidentes quod in hac expeditione mostra auxillium vestrum nobis denegare non velitis, vobis mandamus rogantes quatinus una cum justiciario nostro Hybernie et aliis fidelibus nostris Hybernie qui in proximo ad partes Scocie venturi sunt ad inimicos nostros ibidem gravandos, talem et tam potentem succursum nobis impendere velitis, personaliter veniendo cum ipsis bona gente muniti, quod in necessitate vestra ad nos confidencius confugere debeat, nosque pro succursu vestro ad preces vobis impendendo gratiam quam a nobis petieritis, libencius vobis teneamur impertiri cum speciali gratiarum actione. Teste rege apud Staunford’, vij. die Julii. Feluimo, filio quondam regis Oraly, Ohanlan, Bren Onel, regi de Kinelun’, O Chatan’, Ohynery, Douenaldo Mackadmel, Mac Anegus, Mac Kartan, Mac Gilemuri, O Flen, regi de Turteri, Mac Mathauen, Mac O Calmery, Conehor Obriun, filio Dunecani Carbrach’ de Thodmend’, Cormaclethan’ Macardhy de Dessemon’, Ros Ofolan’ de Dessia, Ricardo Machermekan’ de Dessia, Corc Ochenn’ de Fermuy, Ohenethor Olaffercy de Conrratt’, Macchulan’ Okellye de Ochonyl’, Murchod’ Macbriun de Natherlach’.

Close Roll 28 Henry III m.7 dors. In: **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1242-1247**. Londres: HMSO, 1916, pp. 254-255

2) Resumos provenientes do volume 2

Fonte: SWEETMAN, H.S. **Calendar of Documents Relating to Ireland 1252-1284**. Londres: Longman/Trubner, 1877

293. The K. being much in want of money, commands the treasurer and chamberlain of Dublin to send to Chester by the quinzaine of Michaelmas, 1,000 marks of Irish treasure, wherever they may be obtained. The K. has commanded Master John de Erissinon and Roger de Haverhulle, keeper of the K.'s Irish Mint, to lend to the K. at the Michaelmas Exchequer, 1,000 marks out of the moneys of the crusaders and the issues of the Mint, if they cannot be had of the K.'s treasure. Witnesses, Queen Alienor and Richard Earl of Cornwall. Westminster. Mandate to Master John de Frissinon [to lend] out of the moneys of the crusaders at the Michaelmas Exchequer, 400 marks to be transmitted to England. Mandate to Roger de Haverhulle, keeper of the K.'s Irish Mint, to lend out of the issues of the Mint to the treasurer and chamberlain, 600 marks at the Michaelmas Exchequer, to be sent to England, as the treasurer and chamberlains have not so much money of the K.'s treasure.

Quia rex ad presens plurimum indiget denariorum, mandatum est thesaurario et camerariis Dublin’ quod de thesauro regis Hybernie sine dilacione mittant in Angliam m. marcas, ubicumque perquirantur, ita quod sint apud Cestriam in quindena Sancti Michaelis proximo futura, et hoc sicut regem et honorem suum diligunt nullatenus omittant; mandavit enim rex magistro Johanni de Frissinon’ et Rogero de Haverhull’ custodi cambii regis Hybernie, quod de denariis crucesingnatorum et de exitibus predicti

cambii regi mutuent super scaccarium Sancti Michaelis proximo futurum usque ad summam predictarum m. marcarum, si eas thesauro regis ad presens non habeant. Testibus ut supra. Et mandatum est magistro Johanni de Frissinon' quod de denariis cruceisingnatorum super predictum scaccarium Sancti Michaelis cccc. Marcas ad predictum terminum in Angliam transmittend' (sic). Testibus ut supra. Et Rogero de Haverhull', custodi cambii regis Hibernie, quod, quia sicut rex intellexit prefati thesaurarius et camerarii tantam pecuniam in thesauro regis ad presens non habent, quod de exitibus predicti cambii, qui ad regem pertinet, mutuet eis super scaccarium predictum dc. marcas ad predictum terminum in Angliam transmittendas. Testibus ut supra.

Close Roll 37 Henry III m.3. In: **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1251-1253.** Nendeln: Kraus-Thomson, 1970, p. 410

447. The K. to Edward his eldest son and heir. The extent made by Richard de la Rochelle, deputy of the justiciary of Ireland, of 500 librates, granted to Godfrey de Lezignan ere the K. gave Ireland to Edward, was so trifling and poor that little or no profit could be derived from the K.'s grant, and Geoffrey would not therefore accept the extent, although he had undergone great labour and expense in regard to this land. The K. and the Queen, Edward's mother, in oi'der to remove all ambiguity and contention in this matter have ordained that out of 5 cantreds in Connac' [Connaught] the cantred to be selected as the best by Edward, and that in which the castles are situated with the castles themselves, shall remain to him ; and of the 3 other cantreds Godfrey shall select 2 to remain to him in fee in place of 500 librates. Godfrey has agreed to be satisfied with these 2 cantreds, whether they are worth less or whether they are worth more. The K. prays that Edward will acquiesce in this order, which is made as well for his as for Godfrey's advantage, and that he will ratify it by commanding Richard de la Rochelle, by letters patent in duplicate according to the form which the K. sends, to assign to Godfrey the 2 cantreds which he shall select. Woodstock. Then follows form of letters patent to be addressed by Prince Edward to Richard de la Rochelle, setting forth most of the facts above stated, confirming the order, and commanding the deputy to assign to Godfrey, Edward's uncle, the 2 cantreds to be selected by the latter.

Rex Eduuardo filio suo primogenito et heredi salutem et paternam benedictionem. Cum de quingenti libratis terre quas dilecto fratri et fideli nostro Galfrido de Lezign dedimus in Hibernia, antequam vobis Hiberniam dedissemus, R. de Rupella, vice gerens justiciarii Hibernie, extantam, quam sibi fieri mandaverimus, secundum quod allis quibus ibi terram dedimus fieri consuevit, fecerit adeo modicam et exilem quod, consideratis laboribus et expensis que propter hoc fieri oporteret, nullum vel modicum ex dono nostro consequeretur commodum sive fructum; propter quod dicta extenta ex parte dicti Galfridi non fuit acceptata, licet multos propter hoc labores sustinuerit et expensas, nos et regina, mater vestra, ad omnem ambiguitatem et contencionem super hoc amovendam ordinavimus quod de quinque cantredis in Connac' melius cantredum quod pro vobis electum fuerit et cantredum illud, in quo castra consistunt, cum ipsis castris vobis ex nunc debeant remanere, et de tribus aliis cantredis predictus Galfridus eligat vel eligi faciat duo cantreda que melius sibi viderit expedire, que sibi heredibus et assignatis suis pro predictis quingentis libratis terre perpetuo remanebunt. Et dictus Galfridus ad instanciam nostram predictis duobus cantredis taliter est contentus quod, sive plus valeant sivo minus, ipse, heredes et assignati ipsius nichil plus petere possint et e

converso nichil repeti valeat ad eisdem. Unde vobis mandamus et precipimus quatinus, sient nos et amorem nostrum carum habetis et nostre voluntatis beneplacitis adquiescere vultis, predictam ordinacionem, quam pro commodo vestro et dieti fratris nostri fecimus, ratani habentes, per literas duplicatas patentes in forma quam vobis mittimus mandetis predicto R. de Rupella ut predicto Galfrido vel mandato suo predicta duo cantreda, que pro se eliget vel eligi faciet, sine aliqua contradicione et more dispendio assignet et tenere ac habere permittat integre et prefecte. Teste rege apu Wodestok, xx die Junii.

Close Roll 39 Henry III m.10 *in dorso*. **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1254-1256.** Nendeln: Kraus-Thomson, 1970, pp. 204-05

457. The K. to F. Ochonour [Fedhlim O'Conor]. Has done him no injury by giving to Godfrey de Lezignan 2 cantreds of land, in Conac' [Connaught]. Some of Fedhlim's relatives, who would not derogate from his right, if any, to those lands, have offered the K. large sums of money for a grant of them. Edward the K.'s eldest son and heir, and the said Godfrey, the K.'s brother, are shortly going to those parts. The K. has enjoined them to provide that no injury arise to Fedhlim. Extorts him to persevere in his fealty. Nottingham.

Rex dilecto e fideli suo F. Ochonhour salutem. Sciatis quod super eo quod dedimus fratri e fideli nostro G. de Lezignan dua cantreda terre in Conac' nullam vobis credimus injuriam fecisse, cum quidam parentes vestri, qui vestrum, ut proprium, zelantur commodum et honorem, et de quibus non est presumendum quod juri vestro, si quod in dictis terris haberetis, vellent aliquatenus derogare, a nobis frequentius petierint de dono nostro terras illas et nobis magnam pecuniam obtulerint pro eisdem; verumptamen venturi sunt in brevi ad partes illas, Domino permittente, dilectus filius noster Eduuardus primogenitus et heres et dictus Galfridus frater noster qui ita se habebunt versus vos, sicut eis injunximus per literas nostras, quod nulla vobis inde fiet injuria. Et ideo adhereatis fidei nostre et dilectioni sicut prius fecistis, pro quo vos artius habere debemus recommendatos. Teste et supra.

Close Roll 39 Henry III m. 8d. *In*: **Close Rolls of the Reign of Henry III A.D. 1254-1256.** Nendeln: Kraus-Thomson, 1970, p. 213

713. F[edhlim] Okonchonur [O'Conor] King of Connaught [Conaccia] to the K. As the K.'s subjects ought gratefully and humbly to commend his good deeds, returns infinite thanks to his majesty for the various honours conferred on him, but chiefly for the K.'s orders to William de Dene, then justiciary in Ireland, to cause restitution to be made to him for the losses which Walter de Burgh had caused in his land of Tyrmane. As the justiciary had died ere receiving the K.'s letters, F[edhlim] had received no advantage from them. Walter and his associates had caused damage to the amount of 6,000 marks in the cantred in which lie the K.'s castles and those of Edward the K.'s son; besides the damage, estimated at 3,000 marks, which Walter had caused to the church of Elphin, then in the K.'s hand ; and besides the burning of churches, and the slaying of clerks and nuns. Wherefore he prays the K. to command Sir Richard de la Rochelle, now justiciary, and the K.'s council in Ireland, to cause Walter to render full justice to himself and the church of Elphin for the damage which Walter had caused. For no promise made to him by the Irish had he receded, or would he recede from the K.'s service. Places himself, his people, and all he has under the protection of the K., and of the Lord Edward ; and confides to

the Lord Edward from then till the arrival in Ireland of the latter, all his property and all his rights, if any he has, in Connaught.

Illustri regi Angliae Henrico, Dei Gratia domino Hiberniae, comiti Andegaviae, suus Fedlinus Okonchanur rex Conactiae, salutem, cum debita reverentia et honore. Quoniam nobilissima merita et bona opera a suis subditis debent gratanter et humiliter collaudari, ideirco regiae vestrae mejestati pro variis honoribus nobis collatis grates referimus infinitas; et maxime pro eo, quod pro nobis Willelmo de Dene, justiciario vestro hiberniae, bonae memoriae, pro restitutione habenda de damnis nobis per Walterum de Burgo et suam sequelam in terra nostra de Tyrmarne illatis, devote scriptsistis. Unde, cum dictus justiciarius ante receptionem literarum vestrarum diem clausit extremum, nos nullum effectum nec commodum, per dictum vestrum mandatum, licet non per nos stetit, recepimus adhuc; sed varia damna et incommoda, per eundem Walterum et suos complices, in terra filii vestri recipimus et sustinemus. Damnificavit enim cantreda ubi castra vestra sunt, et domini Edwardi castra sita sunt, ad aestimationem sex millium marcarum, exceptis damnis illatis ecclesiae Elfinensi, tunc in manu nostra existenti; Quae quidem damna aestimari possunt ad aestimationem trium millium marcarum, ecclesiarum combustione, et clericorum et monialium interfectione. Quare regiam vestram dignitatem humiliter exoramus, quatenus, sicuti terram filii vestri ad hostili incursu praedicti Walteri et aliorum adversariorum nostrorum observare desideretis, justiciario vestro, videlicet domino Ricardo de Rupella, nunc existenti, et consilio vestro salubri in Hibernia detis in mandatis ut, secundum prioris mandati formam, praefatum Walterum ad plenitudinem justitiae nobis super dictis damnis nobis et ecclesiae Elfinensi illatis exhibendam compellat et distringat. Pro certo enim sciatis quod nuncam a fidei servitio vestro nec filii vestro, pro aliqua sollicitatione nobis ad Hiberniensibus facta recessimus, nec recedemus. Nos enim et nostros et omnia nostra bona sub protectione vestra et domini Edwardi primogeniti vestri supponimus; cui omnia bona nostra et jura, si qua nobis super tota terra Conactiae competunt, usque ad adventum suum ad partes Hiberniae observamus et observabimus. Valeat regia vestra majestas in Domino.

Royal Letters, n. SHIRLEY. W.W. (Ed.) **Royal and Other Historical Letters Illustrative of the Reign of Henry III**, v.2 Londres: Longman, 1866, p. 199

Apêndice 2

Interações Reportadas nos Anais, 1224-1274

Introdução

Esse apêndice contém as fontes dos anais referentes à Tab. 2 do Capítulo 4. Os excertos compreendem as menções de interações entre os reis de Connacht e atores ingleses entre os anos 1224 e 1274.

A apresentação dos anais pode ser encontrada no Capítulo 3, e o critério de seleção dos trechos foram explicados no Capítulo 4. Ainda assim, algumas observações são ainda relevantes:

1) Os anais são divididos em uma série de entradas. Em alguns casos, elas indicam episódios diferentes. Em outras, um mesmo episódio pode ser dividido em várias entradas. Na transcrição abaixo, cada parágrafo corresponde a uma entrada no texto original.

2) Os trechos abaixo não necessariamente correspondem à totalidade da descrição presentes nas fontes originais. Textos analísticos podem ser extremamente longos e detalhistas, como no exemplo do item 53, incluído abaixo. Guerras, em especial, são frequentemente acompanhadas por récitas de feitos de armas e listas de baixas notáveis. Para efeito de brevidade, a lista que se segue inclui tão somente a apresentação dos episódios, com o nível de detalhe necessário para que sejam entendidos dentro de seu contexto. Interessados na íntegra dos textos analísticos podem encontrá-los digitalizados e acompanhados de suas traduções no site do Projeto CELT do University College Cork, citado nos links abaixo.

1.

Mac in Uga do teachtt a n-Eirinn daindeoin righ Saxan, & forbuise cocaidh & errain do fhás ettorrai & Goill Eirenn, no gur eirgedar Goill Eirenn ina aghuidh, & gur h-indarbuid i nucht Aoda i Neill, righ Ailigh, & gur tinoiledar Gaill & Gaoidel Eirenn da n-innsaigii, .i. Aod mac Cahail Croibh Derg, ri Connacht, & Donnchad Cairprech .H. Briain, rí Muman, & Diarmait Cluasach Mag Carthaigh, ri Deas Muman, & maithe Erenn archena

cenmotha Cenel Conuill & Eoghain, co riachtadar Murtemne & Dun Delgan, & gurap as ro iarsad gialla & etere o macuib in Uga & o Aodh .H. Neill. Is annsin tainic .H. Neill cona Ghallaibh & cona Gaoidhluibh, co ro roinnsit iad ar slighthibh Slebe Fuaid, & ar doirsibh Emhna, & ar Fidh Conaille, gur greannuigsim Gullu fa a indsaiged is na inatuibh sin. Cidh tracht, od connecadar Goill Eirenn gur urdhalta in imdeaguil sin d' doibh is i comairle do ronsat sith do denum re clandaibh in Uga, & breth rig Saxan ris na síthuibh sin; & ro scaoilsedar Goill Eirenn gan cís gan comha o Aodh O Neill.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1224. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 270, 272 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Meicc ind Uga do thoidecht a nErinn d'aindeoin Rig Saxan, & forbuis cocaid & esrain do fas dib ar Gallaib na hErenn, nogur ergidar Goill Erenn ina n-agaib & gur hinnarbaid a n-ucht Oeda h. Neill rig Ailig ocus gur tinolsat Goill & Gaidil Erenn da n-innsaigid .i. Aed mac Cathail Crobdeirg Ri Connacht & Dondchad Carprech h. Briain ri Tuadmuman & Diarmait Cluasach Mac Carthaig ri Desmuman & maithi Erenn archena cenmotha Cenel nEogain & Conaill, cur rancatur Murthemne & Dun Delgan & corab ass sin ro iarsat geill & etire o maccaib ind Uga & o Aed h. Neill. Is ann sin tanicc Aed cona Gallaib & cona Gaidelaib gurro innset et ar slighthibh Sleui Fuaid & ar dorsiu Emna & ar Fidh Conailli & gur grennaigsit ima n-innsaigid isna hinataib-sin. Cid tra o'tconnecatur Goill Erenn gurbo herdalta ind imdegail-sin d'fagbail doib, is hi comarli doronsat sith & sosad re hUilliam & risind Iarla & breth Rig Saxan risna sithaib-sin; & ro sgailset asind inad-sin gan comaid gan chis o Aed h. Neill don dulad-sin.

ANNAIS DE CONNACHT, 1224. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 6. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

2.

Sluaighedh mór le h-Oedh mac Cathail Croibh Derg co caislen Aird Abla i crich Bréne, co n-dechatar ar an g-caislen, cur loisceadar, & gur marbadar cach oen fuarutar ann do Gallaib & do Gaoidhealaibh.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1224 HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, P. 272 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluagad mor la hAed mac Cathail Crobdeirg cu Caslen Aird Abla hi crich Tetba, co ndeachadur arin caslen, gur losgetar & gura marbsatur cech aen fuaratur and du Gallaib & du Gaidhelaib.

ANNAIS DE CONNACHT, 1224. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 6. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

3.

Co-mherge cotha dhéirge is in bliadain si la Toirrdelbhach mac Ruaidhri mic Toirrdelbhaigh moir, & le h-Aedh mac Ruaidhri, rí Connacht, & le h-Aodh O'Neill, do cornum cuicid Connacht re h-Aed mac Cathuil Croib Derg, tre forcongra Duinn Oig Meg Oireachtuig, rígh tháoisigh Sil Muireduigh, a n-diguil a feruinn & a aicidheachta do buain de; & ó ro impa sum ro impadar Connachtaigh, .i. Sil Muiredhaigh, & iartair Connacht um Aodh O Flaithbertuigh, rí iartair Connacht. Cidh trá acht, tainic Aodh O'Neill leo go lár shil Muiredhaigh, & ro ríghedar annsin Toirrdhelbhach mac Rúaidhri, & do imtigh Oedh .H. Neill dia thigh, uair ro ba tairisi le macaibh Ruaidhri a n-airecht fein ar na g-cuiredh dho gach oen fo leith dibh, achtmadh Cormac mac Tomaltaigh na Cairrge mic Diarmada, & Dáuid Ua Floinn, & aes grádha archena.

Dala, imorro, Aodha mic Cathail Croib Derg, do chuaidh a nucht Gall, & doralá go sodhánach dosumh, uair is ann do batar Gaill Eirend i n-Áth Luain an tan sin, a g-cúirt, & ba cara dosum gach aon díbh tré na athair & treimhid féin, uair ro ba soacmuingech tuarusduil eisimh & a athair reimhe doibh. Tucsamh leis tra an Giuistis & Gaill Erenn, an méd ro ba lor leis díbh, & do eirigh fós leis Donnchadh Cairbrech O Briain co na shochruide, & O Maoilechluinn co na sochrutte. Is annsin do teichsed lucht Mhoighe h-Aei & na Tuatha a Luignibh & at-tír n-Amulghuigh, le a m-búaibh, & ro fagbuit meic Rúaidhri gan t-socraite, gan tinol airechta; & ní raibe na b-farradh acht uathad rídhannadh & taoisich, & gille ech, & gille fritheolmha.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1225. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 275, 277 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Comergi mor du ergi la Toirrdelbach mac Ruaidri & la hOed mac Ruaidri & la hOed h. Neill do chosnam coicid re hOed mac Cathail Crobdeirg, tre forcongra Duinn Oic Mec Airechtaig rigtuisig tSil Muredaig, i ndigail a feraind & a aicidechta do bein de, & o ro inta-som do intatur Connachta uli .i. Sil Muredaig & Iarthar Connacht ba Oed h. Flaithbertaig ri Iarthair Connacht, acht Mac Diarmata nama .i. Cormac mac Tomaltaig.

Cid tra acht tanicc Aed h. Neill leo co lar tSila Muredaig & ass-side co Fedaib Atha Luain, co rrabatur da oidche oc Mullach hUainide, & du lomairesid Loch Nen & cur ruccsat seota h. Conchobair leo ass. Accus tancatur ass-side cu Carn Fraich & do rigatur Toirrdelbach mac Ruaidri ann sin, & do imtig Aod O Neill da tig iar sin. Uair robo tarisi le macaib Ruaidri a n-airecht fein arna cuiread do cech oen fo leth dib-sin, acht mad Cormac mac Tomaltaig Meic Diarmata & Dauith h. Flainn & a aes grada archena.

Dala immorro Aeda meic Cathail Crobdeirg dochuaid i nn-ucht Gall, & doral a co sodanach do-som. Uair is ann batur Gaill Erenn for cuirt moir hoc Ath Luain & ba cara do-sam cech oen dib trena athair & tremit fein. Ar ba hacmainge ch tuarasdail & tindlaicti e-sim & a athair reme doib.

ANNAIS DE CONNACHT, 1225. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 8. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

4.

Cuirtt do denumh do Gallaib Atha Cliath & Erenn a n-Ath Cliath, & Aodh mac Catail Croib Derg do gairm fuirre, & fell fair forsan cuirtt sin, no go tanaic Uilliam Maruscal, a fer caradraidh fein, cona socraitte, ar lar na cúirtte, go rug lais ar écin esti amach h-é, & ro idhlaic iomlan dia tir fein.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1227. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 292. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Cuirt mor do denam do Gallaib Erenn ac Ath Cliath & Aed mac Cathail Crobdeirg Ri Connacht do gairm fuirri & fell acus mebal do denam fair no co tanicc Uilliam Maruscal a fer caradraidh fein cona sochraithe ar lar na cuirti cuice, co rucc les ar ecin esti immach he & cur innlaic imslan ina tir budein.

ANNAIS DE CONNACHT, 1227. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 24. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

5.

Dála Aedha mic Cathail Croib Derg, as a h-aithli sin do rone conne ic Lataigh chaeich tuaithbhil re h-Uilliam Mairéis, mac Sefraidh, & ní dechaid simh tar Lathach anonn achtmadh uathad beg .i. Cormac mac Tomaltaig na Cairge mic Diarmuda, & Diarmaid mac Maghnusa, & Magnus mac Muirchertaigh h-I Conchobair, & Tadg mac

Matgamna h-I Cheirín, & Ruaidhrí h-Ua Maoil Brenaind; & tanaic Uilliam Marés ochtar marcach ar an latair sin, & do cuimnigh mac Cathail Croib Derg an feall & an meabul do rinded air i n-Ath Cliath, & do eirigh resiu do toirrlingedar na Goill, & do cuir laimh a n-Uilliam Maireis, & do fregradh gu boedha feramail ó a muintir é, uair ro gabad Uilliam Maireis & maighistir Sleimhne & Uga Ardin, & do marbad constapla Ata Luain; & do chuir na Goill sin a láimh tar Lathaigh súas, & tainic simh & a raibe do Connachtuibh na fhocair, & ro airgedar an margadh, & do loiscetar an baile, & ba gnim sochair do Connachtuibh uile sin, uair fuair simh a meic & a n-ingina, & braigde Connacht, & sith do Connachtuibh da éis.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1227. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, pp. 292, 294. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Dala Aeda meic Cathail Crobdeirg asa haithle sin doroinni coinne ac Lathaig Caich Thuathbil re hUilliam Mares mac Sefraid, 7 ni deachaid-sim dar Lathaig innond acht mad uathad do dechduinib .i. Cormac mac Tomaltaig & Diarmaid mac Magnusa & Magnus mac Murchertaig h. Conchobair & Tadc mac Mathgamna h. Cerin & Ruaidri h. Mailbrenainn. Acus tanicc Uilliam Mares ochtur marcach isin coinne arin lathir-sin. Do chuimnig Aed in fell & in mebal doronadh i nAth Cliath fair. Ro erig resiu do torlingseet na Gaill & ro tsin a laim i nUilliam Mares & ro fecrad co beoda feramail he o a muintir in tan-sin & ro gabad Uilliam Mares & Magestir Slemne & Uga Airddin & ro marbad Constapla Atha Luain leis and sin & ro chuir na Gaill-sin dar Lathaig suas, & tanicc-sem & in neoch do bai do Connachtaib ina fochair & ro arcedur in marcad & ro loscedur uili, & ropa gnim sochair do Connachtaib uili sin uair fuair-sim a mac & a ingin acus braigdi Connacht & sith do Chonnachtaib uili da hes.

ANNAIS DE CONNACHT, 1227. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 24. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

6.

Morshluaiged la mac Uilliam i Connachta, & le h-Aedh mac Ruaidhri mic Toirrdhelbhaigh moir, gur loiscsed Inis Medhoin, & gur airgsit in tir uile, & gur gabsad braighde.

Sluaiged la Sefruidh Maireis & la Toirrdhelbhach mac Rúaidhri, h-i Mag Nae, co n-dernsat caislén a Rinn Dúin, & gur gabsat braigde Sil Muiredhaigh.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1227. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 294. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Morsluaged la Mac Uilliam hi Connachtaib & la Aed mac Ruaidri h. Conchobair cor losced leo Inis Meodoin & cur aircesed in tir uli & cur gabsad braighti.

Sluagad la Sefraid Mares & le Toirrdelbach mac Ruaidri i Mag nAi co ndernsad caslen i rRind Duin & cur gabsad braighti thShil Muredhaig.

(...)

Caislen Atha Liacc do denam la Sefraid Mares.

ANNAIS DE CONNACHT, 1227. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 26. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

7.

Aedh mac Cathail Croib Derg I Conchobair do marbad do Galloibh a mebuil gránna, ar na dhíchurdo Connachtuibh úathaib.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1228. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 294, 296 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Aed mac Cathail Crobdeirg h. Conchobair Ri Connachtre re cethri mbliadna, amail asbert an fili .i. Donnchad Bacach mac Tanaide h. Mailconari :

R.

Do bai Rath Cruachan na cath,
istad ingine Echach,
iiii. bliadna, bert can celg,
ag Aed mac Cathail Crobdeirg.

do marbad d'oenbuilli do thuaig sairsi i cuirt Sefraid Mares & se oca folcad oc mnai in tsair, acus an fer do buail he do crochad ac Sefraid arabarach. Tre faslach immorro mac Uga de Laci & Uilliam .i. Meic in Giustis doronad in fell-sin arin flaith firen forglidi-sin. Et adubrad conab tre ed do buail in saer e. Uair ni raibi ind Erinn cre duine bad aille ina bad beodha inas.

ANNAIS DE CONNACHT, 1228. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 26, 28. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

8.

Aed mac Rúaidhri do gabail righe Connacht, & a braithreacha maroen ris; & ro h-airgedh tuata & cealla Connacht leo, & ro dicuiredh cleirigh & aos ealadhan an tire a g-crichaib ciana coimighthecha.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1228. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 296. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Ricard mac Uilliam Burc do toidecht o Rig Saxan & giustisecht na hErenn do tobairt leis do. Et cuirt mor do suidiugad ag Gallaib Erenn & ag Goidelaib & Connachta etir rig & toisig Erenn im da mac Ruaidri .i. Toirrdelbach & Aed. Truag am in comuirli doronad ann sin .i. rige do tabairt don mac ba so & in mac ba sinem do dichur .i. Toirrdelbach mac Ruaidri, & cen guth ina agaith d'engnam na d'uasli na d'enech. Cid tra acht ro togadur Connachta uili in tan-sin Aed mac Ruaidri i fiadnaise Gall & Gaidel, & ar toidecht doib don chuirt do indsaig-sim & Connachta leiss co Carn Fraich meic Fidaig & do rigad ann sin e-sim, amail ba gnath do cech rig ro gab Connachta riam.

ANNAIS DE CONNACHT, 1228. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 28. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

9.

Inntódh dAedh mac Rúaidhri & do Connachtuibh arcena, ar mac Uilliam .i. Ricard Búrc, & ar ghalluib, tre asluch Duinn Oig mic Duinn Cathaig mic Airechtaig, & Cormaic mic Tomaltaig na Cairrge mic Diarmada, & a oesa gradha; uair do radatur side bréithir nach beitis ag an righ do béradh a tech n-gall iat.

Do ronsat, tra, crecha mora for Gallaib.i. Oedh mac Rúaidhri & iarthar Connacht do arguin mic oig Uilliam & Adáim Dhuibh. Donn Og, imorro, & meic Maghnais, & glasláith sil Muiredhaigh, do arguin mic Goisdalbh & tire Maine.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1230. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 296, 298. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Intod d'Oed mac Ruaidri & do Connachtaib arcena ar mac Uilliam Burc & ar Gallaib Erenn tre faslach Duinn Oicc meic Duindchatha Meic Airechtaig & Cormaic Meic Diarmata & a aesa grada. Uair do radsad-sein breithir nach betis ac tigerna do berad hi tech Gall iatt co brath. Doronsad tra crecha mora ar Gallaib, .i. Aed mac Ruaidri & Iarthar Connacht do arcain meic oic Uilliam & Addaim Duib; Donn Occ immorro &

meic Magnusa & glaslaith Sila Muredaig d'arcain Meic Gosdelb & Tiri Maine co hAth Luain.

ANNAIS DE CONNACHT, 1230. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 32. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

10.

Cidh tra acht ro tinoil mac Uilliam urmor Gall Eirenn, & Gaoidel imdha, & tainic i Connachta, & Feilim mac Cathail Croibh Derg leis, do tabairt ríge Connacht dó, & do innarbad Aodha mic Rúaidhri & cach Connachtuigh ro impó fair

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1230. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, P. 298 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Cid tra acht ro tinol Mac Uilliam Erenn uili & a Gaidil & tanic hi Condachtaib ocus Feidlim mac Cathail Crobdeirg leis do tabairt rigi & airechdais do & do innarpa Oada meic Ruaidri & cech Conductaigh ele dar impu fair

ANNAIS DE CONNACHT, 1230. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, pp. 32, 34. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

11.

Ar sin ro imtighedar Gaill ar na marach, & do fagbadar righe ag Feidlimm mac Cathail Croib Derg, & ro h-innarbuid Aedh mac Ruaidhri a nucht Aedha h-I Neill.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1230. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, P. 304. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Et tancatar as-side co calad Cairrci Locha Ce acus do batur ann-side da oidche & sechtmain & tucsat rigi d'Fedlim mac Cathail Crobdeirg & do innarbsad Aed mac Ruaidri a n-ucht Aeda h. Neill. Et do imtigetar Goill da tigib & do scailsed co subach somenmnach.

ANNAIS DE CONNACHT, 1230. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 38. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

12.

(Não há registros de qual teria sido a violação de Feidhlim. Ela é presumida a partir da menção de sua prisão, no item 13, abaixo.)

13.

Fedhlim, mac Cathail Croib Derc, do ghabháil la mac Uilliam a Búrc a Miliuc, tar slánaighecht maithi Gall Erenn.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1231. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 306. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Fedlim mac Cathail Crobdeirg do gabail la Mac Uilliam Burcc hi Miliuc tar slanaighecht maithi Gall Erenn.

ANNAIS DE CONNACHT, 1231. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 40. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

14.

Righe do thabairt d' Aodh mac Ruaidhri do ridhis & sith do dhenum dhó re mac Uilliam Burc iar n-gábail Feidhlim mic Cathail Croib Derg dhó.

Caislen Bona Gaillmhe do dhenum do Ricard de Burg, & caislen Dhúin Imdhain do tinnscna la h-Adam Sdondún.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1232. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 310. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Rigi do thabairt d'Aed mac Ruaidri doridise & sith do denam do re Mac Uilliam Burc iar ngabail Fedlim meic Cathail Crobdeirg do.

Caslen Bona Gallme do denam do Ricard de Burgo & caslen Duin Imgan do tinscadal la hAddam Stonsdun.

ANNAIS DE CONNACHT, 1232. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 42. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

15.

Ro ghabh Fedhlim mac Cathail Croibh Derc righe & flaithemnus for Connachtaibh ass a h-aithle, & na caisléin do-rónadh le nert chlainni Ruaidhri h-I Conchobair & mic Uilliam Burc, ro scaoiled la Feidhlim íad .i. Caislén Bona Gallmhe & Caislén na Circe, & Caislén na Caillighi, & Caislen Duin Imdháin.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1233. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 314 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Rigi & flaithius do gabail do Fedlim mac Cathail Crobdeirg iar sin, & na caslein doronad le nert clainni Ruaidri h. Conchobair & Meic Uilliam Burc do scailed do .i. caslen Bona Gaillme & caslen na Circe & caslen na Caillighi & caislen Duin Imdain.

ANNAIS DE CONNACHT, 1233. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 46. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

(Feidhlim e a Coroa não estavam tecnicamente em acordo, mas os ALC mencionam que os alvos da razia foram especificamente os castelos construídos durante a parceria de de Burgh e Mac Ruaidhri)

16.

17.

Sloiged mor la Galloib Erenn ar na tinól do Ricard mac Uilliam Burc; & tancadar tar Ath Luain co Ros Comain, & ro loisced Ros Comáin leo, & assiein co h-Oilfinn, & ro loisceset tempall mór Oilefinn; & tancadar assidhé co mainisdir Atha Da Laarac for Buill; & issiad ba h-ard airigh & ba h-urruntaigh dont shluaiged sin, .i. Mac Muiris, .i. Giuisdís na h-Erenn, & Uga dé Lací iarla Ulad, & Ricard mac Uilliam Búrc, & Ualdar Ritabhard, ard bharún Laigen, co n-Galloib Laigen maroen ris, & rutadha Erenn uile maraon rú, & Eoan Gocán co n-Galloib na Muman maille fris; & tancadar aghaid Domnaigh na Trinoide go mainisdirna Búille, & do chuadar a sersénaig fon mainisdir & do brisedar an

scriophtha, & tucaid a innmhus uile, & a coiligh affrinn & a édaighe altora ass; & ba grain mhór la maithib Gall an ni sin, & do cuirir ar cúla gach ní dibh dá m-bói ar fagail, & do h-ícait na n-eiche nach b-frith; & do chuireadar a sirthi & a sersénaigh ar a bharach, & a rutadha ceiterne, go Creit & co Cairthi Muilche, & assin co Tor Ghlinne Ferna, co tucsad crecha mora leo co h-Ard Charna a coinne an ghiuisdís.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1235. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 320, 322 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluaiged mor la Gallaib Erenn arna tinol do Ricardd a Baurcc, & tancatar dar Ath Luain co rRos Comman & ro loiscset Ros Comman, & as-side co hOil Find & ro loiscset tempal mor Oil Find & tancatar as-sidhe co manestir Atha Da Larac for Buill. Et is iat ba hairderce & ba hurranda don tsluagad-sin .i. Mac Muris Iustis na hErend et Uga de Lachi Iarla Ulad & Ricard mac Uilliam Baurc et Ualtra Rittabard ardbarun Laigen co nGallaib Laigen mor oen fris et Eoán Goccan co nGallaib Muman mar oen fris et rautada hErenn uile immalle friu. Et tancatar adaigh nDomnaich na Trinnoitti co manestir na Buille & docuatar a seirsenaigh fon manestir & do brissetar an scriphta oculus tucait a hinnmuss uli & a cailig Afrind & a hetaige heisti. Ba grain mor immorro la maithib Gall ind ní-sin & do curit for caula cach ní fofrith dib-sin & ro hicaít na neiche nach frith; & ro curetar arabárach a sirthi eth a sersenaigh & a rautadha ceithernn uadib co Creit & co Cairthi Muilchen & co Tor GlinneFerna, co tuchsats crecha mora leo co hArd Carna hi coinde in Iustís.

ANNAIS DE CONNACHT, 1235. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, pp. 50, 52. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

18.

Dála Fedhlim, imorro, do roine sith risin n-Giuisdís, & .u. triucha ced an righ dhó, & bérr do eisdibh; & tanic Cormac mac Tomaltaig mic Diarmada mar oen ris.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1235. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 330 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Dala immorro Fedlim dorigine sid risin nGiustis & v. tricha in rig do & cis & bes do estib. Et tanicc Cormac Mac Diarmata mar oen ris.

ANNAIS DE CONNACHT, 1235. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 56. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

(Embora os anais digam que Feidhlim fez a paz com o *justiciar*, a expedição era liderada por Ricardo de Burgh)

19.

Caisslen Mílic do brissedh la Fedlim .H. Conchobair.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1235. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 332. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Caslen Milicc do brised la Fedlim h. Conchobair.

ANNAIS DE CONNACHT, 1235. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 58. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

20.

Fedhlim mac Cathail Croib Derg do innarbad don ghiuisdís .i. do Mac Muiris, da cairdis Crisd, ar n-imteacht do Mac Uilliam a Saxsanaib, & ar eigin do siacht ass uatha cona mharcsluaigh, ar b-fhagail rabad dhó, & do ronait crecha mora ar a mhuinte iar na imtheacht fein.

Teid ass iarum i nucht h-I Domnaill; & do-ronad caislén Muille Uanach don dul sin ar Connacht; & is amlaid do-rónadh an feall sin, .i. coinne chelge do fhograd for .H. Conchobair a m-beol átha Feoruinne, & Goill Erenn do thinól don ghiuisdís docum na coinne sin; & Fedhlim dolenmain co Ros Comáin doibh, & a lenmain assidhé go droichet Slicigh; & o nach rucsat fair do ronsad crecha móra ar Thadhg .H. Conchobair, & ro ghabhadur morán do mnaibh maithi annsin, co rucsat a m-broid leo íad.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1236. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 322, 334. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Fedlimid mac Cathail Crobdeirg do innarba don Giustis.i. do Mac Muris da chardis Crist ar n-imthecht do Mac Uilliam hi Sacsanaib, & is ar ecin dosiacht as uathad marcsluaig iar tabairt robaid do & doronait crecha mora ara muinteraib & dochuaid a n-ucht h. Domnaill, & doronad caslen Mullaig Uanide don dulad-sin ar Connachtaib; & is amlaid doronad in fell-si.i. coinne celci do focra fair i mBeol Atha Feorainne & Goill Erenn do tabairt chuige don Gistis isin coin ne-sin, & a lenamain doib co Ros Comman & a lenamain as-side co drochet Slicig, acus o nach rucsat air doronsad crecha mora ar Tadc h. hobair & cur gabatur moran do mnaib maithi ann sin & co rucsat leo iat a mbroitt & i ndairi, & tancatur na Goill & na crecha-sin leo co Druim nGrecraigi i mMoig Luirce, uair is ann sin bai an Giustis fein oca n-urnaide.

ANNAIS DE CONNACHT, 1236. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 58-60. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

21.

Do imthigh an Giusdís & na Goill iarsin, & do fhágaibhsiot fechem & forlámhus in tíre ag Brían mac Toirrdhelbhaigh.

Crecha móra do dhenum do Brian & do t-shersénachaibh an ghiuisdís ar Chlainn Aodha mic Cathail Croib Derg, & ar shochaide eli do mhuintir Fhedhlim.

Crecha móra & gressa imdha do dhenum do macaibh Oedha ar ghalloib, & ar a n-escairdib Gaoidil, gur loited & gur milled an tír & in talam eaturra imósech.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1236. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 334 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Do imdig an Giustis & na Goill ar sin & do facaibsed feithem & forlamus in tiri ac Brian mac Toirrdelbaig. Crecha mora & gressa do denam do Brian & do sersenchuib an Giustis ar macaib Aeda meic Cathail Crobdeirg & ar sochuide aili do muintir Feidlim. Crecha mora & gresa do denam do macaib Aedo ar Gallaib & ara n-escartib Gaidel, cur loited in tír & in talam uili etarro immasech.

ANNAIS DE CONNACHT, 1236. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 60. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

22.

Od chuala, imorro, Mac Uilliam an maidhm sin do thabairt ar gach óen da inntó dia muinnter fair, do eirigh le .H. Conchobair, & tánic dárúagad no dia chendsugad.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1236. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 336, 338 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

O'tchuala tra Mac Uilliam in maidm-sin do thabairtt ar cech oen ro impa da muintir air do erig le hO Conchobair & tanicc da ruaccad no da cennsagad

ANNAIS DE CONNACHT, 1236. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 62. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

23.

Sith do dhenum don ghiusdís re Fedhlim mac Cathail Croib Derg, & tucadh .u. triucha an righ dhó gen crodh gen chíss orra.

Baruin na h-Erenn do theacht a Connachtaibh & tinnscedal caislen do dhenum doibh innti.

(...)

Caisléna do dhenum a Muinnter Murchada, & a Conmaicne Cúile, & a Cera, lás na barúnaibh remráiti.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1237 e 1238. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 344, 348. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sith do denam don Giustis re Fedlimid mac Cathail Crobdeirg & tuccait v. tricha in rig do-som cin crad can chis orra.

Baruin na hErenn do thocht a Connachtaibh & tinscedal caislen do denam doibh inti.

(...)

Caslena do genam a Muintir Murchada & a Conmaicni Culi & a Cera lasna barunaibh remrati.

ANNAIS DE CONNACHT, 1237 e 1238. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, pp. 66,68. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

24.

Fedhlim .H. Conchobair do dhul co tech rí Saxan, do chossaid ghall & ghaidel Erenn fris; & fuair onoir mhór on righ don chur sin; & tánic slán díá thigh, co subach somenmnach.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1240. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 352 Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Fedlim h. Conchobair do dol co tech Ríg Saxan do chosait Gall & Gaideal Erenn, & fuair onoir mor on Ríg don cur-sin & tanicc slan da tigh don cur-sin co subach somenmnach.

ANNAIS DE CONNACHT, 1240. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 72. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

25.

Sloiged mór las an nGiusdís & la Galloib Erenn airchena, & la Fedhlim mac Cathail Croibh Derg h-I Conchobair, a Cénel Conaill a ndighuil Taidhc h-I Conchobair, gurgahbsat longport i nDruim thuama, co tancotar maithe Chénel Conaill ina teach, co tucsat braighde dhóibh.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1242. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 356, 258. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluagad mor lasin nGiustis & la Gallaib Erenn archena & la Fedlimid mac Cathail Crobdeirg hi Cenel Conaill i ndigail marutha Taidc h. Conchobair, cur gabsat longport i nDruim Tuama, & tancotar maithi Ceneoil Conaill ina tech co tucsad braighdi doib.

ANNAIS DE CONNACHT, 1242. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 76. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

26.

Caislen Sligigh do dhenam le Mac Muiris Mic Gerailt, giúsdís na h-Erenn, & le Sil Muireghaigh, uair a dúbradh re Fédhlim a dhenam ar a phinginn fein, & clocha & aol tighespidéil na Trinóide do tocbháil chuige, iar tabairt an ionaidh sin reime don ghiúsdís, .i. Muiris Mac Gerailt, do Chlarus Mhág Mháilín, a nonoir na naomh Trinoide.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1245. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 368. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Caslen Slicig do denam le Mac Muris Mac Gerailt Giustis na hErenn & le Sil Muredaig, uair adubrad re Fedlim a denam ara innmus fein & clocha & ael tigi spitel na Trinoite do tocbail chuce, iar tabairt ind inait-sin don Giustis reme .i. Muris Mac Gerailt do Chlarus Mac Mailin i n-onoir na Naemtrinoite.

ANNAIS DE CONNACHT, 1245. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 84. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

27.

Sluaiged mór la rí Sacsan a mBretnaib, conderna longport mór a caistel Engannóc, & do cuired litri & legáide co hErinn leo co Gallaib na h-Erenn, & go Fédhlim mac Cathail Croib Derg, da radha riú dul a coinne an righ a mBretnaibh, do ghabhail nert ar Bhretain.

Do chúaid trá an Giúsdís go nGallaib Erenn leis docum an righ, & do cuaidh Fedhlim mac Cathail Croibh Derg h-I Conchobair, & sochraide mhór do ghaoidealaibh leis, a bfurtacht an righ a mBretnaibh; & ro millset an crích co h-uilighe; & nir ghabhsat geill iná edire don chur sin for Bhretnaibh; & ba h-onórach Fédhlim ag an righ don dol sin, & ba buidech Fedhlim ag teacht on righ anoir.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1245. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 368. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluagad mor la Rig Saxan i mBretnaib co ndernad longport leo ic Castel Engannoc, cur corustur legaiti & letri leu i nErinn docum Gall Erenn & dochom Fedlimid meic Cathail Crobdeirg do rad riu dol i conne in Rig i mBretnaib do gabail neirt forro. Dochuaid tra in Giustis co nGallaib Erenn les dochum in Rig, & dochuaid Fedlimid h. Conchobair co sochraiti moir do Gaidelaib leis hi furtacht in Rig i mBretnaib, & ro milset an tir uili & nir gabsat gell na hetiri don cur-sin for Bretnaib; & ba honorach Fedlimid agin Rig don dulad-sin & ba buidech Fedhlimid oc techt on Rig anoir.

ANNAIS DE CONNACHT, 1245. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 84. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

28.

Caislén Suicín do dhenam is in mbliadain sin.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1245. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 370. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Caslen Suicin do denam in bliadain-sin

ANNAIS DE CONNACHT, 1245. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 84. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

29.

Toirrdhealbach mac Aodha h-IConchobair do ghabáil arís, ar comairce espuic Chluana, & a thabairt a laim ghall, & a chur a caislen Atha Luain.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1246. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 372, 374. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Toirrdelbach mac Aeda h. Conchobair do gabail aris ar comarci espuic Cluana & a tabairt a laim Gall & a cur a caslen Ada Luain.

ANNAIS DE CONNACHT, 1246. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 88. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

(Presumido. Anais dizem apenas que Toirdhelbach Mac Aedh, feito prisioneiro, foi deixado em Athlone (segundo O'Byrne, nas mãos de Feidhlim).)

30.

Piarus Puér, .i. mac Enri, & Daid Triú & marcsluaig do ghillaigib óga maroen riú, do thoighecht roim Mic Fheoruis a Connachtuibh, co caislén Slicigh; & adcuas do mac Fedhlim h-I Conchobair an ní sin; & ód chualaidh tuc airrcheisd forra; & do marbad annsin Piarrus Puér & Daid Triú, & cóiger do ghillaigibh ógamaraón rú; & rucadh na fir sin ina corpaib co hEss dara dia nadhlucadh.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1249. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 384, 386. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Piarrus mac Enri Puer & Daid Triu & marcsluag do gillaib oca mar oen riu do toidecht re Mac Feorais hi Connachtaib co caslen Slicig, & adcuas do mac Fedlim h. Conchobair in ni-sin, & o atchuala tucc archeist forra & do marbad leis Piarrus{folio 3b}Puer & Daid Triu & coicer do gillaib oca mar oen riu, & rucaitt na cuirp-sin co hEss Dara da n-adlacad iar sin.

ANNAIS DE CONNACHT, 1249. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 96,98. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

31.

Imthusa mic Fhedhlim, tánic remhe a Tír Fhiachrach iarsin, & ar fud criche Mic Fheoruis, & do lommairg h-í ó Mhuaidh co Traigh nEothoile soir; & ro len Geróidín Mac Feoruis iad, & ruc sé ar Dhonnchadh mac Maghnusa, & ro loitedh lais h-é & ro gabadh taréis a loit, & ruc leis co Dun Contreat h-é iar sin.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1249. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 386. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Imthusa meic Fedlim iar sin tanicc reme i Tir Fiachrach & ar fod criche Meic Feorais & do lomaincc hi o Muaid co Traig nEothaile in tSair. Et ro len Gerotin Mac Feorais iat & ruc se ar Donnchad mac Magnusa & ro loited les he & ro gabad, & rug lais co Dun Con Trethain. Ro len mac Fedlim iad iar sin & tucc mac Magnusa les & ro marb se Gerotin per dolum; & testa mac Magnusa don lot-sin iar sin & ba mor ind esbaid-sin do Gallaib & do Gaidelaib diblinaib.

ANNAIS DE CONNACHT, 1249. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 98. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

32.

Ro thinóil Mac Muiris iarsin, & tanic roime i Connachtaibh, & do ben do mac Fédhlim an mhéid ar a ruc aige dona crechaib sin.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1249. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 386. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Ro tinol Mac Muris iar sin & tanicc reme i Connachtaib & do ben do mac Fedlimid in met ara rucc dona crechaib-sin aice.

ANNAIS DE CONNACHT, 1249. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 98. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

33.

Ro thinoil din an Giuisdís Gaill Midhe & Laigen, & tánic slúraig mór reme tar Ath Luain, & assidhé a Síl Muireghaigh, & Mac Muiris don leith eli, & Gaill Mhuman & Chonnacht mároen fris; & tancotar in dá tshluag sin co h-Oilfinn iar milled Shíl Muiredhaigh rompu conuige sin; & tucsat Toirrdhelbach mac Oedha mic Cathail Croibh Derg chuca, & do rightsat an inad Fedhlim mic Cathail Croibh Derg h-é; & ro airgset crich Bréifne iar sin, & do-rónsat uilc imdha innti in gach aird, & tucsat a creacha leo iarsin, & ro bhádar fiche oidhche imlán a Siol Muireghaigh ag á milled, & ro airgset Loch Cé conaoilénaibh, & in Chairrig cona h-imlibh.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1249. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 386, 388. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Ro thinol dino in Giustis Gaill Mide & Laigen & tanicc sluag mor reme dar Ad Luain & as-side a Sil Muredaig, & Mac Muris don leth aili & Gaill Muman & Connacht mar aen riss, & tancatar an da sluag-sin co hOil Finn ar milled Sila Muredaig rompa conici sin. Et tucsat chuctha Toirrdelbach mac Aedo meic Cathail Crobdeirg & do rigsat he a n-inad Fedlim meic Cathail Crobdeirg, & do aircesed crich Brefne iar sin & doronsad ulca imda inte in cech aird & tucsad a creca iar sin; & do batur xx. aidche imslan i Sil Muredaig aca milled; & ro airset Loch Ce cona ailenab & in Carraic mar oen riu. Dochuaid dono an Giustis isin Mide & dochuaid Mac Muris co Slicech, & do facaibsed Toirrdelbach ag comed tSil Muredaig.

ANNAIS DE CONNACHT, 1249. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 98. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

34.

Sloiged eli la macaibh righ Connacht co h-Ath na righ, dá loscad & da lomargain, fo fheil Muire & iommedhóin fóghmhair.

Sluagh mór eli fa Thoirrdhelbach mac Oedha, & fa Aodh óg mac Aodha, & do bhí sirriam Connacht ar a cinn isin mbaile

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1249. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 388. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluagad aili la macaibh rig Connacht co hAd na Rig da loscad & da lomarcain, fo fel Muri i meodon in fog mair, & dochodur sluag mor ann sin fo Toirrdelbach mac Aeda & fo Aed mac Aeda.

ANNAIS DE CONNACHT, 1249. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 98. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

35.

M.cc.l. Fedhlim .h. Conchobair do theacht as in tuaiscert, agus socraide mhór leis a Cenél Eogain, d'innsoiged na Breiffne, agus asidhé is na Tuathaib, agus Conchobar mac Tigernáin maróen ris, agus asidhé a Thír Mhaine, gur dhíchuirsed Toirrdhelbach a Connachtaibh amach, condeachaid in ucht Ghall arís, gur thinóil Fedhlim imeircech Connacht leis tar Slíbh Seghsa síis, gur chuirset Goill teachta 'na dheghaid, conernadar

[sidh] fris, agus aisech a righe féin dó doridhis. Braighde Connacht do dhallad in Ath Luain do Ghall[oibh], agus do Thoirrdhelbach mac Aodha. Creach mhór do dhenum do Fhedhlim ar Chathal .H. Conchobair, agus a chur ar innarba a Connachtuibh amach dhó.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1250. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 392. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Fedlimid h. Conchobair do toidecht asin tuascert & sochuidi mor les a Cenel Eogain d' innsaigid na Brefne, & as-side isna Tuathaib, & Conchobar mac Tigernan mar oen ris, & as-side a Tir Mani, cur dichursed Toirrdelbach a Condachtaib amach co ndechaid a nuacht Gall aris; cor tinol Fedlimid imircecha Connacht les dar Sliab Segsa sis, curro cursed Goill techta na degaid co ndernadur sith & asec a righe fein do doridisi.

Braighdi Connacht do dallad a nAth Luain do Gallaib.

ANNAIS DE CONNACHT, 1250. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 102. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

(Nota: os anais dizem que reféns de Connacht foram cegados pelos ingleses em Athlone. O'Byrne⁴⁶⁷ pondera que essa era uma prática feita com dissidentes políticos, sinal de que ingleses teriam considerado Feidhlim culpado pela ação de seu filho.)

36.

Conne mhór etir .H. Conchobair & Mac Uilliam Búrc ag tochar Mhónadh Coinneadh, & sith do dhénam dhóibh annsin, & gach dáil imá raibhe .H. Conchobair do legad leis.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1255. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 406, 408. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Conne mor etir h. Conchobair & Mac Uilliam Búrc ic Tochar Mona Conneda & sid do denam doib ann sin & cech dail ima raibi Fedlim do lecad les.

ANNAIS DE CONNACHT, 1255. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 112. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

37.

Sloiged adhbhal mhór do denum la Uáter mac Ricaird mic Uilliam Búrc, docum Fedhlim mic Cathail Croib Derg, & dacom a mic, .i. Aodh mac Fédhlim, & co mic Tigernáin i Ruairc; & is imchian roime sin ro tinóladh a comlínmhar int slúaig sin an Erinn, oir isedh ro h-airmedh annsin .i. fiche míle ar áiremh aoinfhir

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1256. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, p. 408. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluagad adbalmor do denam la Uater mac Ricairt a Burc dochum Fedlim meic Cathail Crobdeirg & a meic .i. Aed mac Feidlim & Conchobair meic Tigernan h. Ruairc, & nochar tinolad i nErinn riam sluag bad adbli no bad adballinmure innas, & is ed ro harmed ann xx. mili ar arem ainfir

ANNAIS DE CONNACHT, 1256. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 114. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

38.

Iusdís do thoighecht an Erinn ó ri Saxan do-certugad ferainn na bErenn edir bharúnaibh & rideribh nahErenn. Conne do dhenum don Ghiúsdís & dAodh.H. Conchobair ag Rinn dúin, & síth do dhénium re cheli, & gan laghdugad criche na ferainn do dhenum ar .H. Conchobair in fad budh giúsdís eisiom in Erinn.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1256. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...)** v. 1. Londres: Longman, 1871, pp. 420, 422. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Iustis do techt a nErinn o Rig Saxan do chertagad ferainn na hErenn etir barunaib & riterib na hErend.

Coinne do denam don Giustis-sin & d'Aed h. Conchobair oc Rind Duin & síth do denam doib re cheli & cin laigdiugad crichi no ferainn do denam ar h. Conchobair in fad bad Giustis e-sim i nErinn.

ANNAIS DE CONNACHT, 1256. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 120. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

39.

Conne mhór ag Aodh .H. Chonchobair & ag Ióan de Uerdún, ag Ath Liag na Sinna, in hoc anno

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1256. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 420. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Coinne mor ac Aed h. Conchobair & ac Eoan de Uerdun oc Ath Liacc na Sinna in hoc anno.

ANNAIS DE CONNACHT, 1256. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 122. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

40.

Coinne do dhenum re Giúsdís na hErenn & re Mac Uilliam Búrc, & re maithibh Gall Erenn áirchena, in Ath Luain, do Fhedhlim mac Cathail Croib Derg, & síth do dhenum dhóibh díbhlináibh.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1257. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 422. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Coinne do denam re Giustis na hErenn & re Mac Uilliam Burc & re maithibh Gall Connacht & Erenn archena i nAd Luain d'Fedlim mac Cathail Crobdeirg & síth do denam doibh díbhlináibh.

ANNAIS DE CONNACHT, 1257. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 124. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

41.

Cairt do thabairt o righ Saxan do Fhedhlim .H. Conchobair ar chóig triúcha an righ.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1257. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 424. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Cairt do thabairt o rig Saxan do Fedlimid h. Conchobair ar u. tricha cet an Rig.

ANNAIS DE CONNACHT, 1257. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 124. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

42.

Aodh .H. Conchobair do dhul isin tuaiscert docum Briain h-I Neill, & morán do mhaithibh Connacht maille fris. Ua Neill & Cenél Eogain & Aod .H. Conchobair dho dul dibhlínaibh go Dún dá lethghlas, a coinne Ghall. Maidhm adhbail do thabairt do Ghalloibh Dúin forra, & Brian .H. Neill, i. rí Gaoidel Erenn, do mharbad a gcath Druma derg ag Dún dá lethghlas

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1260. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 432. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Aed h. Conchobair do dol isin tuaiscert dochum Briain h. Neill & moran do maithibh Connacht mar oen ris. Et h. Neill & maithi Ceneoil Eogain do dol diblínaibh & Brian h. Neill do Dun Da Lethglas i conne Gall & maidm do thabairt do Gallaib Duin forrae diblínaibh, & Brian h. Neill ri Gaidel Erenn do marbad ann sin i cath Droma Derg oc Dun Da Lethglass

ANNAIS DE CONNACHT, 1260. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 130. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

43.

Sluaiged la Mac Uilliam Búrc docum Fheidhlim h-I Conchobair, go tánic go Ros Chommán, & do leig creach a gCrúmhthonn, gur airg Clann Aodhagáin; & do leig crech eli a Tír Mhaine, gur airg morán do mhuinnter an espuic, oir ro bhador ag Purt Airenach in tan sin. Ro airgset Ros Comán, & ro mhillsiot a h-arbar; gidhedh nir lamhsat dul sech Ros Comáin sios don dul sin, óir do bhóí Feidhlimh .H. Conchobair & a mac, .i. Aodh na nGall, is na Tuathaibh, & ba Connacht ar a cul isin díthruibh; conidh h-í comairle do ronsat díbhlínaibh sith do dhénúm re roile, & Mac Uilliam do fhilledh dia thigh íarsin.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1260. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 434. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluagad la Mac Uilliam Burcc dochum Fedlimid co tanicc co Ros Chomman & do lecc creich hi Crumthand, cur airc Clainn Aedacan & do leicc creich aili i Tir Mane, cur aircc moran do muintir in espuic, uair do batur na cair hi Purt Airenaig in tan-sin, & ro airccsitt Ros Coman & ro millsit a harbar, & cid ed nir lamsat dol sech Rus Choman sis don doulad-sin ar ro bai Fedlimid h. Conchobair & a mac Aedh na nGall isna Tuathaib & bai Connachta ara cul isin dithrub, conid i comarli doronsat sid do denom re 'raili, & Mac Uilliam do imtecht iar sin.

ANNAIS DE CONNACHT, 1260. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 132. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

44.

Slóiged adhbail la Galloibh Erenn docum Fheidhlim mic Cathail Croib Derg, & dochum a mic, .i. Aodh na nGall, gur chuir .H. Conchobair urmhor bhó Connacht a Tír Conaill ar teiched na nGall; & do bhí sé fein an Inis Saimhér ar cúl a bhó & a mhuinntir. Dála Gall, imorro, tanic Mac Uilliam Bure tar tochur Mhónaidh Coinnedha aniar, & sluag mór maille fris, go h-Oilfinn, & Giúsdís na h-Erenn & Eóan de Uerdúin tar Ath Luain anoir go Ros Comán; & do leigedar creacha móra amach a gCenél Dobhtha mic Aonghusa, gur airgedar an mhéid ro an tar éish-I Conchobair a Connachta don duladh sin; & do thoiredar inad caissleín a Ross Comáin don toisc sin. Dala Aodha h-I Conchobair, imorro, ro tinoil sídhein slúag mór, & ro airgesdar Gaill iarthar Connacht uile, ó Mhuigh Eó na Saxanach & ó Bhalla aniar, & ro loisc a mbailti & a nاربhanna osin go Sliabh Lugha, & ro marbhusdar daoine imdha etorra sin. A h-aithle na gcreach mór sin do dhenum dhó, do chuir a mic righ & táissich uadh an uachtar Connacht, gur loiscset & gur airgset ó Thuaim dhá ghualann co h-Ath luain, & ro marbhadar ina bfhuaradar do dhaoineibh etorra sin uile.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1262. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 440, 442. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluagad adbalmor la Gallaib Erenn dochum Fedlim h. Conchobair & a meic Aed na nGall, cur chuir h. Conchobair urmor bo Connacht a Tir Conaill ar teithed Gall & bai fein a nInis Samair ar cul a bo & a muintire.

Dala Gall immorro, tanic Mac Uilliam Bure tar Tachur Mona Conneda aniar & sluag mor amaille ris co hOil Finn, & Giustis na hErenn & Eoan de Uerdun dar Adh Luain anoir co Rus Comman, & do lecitur crecha mora immach i Cenel Dobtha meic Aengusa, cur arceatur in met ro an ar es h. Conchobair hi Connachtaib don dulad-sin, & ro tornetar inat caislein i rRus Comman don toisc-sin.

Dala Aeda h. Conchobair immorro ro tinol-side sluag mor & ro arceatur Gaill Iarthair Connacht uli o Moig Eo na Sachsen & o Balla aniar, & ro loisc a mbalti & a n-arbanna co Sliab Luga, & ro marbastur daine imdo eturro-sin.

A haithli na crech mor-sin do denam do, do chuir a thoisig & a meic rig uad ind Ochtur Connacht cur loiscset & cur arcset o Thuaim Da Gualann co hAth Luain, & cur marbad ina fuaratar do doinib etarro-sin uli.

ANNAIS DE CONNACHT, 1262. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, pp. 136, 138. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

45.

Dála Gall, imorro, do chuireadar techta uatha dochum h-I Conchobair & a mic, do thairesin tshidha dhóibh. Tanic imorro Aodh .H. Conchobair a coinne Ghall iarsin co h-Ath dhoire Chuire, & do-rónsat síth annsin, & do chúaid an oidhche sin a tech Gall gan braighe gan edire tar éisi; & do bhi an aon ionadh & an aon leabaid re Mac Uilliam Burc an oidhche sin go subach somenmnach; & do imthighset Gaill ar a bhárach tar éis ant shídha sin do dhenum dhóibh.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1262. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 442. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Dala Gall immorro do chuiretar techta uatha dochum h. Conchobair & a meic do thairesin siida doib. Tanicc immorro Aed h. Conchobair hi coinne Gall iarom co hAd Dori Chuire & doronsat sid iar sin, & dochuaid an oidhchi-sin co tech Gall can giall can eteri dara ese, & bai a n-aenleabaid & a n-aenidad re Mac Uilliam Burcc in oidei-sin co subach somenmnach; & do imtigidur Gaill arabarach d'es an tsida-sin do denam doib.

ANNAIS DE CONNACHT, 1262. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 138. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

46.

Sluaiged la Mac Uilliam Búrc dinnsaiged Fheidhlim h-I Conchobair, & dinnsaiged a mic, go rangadar Ross Comán, & ro theichset Siol Muireghaigh rompu a tuaiscert Connacht, & ní bfuadarad Gaill crecha na edáil don dul sin. Donnchad .H. Floinn & Tadhg a mac dinnsaiged droinge dont shlúgaigh sin, & do marbad ced díbhsin edir mhaith & saith, fo Aidín Ruitsél & a mac, & fo .u. macaibh Chonconnacht hI Conchobair, et alii multi; & an sluag do impó fó mhéla dia tighibh iarsin.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1263. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 444. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Sluagad la mac Uilliam Burc d'innsaigid Fedlim h. Conchobair co Ros Chomman, & teithid Sil Muredaig rompa a Tuascert Connacht & ni fuaratar Gaill crecha re ndenam don dulad-sin. Dondchad h. Flainn & Tadcc a mac d'innsaigid droingi don tsluag-sin & do marbad cet dib etir maith & saith, fo Aitin Rutsel & a mac & fou macaib Conchonnacht h. Conchobair & ali multi, & in sluag do imtecht fo mela da tigib iar sin.

ANNAIS DE CONNACHT, 1263. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 140. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

47.

Caisslen do dhenum do Mac Uilliam Burc ag Ath in gail isin Chorann.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1263. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 446. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Caslen do denam do Mac Uilliam Burc ic Ad in Gail isin Chorand.

ANNAIS DE CONNACHT, 1263. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 140. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

48.

Coinne mhór etir Ghalloib Erenn, im ghiusdís na hErenn, & im Iarla Ulad, & im Mac Gerailt, & im mhaithibh Gall Erenn osin amach, re Feidhlim.H. Conchobair, & re h-Aodh .H. Conchobair a mac, in Ath Luain. Eagla mhór & anbháthad do ghabáil na nGall od chonncodar ant shocraide dhíáirmhidhe ro bhoi .H. Conchobair & a mac, conid h-í comairle do rónsat Gaill annsin síth do dhenum re .H. Conchobair & re na mac; & do rinnedar ass a h-aithle.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1264. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, pp. 446, 448. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Conne mor etir Gallaib & Gaidelaib Erenn, im Giustis na hErenn & 'ma Iarla Ulad & 'ma Mac Gerailt & maithi Gall Erenn o sin amach, re Fedlim h. Conchobair & re a mac .i. Aed a nAth Luain. Ecla mor & anbath do gabail na nGall o'tconncatar an tsochraite diarmide ro bai ac h. Conchobair & aca mac maille ris. Conid si comuirli doronsat Gaill ann sin

sith d'iarraid ar h. Conchobair & ara mac, & do iarradar & fuaratar & doronsat sid ann sin.

ANNAIS DE CONNACHT, 1264. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 142. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

49.

Caislén Sligigh do sgaoileadh la h-Aodh .H. Conchobair, & caislén an Bhend fada & caislen Ráth Aird craibhe do loscad & do sgaoileadh leis bheós.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1265. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 450. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Caislen Slicig do scailed la hAed h. Conchobair. Et caslen in Bennata & caislen Raith Aird Craibi do scailed & do loscad lais *beuss*.

ANNAIS DE CONNACHT, 1265. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 144. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

50.

Crech mhór eli do dhenum do Mac Uilliam Búrc ar .H. Conchobair, gur airgestar Tír Mhaine & Clann Uadach.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1267. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 456. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Crech mor do denam do Mac Uilliam Búrc ar h. Conchobair cur arcestar Tír Maine & Clainn Uatach.

ANNAIS DE CONNACHT, 1267. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 148. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

51.

Coinne do fhogra do Ghalloib Erenn a nAth Luain ar Aodh .H. Conchobair. Ro thinóil .H. Conchobair, imorro, ina gcoinne annsin, & tuc maidhm adhbail forra a bhfedaib Atha Luain, & ro marbadh sochaide dhíbh ann.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1268. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 458. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Conne do focra do Gallaib Erenn ar Aed h. Conchobair i nn-AthLuain (sic). Do tinol h. Conchobair ina conne & tuc maidm forra hi Fedaib Ada Luain & ro marbad sochuide dib.

ANNAIS DE CONNACHT, 1268. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 150. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

52.

Iuisdís nua do thoighecht a nErinn o rí Saxan .i. Hoiperd Sufforn, do chertugad & do shocrugad na h-Erenn. A thoighecht a Connachtaib iarsin, & Gaill Erenn maille ris & caislén do dhenum a Ros Chomán dóibh; & issedh fodera sin do dhenum, .i. Aodh .H. Conchobair do bheith a ngalur & a nesláinti an tan sin.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1269. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, p. 458. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Iustis nua do techt a nErinn o Ríg Saxan .i. Hoberd Sufoin, do chorugad & do certagad na hErenn, & a techt a Connachtaib iar sin & caislen do denam do & do Gallaib Erenn maille fris hi Rus Chomman; & is ed fo dera a denam, Aed h. Conchobair do bith i ngalur & i n-eslainti in tan-sin.

ANNAIS DE CONNACHT, 1269. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht.** Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 152. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

53.

Cogad mór & essaonta do eirghe edir .H. Conchobair, .i. Aodh mac Félim, & Uáter a Búrc, .i. Iarla Uladh; & nír fhédsat Gaill ináid Gaoidel a nettráin; gur thinóil ant Iarla Goill na h-Erenn maille risin Giuisdís, go tangadar dibhlínaibh mór sluaighed a Connachtaibh, go rangadar Ross Chommáin an ced aghaidh, & assidhé go h-Oilfinn in dara aghaidh, & assidhé go Port Leice, gur ghabhadar sossad & longport ag Port Leice

an oidhche sin; & do-rónsat comairle ar a bhárach, & issí comairle do ronsat, .i. ant Iarla & maithe Gall Erenn do dhul tar Sionainn soir i nAth caradh Conaill in tan sin. Dála righ Connacht imorro, .i. Aodha mic Félim h-I Conchobair, do bhói sidhéin begán do mhaithibha muinntire ar cinn na nGall a Magh Nissi, & ro an an Giuisdis & begán dont shlúag maille ris alla thiar dont Shionainn ag iornaidhe an Iarla cona muinntir. Dála an Iarla, ar ndul dó tar Ath caradh Conaill soir ro eirigh uathad do muinntir h-I Conchobair dhóibh a coilltibh Conmaicne, & ro marbad begán dont slúagha Ghall annsin. Acht chena, nír ansad na Gaill don reim & don ruathar sin for a rabhadar no go rangadar Magh Nissi, & ro ghabhsat sossad & longport ann an oidhche sin. Dála na nGall, imorro, issí comhairle tucsat ar an Iarla, síth do dhénam re.H. Conchobair don chur sin, & a derbrathair, .i. Uilliam óg mac Ricaird mhoir mic Uilliam cuncúr, do thabairt a laim mhuinntir h-I Conchobair an fedh do biadh .H. Conchobair a tigh an Iarla ag redhugad; & do-rónadh amhlaid. Ocus ar ndula do Uilliam óc a tech h-I Conchobair ro ghabhadar muinntir h-I Conchobair é, & do marbadh Seon Duilefin & a mac ar an láthair sin. Od chuala, imorro, ant Iarla fell do dhenam ar a bráthair, ro ghluais mochtráth ar ná bhárach go h-Ath an chip for Sinuinn, & is amhlaid do bhoi .H. Conchobair in dá oidhche sin ina timcheall mur bhíos leoman lonn, laind, ledartach, a timcheall a bhídhbhadh ag á mbássugad, conar leig caithemh na codlad na comsanadh dhóibh. Ro éirigh Aodh .H. Conchobair isin ló cedna sin. (...) Imthus Aodha h-I Conchobair iarsin, ro leg caislén Atha Anghaile, & caislen Sleibhe Lugh, & caislen Chille Calmáin, & ro loisc Ros Comán & Rinn dúin, & Uille Uanach

ANNALES DE LOCH CÉ, 1270. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1.** Londres: Longman, 1871, pp. 460, 462. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Cocad mor & esaenta do ergi etir h. Conchobair & Uater a Burc .i. Iarla Ulad, & nír fetsat Goill na Gaidil a n-etrain, cur tinol int Iarla Goill ma Giustis Erenn co tancatar diblinaib morsluagad hi Connachtaib, co tancatar co Ros Coman in cetadaig & as-side co hOil Find in dara hadaig & as-side co Purt Lece, cur gabadur sosad & longport hic Purt Lece ind oidchi-sin. Et doronsat comuirli ann sin ant Iarla & maithe Gall Erenn mar oen riu, & ba si a comuirli dol dar Sinaind soir co hAth Charad Conaill in tan-sin.

Dala immorro Aedo h. Conchobair Righ Connacht, do bi se tinalti becan do maithib a muintire ar cinn Gall a Moig Nisi. Et do an an Giustis & becan sluaig amailli riss allanar do Sinaind oca n-urnaide. Dala in Iarla immorro, ar ndol do dar Ath Charad Conaill soir ro herig uathad do muintir h. Conchobair doib hi coltib Conmaicne & ro marbad becan do sluag na nGall ann sin, & nír ansat Gaill don reim & don ruathar-sin co rancatur Mag Nisi, & do gabsad sosad & longport ann in oidchisin.

Dala Gall immorro is i comuirli tucsat arin Iarla sid do denam re h. Conchobair & Uilliam Occ mac Ricaird Moir meic Uilliam Congcur do thabairt a llamaib muintiri h. Conchobair an comfad do biadh h. Conchobair a tig Gall acc rediugad. Et doronad amlaid, & ar ndola d'Uilliam Occ i tech h. Conchobair do gabad he, et do marbad Seoan Doilifin & a mac iar sin arin lathair-sin. O'thuala immorro int Iarla fell do denam fora brathair do gluais mochtráth arnabarach co hAth in Chip. Uair is amlaid ro bai h. Conchobair in dana oidchi-sin inna timchell mur bis leom an lonn leaturthach latir a timchall a bidbad oca

mbasugad, conar leicc caithem na cumsanad doib. Ro erig Aed h. Conchobair isin lo cetna-sin.

(...)

Imtusa h. Conchobair iar sin do lec se caislen Atha Angaili & caislen Slebi Luga & caislen Cilli Chalman & do loisc Ros Coman & Rind Duin & Mullach Uainide.

ANNAIS DE CONNACHT, 1270. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 154. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

54.

Caislén Tighe Templa, & caislen Sligigh, & caislen Atha Liag, do brissedh la h-Aodh .H. Conchobair in hoc anno.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1271. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 470. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Caislen Tigi Templa do brised & Caislen Slicig & caislen Atha Liacc, la hAed h. Conchobair in hoc anno.

ANNAIS DE CONNACHT, 1271. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 158. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

55.

Enri Buitilér, tigerna Umhaill, acus Hoitse Mebric do marbad la Cathal mac Conchobair ruaidh, & la macaibh righ Connacht, in hoc anno.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1272. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 470. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Henri Butiler tigerna Umaill & Hoitsi Medbricc do marbad la Cathal mac Conchobair Ruaid & la macaib rig Connacht in hoc anno.

ANNAIS DE CONNACHT, 1272. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 158. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

56.

Caislen Rossa Comán do brissed la h-Aodh .H. Conchobair.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1272. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 470. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Caislen Rosa Coman do brised la hAed h. Conchobair.

ANNAIS DE CONNACHT, 1272. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 158. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

57.

Iamus Dodálaigh, .i. Giuisdís na h-Erenn, do mharbad la .H. mBroin & le sochaide do Connachtaibh.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1272. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 470. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Iamus d'Odalaig Giustis na hErenn do marbad la hO mBroin & la sochuide do Connachtaib.

ANNAIS DE CONNACHT, 1272. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 158. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

58.

An Mhidhe do loscad go Granard la h-Aodh .H. Conchobhair.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1272. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 470. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

In Mide do loscad co Granard la hAed h. Conchobair & Ath Luain do loscad & a droichet do brised.

ANNAIS DE CONNACHT, 1272. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 158. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)

59.

Crech do dhenum do Shiurtán Dexetar isin Chorann, & begán do macaibh righ Connacht do bhreith forra, & aimghlicus comairle do dhenum dhóibh ann sin tre fhorgoll a ndaoinedh, gur marbadh Domnall mac Donnchada mic Mhaghynusa, & Maghnus mac Airt, & Oirechtach mac Aodhagain, & Aodh .H. Birn, et alii multi.

ANNAIS DE LOCH CÉ, 1273. HENNESSY, W. M. (Ed. e Trad.) **The Annals of Loch Cé. A Chronicle of Irish Affairs from A.D. 1014 to A.D. 1590 (...) v. 1**. Londres: Longman, 1871, p. 472. Disponível em: <<http://www.ucc.ie/celt/published/G100010A/index.html>> (Acesso em 22/06/2015)

Crech do denam do Siurtan d'Exetra isin Corann & becan do macaib rig Connacht do breith forro, & amglicus comairli do denam ann sin tre forgall felduine, cur marbad Domnall mac Dondchada meic Magnusa & Magnus mac Airt & Oirechtach Mac Aedacan & Aed h. Birn & alii multi.

ANNAIS DE CONNACHT, 1273. MARTIN FREEMAN, A. (Ed. e Trad.) **The Annals of Connacht**. Dublin: Dublin Institute for Advanced Studies, 1944, p. 160. Disponível em: < <http://www.ucc.ie/celt/published/T100011/index.html> > (Acesso em 22/06/2015)